ENTRE FRONTEIRAS E SABERES

Dez Anos de Investigação Interdisciplinar



ORGANIZADORAS

Denise Rosana da Silva Moraes

Ana Carolina Acom

Claudia Maria Serino Lacerda

Programa de Pós-Graduação em Sociedade, Cultura e Fronteiras

Mestrado e Doutorado

Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE

Campus de Foz do Iguaçu – Paraná – Brasil

Pedro & João editores

ENTRE FRONTEIRAS E SABERES

Dez Anos de Investigação Interdisciplinar

Pedro & João
editores

Denise Rosana da Silva Moraes
Ana Carolina Acom
Cláudia Maria Serino Lacerda
(Organizadoras)

ENTRE FRONTEIRAS E SABERES

Dez Anos de Investigação Interdisciplinar

Pedro & João
editores

Copyright © Autoras e autores

Todos os direitos garantidos. Qualquer parte desta obra pode ser reproduzida, transmitida ou arquivada desde que levados em conta os direitos das autoras e dos autores.

Denise Rosana da Silva Moraes; Ana Carolina Acom; Cláudia Maria Serino Lacerda [Orgs.]

Entre Fronteiras e Saberes. Dez Anos de Investigação Interdisciplinar. São Carlos: Pedro & João Editores, 2026. 266p. 16 x 23 cm.

ISBN: 978-65-265-3186-0 [Digital]

DOI: 10.51795/9786526531860

1. Ciência. 2. Fronteiras. 3. Interdisciplinaridade. 4. Pesquisa. 5. Formação. I. Título.

CDD – 370

Capa: Anna Julia de Sousa Araujo Silva (acadêmica do Curso de Pedagogia da UNIOESTE) com finalização técnica de Luidi Belga Ignacio
Ficha Catalográfica: Hélio Márcio Pajeú – CRB – 8-8828
Revisão: Lourdes Kaminski
Diagramação: Nicole Cavalcante Duque Gredilha Coelho
Editor: Valdemir Miotello
Diretores executivos: Pedro Amaro de Moura Brito & João Rodrigo de Moura Brito

Conselho Editorial da Pedro & João Editores:
Augusto Ponzio (Bari/Itália); João Wanderley Geraldi (Unicamp/Brasil); Hélio Márcio Pajeú (UFPE/Brasil); Maria Isabel de Moura (UFSCar/Brasil); Maria da Piedade Resende da Costa (UFSCar/Brasil); Valdemir Miotello (UFSCar/Brasil); Ana Cláudia Bortolozzi (UNESP/Bauru/Brasil); Mariangela Lima de Almeida (UFES/Brasil); José Kuiava (UNIOESTE/Brasil); Marisol Barenco de Mello (UFF/Brasil); Camila Caracelli Scherma (UFFS/Brasil); Luís Fernando Soares Zuin (USP/Brasil); Ana Patrícia da Silva (UERJ/Brasil).

Pedro & João Editores
www.pedroejoaoeditores.com.br
13568-878 – São Carlos – SP
2026

SUMÁRIO

PREFÁCIO **7**
Benedito Dielcio Moreira

APRESENTAÇÃO **11**
Denise Rosana da Silva Moraes
Ana Carolina Acom
Cláudia Maria Serino Lacerda

PARTE I – SOCIEDADE E CULTURAS: PERCEBENDO A TRÍPLICE FRONTEIRA **21**

POR QUE ESTUDAR AS MÍDIAS E SUAS FRONTEIRAS? **23**
Denise Rosana da Silva Moraes

IMAGINÁRIOS QUE SE CRUZAM PELO ESPORTE NA REGIÃO TRINACIONAL BRASIL–PARAGUAI–ARGENTINA: PERSPECTIVAS DECOLONIAIS SOBRE FRONTEIRAS **39**
Cláudia Maria Serino Lacerda
Angelo Pires Tavares

DA "MECA DO CONTRABANDO" AO "NOVO SONHO" DE BRASILEIROS: O PARAGUAI NAS PÁGINAS DA REVISTA VEJA **67**
Nelson Figueira Sobrinho

CONTRIBUIÇÕES PARA OS ESTUDOS SOBRE LÍNGUAS EM CONTATO NA REGIÃO DE FRONTEIRA TRINACIONAL: O JOPARÁ EM FOCO **95**
Luciano Marcos dos Santos

O ADOLESCENTE EM CONFLITO COM A LEI NA MÍDIA TELEVISÃO: DIÁLOGOS INTERDISCIPLINARES **113**
Laura Duarte Marinoski

PARTE II – FRONTEIRAS QUE TRANSBORDAM: EXPERIÊNCIAS E NARRATIVAS **143**

OS CURSOS DE LICENCIATURA DA UNIOESTE, CAMPUS DE FOZ DO IGUAÇU: AÇÕES DE INTEGRAÇÃO E DIÁLOGO ENTRE UNIVERSIDADE E ESCOLA PÚBLICA EM CONTEXTO DE FRONTEIRA **145**
Berenice Lurdes Borssoi

A VIDA COMO NARRATIVA: HISTÓRIA DE UMA IMIGRANTE CHINESA NA TRÍPLICE FRONTEIRA **169**
Julia Dalbosco
Denise Rosana da Silva Moraes

TRAVESSIAS DA ESCUTA: ÉTICA, ALTERIDADE E NARRATIVAS NO CÁRCERE DE MULHERES FRENTE AO APAGAMENTO E À INVISIBILIDADE **187**
Carla Giselle Duenha de Souza
Layra Fabian Borba Rodrigues
Regiane Cristina Tonatto

O FILME "OS VINGADORES" E AS FRONTEIRAS INTERNACIONAIS: JURISDIÇÃO DA ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS CONTRA AMEAÇAS GLOBAIS **209**
Arthur Varlei Toller
Tiago Luiz Biazussi
Daniele Prates Pereira

O CAMPO DA MODA: ENTRE ONTOLOGIA E ESTÉTICA **231**
Ana Carolina Acom

NOTA DE TRANSPARÊNCIA **259**

SOBRE AS AUTORAS E OS AUTORES **261**

PREFÁCIO

A ideia mais corrente de fronteira é divisão, separação, às vezes, isso soa como uma agressão. Para os defensores deste modo de pensar, a imposição de limites é necessária para proteger as conquistas territoriais e para manter separadas as diferenças. As desigualdades sociais, o acesso aos resultados da produção da riqueza nacional, racismo e preconceitos de toda ordem mostram como as fronteiras podem ser territoriais, simbólicas e institucionais. O marco fronteiriço neste modo de pensar revela que a posse de bens e o poder econômico, principalmente, se dá, sobretudo, pelo não reconhecimento, pela desintegração social e pela punitividade, conceitos trabalhados respectivamente por Axel Honneth, Wilhelm Heitmeyer e Bernd Dorlinger.

Mas, fronteira também é um ponto de encontro, é a possibilidade de junção, de trocas. O Muro, símbolo evidente da criação de limites, de separação, no poema do mato-grossense Manoel de Barros tem a altura de "duas andorinhas". E o menino do poema explica: "Se o muro tivesse dois metros de altura/qualquer ladrão pulava". Os trabalhos publicados nesta obra dos 10 anos do Programa de Pós-Graduação em Sociedade, Cultura e Fronteiras (PPGSCF) mostram a fronteira como espaço alargado pelo conhecimento, em constante efervescência. Mais do que uma metáfora, fronteiras estão no cotidiano, é onde a vida é vivida, é o espaço das táticas, como defende Michel de Certeau, são as experiências humanas contidas nas narrativas, nos desafios educacionais, nos olhares dos pesquisadores deste livro.

A fronteira, como discutida nesta obra, é por excelência interdisciplinar (característica central deste programa de pós-graduação): nem de um lado da fronteira nem do outro, no interstício, no vão, na fresta, invisível às vezes, lugar que todo marco divisório insiste em ignorar. A fronteira não é um espaço simétrico e organizado como um campo de futebol, de produção de grãos ou

uma pista de aeroporto. Ao contrário, é um cruzamento de vidas, de ideias, planos, desafios, sofrimentos, sonhos e esperança, é um espaço de muitos interstícios, alguns imperceptíveis, tênues, outros mais visíveis, tolerados, e tantos combatidos.

Interstício é um lugar, um espaço entre duas coisas. Se há fronteira, há lados. Do latim, *interstitium,* ficar entre, foi reconhecido por diferentes disciplinas: física, arquitetura, medicina, biologia e literatura. Se na medicina, por exemplo, há um espaço com cavidades repletas de líquidos entre os tecidos, na poesia, na literatura, no texto científico há um espaço entre as palavras, frases, para que elas se tornem inteligíveis. São nos interstícios de uma fronteira que compreendemos o sofrimento, a luta pela igualdade, são neles que aprendemos a construir alteridade e buscamos reconhecimento. No dizer de Homi Kharshedji Bhabha (1994), em *O Local da Cultura*, "é o espaço da intervenção que emerge nos interstícios culturais que introduz a invenção criativa dentro da existência".

Os interstícios são espaços de culturas, plurais e interdisciplinares, muitas vezes frágeis, outras tantas, transformadores. O que ocorre em seu interior também emerge neste livro, é para onde os pesquisadores olham, descrevem e documentam. O exercício do diálogo, da aceitação do outro, mostra a importância da interculturalidade e do olhar do pesquisador, torna a fronteira o espaço das práticas onde as barreiras são derrubadas e as contrapalavras aceitas como condição para a emergência de uma convivência comunitária. Para retomar Bhabha: "É na emergência dos interstícios – a sobreposição e o deslocamento do domínio da diferença – que as experiências subjetivas e coletivas de nação, o interesse comunitário ou o valor cultural são negociados" (1994).

Estudos deste livro mostram três pontos com os quais eu gostaria de encerrar este prefácio. O primeiro é a complexidade de uma região fronteiriça e os ajustes que as populações em sua convivência diária realizam para vencer barreiras comuns e a importância do olhar científico para o estudo e documentação

desses movimentos. O segundo é a inevitável articulação nos estudos, implícita ou explicitamente, de uma caminhada a dois da comunicação e da cultura. Onde está uma está a outra, como já mostram James Carey e Jean Caune.

Se o interstício da medicina tem sua importância para a nossa vida e o espaço entre as palavras nos permitem a leitura, na arquitetura, em meio ao concreto das cidades os vãos, corredores, jardins, são os interstícios que permitem a entrada de luz, de vento, de natureza, espaços que atribuem respeito à boa convivência. Digo isso por entender, em meios aos atropelos da sociedade moderna, à luta por respeito, identidade e pertencimento, que o terceiro ponto é o campo educacional enquanto rede de interstícios presente em todas as etapas de nossas vidas, força vital para assegurar os princípios de liberdade e convivência respeitosa, legados de Paulo Freire, Anisio Teixeira, Dermeval Saviani, entre tantos outros educadores. O valor da educação está na vitalidade de professores e alunos, na qualidade das pesquisas, no registro histórico de uma década de produção cientifica no âmbito do Programa Sociedade, Cultura e Fronteiras e, principalmente, em todos que reconhecem na educação a força transformadora.

Prof. Benedito Dielcio Moreira
Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT)

APRESENTAÇÃO

> *Enquanto tudo se encaminha para uma unificação sem precedentes do planeta, o velho mundo dos corpos e das distâncias, da matéria e das vastidões, dos espaços e das fronteiras persiste, metamorfoseando-se* (Achille Mbembe).

Esta obra, coletiva em sua composição, marca os dez anos de existência e de produções científicas do Programa de Pós-Graduação em Sociedade, Cultura e Fronteiras (PPGSCF), da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), Campus – Foz do Iguaçu. Os textos são assinados por alunos, egressos e docentes do programa, representando uma pequena amostra das produções que em uma década registram, no Sistema de Bibliotecas da Unioeste, pelo menos, 84 teses de doutorado e 207 dissertações de mestrado defendidas.

Mais do que um marco temporal, esta obra representa a consolidação de um percurso acadêmico pautado pelo diálogo entre diferentes áreas, pela valorização das experiências produzidas em contexto de fronteira e pela busca constante por novas formas de compreender a complexidade da realidade contemporânea.

O Programa se consolidou como um espaço privilegiado para investigações que compreendem as fronteiras para além de sua dimensão geográfica. Nesse contexto, as fronteiras se revelam como espaços de encontro e desencontro, circulação de pessoas, línguas, culturas, memórias, identidades e saberes, constituindo-se em um fértil laboratório para a produção de pesquisas comprometidas com a compreensão das múltiplas dinâmicas sociais, culturais, políticas e econômicas que caracterizam esse território.

Assim como o Programa, os capítulos aqui presentes testemunham trajetórias interdisciplinares nos métodos e nas temáticas abordadas. "Sociedade e cultura" compõem dois dos conceitos mais debatidos nas ciências humanas; com perspectivas

múltiplas, os temas se interrelacionam na definição humana de organizações sociais e produção material. Já o termo "fronteiras", que também aparece no título da obra, constitui-se, à primeira vista, como delimitação territorial, dada a localização da universidade na tríplice-fronteira entre Brasil, Paraguai e Argentina. Mas, ao mesmo tempo, o termo possui função metafórica para os interstícios dos saberes e das epistemologias de pesquisas: as fronteiras transbordadas entre espaços de resistência, produção de culturas, políticas, relações e afetos. Neste sentido, o Programa se caracteriza por acolher acadêmicos destes entrelugares da pesquisa interdisciplinar: a fronteira como margem, subversão de temas, de teorias e de metodologias. Docentes, mestrandos e doutorandos, desacomodados com o sistema disciplinar que nem sempre dá conta de suas propostas de trabalho, demonstram insurgência em objetos de pesquisa multifacetados.

Sob uma perspectiva clássica materialista-histórica, a sociedade é constituída pelas relações de produção. Os indivíduos produzem sua existência material em determinadas condições históricas, e é dessa organização do trabalho, da propriedade e da divisão de classes que emergem as instituições políticas, jurídicas e culturais. Essa compreensão é ampliada por Raymond Williams, em seu materialismo cultural, no qual as sociedades se caracterizam pelo próprio conjunto de práticas culturais. "Culturas" coexistem e designam "todo um modo de vida", revelado nas práticas cotidianos; como hábitos alimentares, linguagens, festas, modos de vestir, rituais, artefatos, tecnologias e demais experiências ordinárias. A cultura não se reduz a uma concepção erudita de belas-artes ou elitismo clássico.

Já, outros autores, vinculados ao pensamento decolonial criticam alguns destes conceitos historicamente formulados a partir da modernidade ocidental, alegando que, muitas vezes, estes serviram para legitimar processos de colonização, racialização e hierarquização dos povos. Nomes latino-americanos como, Aníbal Quijano, Walter Mignolo, María Lugones e, do continente africano, Achille Mbembe, propõem uma reinterpretação do que seriam

conceitos de cultura, sociedade, gênero, trabalho e outros, a partir das experiências históricas da colonização e de seus efeitos contínuos nas relações humanas. Desde este entendimento, também não temos uma concepção única de cultura. A cultura é compreendida como um modo de produzir mundos, isto é, sistemas próprios de conhecimento, memória, espiritualidade, linguagem, arte e relação com a natureza; o que se aproxima da noção de pluriversalidade e da máxima zapatista sobre: "um mundo onde caibam muitos mundos".

O lema zapatista encontra, diretamente, o pensamento múltiplo sobre "Fronteiras", que caracterizam as pesquisas aqui apresentadas: fronteiras invisíveis, móveis, construídas ou a serem derrubadas. Os capítulos que compõem essa coletânea trabalham com múltiplos sentidos, que legitimam os saberes sem fronteiras.

Fronteira é referido aos limites geopolíticos e às fronteiras naturais. Podemos pensar, do ponto de vista dos povos originários, que estes desconheciam fronteiras, países ou Estados-Nações, no sentido hegemônico hoje estabelecido. Certo dia, invadem seus espaços, estabelece-se um "governo", alheio ao sistema organizacional de comunidade que já existia; constrói-se pontes, muros ou uma hidroelétrica monumental. Da mesma forma, as fronteiras também podem ser abordadas como as fronteiras de meu próprio corpo: o princípio de propriedade, a posse deste território totalmente pessoal, espaço íntimo e limite na dimensão biológica, onde a invasão pode definir violências e atentados.

Dentre os textos que o leitor irá acompanhar, a reflexão levará ao pensamento sobre o cárcere como a redução de fronteiras, em que não há lugar algum para atravessar fisicamente, no entanto, o confinamento é espacial, mas não do imaginário. Também somos levados para atravessamentos digitais e midiáticas, na construção de identidades por meio de discursos, sempre na fronteira do real e da ficção: discussões e imaginários presentes em educação, cultos à performatividade do Eu, relações entre gêneros, entre territórios e violências de toda ordem.

O filósofo Achille Mbembe aborda as fronteiras moventes da contemporaneidade, não coincidindo, necessariamente com os limites dos Estados. Elas estão em aeroportos, bancos de dados, sistemas biométricos, algoritmos, plataformas digitais, redes de vigilância. A fronteira passa a acompanhar o indivíduo, definindo continuamente quem pode circular, consumir, onde trabalhar ou existir juridicamente. Ao nos localizarmos na tríplice-fronteira, lidamos com os conceitos de limites estatais e com toda a subjetividade implicada na circulação e no controle de indivíduos. É importante dizer, que, não somente nas escolas de Foz do Iguaçu, mas, nos demais ambientes de convívio, presenciamos atos de discriminação e intolerância, impensáveis em relações interculturais que compõem a cidade. Os espaços são atravessados diariamente por paraguaios, brasileiros e argentinos, o que resulta em núcleos familiares internacionais e uma complexidade de relações. Foz do Iguaçu está longe das grandes metrópoles, mas possui um "quê" cosmopolita.

Não é raro escutarmos idiomas como inglês, francês, russo ou alemão, sem precisarmos ir até às Cataratas no Parque Nacional, estes são encontros presentes no cotidiano de uma ida ao mercado, por exemplo. Além disso, Foz é um destino de imigração exponencial: uma das maiores populações de imigrantes árabes no Brasil, assim como, uma grande comunidade de chineses, e também de estudantes da América Latina e Caribe, que todo ano são recebidos pela UNILA (Universidade Federal da Integração Latino-americana). Ademais, a cidade recebe refugiados de múltiplas Nações, como o contingente de ucranianos, do qual professores e pesquisadores realizaram um importante trabalho de intercâmbio, ministrando disciplinas em nosso Programa (PPGSCF). Desse modo, teses e dissertações produzidas na região, ou sobre a própria região, apresentam desafios inerentes aos seus objetos, além das adversidades usais da pesquisa acadêmica, temos implicações partilhadas nas condições desse convívio diverso e diário.

Com o propósito de conferir unidade temática ao conjunto das pesquisas, organizamos esta coletânea em duas partes

complementares, que conduzem o leitor por um percurso de reflexão acerca das múltiplas formas pelas quais as fronteiras podem ser percebidas, sendo a primeira parte intitulada "Sociedade e culturas: percebendo a tríplice fronteira" e, a segunda denominada "Experiências, narrativas, Fronteiras que transbordam". A primeira parte abre com o texto de Denise Rosana da Silva Moraes "Por que estudar as mídias e suas Fronteiras?". O capítulo apresenta reflexões sobre as mídias e as tecnologias como espaços fundamentais de análise crítica, especialmente no campo da educação e da formação de professores. Mas além disso, o texto sintetiza a coletânea, aqui apresentada, celebrando os dez anos de pesquisas no Programa de Pós-Graduação em Sociedade, Cultura e Fronteiras (PPGSCF). Denise destaca o contexto de Foz do Iguaçu, ressaltando-o como território desafiador, onde as abordagens precisam ser (re)inventadas e os objetos encarados com coragem e presteza. A fronteira é assumida como espaço de encontro, tensões e produção profícua de novos saberes. Para a autora, estudar a mídia é um ato político e pedagógico essencial para consolidar práticas emancipatórias na educação, enfrentando criticamente os efeitos sociais e éticos da tecnologia no mundo contemporâneo.

No próximo texto, Cláudia Lacerda e Angelo Tavares, descrevem, na prática a vivência da "Meia Maratona Internacional das Três Fronteiras", o esporte como mediador de imaginários e tensionando colonialidades. Se a fronteira é concebida, constantemente, como dispositivo de soberania e controle, dividindo Estados-nação e estabelecendo quem pertence aonde; os autores apresentam como uma atividade esportiva contribui para um pensamento decolonial. Fronteiras para além das dimensões geopolíticas, evidenciando-as como espaços plurais e relacionais.

A seguir, temos o capítulo "Da 'meca do contrabando' ao 'novo sonho' de brasileiros – o Paraguai nas páginas da revista Veja", em que Nelson Figueira Sobrinho revisita e atualiza sua dissertação de mestrado, trazendo um tema extremamente presente na mídia atual do país. Nelson apresenta a transformação na cobertura jornalística da revista *Veja* sobre o Paraguai ao longo

de duas décadas. O estudo investiga como o país vizinho deixou de ser retratado em reportagens como centro de criminalidade e violência, para ser apresentado como um modelo de prosperidade econômica e ideológica.

"Contribuições para os estudos sobre línguas em contato na região de Fronteira Trinacional: O Jopará em Foco" trata-se de um capítulo de autoria de Luciano Santos que analisa o *jopará,* termo que designa "mistura" em guarani. Trata-se de uma importante contribuição sobre o hibridismo linguístico, resultante do contato histórico entre o guarani e o espanhol no Paraguai, como um fenômeno linguístico, social e cultural basilar na identidade paraguaia e nas dinâmicas da fronteira.

O primeiro bloco de textos se encerra com o texto de Laura Duarte Marinoski, "O adolescente em conflito com a lei na mídia televisão: diálogos interdisciplinares", analisa como alguns programas de televisão influenciam na construção de identidades de adolescentes, que cometem atos infracionais, especialmente na temática sobre a redução da maioridade penal. A autora focou na postura de apresentadores, constantemente fazendo uso de termos como "criminosos", "sem vergonha" e "menor". Algumas emissões destacavam entrevistas, que reforçavam estereótipos de periculosidade extrema e violência como espetáculo, sempre buscando legitimar a punição como única resposta à impunidade. Muitas dessas linguagens desumanizam o adolescente, reduzindo sua identidade à sua conduta infracional, ignorando vulnerabilidades sociais e ética na divulgação. Contudo, a autora também encontrou programações com pluralidades de vozes, confrontando perspectivas juristas, de antropólogos e depoimentos humanizadores.

O segundo bloco de textos, intitulado " Experiências narrativas, Fronteiras que transbordam", inicia pelo texto da professora Berenice Lurdes Borssoi e traz informações importantes sobre os cursos de licenciatura da Unioeste em Foz do Iguaçu. A autora reflete sobre as particularidades e complexidades da formação docente na região de fronteira, demonstrando algumas

ações recentes de integração e diálogo entre universidade e escola pública no contexto da região. A formação de professores, como apresenta Berenice, evidencia um cenário encarado com especificidade, interesse e cuidado. Dentre as adversidades de sala de aula, estudantes e professores lidam com implicações linguísticas constantes, e nem sempre bem trabalhadas. Não acidentalmente, a placa de um supermercado de Foz do Iguaçu foi, em 2018, questão do ENEM, apresentado a palavra "Supermercado" em português, espanhol, mandarim e árabe.

Em continuidade, no capítulo, "A vida como narrativa: história de uma imigrante chinesa na Tríplice Fronteira", Julia Dalbosco e Denise Moraes apresentam uma pesquisa baseada em testemunhos, por meio de entrevista e relatos, apresenta uma investigação poética na trajetória de vida da professora de mandarim, Cristina Zhang, integrante da comunidade chinesa em Foz do Iguaçu. A pesquisa, para tese de doutorado, além de refletir sobre os contextos culturais que influenciaram as escolhas de Cristina, enfoca na visibilização histórica da comunidade chinesa na região e passa pelo conceito de *trade diaspora* (diáspora comercial), associado à vinda desta comunidade para a fronteira.

Na sequência o texto, "Travessias da escuta: ética, alteridade e narrativas no cárcere de mulheres frente ao apagamento e à invisibilidade", assinado por Carla Duenha, Layra Rodrigues e Regiane Tonatto, traz um tema introspectivo, propõe uma profunda e sensível reflexão sobre o fazer científico dentro do sistema prisional feminino em Foz do Iguaçu. Fundamentado em autores como Levinas e Paulo Freire, o estudo defende que pesquisar mulheres em situação de cárcere não deve ser um exercício de "coleta de dados", mas sim, um encontro ético na alteridade. A escuta é apresentada como uma prática política capaz de transpor silenciamentos e visibilizar vidas marginalizadas.

No capítulo, "O filme 'Os Vingadores' e as Fronteiras Internacionais: jurisdição da Organização das Nações Unidas contra ameaças globais", de autoria de Arthur Toller, Tiago Biazussi e Daniele Pereira, os autores apresentam a cultura pop,

por meio do cinema e quadrinhos, para pensar o conceito de soberania de Estado, assim como, o papel da Organização das Nações Unidas (ONU) na complexidade das relações em Direito Internacional. Ao trazerem a ficção como metáfora jurídica, os autores tematizam os "Vingadores" na incidência de problemas transnacionais, sobretudo, no combate ao terrorismo, em que, muitas vezes, disfarçado de proteção e bem feitorias incide sobre autonomia e soberania das nações. Os autores exploram um problema da contemporaneidade, bastante presente em discussões midiáticas e, em geral, abordadas de modo raso: sobre as implicações na categorização do conceito de "terrorismo" no cenário internacional. O texto, ilustrativo e didático, contribui para reflexões sobre controle internacional e a autonomia estatal como um dos maiores desafios contemporâneos.

Para encerrar a coletânea, o próximo texto traz uma síntese da tese de doutorado de Ana Carolina Acom: "O Campo da Moda: entre Ontologia e Estética". A pesquisa transdisciplinar define o Campo acadêmico da Moda, fundamentado em uma filosofia da cultura material. O objeto do Campo é conceituado como o "Ser da Moda", definido pela relação entre o corpo humano e o artefato vestível, manifestando-se tanto na presença quanto na ausência de um desses elementos: o corpo vestido, o corpo desnudo (definido pela falta de algo) ou a nas vestes sem corpos (como memória, peça de guarda-roupas ou objeto de museu

Dez Anos de Diálogos e Pesquisa Interdisciplinar...

A pesquisa interdisciplinar denota criação, subversão e emancipação. É um trabalho de resistência, porque ainda há muitos espaços a serem ocupados em um movimento acadêmico que é historicamente disciplinar. De todo modo, a pesquisa e a docência, inseparáveis em todos os níveis como nos lembra Sandra Mara Corazza, são sempre atos de resistência.

Esta obra, que celebra uma década de trajetória no PPGSCF, traz uma amostra de um espaço consolidado pela investigação

interdisciplinar. Produzindo conhecimentos que não apenas descrevem, mas participam ativamente da realidade social e política da região trinacional. Esta coletânea é o reflexo do esforço coletivo de pesquisadores, na maior parte, egressos do programa, que se dedicam a compreender as fronteiras para além de seus limites geopolíticas ou geográficos, assumindo-as como espaços vivos de trocas, diálogos, disputas, arte e produção de conhecimento.

Inspiradas no pensamento de Paulo Freire, compreendemos que as fronteiras não devem separar povos, mas aproximar histórias, saberes e culturas. É no diálogo, no respeito às diferenças e na fraternidade entre os povos que se constroem novos conhecimentos e possibilidades de transformação social.

Esta obra nasce desse espaço de diálogo, reconhecendo a fronteira como território de encontros, de fraternidade entre os povos e de produção coletiva do conhecimento. Desejamos que as páginas a seguir inspirem novas investigações e fortaleça os laços entre aqueles que passaram, passarão, habitam, pesquisam ou pensam a tríplice fronteira de Foz do Iguaçu.

Denise, Ana Carolina, Cláudia
Foz do Iguaçu, julho de 2026

PARTE I

SOCIEDADE E CULTURAS: PERCEBENDO A TRÍPLICE FRONTEIRA

As identidades culturais provêm de alguma parte, têm histórias. Mas, como tudo o que é histórico, sofrem transformação constante. Longe de estarem eternamente fixas num passado essencializado, estão sujeitas ao contínuo 'jogo' da história, da cultura e do poder (Stuart Hall).

A primeira parte desta coletânea reúne estudos que compreendem as fronteiras em sua dimensão simbólica e multidimensional, ultrapassando as delimitações políticas e geográficas tradicionalmente associadas ao conceito. Nessa perspectiva, as fronteiras constituem espaços de produção de sentidos, circulação de discursos, construção de identidades e negociação permanente de significados.

Embora partam de diferentes objetos empíricos, os capítulos dialogam ao reconhecer que as fronteiras ultrapassam a dimensão territorial, constituindo-se como processos históricos, culturais, linguísticos, midiáticos e políticos que produzem identidades, representações e formas de pertencimento.

Ancorados em referenciais como os Estudos Culturais, a perspectiva decolonial e os estudos da linguagem, os textos analisam as mídias, o esporte, os discursos jornalísticos, as práticas comunicativas e os processos de representação como campos privilegiados para compreender a complexidade das relações fronteiriças. Em comum, revelam que as fronteiras são permanentemente produzidas, negociadas e ressignificadas nas interações sociais, evidenciando seu caráter dinâmico e interdisciplinar.

Mais do que delimitar territórios, as fronteiras aparecem, nesta primeira parte, como categorias analíticas que atravessam linguagens, culturas, identidades e formas de representação, ampliando a compreensão das múltiplas maneiras pelas quais sujeitos, saberes e experiências se encontram, se confrontam e se transformam.

POR QUE ESTUDAR AS MÍDIAS E SUAS FRONTEIRAS?

Denise Rosana da Silva Moraes
E-mail: denisepedagoga@gmail.com
ORCID: 0000-0002-2991-0214

Resumo

Este capítulo inaugura as reflexões da presente coletânea ao discutir as mídias e as tecnologias como espaços de interlocução, produção de sentidos e análise crítica, especialmente no campo da formação de professores(as), da educação e da escola. Reúne discussões desenvolvidas ao longo da última década, em um programa de pós-graduação interdisciplinar situado em contexto de fronteira, evidenciando a relevância desse campo de investigação para a compreensão das transformações culturais contemporâneas. Fundamentado nos Estudos Culturais, o texto busca ampliar o debate sobre as relações entre mídia, cultura e educação, conferindo visibilidade à temática e contribuindo para o fortalecimento da produção científica interdisciplinar na fronteira trinacional onde Brasil, Paraguai e Argentina se encontram.

Palavras-chave: Mídias; Formação de Professores; Estudos Culturais; Fronteiras

Introdução

Os capítulos que compõem esta coletânea refletem uma década de pesquisas desenvolvidas no âmbito do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Sociedade, Cultura e Fronteiras, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste), *campus* de Foz do Iguaçu. Reúnem estudos que evidenciam a riqueza e a complexidade das relações sociais, culturais, educacionais, políticas

e econômicas presentes nos espaços de fronteira, tendo como um de seus eixos estruturantes o estudo das mídias e suas interrelações interdisciplinares. Trata-se de um conjunto de investigações que traduz o esforço coletivo de pesquisadores(as) comprometidos(as) com a compreensão dos desafios contemporâneos e com a produção de conhecimentos socialmente relevantes.

Um aspecto que confere singularidade a esta obra é o fato de grande parte de seus(suas) autores(as) serem egressos(as) do Programa de Pós-Graduação. Atualmente inseridos(as) em diferentes espaços profissionais — na educação, na gestão pública, na pesquisa, nos movimentos sociais e em diversas organizações —, esses(as) pesquisadores(as) seguem contribuindo para a produção e a circulação do conhecimento, evidenciando o impacto acadêmico e social da formação recebida. As pesquisas aqui reunidas revelam não apenas a pluralidade temática característica da interdisciplinaridade, mas também o compromisso com a análise crítica das dinâmicas que constituem a diversidade dos espaços fronteiriços.

Mais do que delimitações geográficas, compreendemos as fronteiras como espaços de encontro, intercâmbio, tensões, negociações culturais e produção de novos saberes. São territórios que desafiam explicações simplificadoras e exigem olhares múltiplos e integrados. Nessa perspectiva, Cardin e Albuquerque (2018, p. 119) afirmam que as fronteiras constituem espaços interculturais de produção de identidades, alteridades, convivências e trocas simbólicas, marcados simultaneamente por diferenças, desigualdades e múltiplas formas de interação.

É nesse contexto que a universidade assume papel fundamental na construção de espaços de reflexão, aprofundamento teórico e investigação aplicada, contribuindo para a identificação de problemas e para a proposição de alternativas que dialoguem com as demandas da sociedade. Assim, esta coletânea representa não apenas um registro da produção científica desenvolvida ao longo de uma década, mas também a consolidação de uma comunidade acadêmica que reconhece a pesquisa em

sociedade, cultura e fronteiras como um campo fértil para a investigação interdisciplinar e para a construção coletiva do conhecimento.

Neste capítulo, discutimos as mídias e as tecnologias como artefatos culturais e espaços de produção de sentidos, buscando compreender seus impactos na formação de professores(as), na educação e na escola. Fundamentado nos Estudos Culturais, o texto reúne reflexões desenvolvidas ao longo da última década de pesquisas, propondo um diálogo crítico acerca das transformações produzidas pela cultura digital e de seus desdobramentos para os processos educativos em contextos contemporâneos.

Mídias Como Artefatos Culturais: Um Campo de Investigação Interdisciplinar

Ao longo da última década, as pesquisas desenvolvidas no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Sociedade, Cultura e Fronteiras buscaram compreender as profundas transformações sociais decorrentes da expansão das tecnologias digitais e da crescente presença das mídias no cotidiano. Em um contexto marcado pela intensificação das redes sociais, pela circulação acelerada de informações e pela reorganização das formas de interação humana, torna-se cada vez mais necessário compreender esses fenômenos para além de sua dimensão técnica, reconhecendo-os como constitutivos da cultura contemporânea.

Um dos desafios que se apresenta se refere aos espaços e aos usos das redes sociais, que atuam, contraditoriamente, tanto para ampliar as possibilidades de comunicação quanto para restringir experiências de convivência e diálogo. Em uma década de pesquisas, produzimos um conjunto significativo de estudos científicos sobre essa temática. Ainda assim, trata-se de um campo em permanente transformação, cujos impactos alcançam diferentes esferas da vida social e desafiam pesquisadores(as), educadores(as) e gestores(as) a compreender criticamente suas implicações.

Nesse cenário, este capítulo propõe algumas reflexões acerca das mídias digitais e de seus efeitos sobre a educação, especialmente no cotidiano escolar e na formação de professores(as). A ascensão de uma infância e de uma juventude profundamente atravessadas pelo uso dos dispositivos móveis, das plataformas digitais e das redes sociais exige escutar atentamente professores(as), estudantes e demais sujeitos envolvidos nos processos educativos, buscando compreender como essas transformações reverberam nas práticas pedagógicas e nas formas contemporâneas de ensinar e aprender.

Metodologicamente, este estudo se fundamenta em pesquisa bibliográfica e documental, articulando produções científicas desenvolvidas ao longo da última década com reflexões provenientes dos Estudos Culturais. Dialoga, especialmente, com Paulo Freire, Omar Rincón, Byung-Chul Han e outros(as) pesquisadores(as) que investigam as mídias, as tecnologias digitais e seus impactos na cultura contemporânea. Nosso propósito não consiste em adotar uma perspectiva moralista sobre a cultura digital, mas em compreendê-la criticamente, reconhecendo sua complexidade e suas múltiplas implicações para a sociedade, para a educação e para a formação humana.

As reflexões aqui apresentadas resultam de pesquisas acerca das mídias e da cultura digital, particularmente de seus impactos sobre a educação, a escola e a formação de professores(as). A experiência acumulada em pesquisas empíricas e em processos formativos têm revelado uma preocupação recorrente entre docentes diante das profundas mudanças que atravessam o cotidiano escolar, especialmente em razão das dificuldades ainda existentes para compreender criticamente a cultura digital e incorporá-la às práticas educativas.

Nessa perspectiva, o diálogo com Paulo Freire reafirma a importância da escuta, da dialogicidade e da construção coletiva do conhecimento como princípios fundamentais da ação educativa. Ao mesmo tempo, as contribuições de Omar Rincón permitem compreender as mídias como espaços privilegiados de produção

de narrativas e de modos de vida, enquanto Byung-Chul Han oferece importantes elementos para refletir sobre os efeitos da hiperconectividade, da infocracia e da racionalidade digital na constituição das subjetividades contemporâneas.

É nesse horizonte teórico que se inscrevem as reflexões desenvolvidas neste capítulo. Compreender as mídias como artefatos culturais significa reconhecê-las como parte constitutiva das relações sociais, dos processos educativos e da produção de sentidos que caracterizam a sociedade contemporânea.

Mídias, Cultura Digital e Produção de Subjetividades

Nas últimas décadas, as pesquisas em torno das mídias têm deslocado sua compreensão de meros instrumentos técnicos de comunicação para artefatos culturais que fazem e precisam fazer parte da sociedade, pois também são produtores de sentidos, valores, comportamentos e formas de sociabilidade. As mídias digitais, especialmente as redes sociais, não apenas veiculam informações: elas organizam modos de ver, sentir, consumir, desejar, ensinar, aprender e participar da vida pública.

Nesse sentido, constituem-se como artefatos de cultura porque carregam marcas históricas, econômicas, políticas e simbólicas de uma sociedade cada vez mais atravessada pela lógica da visibilidade, da velocidade e da performatividade.

No campo acadêmico, esse debate tem se intensificado porque as redes sociais passaram a ocupar lugar central na produção de subjetividades e na circulação de discursos. A vida cotidiana, antes restrita aos espaços privados, passa a ser publicizada, editada e transformada em narrativa de consumo. Em um dos artigos que escrevi, trabalhei com a figura do(a) *influencer*, problematizando a exposição demasiada, pois essa figura representa mais do que um sujeito midiático: expressa uma nova pedagogia cultural, capaz de ensinar modos de ser, vestir, falar, consumir, opinar e pertencer. Assim, as redes sociais vêm se tornando espaços educativos

informais, nos quais se produzem aprendizagens, pertencimentos e exclusões.

Diante desse cenário, torna-se cada vez mais importante a pesquisa, a discussão e a produção de conhecimento científico que analisem criticamente essa comunicação visual e seus impactos sobre a sociedade contemporânea. No campo pedagógico, por exemplo, e as nossas pesquisas demonstram isso, essa realidade impõe desafios urgentes. A escola não pode ignorar que crianças, jovens e pessoas adultas chegam aos espaços educativos já atravessados por linguagens digitais, algoritmos, imagens, vídeos curtos, *fake news* e formas permanentes de exposição. Entretanto, como expressa Roger I. Simon (2001, p. 61):

> Quando os professores se reúnem para voltar suas energias e atenção para a tarefa específica de construir práticas educacionais que possam ajudar os estudantes a contestar e avaliar as convenções sociais, os modos de pensamento e as relações de poder existentes, existe uma série de argumentos que são usados, às vezes, para desviar e esvaziar um trabalho tão crucial.

A perspectiva que adota as mídias e as redes sociais como expressões de verdade constitui uma posição construída a partir de modelos e ideários que podem se opor à democratização do saber, impactando o trabalho escolar, o pensamento pedagógico e sua intencionalidade formativa. A pesquisa científica surge, nesse contexto, para aprofundar essa leitura, o que exige uma educação crítica para as mídias, capaz de problematizar não apenas o uso técnico das tecnologias, mas também seus efeitos culturais, éticos, políticos e subjetivos. Trata-se de formar sujeitos capazes de ler criticamente as redes, compreender seus mecanismos de persuasão, reconhecer discursos de ódio, identificar processos de desinformação e perceber como o consumo e a imagem vêm sendo naturalizados como critérios de valor social.

Do ponto de vista das políticas públicas, a última década evidenciou que as redes sociais não podem ser compreendidas como espaços neutros ou exclusivamente privados. Elas interferem

em processos eleitorais, mobilizam afetos coletivos, produzem polarizações, disseminam informações falsas e impactam diretamente a democracia. Por isso, o debate sobre a regulação e o controle social das plataformas digitais precisa ser enfrentado com seriedade, sem cair em censura ou moralismo, mas também sem ingenuidade diante do poder econômico das grandes empresas de tecnologia. Regular as redes sociais significa discutir transparência algorítmica, responsabilização das plataformas, proteção de dados, combate à desinformação e garantia de direitos comunicacionais.

Portanto, compreender as tecnologias e as mídias como artefatos de cultura permite ampliar o olhar sobre sua presença na sociedade contemporânea. Elas não são apenas ferramentas a serviço da comunicação, mas espaços de produção de cultura, subjetividade, poder e disputa pública. No âmbito acadêmico, essa pauta desafia novas agendas de pesquisa; especificamente no campo escolar e da formação de professores(as), exige práticas pedagógicas críticas e dialógicas; e, no campo político, impõe a necessidade de políticas públicas democráticas que enfrentem os efeitos sociais da "plataformização da vida". É nesse entrecruzamento entre cultura, educação e política que esta reflexão se inscreve, ao problematizar o consumo da vida nas redes sociais e a constituição de uma nova cultura influenciada pelas redes sociais como marca expressiva do nosso tempo.

Tecnologias Culturais e Formação Crítica de Professores(as)

Ao discutir a noção de tecnologia cultural, Roger I. Simon amplia significativamente a compreensão das tecnologias para além de sua dimensão instrumental. Para o autor, a tecnologia não constitui apenas um meio técnico, mas um conjunto de procedimentos, práticas e mecanismos que produzem formas de conhecimento, organizam relações de poder e participam da construção da cultura.

> A tecnologia não é somente um meio, mas um conjunto de procedimentos, mecanismos e técnicas reguladas; a noção de tecnologia é ampliada para incluir a produção daquilo que é conhecível em relação a formas materiais, sociais e espirituais; noção de conhecível que assume um caráter prático, pragmático em sua própria articulação de poder cultural (Simon, 2001, p. 71).

Ao se referir à noção de tecnologia cultural, Simon sugere que esses conjuntos de arranjos e práticas institucionais constroem novas formas de interação por meio das imagens, dos sons, dos textos e da fala. Trata-se de compreender que essas tecnologias mediam os campos simbólicos da vida social e, por isso, precisam ser analisadas criticamente.

As pesquisas apresentadas sob a égide da interdisciplinaridade buscam estabelecer alianças com diferentes áreas do conhecimento e movimentos sociais, pois ainda temos muito a descobrir e aprender com outros campos culturais, assim como, talvez, algo a compartilhar. Essas alianças se tornam fundamentais para partilhar estratégias de pesquisa, confrontar resultados e ampliar os diálogos acerca das provocações produzidas por nossos estudos.

Nessa perspectiva, os Estudos Culturais desafiam a compreensão tradicional da escola e do(a) professor(a) como meros transmissores de informações. Como afirma Henry Giroux (2001, p. 101), "professores são produtores culturais profundamente implicados nas questões públicas". O(a) docente passa, assim, de uma concepção de profissional estritamente técnico para a de intelectual público comprometido com a formação crítica e com a transformação social. Trata-se de um entendimento que dialoga profundamente com Paulo Freire (1996), para quem educar implica compreender a experiência cultural como parte constitutiva da prática pedagógica.

Esse pressuposto contribui para compreender a tecnologia como parte intrínseca da cultura e, portanto, da própria vida social. Nessa direção, Douglas Kellner (2001) chama a atenção para a necessidade de desenvolver uma responsabilidade crítica diante das imagens, dos artefatos impressos e digitais e das novas formas de ver o mundo. Para o autor,

> Ler imagens criticamente implica aprender como apreciar, decodificar e interpretar imagens, analisando tanto a forma como elas são construídas e operam em nossas vidas quanto o conteúdo que comunicam em situações concretas (Kellner, 2001, p. 109).

Essa leitura crítica possibilita desconstruir discursos, práticas publicitárias e outros artefatos da cultura de massa que frequentemente reforçam padrões de consumo e formas de dominação cultural.

As pesquisas sobre mídia têm evidenciado o surgimento de novas formas de subjetividade e de constituição das identidades, especialmente entre os(as) jovens, profundamente atravessados(as) pela cultura midiática global. As mídias passaram a integrar o cotidiano escolar, inicialmente pelas mãos dos(as) estudantes, que, munidos(as) de seus *smartphones*, introduziram novas linguagens, novas formas de comunicação e novas maneiras de produzir conhecimento.

Bill Green e Chris Bigum (2001) defendem que o desafio contemporâneo consiste justamente em compreender esse deslocamento epistemológico e cultural, reconhecendo as tecnologias como parte constitutiva da pedagogia e da cultura midiática. Pensando com Paulo Freire (1996), isso exige desenvolver uma postura crítica, pois ensinar implica superar visões ingênuas da realidade e transformar a curiosidade espontânea em curiosidade epistemológica rigorosa.

Ao refletir sobre a forma como os produtos midiáticos são apropriados pelos sujeitos, John B. Thompson (2011) destaca que sua recepção constitui um processo eminentemente interpretativo.

> Uma vez que a interpretação das formas simbólicas exige uma contribuição ativa do intérprete [...], apropriar-se de uma mensagem é apoderar-se de um conteúdo significativo e torná-lo próprio (Thompson, 2011, p. 72).

Essa perspectiva reforça a necessidade de uma educação que favoreça processos de leitura crítica da mídia, evitando que a formação dos(as) estudantes seja conduzida exclusivamente pelos

fluxos permanentes de informações e imagens produzidos pelas redes sociais.

A experiência de pesquisa tem indicado que não basta equipar escolas ou ampliar o acesso às plataformas digitais. Conforme Moraes (2016), o simples uso instrumental das tecnologias não garante melhores processos de ensino e aprendizagem. Também Nelson Pretto (2008) adverte que a presença das tecnologias somente produz transformações significativas quando professores(as), estudantes e escolas assumem o papel de produtores(as) de cultura e conhecimento, e não apenas de consumidores(as) de informações.

As pesquisas desenvolvidas ao longo da última década também evidenciam as dificuldades enfrentadas por muitos(as) professores(as) diante das exigências impostas pela cultura digital. A rápida incorporação de plataformas e tecnologias educacionais, frequentemente desvinculada de processos consistentes de formação, tem produzido insegurança, adoecimento e sentimento de perda da autonomia docente. Essa realidade reforça a necessidade de compreender criticamente a presença das tecnologias na educação, reconhecendo seu potencial, mas também seus limites e desafios.

Omar Rincón (2018) nos alerta para a necessidade de pensar as mídias na organização das sociedades contemporâneas:

> *Los medios, entonces, se convirtieron en voceros de sus amos y dejaron de ser los voceros de los ciudadanos. Su poder está en que militan y operan para el relato de hegemonía política que les conviene; operan sobre la opinión pública blindando unos y atacando otros modos de hacer política, inventando grietas, polarizaciones, crisis. Su poder de lobby e incidencia política y económica está en que trabajan en la producción de visibilidades, percepciones, representaciones y emociones públicas. Así su incidencia afecta directamente los ambientes simbólicos, los climas sociales, el control y la vigilancia de la vida privada de los ciudadanos* (Rincón, 2018, p.165).

Embora frequentemente associadas à ideia de liberdade e democratização da informação, as grandes plataformas digitais são administradas por conglomerados econômicos que influenciam a

produção de visibilidades, representações e emoções públicas, afetando diretamente os ambientes simbólicos, políticos e culturais.

Favor Fechar os Olhos: Um Convite à Reflexão sobre uma Sociedade Hiperconectada e Vigilante pelas Redes Sociais

As reflexões desenvolvidas até aqui conduzem a uma questão que ultrapassa o campo das tecnologias e da educação. Se as mídias e as redes sociais passaram a ocupar lugar central na constituição das subjetividades contemporâneas, torna-se necessário compreender seus efeitos sobre a experiência humana, as formas de convivência e os modos de viver o tempo. É nesse horizonte que as contribuições de Byung-Chul Han oferecem importantes elementos para pensar a sociedade contemporânea, especialmente diante da intensificação da hiperconectividade, da vigilância permanente e da aceleração da vida cotidiana.

Byung-Chul Han (2021) reflete sobre os movimentos da sociedade hiperconectada e acerca da subjetividade como forma de conclusão. À primeira vista, pode parecer um diálogo distante das discussões sobre educação; entretanto, ao afirmar que "a subjetividade absoluta é a subjetividade em forma de conclusão" (Han, 2021, p. 15), o filósofo nos conduz a uma reflexão profundamente atual. Para que essa conclusão aconteça, é preciso parar. O silêncio, nesse sentido, constitui a condição para que a subjetividade exista; sem ele, há dispersão, impedindo que o sujeito retorne a si mesmo. Sem esse movimento de retorno, não há conclusão, e a própria subjetividade pode adoecer.

Para ele, concordo, a atual sociedade está inundada de imagens digitais barulhentas, sem silêncio, e consequentemente sem música, ou fragrância, como ele diz, também uma forma de conclusão. Ao discutir essa questão, sou levada a refletir. Quando compro uma fruta no supermercado, por exemplo, costumo sentir seu perfume, e essa experiência sempre me remete ao passado. É justamente pela fragrância que compreendo melhor o que Han

procura nos dizer. Talvez seja necessário voltar a sentir as fragrâncias do mundo — e isso exige tempo.

Para ele, as imagens intranquilas não falam nem contam, mas fazem barulho. Não se pode fechar os olhos diante dessas imagens "retumbantes". O olho fechado é o signo visual da conclusão. Hoje a percepção é incapaz da conclusão, pois ela zapeia através da rede digital infinita. A mudança veloz de uma imagem à outra torna impossível fechar os olhos. Fechar os olhos pressupõe um demorar-se contemplativo. A obrigação da vigilância e da visibilidade dificulta o fechamento dos olhos. A transparência é a expressão da hipervigilância e da hipervisibilidade (2021,p.16-17). É preciso ressignificar a capacidade de interromper esse fluxo incessante da produção para retornar ao silêncio, à contemplação e ao sentido da vida.

Han parte de uma questão central da contemporaneidade: aquilo que denomina de crise do tempo. Diferentemente das análises que atribuem o sofrimento atual apenas à aceleração da vida, o autor sustenta que o verdadeiro problema não reside simplesmente na rapidez, mas na perda da capacidade de produzir conclusões. A sociedade contemporânea tende a viver um tempo contínuo, sem interrupções significativas, sem rituais, sem contemplação e sem encerramentos simbólicos. Como consequência, multiplicam-se experiências de ansiedade, depressão, *burnout* e um permanente sentimento de incompletude. Atingida em sua subjetividade, a pessoa passa a compreender seu sofrimento como uma condição individual, quando, na realidade, ele também expressa uma cultura marcada pelo consumo, pela exposição e pela lógica do desempenho.

Essas reflexões dialogam diretamente com as pesquisas sobre cultura digital, formação docente e práticas pedagógicas críticas. Mais do que discutir tecnologias, Han nos convida a refletir sobre a formação humana em uma sociedade marcada pela aceleração e pela hiperconectividade. É justamente nessa direção que se insere a discussão apresentada a seguir, dedicada aos desafios da formação das juventudes na contemporaneidade.

A formação das juventudes em uma sociedade da aceleração

Segundo Han, os jovens estão sendo formados em uma cultura que valoriza a rapidez, a produtividade e a conectividade permanente. Desde muito cedo, aprendem que é preciso estar constantemente ocupados, produzindo resultados, acumulando informações e respondendo imediatamente às demandas do mundo digital. Essa lógica dificulta a construção de experiências profundas, pois o conhecimento passa a ser consumido de maneira fragmentada, substituindo processos de reflexão por fluxos incessantes de informação.

Na escola e na universidade, esse fenômeno aparece quando o estudante se preocupa mais em cumprir tarefas, entregar atividades e acumular certificados do que em compreender, interpretar e elaborar criticamente o conhecimento. Uma das consequências mais evidentes é a dificuldade crescente de concentração.

Ao afirmar que "não conseguimos mais fechar os olhos", Han utiliza uma metáfora para indicar que a sociedade perdeu a capacidade de contemplação. As redes sociais, as notificações e o consumo contínuo de imagens treinam os jovens para alternar rapidamente entre estímulos, reduzindo o tempo dedicado à leitura profunda, à escuta e ao pensamento elaborado.

Considerações finais

A discussão apresentada neste texto tem relevância para pensar a formação de professores(as), principalmente em um contexto plural e diverso como o de uma fronteira.

Se os(as) futuros(as) docentes também são formados(as) sob a lógica do desempenho e da aceleração, existe o risco de reproduzirem práticas centradas na transmissão rápida de conteúdos e na mensuração de resultados, em detrimento de processos educativos voltados ao pensamento crítico, à criatividade e à construção coletiva do conhecimento.

As pesquisas têm evidenciado que formar professores(as) nessa perspectiva também pode auxiliar na formação de sujeitos capazes de nova reflexão, escuta e diálogo em suas práticas pedagógicas. Para a formação dos jovens, a principal mensagem de Byung-Chul Han é que educar hoje não significa oferecer mais informações, mas criar condições para que elas se transformem em experiência, reflexão e sentido. Em uma sociedade marcada pela aceleração, pela hiperconectividade e pelo imperativo do desempenho, a escola e a universidade podem exercer um papel contracultural: recuperar o valor do silêncio, da leitura atenta, da contemplação, do diálogo e do tempo necessário para pensar.

Essa perspectiva é especialmente fecunda para pesquisas interdisciplinares nas ciências humanas, pois desloca o foco da simples incorporação de tecnologias para uma questão mais profunda: que tipo de sujeito estamos formando? Jovens capazes apenas de responder rapidamente aos estímulos digitais ou cidadãos(ãs) que saibam interpretar criticamente o mundo, estabelecer relações significativas e construir conhecimento com profundidade?

A ideia fundante deste texto — por que estudar a mídia? — pretende provocar o diálogo com outras áreas, pensar a escola, a formação de professores(as) de forma colaborativa e interdisciplinar, em um contexto que extrapola os limites geográficos e culturais, como o de uma fronteira trinacional.

O campo teórico dos Estudos Culturais pode contribuir significativamente para a compreensão desse espaço singular. No entanto, é fundamental que as pesquisas avancem, tanto qualitativa quanto quantitativamente, de modo a ampliar a compreensão da cultura digital e subsidiar a reformulação e a construção de novas políticas voltadas a esse campo. Como expressa Moraes (2016), compreender a mídia como artefato cultural deve estar articulado a uma formação crítica, capaz de consolidar práticas emancipatórias na educação, sustentadas pelo conhecimento científico e comprometidas com transformações que reverberem na sociedade.

Referências

CARDIN, E. G.; ALBUQUERQUE, J. L. C. Fronteiras e deslocamentos. **Revista Brasileira de Sociologia**, vol. 06, n.12. Jan-Abr/2018.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia:** saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GIROUX, H. A. Praticando estudos Culturais nas faculdades de Educação. *In*: TOMAZ, T. da S. (org.). **alienígenas na sala de aula:** uma introdução aos estudos culturais em educação. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995, p.85-103.

GREEN, B.; BIGUM, C. Alienígenas na sala de aula. *In*: TOMAZ, T. da S. (org.). **alienígenas na sala de aula:** uma introdução aos estudos culturais em educação. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995, p.208-240.

HAN, B-C. **Favor fechar os olhos:** em busca de um outro tempo. Trad. Rafael Zambonelli. Petrópolis, RJ: Vozes, 2021.

HAN, B-C. **A expulsão do outro:** sociedade, percepção e comunicação hoje. Trad. Lucas Machado. Petrópolis, RJ: Vozes, 2022.

KELLNER, D. Lendo imagens criticamente: em direção a uma pedagogia pós-moderna. *In*: TOMAZ, T. da S. (org.). **alienígenas na sala de aula:** uma introdução aos estudos culturais em educação. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995, p.104-131.

MORAES, D. R. da S. **Mídias na formação de professores(as):** limites e possibilidades. Jundiaí: Paco Editorial, 2016.

MORAES, D. R. da S. O Consumo da vida nas redes sociais em um ambiente "*influencer*": como ser cool…**Revista de Educação Ambiental**, vol. 29, nº2, maio/ago., 2024.

PRETTO, N. De L. **Além das redes de colaboração:** internet, diversidade cultural e tecnologia do poder. Salvador: EDUFBA, 2008.

RINCÓN, O. El Poder mediático sobre el poder. **Nueva Sociedade**, 2018, Disponível em: https://nuso.org/articulo/el-poder-mediatico-sobre-el-poder/ Acesso em: 30 jun. 2026.

SIMON, R. I. A Pedagogia como uma tecnologia cultural. *In*: TOMAZ, T. da S. (org.). **Alienígenas na sala de aula**: uma introdução aos estudos culturais em educação. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995, p.61-84.

TOMAZ, T. da S. (org.). Currículo e identidade social: territórios contestados. *In*: TOMAZ, T. da S.(org.). **Alienígenas na sala de aula**: uma introdução aos estudos culturais em educação. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995, p.190-207.

THOMPSON, J. B. **A mídia e a modernidade. Uma Teoria social da mídia**. Trad. Wagner de Oliveira Brandão. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

IMAGINÁRIOS QUE SE CRUZAM PELO ESPORTE NA REGIÃO TRINACIONAL BRASIL–PARAGUAI–ARGENTINA: PERSPECTIVAS DECOLONIAIS SOBRE FRONTEIRAS

Cláudia Maria Serino Lacerda
E-mail: claudia.lacerda@unila.edu.br
ORCID: 0000-0002-0330-8882

Angelo Pires Tavares
E-mail: educadorfisicoangelo@gmail.com
ORCID: 0009-0003-3701-393X

Resumo

A fronteira, frequentemente concebida como uma linha rígida que separa Estados-nação — estabelecendo quem pertence e quem é o(a) "outro(a)" —, constitui um produto da modernidade europeia e da *colonialidade do poder*. Nessa perspectiva, opera como dispositivo de soberania que seleciona, controla e exclui populações. Sob leitura crítica dessa tradição, adotamos uma compreensão plural das fronteiras, entendidas como espaços multidimensionais. Nosso objetivo é contribuir para as discussões que buscam transgredir as fronteiras de forma descolonizada[1], evidenciando formas de vida e conexões que coexistem à margem das delimitações artificiais. Para tanto, elegemos o esporte como campo analítico, compreendendo-o como espaço de disputa cujas práticas podem tanto reforçar lógicas imperialistas e relações de dominação quanto fomentar integração e resistência.

[1] Para valorizar as identidades linguísticas do Sul Global, utilizamos o termo "descolonial", com o "s", sempre que fazemos referência a um ato ou uma ação, mantendo a expressão original - "decolonial" , sem o "s" -, somente quando estivermos nos referindo à abordagem epistêmica.

Metodologicamente, seguimos a abordagem qualitativa e interdisciplinar, em diálogo com Aníbal Quijano, Walter Mignolo e Nelson Maldonado-Torres[2]. Articulamos teoria e prática ao mobilizar conceitos construídos, nos últimos dez anos, no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Sociedade, Cultura e Fronteiras, da Unioeste, em interlocução com vivências e interações interdisciplinares estabelecidas com pesquisadores(as) da região. Como recorte empírico, analisamos a Meia Maratona Internacional das Três Fronteiras, evidenciando o esporte como mediador de imaginários que tensionam colonialidades e afirmam um *imaginário próprio do Sul Global*.

Palavras-chave: Fronteiras; Esporte; Decolonialidade; Imaginários; Sul Global.

Introdução

A fronteira, tradicionalmente concebida como uma linha fixa que separa Estados-nação — estabelecendo quem é bem-vindo(a) e quem é estranho(a) —, constitui um produto da modernidade europeia e da *colonialidade do poder*. Nessa perspectiva, opera como dispositivo de soberania que seleciona, controla e subalterniza populações, reproduzindo desigualdades e naturalizando hierarquias. Ao nos aproximarmos dessa noção por meio de uma leitura crítica, ancorada no giro decolonial latino-americano, buscamos deslocar o entendimento da fronteira enquanto limite rígido e homogêneo, passando a concebê-la como espaço plural, atravessado por dimensões sociais, culturais, políticas, simbólicas e territoriais, no qual se entrecruzam práticas, experiências e imaginários.

[2] Optamos por citar, integralmente, os(as) nomes dos(as) intelectuais com os quais dialogamos neste texto, sempre que mencionados(as) pela primeira vez. A intenção é valorizar e destacar os(as) teóricos(as) do Sul Global e contribuir para que se tornem conhecidos(as) internacionalmente.

É nesse movimento que situamos o presente capítulo. Nosso objetivo é contribuir para as discussões que buscam transgredir as fronteiras de forma descolonizada, evidenciando formas de vida, saberes e conexões que coexistem antes ou à margem das delimitações artificiais impostas pelo Estado-nação. Ao fazê-lo, assumimos também o compromisso de tensionar e desnaturalizar o eurocentrismo que historicamente orienta a produção do conhecimento, ao mesmo tempo em que buscamos contribuir para a afirmação de um "*imaginário próprio do Sul Global*", conforme Muniz (2024).

Nesse percurso, elegemos o esporte como campo analítico privilegiado — ainda pouco explorado nos estudos de fronteira —, compreendendo-o como espaço de disputa cujas práticas podem tanto reforçar lógicas imperialistas e relações de dominação quanto fomentar integração, circulação e resistência. Partimos do entendimento de que o esporte não se limita à sua dimensão competitiva ou institucional, mas constitui um campo de produção de sentidos, articulação de pertencimentos e narrativas que atravessam e, por vezes, tensionam as fronteiras.

Assim, estabelecemos diálogos com o movimento de resistência teórica do giro decolonial, bem como com outros(as) pesquisadores(as) locais e regionais, com o intuito de ampliar as vozes sulinas e contribuir para o reposicionamento do Sul Global na geopolítica internacional do conhecimento. Nesse horizonte, compreendemos a *colonialidade do poder*, conceito desenvolvido por Quijano (2005), sociólogo peruano, como a permanência de estruturas hierárquicas que organizam o mundo moderno; a *colonialidade do saber*, concebida pelo professor argentino, Mignolo (2003), como a centralidade de referenciais e padrões eurocêntricos na validação do conhecimento; e a *colonialidade do ser*, noção desenvolvida por Maldonado-Torres (2007), filósofo porto-riquenho, como os efeitos dessas hierarquias nas formas pelas quais sujeitos(as) são reconhecidos(as), valorizados(as) ou desumanizados(as). Ao mobilizarmos esses conceitos, buscamos sustentar uma leitura das fronteiras que ultrapasse a dimensão

estatal, reconhecendo-as como construções históricas, disputadas e em constante transformação.

Metodologicamente, optamos por uma abordagem qualitativa, interdisciplinar e analítica, articulando teoria e prática ao longo de todo o texto, sem aderir rigidamente à estrutura tradicional de organização do conhecimento (a *colonialidade do saber*) — que compartimentaliza teoria, método e análise. Em nosso percurso, mobilizamos concepções desenvolvidas, nos últimos dez anos, em pesquisas realizadas no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Sociedade, Cultura e Fronteiras, da Unioeste, em diálogo com vivências e interlocuções científicas interdisciplinares estabelecidas na região. Essa escolha não é apenas metodológica, mas também epistemológica: ao recusarmos a separação estanque entre teoria e prática, buscamos produzir uma análise situada, comprometida com as dinâmicas concretas da fronteira e com os(as) sujeitos(as) que a vivenciam.

Para favorecer o diálogo entre as Ciências Sociais e as Ciências da Saúde, recorremos à inteligência artificial, considerando as diferenças epistemológicas e metodológicas que historicamente dificultam essa interlocução. A ferramenta auxiliou na articulação entre autores(as) de ambas as áreas, para evitar debates forçosos ou incompatíveis, além de contribuir para a verificação da originalidade do estudo.

Nesse contexto, tomamos como recorte empírico a Meia Maratona Internacional das Três Fronteiras, evento que percorre as cidades de Foz do Iguaçu (Brasil), *Ciudad del Este* (Paraguai) e *Puerto Iguazú* (Argentina). Trata-se de uma experiência singular de circulação transfronteiriça, na qual corpos, territórios e narrativas se articulam, oferecendo um campo privilegiado para observar como o esporte pode atuar como mediador de imaginários sobre fronteiras. Ao analisarmos esse evento, buscamos evidenciar como práticas esportivas podem tanto reproduzir lógicas hegemônicas — como aquelas associadas ao nacionalismo, à competição ou à exploração de corpos no capitalismo desportivo — quanto constituir formas de transgressão, ao fomentar conexões,

pertencimentos e resistências que extrapolam os limites impostos pelo Estado-nação.

A relevância deste estudo se evidencia, ainda, quando consideramos a produção acadêmica recente. Levantamento exploratório realizado na base SciELO indica que os estudos sobre fronteiras concentram-se, majoritariamente, em temas como segurança, saúde pública, mobilidade e políticas sociais, enquanto o esporte aparece, em geral, associado à Educação Física, ao lazer ou à saúde. Embora haja avanços no campo da decolonialidade, observa-se que esses eixos ainda são tratados de forma relativamente dissociada. Nesse sentido, permanece pouco explorada a análise do esporte como espaço de produção e disputa de imaginários sobre fronteiras, o que reforça a originalidade e a pertinência do recorte aqui proposto.

Para facilitar a compreensão da discussão proposta, organizamos o capítulo em cinco seções articuladas. Na primeira, discutimos a concepção clássica de fronteira, como produto da modernidade europeia e da *colonialidade do poder*, contrapondo-a a abordagens descolonizadas e multidimensionais. Em paralelo, apresentamos o território trinacional em suas especificidades. Na segunda, agregamos o esporte à discussão, analisando-o como campo de disputa e potencial espaço de transgressão. Na terceira, detalhamos o recorte empírico da Meia Maratona Internacional das Três Fronteiras. Na quarta, aprofundamos a discussão do esporte como mediador de imaginários das fronteiras e do Sul Global. Por último, em conclusão, apresentamos as análises e contribuições do estudo, evidenciando o potencial do esporte como chave interpretativa para compreender as fronteiras como espaços vivos, relacionais e em constante transformação.

Fronteiras, *Fronteras, Tekoha*

A escolha do título desta seção — *Fronteiras, fronteras, tekoha* — não se limita a um recurso estilístico, mas expressa uma posição epistemológica e política. Ao mobilizarmos as grafias em

português, espanhol e guarani, buscamos reconhecer e valorizar a pluralidade linguística e cultural que constitui o território trinacional de Foz do Iguaçu (Brasil), *Ciudad del Este* (Paraguai) e *Puerto Iguazú* (Argentina). Trata-se de uma escolha que tensiona a centralidade de uma única língua — historicamente associada à produção hegemônica do conhecimento — e amplia as possibilidades de compreensão das fronteiras a partir de diferentes matrizes culturais. Nesse sentido, o termo *tekoha*, oriundo da cosmovisão guarani, oferece uma chave interpretativa fundamental ao remeter à inseparabilidade entre território, modo de vida e relações comunitárias. Como afirma Melià (1997, p. 56), "*tekoha é o lugar onde se vive segundo o teko*", indicando que o território não pode ser dissociado das práticas sociais, culturais e cosmológicas que o constituem.

A concepção clássica de fronteira, amplamente difundida na tradição moderna, está ancorada na ideia de delimitação territorial rígida entre Estados-nação, operando como instrumento de organização política, jurídica e administrativa. Nessa perspectiva, a fronteira é concebida como linha fixa, destinada a separar soberanias, controlar fluxos e definir pertencimentos. Contudo, tal compreensão não é neutra nem universal: trata-se de uma construção histórica vinculada à modernidade europeia e aos processos coloniais que estruturaram o Sistema-Mundo contemporâneo. Como observa Quijano, a *colonialidade do poder* "classifica a população mundial segundo a ideia de raça" (Quijano, 2005, p. 117), evidenciando como as fronteiras também operam como mecanismos de ordenamento e hierarquização social.

Ao evocarmos o giro decolonial, evidenciamos que essa concepção de fronteira está intrinsecamente relacionada à *colonialidade do poder*, na medida em que organiza e legitima hierarquias globais, definindo centros e periferias, bem como sujeitos(as) autorizados(as) e subalternizados(as). A fronteira, nesse sentido, não apenas separa territórios, mas também classifica e ordena populações, operando como tecnologia de controle que sustenta desigualdades históricas.

De modo articulado, a *colonialidade do saber*, discutida por Mignolo, permite compreender como determinadas formas de conhecer e interpretar as fronteiras — especialmente aquelas produzidas a partir de lógicas e padrões eurocêntricos — foram historicamente legitimadas, em detrimento de outras epistemologias. Como afirma o autor, "o eurocentrismo não é apenas um ponto de vista, mas uma estrutura de poder que define o que conta como conhecimento" (Mignolo, 2003, p. 27), o que implica reconhecer que a própria noção de fronteira é atravessada por disputas que silenciam saberes locais e experiências situadas.

Da mesma forma, a *colonialidade do ser*, desenvolvida por Maldonado-Torres, explicita os efeitos dessas dinâmicas nas formas de existência dos(as) sujeitos(as), evidenciando como a lógica moderna/colonial impacta o reconhecimento e a dignidade de determinados grupos. Segundo o autor, trata-se de um processo de "desumanização sistemática" (Maldonado-Torres, 2007, p. 257), perceptível, por exemplo, na marginalização de populações fronteiriças.

Ao dialogarmos com a produção latino-americana sobre território e fronteiras, ampliamos essa crítica ao evidenciar que a fronteira não pode ser compreendida apenas como linha de separação, mas como espaço de múltiplas territorialidades. Nessa direção, concordamos com o pesquisador brasileiro, Rogério Haesbaert, quando ele propõe que vivemos em um contexto de multiterritorialidade, no qual "os sujeitos passam a viver simultaneamente em diferentes territórios, articulando múltiplas escalas e pertencimentos" (Haesbaert, 2004, p. 344). Tal reflexão nos permite compreender as fronteiras como espaços de sobreposição, circulação e negociação de identidades.

Em diálogo com essa perspectiva, Marcelo Lopes de Souza, também brasileiro, destaca que o território deve ser compreendido como "um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder" (Souza, 1995, p. 78), enfatizando seu caráter político e relacional. Com essa definição, o referido professor evidencia que

as fronteiras não são apenas limites físicos, mas expressões de disputas e estratégias de controle e apropriação do espaço.

De forma convergente e complementar, Marco Aurélio Saquet amplia essa leitura ao enfatizar o território como processo histórico e relacional, no qual se articulam dimensões materiais e imateriais. Para o pesquisador brasileiro, "o território resulta das relações sociais estabelecidas no tempo e no espaço, envolvendo práticas, identidades e formas de organização" (Saquet, 2007, p. 39). Ao associarmos essas concepções, reforçamos a compreensão das fronteiras como construções dinâmicas, produzidas por sujeitos(as) em contextos específicos, atravessadas por relações de poder, mas também por práticas cotidianas, identidades e formas de pertencimento.

Diante dessas contribuições, torna-se necessário deslocar o olhar para abordagens que compreendam as fronteiras como fenômenos plurais, dinâmicos e multidimensionais. Nessa direção, entendemos as fronteiras não apenas como limites geopolíticos, mas como espaços de interação, circulação e produção de sentidos, atravessados por múltiplas dimensões: social, cultural, econômica, política e simbólica.

É nesse horizonte que se insere o território trinacional formado por Foz do Iguaçu (Brasil), *Ciudad del Este* (Paraguai) e *Puerto Iguazú* (Argentina), cuja configuração desafia leituras simplificadoras e evidencia a complexidade das fronteiras contemporâneas. Trata-se de uma região marcada por intensos fluxos de pessoas, mercadorias e culturas, na qual as fronteiras estatais coexistem com práticas cotidianas que as atravessam, ressignificam e, por vezes, as tornam porosas. A presença de múltiplos idiomas — português, espanhol, guarani e vários outros —, bem como a diversidade de formas de organização social e econômica, revela um espaço de convivência intercultural que tensiona as lógicas homogêneas do Estado-nação.

Essa complexidade se expressa também na pluralidade étnica que caracteriza a região. Estudos recentes indicam que a tríplice fronteira abriga um significativo contingente populacional

formado por diferentes grupos nacionais e étnicos. Entre eles, podemos mencionar as comunidades latino-americanas, as populações indígenas e as expressivas migrações internacionais, árabes e asiáticas. Essas coletividades se articulam em redes econômicas, culturais e religiosas próprias, como observam Alexandra Carniel e Silvana Pires de Matos (2022). Trata-se, portanto, de um território marcado por forte heterogeneidade sociocultural, no qual coexistem distintas formas de pertencimento, identidades híbridas e práticas multilíngues, evidenciando o caráter transnacional e relacional da vida fronteiriça.

Nesse contexto, as metáforas constituem um instrumento analítico privilegiado para apreender os imaginários que estruturam a região trinacional. Como destacam Cláudia Maria Serino Lacerda, Fernanda Sobral Rocha e Jessica Aparecida Soares, as metáforas "se apresentam como um instrumento analítico revelador dos imaginários coletivos que compõem esse espaço" (Muniz; Rocha; Soares, 2019, p. 19). Nessa perspectiva, compreender a fronteira trinacional implica reconhecer que seus sentidos não são dados, mas construídos por meio de imagens, narrativas e experiências compartilhadas.

Entre as principais metáforas identificadas para a região, destacam-se aquelas que a definem como espaço de integração social e econômica, ao mesmo tempo em que evidenciam suas contradições, como nos processos de "desintegração social" e conflitos decorrentes das desigualdades entre os países (Muniz; Rocha; Soares, 2019, p. 21). Leituras de Soares e Muniz (2019) também caracterizam o território como "lugar de assimetrias nacionais", ressaltando as diferenças estruturais e as dificuldades de cooperação plena entre Brasil, Paraguai e Argentina. Há ainda metáforas que enfatizam as fronteiras como "lugar do dinheiro fácil" ou "último recurso" para pessoas em situação de vulnerabilidade, no contexto das dinâmicas econômicas específicas, por vezes estigmatizantes, como observa Ivo Dittrich (2014).

Ao mesmo tempo, a região é interpretada como zona de encontro, convivência e hibridização cultural, marcada pela

circulação de línguas, práticas e identidades, mas igualmente atravessada por tensões e disputas simbólicas. Nesse sentido, as metáforas permitem acessar dimensões que escapam às definições estritamente institucionais, conforme expressa o referido autor, revelando a fronteira como espaço vivido, percebido e significado pelos(as) sujeitos(as) (Dittrich, 2014, p. 195).

Essas múltiplas imagens reforçam a compreensão da região trinacional como uma verdadeira encruzilhada de territorialidades, na qual coexistem integração e conflito, mobilidade e controle, reconhecimento e discriminação. Ao mobilizarmos essas metáforas, evidenciamos que a fronteira não pode ser reduzida a uma linha de separação geográfica. Ela deve ser compreendida como espaço vivo, dinâmico e de convivência, no qual se produzem imaginários que orientam a subversão, onde as regras do Estado são transgredidas pela prática cultural e pelo afeto.

É nesse contexto que o esporte se apresenta como uma prática social privilegiada para observar tais dinâmicas, uma vez que mobiliza corpos, deslocamentos e afetos que atravessam — e, por vezes, tensionam — as delimitações estatais. Ao aproximar sujeitos(as), territórios e experiências diversas, o esporte possibilita vislumbrar a fronteira como ponte, corredor e encruzilhada (Quadro 1), contribuindo para diferentes reflexões e produção de sentidos sobre as fronteiras.

Quadro 1: Fronteiras e o esporte nas relações transfronteiriças

Metáfora	Função	Sentido sociológico
A fronteira como "Ponte"	Aproximação / Conexão	O esporte nos permite perceber a fronteira como integração, já que é capaz de unir aquilo que a política ou a geografia separou.
A fronteira como "Corredor"	Fluxo	O esporte facilita o trânsito de pessoas, ideias, culturas, identidades e experiências.
A fronteira como "Encruzilhada"	Encontro / Tensão	O esporte possibilita que identidades locais e globais sejam colididas e renegociadas.

Fonte: Elaborado pelos(as) autores(as) (2026).

Tais metáforas espaciais nos conduz à análise, na seção seguinte, do papel do esporte como espaço de disputa e seu potencial de transgressão de padrões coloniais no contexto do Sul Global.

Esporte, Fronteiras e Transgressões na Produção de Territorialidades

Partindo da compreensão da região trinacional como um espaço de diferentes territorialidades, no qual se entrecruzam fluxos, identidades e imaginários, o esporte emerge como uma prática social privilegiada para observar — e também produzir — essas dinâmicas. Ao mobilizar corpos em movimento, deslocamentos e experiências compartilhadas, o esporte atravessa as fronteiras físicas e simbólicas, aproximando-se das metáforas anteriormente discutidas. Nesse contexto, pode operar como ponte, ao aproximar sujeitos(as) e territórios historicamente separados por delimitações políticas; como corredor, ao intensificar fluxos de pessoas, ideias e experiências; e como encruzilhada, ao reunir diferentes identidades, pertencimentos e territorialidades em permanente negociação. Essas dimensões revelam o esporte não apenas como reflexo das relações transfronteiriças, mas como prática ativa na produção de sentidos sobre as fronteiras.

Nessa perspectiva, compreendemos o esporte não apenas como prática corporal ou atividade competitiva, mas como uma ação sociocultural situada, cujos significados são construídos em estreita relação com o território. Assim, compartilhamos da concepção de David Pérez López, Ana Peri Hada e Mariana Sarni Muñiz (2024), para quem o esporte configura-se como uma "prática social, produto genuíno da sociedade", cujos sentidos emergem das interações entre sujeitos(as) e contextos específicos. Tal compreensão reforça a ideia de que o esporte, longe de ser neutro, é atravessado por dimensões históricas, culturais, políticas e econômicas, constituindo-se como espaço de produção de significados e disputa simbólica.

Ao dialogarmos com a noção de multiterritorialidade proposta por Haesbaert, reforçamos essa leitura ao reconhecer que os(as) sujeitos(as) que participam de práticas esportivas em contextos fronteiriços transitam simultaneamente entre diferentes territórios e pertencimentos (Haesbaert, 2004). O esporte, nesse sentido, não apenas se insere em territórios, mas participa ativamente de sua produção, ao constituir redes de sociabilidade, circulação e reconhecimento que extrapolam os limites estatais. Tal dinâmica aproxima-se da literatura internacional que compreende o esporte como fenômeno intrinsecamente transnacional, marcado por "fluxos, circulações e interconexões" que atravessam fronteiras e produzem pertencimentos múltiplos, conforme expressa Souvik Naha (2016).

Essa leitura permite compreender o esporte como um verdadeiro campo de disputa. Por um lado, práticas esportivas podem ser apropriadas por estruturas hegemônicas, funcionando como instrumentos de afirmação nacionalista, mercantilização dos corpos e reprodução de hierarquias globais. Nessa lógica, os corpos de atletas do Sul Global frequentemente são reduzidos à condição de força produtiva destinada a alimentar mercados esportivos concentrados no Norte Global, evidenciando permanências da *colonialidade do poder* nas dinâmicas contemporâneas do esporte.

Por outro lado, o esporte também pode constituir espaço de resistência e transgressão. Em contextos fronteiriços, as práticas esportivas frequentemente subvertem as delimitações rígidas do Estado-nação, transformando a fronteira em espaço vivido, atravessado por afetos, experiências compartilhadas e formas próprias de pertencimento. Ao aproximar sujeitos(as) de diferentes nacionalidades, idiomas e culturas, o esporte produz vínculos que escapam às classificações homogêneas impostas pelas lógicas modernas/coloniais.

Essa dimensão se torna ainda mais significativa quando questionamos os próprios modelos hegemônicos de rendimento esportivo. O paradigma do esporte-performance, centrado na produtividade, no recorde e no lucro, pode ser interpretado como

expressão de racionalidades coloniais que privilegiam eficiência, competitividade e mercantilização. Em contraposição, práticas esportivas desenvolvidas em contextos do Sul Global frequentemente preservam dimensões comunitárias, culturais e ancestrais que deslocam o foco exclusivo do desempenho individual para experiências coletivas de convivência, pertencimento e memória.

Nesse horizonte, a metáfora da encruzilhada assume centralidade analítica, na articulação esporte e fronteiras. Mais do que um simples ponto de encontro, ela representa um espaço de escolha, negociação e imprevisibilidade, no qual diferentes trajetórias, identidades e racionalidades coexistem e se tensionam. Em contextos afro-latino-americanos, a encruzilhada também remete a espaços simbólicos de comunicação, travessia e abertura ao inesperado, conforme expressa o teórico brasileiro, Luiz Rufino, constituindo-se como potência epistemológica capaz de desafiar racionalidades coloniais e afirmar outras possibilidades de existência (Rufino, 2019).

Dessa forma, com nossas leituras, buscamos evidenciar como práticas corporais atuam como mediadoras de imaginários, contribuindo para a produção de territorialidades que não se limitam às delimitações geográficas e políticas, mas se constituem no movimento, na experiência e na relação. É a partir dessa perspectiva que, na seção seguinte, apresentamos o recorte empírico da Meia Maratona Internacional das Três Fronteiras, como expressão concreta dessas dinâmicas.

Meia Maratona Internacional das Três Fronteiras: Corrida, Travessia e Produção de Imaginários

A Meia Maratona Internacional das Três Fronteiras constitui um dos eventos esportivos mais emblemáticos da região trinacional formada por Foz do Iguaçu (Brasil), *Ciudad del Este* (Paraguai) e *Puerto Iguazú* (Argentina). Com a 9ª edição agendada para 11 de outubro de 2026, é considerada uma das provas mais

icônicas da América do Sul, sendo frequentemente apresentada como a única prova conhecida, nas Américas, em que corredores(as) atravessam três países distintos — Paraguai, Brasil e Argentina — em um único percurso de 21 quilômetros. Mais do que uma prova de resistência física ou competição, trata-se de uma prática social que produz formas específicas de vivenciar e significar as fronteiras.

O evento contempla duas modalidades principais: a meia maratona de 21 km e um percurso reduzido de 10,5 km, permitindo a participação tanto de atletas de elite quanto de corredores(as) amadores(as) provenientes de diferentes nacionalidades. Nos 21 km, a largada ocorre em *Ciudad del Este*, no Paraguai; em seguida, os(as) participantes atravessam a Ponte da Amizade em direção ao Brasil. Em Foz do Iguaçu, Paraná, percorrem importantes vias urbanas, seguindo pela Ponte Tancredo Neves até *Puerto Iguazú*, na Argentina, onde a prova é finalizada. Já a modalidade de 10,5 km possui largada em Foz do Iguaçu, também com chegada em território argentino. Diferentemente das corridas urbanas tradicionais, a Meia Maratona Internacional das Três Fronteiras transforma aduanas, pontes internacionais e postos migratórios em parte constitutiva da experiência esportiva.

Além do desafio físico, a prova é frequentemente celebrada pela integração cultural proporcionada pela travessia entre os três países. Durante o percurso, corredores(as) experimentam mudanças de idioma, paisagem, arquitetura urbana e dinâmicas sociais, em poucas horas, enquanto atravessam espaços simbólicos marcados pela confluência dos rios Iguaçu e Paraná e pelas próprias pontes internacionais que conectam os territórios. Ainda que os trâmites migratórios sejam previamente organizados pela coordenação do evento, a passagem pelas aduanas permanece como elemento central da experiência da corrida, evidenciando a coexistência entre circulação e controle nas fronteiras contemporâneas.

Essa dimensão aproxima a Meia Maratona Internacional das Três Fronteiras de outras corridas internacionais que atravessam

múltiplos países, como a *Sparkasse 3-Länder-Marathon*, realizada entre Alemanha, Áustria e Suíça, ao redor do Lago de Constança. Contudo, a corrida sul-americana apresenta especificidades próprias do contexto latino-americano e fronteiriço, especialmente por atravessar uma região marcada, historicamente, por intensos fluxos econômicos, culturais e migratórios, bem como por assimetrias sociais e políticas entre os países envolvidos. Tal singularidade confere ao evento uma dimensão que ultrapassa o caráter esportivo e o transforma em importante expressão das relações transfronteiriças no Sul Global.

Em razão disso, sua realização envolve elevada complexidade logística e diplomática. A prova exige articulação permanente entre órgãos públicos, forças de segurança, autoridades migratórias, aduaneiras e instituições dos três países. Sua concretização demanda a observância de diferentes trâmites administrativos, jurídicos e institucionais, refletindo distintas formas de organização e gestão dos espaços fronteiriços. Nesse contexto, enquanto alguns procedimentos apresentam maior flexibilidade operacional — a exemplo dos trâmites migratórios do Paraguai (em *Ciudad del Este*) e do Brasil (em Foz do Iguaçu) —, a circulação em território argentino requer protocolos aduaneiros mais tradicionais, conforme relatado pela organizadora da prova, Edimara Alves de Oliveira[3]:

> […] O Paraguai é mais livre...Assim, não é que é livre...Não tem tanta burocracia que tem na Argentina, que você tem que parar, fazer sua entrada, depois saída. Então, por isso que a gente precisa planejar tudo e passar todos os nomes e documentações com bastante antecedência.
> […] Quando o atleta se inscreve, ele tem que mandar a foto do documento. E a documentação tem que ser o RG. Agora, até estão aceitando [na Argentina] a habilitação...Faz pouco tempo. Isso já é uma

[3] A utilização do depoimento de Edimara Alves de Oliveira, organizadora oficial da Meia Maratona Internacional das Três Fronteiras, foi previamente autorizada pela entrevistada para fins acadêmicos e científicos, mediante assinatura de termo específico de autorização de uso de depoimento. O documento encontra-se disponível no Apêndice A deste artigo.

> flexibilidade...Antes, não aceitavam. Mas a habilitação só é válida aqui em *Puerto Iguazú*...Pra frente já não dá. Já é um avanço...porque antes era só o RG. Agora aceitam CNH. Mas o documento não pode ser anterior há 10 anos (Oliveira, 2026).

A fronteira argentina aparece, assim, simultaneamente como espaço de acolhimento e de controle, revelando como as fronteiras contemporâneas oscilam entre abertura e vigilância, circulação e contenção. Em razão dessa complexidade logística, a Meia Maratona Internacional das Três Fronteiras permaneceu paralisada por uma década, após sua primeira realização, em 2010, quando foi coordenada por Raimundo Ramos dos Santos. Tal dinâmica evidencia que, mesmo em práticas voltadas à integração regional, as assimetrias estatais continuam presentes, reafirmando o argumento de que as fronteiras não desaparecem na contemporaneidade, mas assumem novas formas de regulação.

A prova somente foi retomada em 2017, em um contexto marcado pelo fortalecimento das cooperações internacionais e dos mecanismos de integração na região de fronteira, cenário que possibilitou a criação de um comitê internacional, com organizadores(as) de eventos esportivos dos três países, sob coordenação de Edimara Alves de Oliveira, no Brasil. O fato de milhares de corredores(as) voltarem a atravessar, coletivamente, esses limites evidencia o potencial do esporte para produzir experiências que relativizam, ainda que temporariamente, a rigidez das delimitações nacionais.

Esse movimento de aproximação e cooperação permanente entre as nações vizinhas — por meio da coordenação e construção conjunta de soluções entre as autoridades nacionais envolvidas no evento —, demonstra como o esporte pode atuar como ferramenta de integração regional, desenvolvimento turístico e dinamização econômica, reforçando o caráter diplomático e unificador da prova.

Nesse sentido, a Meia Maratona materializa, no plano empírico, as metáforas anteriormente discutidas. Ela nos permite perceber a *fronteira como ponte*, ao conectar sujeitos(as) e territórios historicamente atravessados por relações de circulação e interdependência; a *fronteira*

como corredor, ao intensificar fluxos transnacionais de pessoas, práticas e afetos; a *fronteira como encruzilhada*, ao reunir diferentes identidades, racionalidades e experiências em um mesmo espaço-tempo. Mais do que simples recurso interpretativo, essas metáforas se tornam perceptíveis na própria dinâmica do evento, na qual *integração e tensão* coexistem continuamente.

A corrida também nos permite refletir sobre os conceitos desenvolvidos por Haesbaert (2004), sobre a multiterritorialidade da fronteira. Durante a prova, os(as) atletas transitam entre diferentes escalas territoriais e simbólicas, negociando pertencimentos nacionais, linguísticos e culturais. Em poucas horas, escutam comandos em português e espanhol, atravessam postos migratórios, circulam entre distintas paisagens urbanas e interagem com sujeitos(as) provenientes de diferentes nacionalidades e contextos sociais. A Meia Maratona transforma-se, assim, em experiência concreta de multiterritorialidade vivida.

Essa dimensão se torna ainda mais evidente quando observamos os atravessamentos linguísticos produzidos pela corrida. Nesse contexto, destacam-se as contribuições da pesquisadora, argentina, Jorgelina Ivana Tallei, cujos estudos sobre o *portunhol* evidenciam as formas pelas quais as línguas se misturam, se reinventam e produzem pertencimentos específicos nas regiões de fronteira. Em pesquisas recentes, Tallei (2023) demonstra que o *portunhol* não deve ser compreendido como simples "erro" linguístico ou deformação do português e do espanhol, mas como prática comunicativa situada, produzida pelas relações cotidianas entre sujeitos(as) que compartilham experiências transfronteiriças:

> […] O *portunhol* existe em regiões fronteiriças a partir da interação comunicativa estabelecida nesses espaços, sendo um fenômeno que pode ser compreendido de diversas formas. Sua pluralidade de significados provém de relações complexas e diversas entre o falante e as línguas […]. Desse modo, abrir campos de estudos que privilegiem e valorizem o *portunhol* são importantes, pois se distanciam das imposições vivenciadas pela utopia do monolinguismo que prega a ideia de que o português é a única língua do Brasil, confrontando assim o mito da pureza linguística.

> [...] Para se desprender do lugar de 'erro' designado ao *portunhol* através da lógica monolíngue, é essencial estudá-lo a partir dos princípios da decolonialidade, que por sua vez é a manifestação contra todo tipo de violência que estabelece a modernidade, colonialidade e colonialismo (Tallei, 2023, p. 169).

Ao analisar o *portunhol* como expressão legítima das dinâmicas culturais das fronteiras, a autora contribui para desnaturalizar hierarquias linguísticas e epistemológicas associadas à *colonialidade do saber*. Expressão dessa materialidade pode ser observada no Dicionário básico de *portunhol* para corredoras e corredores da Meia Maratona Internacional das Três Fronteiras (Quadro 2), publicado por Tallei (2025) em rede social digital. Mais do que instrumento funcional, o dicionário simboliza a própria experiência fronteiriça vivida durante a corrida: uma linguagem híbrida, construída no contato entre sujeitos(as), territórios e culturas.

Ao reconhecer o *portunhol* como prática legítima de comunicação, a iniciativa desloca a lógica monolíngue do Estado-nação e evidencia como os imaginários da fronteira também são produzidos pela linguagem, pela convivência e pelos atravessamentos culturais.

Quadro 2: Dicionário básico de *portunhol* para corredoras e corredores da Meia Maratona Internacional das Três Fronteiras

Expressão / *Portunhol*	**Sentido / Significado**
*Puesto de hidrataci**Ó**n*	Ponto de hidratação / Ponto de água
Puntos de colectivos	Pontos de ônibus
Control de aduana	Controle Aduaneiro
Llegada (salida de Paraguay, llegada en Argentina)	Pórtico de largada / pórtico de chegada
*Jugos, gaseosas, bebidas isot**Ó**nicas*	Sucos, refrigerantes, bebidas isotônicas
Medalla	Medalha

Fonte: Tallei (2025).

Nessa conjuntura, a Meia Maratona Internacional das Três Fronteiras ultrapassa a condição de simples evento esportivo e se consolida como espaço de produção de imaginários sobre a

fronteira. Ao mobilizar corpos, afetos, idiomas e deslocamentos, a corrida produz experiências que tensionam, na vivência recorrente da travessia, as *colonialidades do poder, do saber e do ser*. Se, por um lado, a presença dos controles migratórios e das regulações estatais evidencia a permanência das estruturas modernas/coloniais; por outro, as práticas cotidianas de convivência, circulação e comunicação produzidas durante o evento apontam para possibilidades outras de viver e significar as fronteiras. Isso se revela nos depoimentos de participantes, publicados em rede social da referida prova, que expressam dimensões recorrentes da experiência fronteiriça vivida durante a Meia maratona, especialmente no que se refere aos afetos, à convivência e aos atravessamentos territoriais:

> *Vivir la Media Maratón de la Triple Frontera fue una experiencia que me atravesó por completo. Desde el primer paso, supe que estaba por vivir algo especial.*
> *Correr por tres países, sintiendo cómo se mezclan culturas, paisajes y emociones, fue simplesmente hermoso, el entorno era increíble, naturaleza pura, el río como testigo, y ese cielo que parecía celebrar com nosotros cada kilómetro recorrido.*
> *Pero lo que más me llenó fue la energía de la gente. Ver a desconocidos alentando, compartiendo agua, sonrisas, palabras de aliento, eso te impulsa cuando las piernas ya no pueden más, hay una magia em ese tipo de eventos que no se explica, se vive.*
> (Corredor argentino participante da Meia Maratona, 2025).

> Acordei às 3h30, e às 4h20 o motorista já estava me esperando pra irmos até o Paraguai […]. E logo já estávamos conversando com pessoas de vários estados do Brasil. Essa é a magia das corridas: a gente sempre encontra novas histórias e pessoas incríveis no caminho.
> Saindo do Paraguai [largada da corrida] e entrando no Brasil, começaram as subidas – e o medo de pisar em buracos, porque o asfalto nem dava pra ver direito [por causa da chuva]. No km 10, tomei meu melzinho e foquei na cabeça e no coração. A partir dali, fui só correndo e agradecendo. Os caminhos eram lindos – e quando vi uma coca-cola no percurso, foi o gás que faltava!
> De repente, já estava na Argentina, atravessando a ponte, e as subidas ainda não tinham acabado rsrs. Olhei pro relógio: quase 21 km! E alguém gritou 'é 22km!'. Eu só pensei: boraaaa! Eu vim pra correr! E chegueiiii…Com o coração cheio, o corpo cansado e a alma leve.

> A medalha é linda, mas o melhor de tudo é o alívio e a alegria de ter conseguido, de ter vivido cada quilômetro com amor por esse esporte que é solo, mas une pessoas e histórias pelo caminho!
> (Corredora brasileira participante da Meia Maratona, 2025).

Além da dimensão simbólica e cultural, a prova também desempenha papel estratégico na promoção do turismo regional e na dinamização econômica da tríplice fronteira. O aumento do fluxo de visitantes durante o período da corrida impacta diretamente setores como hotelaria, gastronomia, comércio e transporte, ampliando a visibilidade internacional da região e reforçando sua inserção em circuitos globais de turismo esportivo. Entretanto, mais do que um vetor econômico, a Meia Maratona Internacional das Três Fronteiras constitui um espaço privilegiado para observar como práticas esportivas podem produzir aproximações, negociações e tensionamentos entre diferentes territorialidades.

Nessa direção, o esporte também ultrapassa a lógica estrita da performance física e se aproxima de práticas de cuidado coletivo, nas quais movimento, encontro e sociabilidade passam a compor formas compartilhadas de promoção da vida. Essa perspectiva se aproxima de concepções salutogênicas que compreendem a saúde para além da ausência de doença, como expressa Aaron Antonovsky (1987). Em uma região frequentemente marcada por discursos de controle, insegurança e conflito, a prática esportiva transfronteiriça produz experiências de convivência, pertencimento e fortalecimento de vínculos, contribuindo para a construção de imaginários associados ao bem-estar coletivo e à saúde mental.

Dessa forma, a Meia Maratona Internacional das Três Fronteiras não apenas atravessa territórios: ela produz sentidos sobre eles. É justamente nessa tensão entre controle e circulação, rigidez e porosidade, nacionalidade e transnacionalidade, que a corrida se revela como campo privilegiado para pensar as fronteiras a partir de uma perspectiva decolonial situada no Sul Global.

Entre Metáforas, Travessias e Imaginários: Possibilidades Decoloniais

Ao participar da Meia Maratona Internacional das Três Fronteiras, os(as) corredores(as) não apenas transpassam territórios nacionais: atravessam também imaginários, linguagens, pertencimentos e formas distintas de viver a fronteira. Nesse movimento, as metáforas anteriormente discutidas — *a fronteira como ponte*, *a fronteira como corredor* e *a fronteira como encruzilhada* — deixam de operar apenas como categorias analíticas e passam a se manifestar na própria experiência da travessia.

A fronteira-ponte se expressa nas aproximações produzidas entre sujeitos(as), culturas e territorialidades historicamente conectadas pela circulação cotidiana. A fronteira-corredor emerge na intensificação dos fluxos de corpos, afetos, idiomas e experiências compartilhadas que atravessam continuamente a região trinacional. Já a fronteira-encruzilhada se revela nas ambiguidades que permeiam o evento: acolhimento e vigilância, integração e controle, liberdade e regulação coexistem de maneira permanente, evidenciando que as fronteiras contemporâneas seguem marcadas por tensões históricas e coloniais.

Nesse contexto, o esporte não aparece apenas como prática competitiva, mas como mediador de imaginários sobre as fronteiras. Ao mesmo tempo em que a corrida evidencia a permanência de dispositivos modernos/coloniais — como controles migratórios, hierarquias linguísticas e assimetrias institucionais —, ela também produz experiências que relativizam essas estruturas por meio da convivência, da circulação e da construção de vínculos. A travessia coletiva entre Paraguai, Brasil e Argentina não elimina as fronteiras, mas produz outras formas de percebê-las e significá-las.

O *portunhol*, os depoimentos dos(as) participantes e as experiências compartilhadas ao longo do percurso, por exemplo, evidenciam que os imaginários fronteiriços não são produzidos apenas pelos discursos estatais ou pelas narrativas oficiais, mas

também pelas práticas cotidianas, pelos afetos e pelas formas de sociabilidades construídas na experiência vivida da fronteira. Mais do que representações abstratas do território, esses imaginários participam da produção de pertencimentos, territorialidades e modos de existência.

Nesse horizonte, acompanhamos a compreensão de Denise Rosana da Silva Moraes e Antonio Rediver Guizzo (2023), de que as fronteiras devem ser analisadas a partir das relações, sensibilidades e experiências produzidas pelos(as) sujeitos(as) que as vivenciam cotidianamente. Tal perspectiva reforça a importância de reconhecer práticas situadas como espaços legítimos de produção de sentidos, pertencimentos e imaginários sobre o território.

É justamente nessa tensão entre permanências coloniais e possibilidades de transgressão que situamos a potência analítica da Meia Maratona Internacional das Três Fronteiras. Ao articular esporte, linguagem, deslocamento e convivência, a corrida evidencia que as fronteiras não se constituem apenas como espaços de separação, mas também como territórios de criação, negociação e reinvenção contínua de sentidos no Sul Global.

Considerações finais

Ao longo deste capítulo, buscamos contribuir para as discussões que compreendem as fronteiras para além de sua dimensão estatal e geopolítica, evidenciando-as como espaços plurais, relacionais e atravessados por disputas, experiências e imaginários. Ao adotarmos uma perspectiva decolonial, procuramos tensionar leituras eurocêntricas que historicamente reduziram as fronteiras a linhas rígidas de separação, reafirmando a necessidade de reconhecer outras abordagens, como a de fronteira viva – que compreende vivências, circulação, pertencimento e conflitos.

Nesse percurso, o esporte revelou-se um campo analítico potente para observar as ambiguidades e complexidades das

experiências fronteiriças. A análise da Meia Maratona Internacional das Três Fronteiras permitiu evidenciar que as práticas esportivas podem tanto reproduzir lógicas modernas/coloniais — expressas nos controles migratórios, nas assimetrias institucionais e nas hierarquias linguísticas — quanto fomentar experiências de convivência, integração e transgressão. Ao atravessar Paraguai, Brasil e Argentina, a corrida produz formas específicas de circulação, pertencimento e sociabilidade que relativizam, ainda que temporariamente, a rigidez das delimitações nacionais.

As metáforas mobilizadas ao longo do texto — ponte, corredor e encruzilhada — mostraram-se especialmente relevantes para compreender as múltiplas dimensões das fronteiras. Mais do que categorias interpretativas, elas se manifestam concretamente nas experiências vividas pelos(as) participantes da corrida, nas práticas linguísticas do *portunhol*, nos afetos compartilhados e nos imaginários produzidos durante a travessia. Nesse sentido, o estudo também evidenciou a importância de reconhecer práticas cotidianas e saberes situados como formas legítimas de produção do conhecimento.

Ao aproximarmos esporte, linguagem, deslocamento e saúde coletiva, buscamos contribuir para leituras interdisciplinares comprometidas com a valorização das experiências produzidas na região trinacional. Acreditamos que o diálogo entre Ciências Sociais e Ciências da Saúde amplia as possibilidades de compreender as fronteiras não apenas como espaços de controle e conflito, mas também como territórios de cuidado, convivência e produção de vida.

Em nossa concepção, este estudo não encerra as discussões sobre esporte e fronteiras, mas procura abrir caminhos para novas investigações sobre práticas corporais, territorialidades e imaginários no Sul Global. Em um contexto marcado pela permanência de desigualdades e colonialidades, refletir sobre experiências que produzem aproximações, vínculos e formas compartilhadas de existência constitui também uma maneira de imaginar outras possibilidades de fronteira.

Referências

ANTONOVSKY, A. **Unraveling the mystery of health:** how people manage stress and stay well. San Francisco: Jossey-Bass, 1987.

CARNIEL, A.; MATOS, S. P. Tríplice Fronteira Brasil, Argentina e Paraguai: integração comercial, social, econômica e cultural que expressam relações na escala local-global. *In*: KOZENIESKI, É. M. (ed.). **Trabalho de campo**: contribuições do curso de Geografia Licenciatura da UFFS ao ensino e à pesquisa [online]. Chapecó: Editora UFFS, 2022, p. 293-311. Disponível em: https://doi.org/10.7476/9786550190149.0013.

DITTRICH, I. Interdisciplinaridade e fronteiras: da representação às metáforas. *In*: Congresso Internacional Interdisciplinar em Sociais e Humanidades (Coninter), 3., 2014, Salvador. ***Anais***... Salvador: UCSal, 2014, v. 4, p. 188–202.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorializaçã**o: do "fim dos territórios" à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

MALDONADO-TORRES, N. Sobre a colonialidade do ser: contribuições ao desenvolvimento de um conceito. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, Coimbra, n. 80, p. 239–270, 2007.

MELIÀ, B. **El guaraní conquistado y reducido**: ensayos de etnohistoria. Asunción: CEADUC, 1997.

MIGNOLO, W. **Histórias locais/projetos globais**: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

MEDIA DE LA TRIPLE FRONTEIRA. Depoimento de participante da prova [@mediadelatriplefronteira]. **Instagram**, 2025. Disponível em: Instagram da Meia Maratona das Três Fronteiras. Acesso em: 25 maio 2026.

MEIA MARATONA INTERNACIONAL DAS TRÊS FRONTEIRAS. Depoimento de participante da prova [@meiamaratona3fronteiras]. **Instagram**, 2025. Disponível em: Instagram de la Media de la Triple Fronteira. Acesso em: 25 maio 2026.

MORAES, D. R. da S.; GUIZZO, A. R. (org.). Sociedade, cultura e fronteiras: relações, sensibilidades e conflitos em uma perspectiva interdisciplinar. **Revista NUPEM**, Campo Mourão, v. 15, n. 35, 2023.

MUNIZ, C. M. S. L. **O COOPBRASS como iniciativa de descolonização em rede**: desafios ao enfrentamento da violência epistêmica nas cooperações científicas do eixo sul-sul. 2024. 206 f. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Sociedade, Cultura e Fronteiras. Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Foz do Iguaçu – PR, 2024.

MUNIZ, C. M. S. L.; ROCHA, F. S.; SOARES, J. A. A fronteira no plural: metáforas da região trinacional Brasil, Paraguai e Argentina. *In*: MUNIZ, C. M. S. L.; SOARES, J. A. **O mundo da fronteira**: reflexões a partir da fronteira trinacional Brasil, Paraguai e Argentina. Curitiba-PR: CRV, 2019, p. 15–27.

NAHA, S. 'Over the border and the gates'? Global and transnational sport. **Sport in Society**, v. 20, n. 10, p. 1347–1353, 2017. DOI: https://doi.org/10.1080/17430437.2016.1221049 .

PÉREZ LÓPEZ, D. *et al*. Pertenencia, trascendencia, salvación, formación e integración: los significados atribuidos al deporte en un barrio de Montevideo, Uruguay. **Movimento**, Porto Alegre, v. 30, e30026, 2024. DOI: https://doi.org/10.22456/1982-8918.135531 .

QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. *In*: LANDER, E. (org.). **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais. Buenos Aires: CLACSO, 2005, p. 107–130.

RUFINO, L. **Pedagogia das encruzilhadas**. Rio de Janeiro: Mórula, 2019.

SAQUET, M. A. **Abordagens e concepções de território**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SOUZA, M. L. de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. *In*: CASTRO, I. E. de *et al*. (org.). **Geografia**: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995, p. 77–116.

TALLEI, J. I. Línguas em contato na fronteira: o portunhol no comércio de Foz do Iguaçu-PR. **Revista Philologus**, Rio de Janeiro, ano 30, n. 90, p. 163–179, 2024. Disponível em: https://www.revistaphilologus.org.br/index.php/rph/article/view/1569/1659 . Acesso em: 12 maio 2026.

TALLEI, J. I. **Dicionário básico de portunhol para corredoras e corredores da Meia Maratona das Três Fronteiras** [@jorgelinat]. Instagram, 2025. Disponível em: https://www.instagram.com/p/DH8cRnSRWLL/?igsh=YmE0NmtjZ25zMHU4. Acesso em: 12 maio 2026.

APÊNDICE A
AUTORIZAÇÃO PARA USO DE DEPOIMENTO EM PUBLICAÇÃO CIENTÍFICA

Eu, **EDIMARA ALVES DE OLIVEIRA**, portadora do CPF nº 024.464.939-12, **autorizo**, de forma livre, voluntária e esclarecida, a **utilização de trechos da entrevista** concedida, em 11/03/2026, aos(às) pesquisadores(as) Cláudia Maria Serino Lacerda, Denise Rosana Silva Moraes e Angelo Pires Tavares, para fins exclusivamente acadêmicos e científicos.

Estou ciente de que meu depoimento será utilizado no artigo científico intitulado:

"Imaginários que se cruzam pelo esporte na região trinacional Brasil–Paraguai–Argentina: perspectivas decoloniais sobre fronteiras",

podendo ainda ser utilizado em apresentações acadêmicas, eventos científicos, dissertações, teses, capítulos de livros, periódicos científicos e demais produtos derivados da pesquisa.

Declaro que fui informada sobre os objetivos da pesquisa e que a utilização de minhas falas ocorrerá de forma fiel ao conteúdo originalmente registrado.

(X) AUTORIZO a identificação nominal (Edimara Alves de Oliveira) nas citações.

( ) NÃO AUTORIZO a identificação nominal, solicitando a utilização de pseudônimo ou identificação genérica.

Declaro ainda que esta autorização é concedida de forma espontânea, sem qualquer tipo de remuneração ou ônus para as partes envolvidas.

Por ser expressão da verdade, firmo a presente autorização.

Foz do Iguaçu-PR, 16 de junho de 2026.

gov.br
Documento assinado digitalmente
EDIMARA ALVES DE OLIVEIRA
Data: 16/06/2026 18:19:11-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Edimara Alves de Oliveira

DA "MECA DO CONTRABANDO" AO "NOVO SONHO" DE BRASILEIROS – O PARAGUAI NAS PÁGINAS DA REVISA *VEJA*

Nelson Figueira Sobrinho
E-mail: nelson.sobrinho@unila.edu.br
ORCID: 0000-0002-6544-9402

Resumo

Este capítulo analisa a mudança de enfoque da revista *Veja*[1] na cobertura de notícias sobre o Paraguai, especialmente aquelas relacionadas às relações com o Brasil, e investiga a finalidade dessa nova representação midiática. Parte da hipótese de que essa mudança, iniciada na segunda década do século XX, está vinculada ao processo de industrialização do Paraguai, impulsionado pela instalação de maquilas, em sua maioria de origem brasileira, e pela predominância de governos neoliberais no país vizinho. O estudo abrange o período entre 10 de janeiro de 2007 e 11 de janeiro de 2017 e apresenta atualizações com reportagens publicadas em 2026, e busca identificar os interesses da revista ao noticiar esses fatos; a quem representa; como ocorre a mudança de enfoque e de que forma utiliza recursos textuais e gráficos. Fundamenta-se nos conceitos dos estudos culturais, especialmente em Martín-Barbero e John B. Thompson, e adota o método indiciário de Carlo Ginzburg. A análise considera aspectos históricos, políticos, econômicos e textuais. Conclui que a *Veja* atua na defesa dos

[1] Este capítulo é uma síntese, com atualizações, da dissertação de mestrado "Da 'meca do contrabando' ao 'tigre guarani' – o novo Paraguai nas páginas de *Veja*: mudança de enfoque ou defesa da hegemonia?". Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociedade, Cultura e Fronteiras na Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, *campus* Foz do Iguaçu, sob orientação da Profa. Dra. Denise Rosana da Silva Moraes.

interesses hegemônicos do Brasil sobre o Paraguai, ao mesmo tempo em que expressa as convicções da classe que representa e, mais recentemente, tem evidenciado que o país vizinho passou a representar, simultaneamente, uma oportunidade econômica e um modelo político-ideológico.

Palavras-chave: Comunicação; Jornalismo; Mídias; Brasil; Paraguai.

Introdução

Nas últimas décadas, o Paraguai deixou de ocupar, no imaginário de parte da imprensa brasileira, o lugar predominantemente associado ao contrabando, à violência e à informalidade para passar a ser apresentado como um país de oportunidades econômicas. Esse deslocamento de enfoque, observado na cobertura jornalística e impulsionado por transformações políticas, econômicas e institucionais ocorridas no país vizinho, coincide com um fenômeno cada vez mais perceptível: o aumento do número de brasileiros que optam por viver, investir ou empreender em território paraguaio.

Para se ter uma ideia deste fenômeno, em 2025, o Paraguai alcançou o número recorde de 40,6 mil autorizações de residência a estrangeiros. Mais da metade desse contingente, 23,5 mil, dessas concessões foram dadas a brasileiros. No ano de 2026, a expectativa é que o número cresça. De janeiro a março, foram 9,2 mil autorizações para brasileiros (Tavares, 2026). Mas, embora, midiatizado recentemente, este fenômeno em relação ao país vizinho tem origens bem anteriores, que remontam ao final do século XX e início do século XXI.

Uma das lendas mais populares do Paraguai narra a existência do *plata yvyguy*, expressão em guarani que significa dinheiro enterrado. Segundo a tradição, durante a Guerra do Paraguai, famílias ricas esconderam seus bens antes da chegada das tropas da Tríplice Aliança. Após o conflito, os sobreviventes passaram a procurar esse tesouro, que permanece presente no imaginário

popular. Nunca encontrado, o *plata yvyguy* pode ser evocado de outra forma: o verdadeiro tesouro do país está em suas riquezas naturais, em sua produção de energia, em seu território e em seu povo. Entre essas riquezas se destacam, desde a última década, as indústrias maquiladoras.

Não coincidentemente, a partir da segunda década do século XXI, observa-se uma mudança gradual na representação do país vizinho por parte da mídia, que desde então tem destacado o crescimento econômico paraguaio. Diante desse cenário, este artigo tem como objetivo analisar como se deu o início desse processo de mudança de enfoque especificamente na Revista *Veja*, buscando confirmar ou refutar a hipótese de que essa nova representação midiática – surgida nos primeiros anos deste século – está relacionada à defesa de interesses hegemônicos brasileiros e à ascensão ao poder de governos neoliberais no país vizinho. Procura-se identificar quais interesses orientaram essa cobertura, a quem a publicação representou à época e qual a finalidade dessa nova construção midiática.

Como objetivos complementares, este capítulo investiga como ocorreu essa mudança de enfoque, de que maneira a revista empregou recursos textuais para noticiar fatos relacionados ao Paraguai e se a transformação da cobertura pode ser justificada pelo processo de industrialização vivido pelo país guarani ou pela mudança na condução do país.

Para responder a essas questões, inicialmente, apresenta-se a contextualização da investigação, os motivos que conduziram à escolha do objeto de pesquisa e os referenciais teóricos, metodológicos e temporal adotados.

Na sequência, apresenta-se um histórico da Revista *Veja*, caracterizando sua posição no cenário midiático brasileiro, sua linha e política editoriais. O percurso metodológico culmina na adoção do método indiciário, proposto por Carlo Ginzburg, aplicado à análise textos publicados entre janeiro de 2007 e janeiro de 2017 e em maio e junho de 2026.

A análise foi organizada de acordo com a temporalidade dos acontecimentos históricos, políticos e econômicos envolvendo Brasil e Paraguai, bem como pelos recursos utilizados pela revista. Foram examinadas matérias que associam o Paraguai à criminalidade, à atuação dos governos dos dois países e às disputas em torno do Tratado de Itaipu. Também se investigou o emprego de estratégias, como ironia e sarcasmo, para reforçar determinadas posições políticas e econômicas.

Fundamentação Teórica

Situado no centro-sul da América do Sul, o Paraguai é um país de características singulares. Faz fronteira com Bolívia, Argentina e Brasil e possui mais de sete milhões de habitantes. Entre seus traços culturais mais marcantes está o multilinguismo. Colonizado pelos espanhóis, preservou o idioma de seus conquistadores, mas também manteve o guarani, língua dos povos originários, reconhecida como idioma oficial pela Constituição de 1992.

Apesar dessas características, o Paraguai consolidou, para grande parte dos brasileiros, uma imagem distinta daquela construída por sua história e cultura. Expressões como "paraíso dos sacoleiros", "meca do contrabando" e país "onde o crime não se esconde" foram amplamente difundidas pela mídia brasileira entre as últimas décadas do século XX e os primeiros anos do século XXI[2]. Nesse período, especialmente Ciudad del Este, capital do Departamento de Alto Paraná e segunda maior cidade paraguaia, passou a ser frequentemente associada ao contrabando e à criminalidade por veículos de comunicação de alcance regional e nacional, transformando essas representações em verdadeiros chavões.

Mesmo diante de indicadores econômicos positivos, essa percepção pouco se alterou. Em 2013, por exemplo, o Paraguai alcançou um dos maiores índices de crescimento econômico do

[2] Entre os meios que apresentaram estes dizeres, estão o jornal *Folha de Londrina*, o *G1* e a própria *Veja*.

mundo, registrando expansão de 14,1% do Produto Interno Bruto. Ainda assim, a imprensa brasileira continuou retratando o país de forma predominantemente pejorativa, apresentando-o como um local em que práticas como a pirataria seriam socialmente aceitas.

Entretanto, esse cenário começou a se modificar ao longo da segunda década do século XXI. Paralelamente às reportagens que ainda enfatizavam o contrabando, passaram a surgir matérias que descreviam o Paraguai como um "tigre guarani" (Sakate, 2017), em referência aos Tigres Asiáticos e ao dinamismo econômico demonstrado pelo país. Uma das principais explicações apresentadas para essa mudança de perspectiva foi o processo de industrialização impulsionado pelo regime de maquilas.

Por meio da Lei de Maquilas, o Paraguai passou a atrair empresas estrangeiras, sobretudo brasileiras, interessadas em vantagens como o baixo custo da energia elétrica, incentivos fiscais, legislação trabalhista considerada mais flexível e mão de obra de menor custo. O regime inspira-se no modelo mexicano de industrialização voltado à exportação, permitindo que empresas estrangeiras instalem unidades produtivas ou terceirizem etapas de produção em território paraguaio.

Nesse sistema, empresas domiciliadas no exterior realizam processos industriais utilizando matérias-primas importadas, destinando a produção final à exportação. O possível desenvolvimento industrial e econômico do Paraguai passou, então, a ser apresentado como justificativa para a mudança de postura observada na mídia brasileira. Contudo, mais do que aceitar essa explicação, a pesquisa que fundamenta este capítulo buscou analisá-la criticamente, buscando identificar as causas, os interesses e as finalidades presentes na nova representação construída pela Revista *Veja*. O objetivo consiste em compreender o que está por trás do texto midiático sobre o crescimento econômico paraguaio e de que maneira essa narrativa contribuiu para a construção de determinada representação social do país vizinho.

Para analisar esse fenômeno, a pesquisa fundamenta-se nos estudos da comunicação e dos estudos culturais, especialmente nas contribuições de Jesús Martín-Barbero (1997, 2024) e John B. Thompson (2011). Esses referenciais permitem compreender os meios de comunicação não apenas como transmissores de informação, mas como espaços de produção de sentidos, circulação de formas simbólicas e construção de representações sociais.

A utilização desses autores não representa uma simples reunião de referenciais distintos, mas a construção de um olhar interdisciplinar capaz de analisar um mesmo fenômeno sob diferentes perspectivas, respeitando a necessária vigilância epistemológica na articulação dos conceitos empregados.

Com base nesse referencial teórico, a pesquisa foi desenvolvida com a finalidade de compreender a mudança de abordagem jornalística promovida pela Revista *Veja*, identificando os possíveis fatores responsáveis pela alteração de seus dizeres sobre o Paraguai. Para tanto, estabeleceu-se também um marco temporal delimitado inicialmente por duas reportagens emblemáticas da publicação. A primeira, publicada em 2007, apresenta o Paraguai como a "meca do contrabando"; a segunda, publicada em 2017, caracteriza o país como o "tigre guarani". Entre esses dois momentos se observa uma significativa transformação na forma como o país vizinho é retratado pela revista. Ademais, o capítulo apresenta atualizações com reportagens publicadas em 2026, que abordam sobre o novo movimento migratório para o país guarani, composto por brasileiros de direita.

Esses períodos coincidem com os governos de esquerda – três gestões de Luiz Inácio Lula da Silva e uma de Dilma Rousseff no Brasil – e corresponde a uma fase marcada por importantes acontecimentos políticos, econômicos e diplomáticos envolvendo Brasil, Paraguai e os demais países da América do Sul. As mudanças ocorridas, nesse contexto regional, influenciaram diretamente os acontecimentos noticiados pela revista e constituem o cenário histórico sobre o qual a pesquisa se desenvolve. A análise da primeira década permite compreender não apenas as

transformações na representação midiática do Paraguai, mas também os interesses e disputas presentes na construção desse novo modo de dizer jornalístico. Por sua vez, a análise de duas reportagens de 2026 servem para ampliar este panorama, que passou do âmbito político-econômico para o político-ideológico.

Percurso Metodológico

O Objeto

Publicada pela Editora Abril, a Revista *Veja* foi lançada em 11 de setembro de 1968, sob a direção de Victor Civita, Roberto Civita e Mino Carta (Velasquez; Kushnir, 2018). Desde sua criação, apresentou-se como um veículo de integração nacional, mas rapidamente consolidou a cobertura política como uma de suas principais características. Ainda em seus primeiros meses de circulação, destacou-se pela cobertura da repressão ao Congresso da UNE em Ibiúna (SP), demonstrando que a política ocuparia posição central em sua linha editorial (Velasquez; Kushnir, 2018).

Apesar de reunir jornalistas experientes, a revista enfrentou dificuldades iniciais de circulação e publicidade. Criada durante o período mais rígido da ditadura militar, passou a conviver com a censura prévia e com a apreensão de edições já impressas. Em 1969, publicou reportagens denunciando a tortura de opositores do regime, entre elas a morte de Chael Charles Schreier, sob custódia do Exército, edição igualmente recolhida das bancas (Velasquez; Kushnir, 2018). Nos anos seguintes, a censura permaneceu constante, levando a revista a recorrer a estratégias para denunciar os cortes, como a publicação de matérias sobre anjos e demônios nos espaços censurados e de cartas escritas pelos próprios jornalistas, elogiando reportagens que haviam sido proibidas (Velasquez; Kushnir, 2018).

Mesmo enfrentando restrições impostas pelo regime, a direção da revista sofreu forte pressão para abandonar uma linha editorial crítica. Esse processo culminou, em 1976, na saída de Mino Carta da direção de redação, episódio atribuído por Velasquez e Kushnir

(2018) à pressão exercida pelo Ministério da Justiça. Paulo Henrique Amorim (2015), entretanto, apresenta outra versão, segundo a qual Mino Carta pediu demissão após Roberto Civita negociar com o governo uma flexibilização da censura em troca da substituição da direção editorial. A partir de sua saída, a censura à revista foi encerrada, evidenciando as negociações estabelecidas entre a empresa e o regime (Amorim, 2015; Velasquez; Kushnir, 2018).

Ao completar dez anos de circulação, *Veja* explicitou seu posicionamento político-ideológico. No editorial comemorativo de 1978, definiu-se como uma revista liberal, defensora do progresso com ordem, da livre iniciativa, do capitalismo, da limitação da intervenção estatal na economia, do capital estrangeiro, da propriedade privada, da manutenção da ordem pública e contrária à reorganização de grupos políticos considerados, pela publicação, incompatíveis com a democracia (Civita, 1978). Esses princípios serviram como referência para sua atuação editorial nas décadas seguintes.

Durante o processo de redemocratização, a revista apoiou as mobilizações pelas Diretas Já! e, após a derrota da Emenda Dante de Oliveira, manifestou-se favoravelmente à candidatura indireta de Tancredo Neves (Velasquez; Kushnir, 2018). Nas eleições presidenciais de 1989, embora buscasse demonstrar equilíbrio na cobertura entre Fernando Collor e Luiz Inácio Lula da Silva, seus editoriais reafirmaram a defesa da liberdade econômica, da livre iniciativa e da limitação do papel do Estado, posicionamento interpretado por vários analistas como alinhado ao projeto representado por Collor e contrário ao defendido por Lula – com uso, até mesmo, de artes de capas mostrando com dizeres como "a fé no calote da dívida externa" e "reforma agrária a partir de 500 hectares", atribuídas à campanha de Lula, e "o combate mais privilégios na máquina do governo", e "aumentar o bolo para dividir a renda", ligadas a Collor.

Depois das eleições, mesmo diante das denúncias de corrupção envolvendo o governo eleito de Collor, a posição editorial da revista resistiu inicialmente às acusações, alterando-se apenas com a publicação da entrevista de Pedro Collor, que implicava diretamente o presidente e PC Farias em um esquema de corrupção (Velasquez;

Kushnir, 2018; Silva, 2005). Anos depois, *Veja* voltou a manifestar apoio ao projeto político de Fernando Henrique Cardoso, exaltando o Plano Real e associando sua candidatura ao êxito da estabilização econômica (Silva, 2005). Nas eleições de 1998, reforçou esse posicionamento e, em 2002, voltou a construir uma narrativa desfavorável a Luiz Inácio Lula da Silva, inicialmente promovendo José Serra e, posteriormente, direcionando suas críticas aos setores considerados mais radicais do PT (Silva, 2005).

Esse percurso evidencia que *Veja* consolidou, desde sua fundação, um padrão editorial relativamente estável. A publicação reafirmou posições favoráveis ao liberalismo econômico, à propriedade privada, ao capital estrangeiro e à limitação da atuação estatal. Nessa perspectiva, a revista atua como uma "instituição paradigmática", nos termos de Thompson (2011), acumulando poder simbólico capaz de influenciar disputas políticas e econômicas. A compreensão desse percurso histórico é fundamental para analisar nas próximas seções, a forma como *Veja* construiu discursivamente sua cobertura sobre o Paraguai e a mudança de enfoque identificada ao longo da pesquisa.

O Percurso Metodológico

A escolha do método adotado nesta pesquisa fundamentou-se em Lopes (2003), a partir de uma postura crítica tanto em relação à rejeição de técnicas oriundas de diferentes paradigmas teórico-metodológicos quanto ao uso acrítico dessas. Ademais, estabeleceram-se dois critérios para essa escolha: o caráter interdisciplinar, em razão da natureza da comunicação e do próprio programa de pós-graduação, e a aproximação com o jornalismo.

O método indiciário, desenvolvido por Carlo Ginzburg (2007a; 2007b) atendeu a esses requisitos. Ginzburg (2007a) demonstra que o paradigma tem origem na capacidade dos caçadores-coletores de reconstruir acontecimentos por meio da interpretação de vestígios, como pegadas, pelos e odores. Esse patrimônio cognoscitivo fundamenta um método baseado na leitura e interpretação de indícios.

Segundo Ginzburg (2007a), esse paradigma manifesta-se em diferentes momentos históricos, assumindo a forma de paradigma venatório, divinatório, semiótico e, posteriormente, do método indiciário empregado na historiografia, na autenticação de obras de arte, na literatura policial e na psicanálise freudiana. Além de interdisciplinar, o paradigma indiciário é aplicável às pesquisas em comunicação e, particularmente, ao jornalismo. Essa aproximação decorre da própria prática jornalística, que exige leitura, pesquisa, análise, ponderação e verificação de informações a partir de pistas, conjecturas e indícios reunidos durante a apuração.

Conforme Moreira (2010), especialmente no jornalismo investigativo, a produção da notícia constitui um processo de investigação baseado na dedução lógica de fragmentos informacionais e fontes, permitindo alcançar conclusões que não seriam perceptíveis em uma análise superficial dos fatos. Assim como o historiador, o jornalista articula razão e sensibilidade, observando o rigor exigido tanto pelo jornalismo quanto pela pesquisa científica.

Nessa perspectiva, o jornalista pode ser compreendido como um indiciarista, pois sua prática fundamenta-se na coleta, interpretação e articulação de indícios. O jornalismo configura-se, assim, como uma disciplina indiciária, e o paradigma indiciário torna-se igualmente adequado para a pesquisa sobre o próprio jornalismo. Nesta investigação, o método utilizado na apuração das reportagens é empregado como instrumento de análise crítica desse material, constituindo um procedimento metalinguístico em que o indiciarismo orienta tanto a produção quanto a análise das narrativas jornalísticas.

Análise e Discussão

O Paraguai aos olhos de *Veja*: um retrato do país guarani entre 2007 e 2013

A análise do posicionamento da Revista *Veja* sobre as relações entre Brasil e Paraguai, entre 2007 e 2017, iniciou-se com uma busca

no Acervo Digital da publicação utilizando o termo "Paraguai". Foram localizadas cerca de 90 edições contendo menções ao país em reportagens, cadernos especiais, entrevistas, editoriais, artigos de opinião, cartas de leitores e outras seções. Destas, 66 foram consideradas relevantes por apresentarem indícios capazes de contribuir para responder ao problema de pesquisa.[3]

Para sistematizar a análise, os materiais foram organizados em oito eixos temáticos. Os resultados demonstraram que a maior parte das publicações se concentrou nas questões de criminalidade, segurança, vigilância e controle fiscal, totalizando 31 textos. Em seguida, apareceram os temas relacionados ao Mercosul, à Unasul, à IIRSA (Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana) e à soberania brasileira na América Latina, com 25 registros. O eixo "novo Paraguai" reuniu 14 materiais, nos quais o país ou suas autoridades eram apresentados de forma positiva ou ambígua, conciliando críticas e referências ao crescimento econômico. Questões ligadas à Itaipu Binacional e à soberania energética apareceram em 15 textos, enquanto a presença de brasileiros e dos *brasiguaios* foi abordada em 11 materiais. Apenas três publicações trataram da força econômica brasileira e outras três da presença militar na fronteira ou da atuação conjunta dos militares dos dois países. Treze textos não se enquadraram em nenhum dos eixos.

Entre os materiais analisados se destaca o caderno especial *Crime*, publicado na edição 1990, de 10 de janeiro de 2007. Com mais de quarenta páginas e índice próprio, o suplemento constitui um exemplo da aplicação do método indiciário à análise da revista. Considerando as especificidades desse tipo de mídia, buscaram-se indícios por meio do uso de adjetivos, comparações, fotografias, infográficos, recursos gráficos e do subtexto presente nas entrelinhas. Inspirada em Vilas Boas (1996), a análise partiu do pressuposto de que a intencionalidade das revistas se manifesta de forma velada, não apenas na superfície do texto.

[3] Obviamente, este montante não será analisado neste capítulo.

Para isso, o caderno foi decomposto em reportagens e estas em unidades menores, isolando detalhes capazes de indicar a função desempenhada pela publicação ao retratar o Paraguai e sua relação com o Brasil. Além do conteúdo textual, foram considerados aspectos gráficos, como fotografias, posição das imagens nas páginas, tipografia, cores e infográficos.

Essa proposta metodológica foi inspirada na análise morelliana apresentada por Carlo Ginzburg (2007a), em que este autor recupera o método de Giovanni Morelli, segundo o qual a identificação de uma obra não deve se apoiar nos elementos mais evidentes, mas nos detalhes aparentemente secundários. Na presente pesquisa, essa perspectiva foi utilizada para identificar elementos discretos capazes de revelar a intencionalidade da revista na construção da representação do Paraguai.

A própria capa do caderno especial apresenta os primeiros indícios dessa construção. O suplemento é aberto em página ímpar e traz a palavra "Crime" em vermelho, marcada por perfurações que simulam disparos de arma de fogo. A chamada "Paraguai, o crime legalizado" antecipa o enfoque predominante dos textos e introduz uma representação negativa do país.

Essa perspectiva é reforçada na reportagem "1.300 quilômetros abertos ao tráfico",[4] cujo título faz referência à extensão da fronteira entre Brasil e Paraguai. A linha fina afirma que "à base da corrupção, bandidos fizeram da fronteira com o Paraguai uma passagem para o contrabando e o narcotráfico". A fotografia que abre a matéria mostra dois homens mascarados ao lado da legenda "Maconha turbinada – Traficante exibe a droga plantada no Paraguai". Ao longo do texto, o Paraguai é associado ao narcotráfico, ao contrabando e à corrupção, sendo descrito como um dos países mais corruptos do planeta. A reportagem utiliza dados estatísticos, infográficos, um deles denominado "propinômetro", e declarações de autoridades para reforçar esse enquadramento.

[4] Uma discussão mais aprofundada deste suplemento especial foi apresentada por Figueira Sobrinho e Moraes (2019).

Ao final, a revista apresenta recomendações para solucionar o problema, como a criação de uma polícia de fronteira, a instalação de novos postos de fiscalização, o fortalecimento das ações conjuntas entre os dois países e a revisão do acordo que concede ao Paraguai uma zona franca no Porto de Paranaguá.

Na sequência, a reportagem, "A meca do contrabando", aprofunda essa representação. O subtítulo convida o leitor a imaginar "um lugar sem lei" identificado como Ciudad del Este. A cidade é descrita como uma "síntese da relação que o Paraguai tem com a ilegalidade", sendo apresentados dados sobre comércio informal, subfaturamento, circulação de pessoas, veículos, mercadorias e drogas. A reportagem associa a região ao contrabando, ao narcotráfico e ao roubo de veículos, reforçando essa imagem por meio de números e exemplos, como o episódio envolvendo um automóvel roubado utilizado pelo então presidente paraguaio, Luiz Gonzáles Macchi. Além disso, "o país é um paraíso fiscal, com carga tributária em torno de 10% – contra 40% no Brasil".

Essa representação não é exclusiva de *Veja*. Conforme Silveira (2016), a cobertura da mídia brasileira sobre as fronteiras internacionais costuma privilegiar temas como violência, terrorismo, exclusão social, contrabando, tráfico de drogas e armas. Embora tais problemas existam, acabam sendo tratados como elementos estruturantes da fronteira.

Rabossi (2004) demonstra que essa visão se intensificou com a consolidação do termo "Tríplice Fronteira", especialmente após os atentados ocorridos em Buenos Aires – à Associação Mutual Israelita Argentina, em 18 de julho de 1994 – e, posteriormente, depois dos ataques de 11 de setembro de 2001. Da mesma forma, este capítulo não nega a existência da ilegalidade e da criminalidade na Tríplice Fronteira ou no Paraguai. O que busca evidenciar é a exacerbação dessas características e a forma como elas produzem generalizações e reforçam estigmas. Como observa Albuquerque (2005), essas representações integram a realidade social e contribuem para cristalizar determinados significados

sobre a fronteira Brasil-Paraguai, processo no qual os meios de comunicação desempenham papel central.

Voltando a se embasar nos estudos de John B. Thompson e no conceito de instituições paradigmáticas, pode-se considerar que, por meio dessas reportagens, *Veja* não apenas demonstrou um ponto de vista, mas exerceu seu poder simbólico no sentido de tentar "intervir nos cursos dos acontecimentos" (Thompson, 2011, p. 42). Conforme o sociólogo, no âmbito da vida social há quatro formas de poder as quais são exercidas por determinadas instituições paradigmáticas.

a) poder econômico, exercido pelas instituições econômicas, como as empresas, cujo recursos são materiais e financeiros;

b) poder político, próprio das instituições de Estado, tem como recurso a autoridade;

c) poder coercitivo, cujo recurso é a força física e armada, exercido por instituições militares, como as Forças Armadas, ou paramilitares, como as polícias;

d) poder simbólico, como já enunciado, aquele exercido pela mídia, além de igrejas, escolas, universidades e outros, cujos recursos são os meios de informação e de comunicação.

Ao publicar um caderno especial, ligando a criminalidade das metrópoles às questões próprias das periferias fronteiriças e dos países vizinhos, *Veja* está exercendo seu poder simbólico, no sentido de estimular o seu público/leitor. No entanto, quando ao final de cada reportagem indica "soluções" para o problema, a publicação faz um encaminhamento, sugere à sociedade e a outras instituições paradigmáticas a adoção de determinadas ações.

Enquanto instituição midiática, *Veja* produziu e difundiu formas simbólicas que não apenas apontam os países vizinhos – sobretudo, o Paraguai – como uma das causas da criminalidade que afeta as grandes cidades do Brasil, mas também forneceu bases para que as instituições estatais, militares e paramilitares exerçam seus poderes, político e coercitivo, respectivamente: "[…] muitas ações, na prática, valem-se de recursos os mais diversos, e muitas

instituições fornecem verdadeiras bases para diferentes formas de poder […]" (Thompson, 2011, p. 43).

O encrenqueiro mora ao lado

Depois do caderno especial "Crime", *Veja* voltou a citar o país com ênfase na edição de número 2050, de 5 de março de 2008, que apresenta Fernando Lugo, então favorito à Presidência do Paraguai, como uma ameaça aos interesses brasileiros. A revista estabelece um paralelo entre Lugo e Evo Morales, sugerindo que o candidato poderia repetir no Paraguai medidas semelhantes à nacionalização dos recursos energéticos promovida pela Bolívia, em 2006. A principal preocupação apresentada é a intenção de Lugo de renegociar o Tratado de Itaipu e ampliar significativamente o valor pago pelo Brasil pela energia excedente paraguaia.

Ao longo do texto, a revista utiliza uma sequência de adjetivações e expressões como "vizinho turbulento", "vizinho encrenqueiro", "desacreditada teoria da dependência", "bandeira curiosa e paroquial" e "país pequeno, de economia diminuta", conferindo um caráter interpretativo e persuasivo à reportagem. Conforme observa Nascimento (2002), os adjetivos expressam juízos de valor e, nesse caso, constituem indícios do posicionamento da revista em relação ao candidato e às reivindicações paraguaias.

A construção narrativa também desqualifica as propostas de Fernando Lugo ao associá-las ao populismo e ao nacionalismo econômico. Em consonância com a análise de Silva (2005), a reportagem atribui os problemas dos países periféricos a seus líderes e trata suas reivindicações como discursos ultrapassados. A ambiguidade, característica do jornalismo de revista apontada por Vilas Boas (1996), aparece tanto no texto quanto nos recursos visuais.

A fotografia de Lugo, posicionada em destaque no centro das páginas, o mostra diante de uma bandeira vermelha com a palavra "socialismo", reforçando sua identificação com a esquerda. Em contraste, Lino Oviedo e Blanca Ovelar são retratados de forma positiva, sorridentes e em poses que sugerem confiança. A

composição gráfica complementa o texto e evidencia a opção editorial da revista.

Ao final da reportagem, *Veja* afirma que os maiores prejudicados por um governo populista seriam os próprios paraguaios e apresenta China e Coreia do Sul como exemplos de desenvolvimento baseado em educação, tecnologia e abertura econômica. Ao mesmo tempo, destaca que cerca de meio milhão de brasileiros e seus descendentes seriam responsáveis por 98% da produção de soja no Paraguai, generalizando a atuação dos brasiguaios e reforçando a ideia de que o Brasil desempenha papel central na economia paraguaia. Dessa forma, a reportagem desqualifica as reivindicações de Fernando Lugo, valoriza os interesses brasileiros e utiliza recursos textuais e visuais para construir uma representação negativa do candidato e das demandas apresentadas pelo Paraguai.

Pesquisadores como Guimarães, Silveira, Hartmann, Schaefer (2016) e Foletto (2011) apontam que a revista procura apresentar as propostas de Lugo como ameaça aos interesses brasileiros e como ruptura da histórica relação entre Brasil e Paraguai. Em 30 de abril de 2008, na coluna "Recuerdos de Ypacarai" (Toledo, 2008), *Veja* reforça estereótipos sobre o Paraguai, embora reconheça positivamente a intenção de Lugo de combater a corrupção. Em seguida, a reportagem "O foro dos dinossauros" (Schelp, 2008) amplia essa perspectiva ao associar Lugo aos governos latino-americanos de esquerda e classificar o apoio à soberania energética paraguaia como parte de um plano "antibrasileiro".

É preciso chamar a atenção de que o tratamento dispensado a Fernando Lugo não se deve ao fato de ele ser chefe do Executivo paraguaio, mas, sim, por suas bandeiras envolver temas concernentes às relações Brasil-Paraguai e por seu governo ser um dos governos à esquerda que surgiram na América do Sul, na época.

Um exemplo é "O foro dos dinossauros" (edição 2063, de 1º de julho de 2008), cuja própria manchete desqualifica os líderes da esquerda latino-americana ao sugerir que estariam presos ao passado. A reportagem caracteriza o encontro como um espaço que

"passa o tempo a repetir velhos clichês", e afirma que uma de suas raras decisões práticas foi apoiar a recuperação da soberania energética do Paraguai, classificando a iniciativa como alinhada aos "planos antibrasileiros", de Fernando Lugo.

A série culmina na reportagem "Onde é perigoso ser brasileiro" (Teixeira, 2016), que trata das ocupações de propriedades por sem-terra paraguaios. A revista generaliza os cerca de meio milhão de brasileiros e descendentes residentes no país como "brasiguaios" e afirma que uma eventual expulsão configuraria "a maior tragédia humana da história do Brasil". Ao mesmo tempo, sustenta que o futuro do Paraguai dependeria da permanência desses produtores rurais, atribuindo aos brasileiros e a seus descendentes, descritos como portadores dos valores de seus antepassados italianos, alemães e japoneses – e não aos paraguaios ou aos próprios brasileiros lá radicados –, a modernização da agricultura, a expansão da produção de soja e o desenvolvimento econômico do país.

A desqualificação de Fernando Lugo também se intensifica por meio da ironia. Desde as primeiras reportagens, o ex-bispo é associado ao populismo de esquerda e à defesa dos recursos naturais como fundamento de sua política. Em 2009, quando as negociações sobre Itaipu ganharam centralidade, *Veja* passou a explorar sua vida pessoal, especialmente o reconhecimento da paternidade de filhos concebidos durante o período em que era bispo. O tema foi distribuído em notas, cartas de leitores, colunas, charges e comentários marcados por sarcasmo, antífrases e parêmias, frequentemente relacionando à conduta pessoal do presidente às reivindicações paraguaias.

O novo Paraguai nas páginas de *Veja*: democrático, liberal e próspero?

Com o *impeachment* de Fernando Lugo, em 22 de junho de 2012, *Veja* voltou a dar destaque ao Paraguai apenas em maio de 2013, ano que marca uma inflexão na forma como a revista passou a tratar o país, quando o enfoque se torna mais favorável ao Paraguai e aos

paraguaios. Exemplo disso é a reportagem "Mais um baile em Assunção" (Fisch, 2013), sobre a eleição de Horácio Cartes.

O destaque começa no índice da edição, que anuncia a intenção do presidente eleito de recolocar o Paraguai no Mercosul. Embora ocupe apenas uma página, a reportagem inicia afirmando que, Cartes "repete defeitos antigos da política paraguaia", mas ressalta que "pelo menos ele não é bolivariano" (Fisch, 2013, p. 82). A partir de sua eleição, observa-se uma contraposição ao tom adotado pela revista na primeira década dos anos 2000.

A publicação destaca que Cartes pertence ao Partido Colorado, associado ao clientelismo político, e menciona sua atuação como empresário do setor de cigarros e bebidas, lembrando que a Tabesa – empresa do novo mandatário – produzia cigarros em quantidade suficiente para abastecer quinze "Paraguais". Ainda assim, considera positiva sua posição contrária ao bolivarianismo e às políticas adotadas por Argentina e Venezuela.

A partir desse momento, os elogios ao Paraguai passam a acompanhar críticas ao governo brasileiro e aos países identificados com o bolivarianismo. O país passa a ser apresentado como um contraponto à Venezuela, cuja atuação havia sido intensamente criticada pela revista desde o *impeachment* de Lugo.

Ainda em 2013, Horácio Cartes volta a aparecer na coluna "Radar", de Lauro Jardim (2013). A nota informa que uma pesquisa encomendada pela Souza Cruz apontava o cigarro Eight, como o quarto mais vendido no Brasil, embora sua entrada ocorresse por meio do contrabando. A publicação identifica Cartes como proprietário da Tabesa, responsável pela fabricação da marca, retomando informações já apresentadas na reportagem sobre sua eleição. Mesmo relacionando o presidente ao contrabando de cigarros, o texto o apresenta como um empresário de sucesso.

A mudança de foco torna-se ainda mais evidente na reportagem "Os boicotados", publicada em dezembro de 2013. Destacada no índice da edição, a matéria trata dos protestos ocorridos em Assunção contra senadores que absolveram Víctor Bogado, acusado de nepotismo. Além das manifestações populares, empresários e

comerciantes passaram a recusar atendimento aos parlamentares envolvidos. A reportagem enfatiza o repúdio da sociedade paraguaia à corrupção, ilustrado por um cartaz que proibia a entrada dos vinte e três senadores que haviam votado pela absolvição. Ao narrar episódios de rejeição pública aos parlamentares, *Veja* desloca o foco da corrupção para a reação da sociedade diante dela.

Ao mesmo tempo, a reportagem passa a destacar aspectos econômicos positivos do país, apresentado como exportador de grãos e de gado, com crescimento do setor de serviços, expansão da classe média e previsão de crescimento de 12,5% do PIB naquele ano. Embora reconheça a deficiência de hospitais, escolas e estradas, a revista associa o crescimento econômico à redução da tolerância da população em relação à corrupção e destaca a importância da transparência proporcionada pelo voto aberto dos parlamentares.

Comparada às reportagens da primeira década dos anos 2000, a mudança de tom é evidente. Desaparecem expressões como "PIB do crime", "epicentro do tráfico" ou "engolfado pelo suborno e pela droga". Em seu lugar, surgem referências ao crescimento do Produto Interno Bruto, ao fortalecimento da democracia e ao desenvolvimento econômico. Ciudad del Este deixa de ser retratada exclusivamente como espaço da ilegalidade e passa a ser apresentada como fonte de receitas para o país.

Durante o primeiro semestre de 2014, *Veja* praticamente deixa de abordar o Paraguai. O tema retorna em junho, na entrevista concedida por Carlos Tilkian, presidente da Estrela, às "Páginas Amarelas" (Cabral, 2014). Ao explicar as dificuldades de produzir no Brasil, o empresário afirma que diversas indústrias estavam migrando para o Paraguai em razão da menor carga tributária. A declaração representa a primeira referência, ainda indireta, ao crescimento das maquilas paraguaias e à competitividade proporcionada pelos custos reduzidos de produção. Diferentemente de 2007, quando a baixa tributação era apresentada como característica de um "paraíso fiscal", a taxa passa a ser tratada como vantagem para os investimentos produtivos. Os materiais de *Veja* — "Cartas ao Leitor", coluna "Leitor", colunas, artigos,

reportagens, cadernos especiais e recursos gráficos — atuam de forma integrada, perspectiva que orienta a análise do último período do recorte desta pesquisa. Em 2016, a revista manteve a mudança de enfoque em relação ao Paraguai identificada desde 2012.

Nas reportagens policiais, o país continua relacionado ao crime organizado, porém sem o sensacionalismo que caracterizava anos anteriores. Essa mudança torna-se mais evidente em "Cabeça a prêmio" (Coutinho, 2016), que relata a ameaça do PCC ao presidente Horacio Cartes para impedir a extradição de Jarvis Chimenes Pavão. Ao afirmar que a descoberta dos privilégios do traficante provocou "a reação do Estado" (Coutinho, 2016, p. 68), *Veja* apresenta o Paraguai como um país que enfrenta o crime organizado. O mesmo Estado passa a ser representado como agente de combate à criminalidade. A mudança reside no enfoque da narrativa, e não no fato noticiado.

Essa postura também aparece nas entrevistas das "Páginas Amarelas", com Pedro Paulo Kuczynski e Tabaré Vásquez, que reforçam essa posição ao apresentar Horacio Cartes como um presidente liberal e defender maior liberdade comercial para Paraguai e Uruguai. Em conjunto, esses materiais reafirmam *Veja* como um veículo defensor do liberalismo econômico, da livre iniciativa e contrário ao bloco bolivariano, inserindo o Paraguai nesse novo alinhamento político e econômico.

O "Tigre Guarani"

A reportagem "O tigre guarani" (Sakate, 2017) representa o ponto culminante da mudança de enfoque de *Veja* em relação ao Paraguai. O texto dialoga diretamente com a entrevista concedida, em 2014, por Carlos Tilkian, presidente da Estrela, quando a revista mencionou pela primeira vez a migração de empresas brasileiras para o país vizinho. O tema, então apenas citado, torna-se agora objeto central de uma ampla reportagem dedicada ao crescimento econômico paraguaio.

A publicação apresenta o Paraguai como um país economicamente estável, de baixa tributação, reduzida burocracia e ambiente favorável aos investimentos estrangeiros, especialmente de empresas brasileiras. A reportagem recebe destaque no índice da revista e é acompanhada por fotografias de indústrias, centros comerciais e empreendimentos modernos, além de infográficos que comparam o desempenho econômico brasileiro e paraguaio.

Segundo a revista, entre 2010 e 2016, o Paraguai apresentou crescimento médio do PIB superior ao brasileiro. Outro infográfico reúne as vantagens competitivas oferecidas pelo país, como energia elétrica mais barata, menor custo da mão de obra, encargos trabalhistas reduzidos, tributação inferior, facilidade para exportar, maior liberdade econômica e menor burocracia.

A baixa carga tributária, anteriormente utilizada como elemento de crítica ao país, passa a ser apresentada como fator positivo para o desenvolvimento econômico. Da mesma forma, Ciudad del Este deixa de ser retratada como símbolo do contrabando e passa a figurar como exemplo de diversificação econômica, recebendo investimentos voltados à instalação de indústrias e à criação de parques empresariais.

A linguagem da reportagem também difere significativamente daquela utilizada nos anos anteriores. Permanecem as comparações, metáforas e adjetivações, mas agora empregadas para destacar o crescimento econômico do país. Expressões como "desenvolvimento acelerado", "solidez" e a própria referência aos Tigres Asiáticos reforçam uma imagem positiva do Paraguai, apresentada por meio de fotografias de fábricas, edifícios corporativos e centros comerciais. A reportagem também evidencia o avanço das maquilas. Entretanto, não menciona que parte dessa infraestrutura foi viabilizada por investimentos anteriormente criticados pela própria revista, como a linha de transmissão de Itaipu destinada à região metropolitana de Assunção.

Ao tratar das relações de trabalho, *Veja* destaca como aspecto positivo o fato de as negociações ocorrerem diretamente entre empregadores e empregados, sem a participação de sindicatos.

Para sustentar essa afirmação, utiliza como fonte um empresário ligado à Braspar, empresa especializada em assessorar investidores interessados em instalar negócios no Paraguai.

Os principais porta-vozes da reportagem são empresários, investidores e representantes do setor produtivo. Não há depoimentos de trabalhadores empregados nas maquilas nem discussão sobre salários, condições de trabalho ou qualidade de vida da população beneficiada pela expansão industrial. Ao enfatizar os menores custos da mão de obra e a ausência de sindicatos nas negociações trabalhistas, a revista valoriza elementos considerados vantajosos para os investidores. Nesse sentido, o desenvolvimento apresentado pela reportagem está associado, sobretudo, à competitividade econômica e à atração de empresas.

Assim, a reportagem consolida a mudança de posicionamento de *Veja* em relação ao Paraguai. O país deixa de ser apresentado como espaço marcado pelo crime, pela corrupção e pelo contrabando para ocupar o lugar de exemplo de competitividade econômica, liberdade de mercado e destino privilegiado para investimentos, sobretudo, de empresas brasileiras.

Entretanto, a noção de desenvolvimento adotada pela revista permanece centrada quase exclusivamente em indicadores econômicos. Em nenhum momento são discutidos aspectos como distribuição de renda, qualidade da educação, saúde pública ou condições sociais da população. Indicadores amplamente utilizados para medir desenvolvimento humano, como o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e o Índice de Gini, não aparecem nas reportagens analisadas. Essa ausência de discussão social reforça que o conceito de desenvolvimento privilegiado por *Veja* está associado principalmente ao crescimento do Produto Interno Bruto e à criação de um ambiente favorável aos investimentos privados. A expansão econômica torna-se o principal critério de avaliação do país.

Conforme Oliveira (2002, p. 38), "o desenvolvimento, em qualquer concepção, deve resultar do crescimento econômico acompanhado de melhoria na qualidade de vida". A receita: além dos recursos, é necessário que a população goze de bem-estar, tanto

econômico ou social. Em todas as reportagens, e não apenas na matéria "O tigre guarani", o que se constatou foi que o semanário *Veja* defende os interesses do capital.

Dois mil e vinte e seis e a continuidade do enredo

Em 2026, quase uma década depois da pesquisa inicial, acontecimentos recentes apontam para a permanência da lógica identificada entre os anos de 2007 e 2017. O primeiro exemplo, em maio de 2026, *Veja* publicou a reportagem "Com altas taxas de pobreza e informalidade, Paraguai vira o novo sonho da direita brasileira (Barros, 2026), na qual descreve o crescimento da migração de brasileiros para o Paraguai. O texto apresenta um país que, embora ainda marcado por pobreza, informalidade e limitações estruturais, passou a ser representado como espaço de oportunidades para empresários, investidores e indivíduos atraídos pela baixa tributação, pela energia barata e pela menor intervenção estatal. Segundo a reportagem, o país passou a atrair brasileiros que buscam um modelo de Estado menos intervencionista, com maior liberdade econômica e governos identificados com a direita, transformando o Paraguai em referência para este segmento político brasileiro,

Poucas semanas depois, em "Brasileiros aceleram corrida imobiliária no Paraguai" (Costa, 2026), *Veja* amplia esse enquadramento ao destacar que empresários e investidores brasileiros já representam parcela significativa do mercado imobiliário paraguaio, impulsionados pela expansão das maquilas, pela baixa tributação, pela facilidade de obtenção de residência e pela perspectiva de proteção patrimonial. O Paraguai é apresentado como destino estratégico para o capital brasileiro, consolidando uma narrativa que valoriza seu ambiente econômico liberal e suas oportunidades de investimento. Esses materiais reforçam as conclusões desta pesquisa.

A permanência desse enquadramento uma década após o período analisado fortalece a interpretação de que a cobertura da

revista acompanha transformações econômicas e políticas que interessam ao público social que representa. Preservou-se a mesma matriz ideológica identificada ao longo desta investigação: a defesa do liberalismo econômico, da livre iniciativa e da expansão dos interesses do capital brasileiro sobre o território paraguaio.

Considerações finais

A pesquisa, iniciada a partir da observação da prática cotidiana do jornalismo na fronteira, proporcionou uma nova compreensão sobre o fazer jornalístico e sobre a análise dos dizeres midiáticos. Ao longo da investigação, foi possível demonstrar que a mudança de enfoque de *Veja* em relação ao Paraguai ocorreu gradualmente. A análise de reportagens, editoriais, cartas, colunas e recursos gráficos aponta que a revista atua em defesa dos interesses hegemônicos brasileiros, coerente com seu projeto editorial liberal, de defesa do capital e de representação dos grupos econômicos e da classe média que afirma representar. Concluímos que a hipótese inicial foi confirmada: a industrialização paraguaia, impulsionada pelas maquilas e pela migração de empresas brasileiras, contribuiu para essa mudança de abordagem, mas não a explica isoladamente. À medida que o Paraguai passou a reunir características valorizadas pela publicação — economia liberal, abertura ao capital estrangeiro e ambiente favorável aos negócios — deixou de ser retratado como espaço associado ao crime e ao atraso para ocupar o lugar de exemplo de desenvolvimento econômico e de oportunidades para o investimento brasileiro.

As reportagens publicadas por *Veja* em 2026 permitem observar que esse processo não apenas permaneceu, como se aprofundou. O país passou a ser apresentado não somente como destino de investimentos e da migração de empresas, mas também como referência para brasileiros que compartilham valores ligados ao liberalismo econômico, à menor intervenção estatal e à defesa do livre mercado. A recente migração de empresários, investidores e famílias brasileiras para o Paraguai, destacada pela própria revista, evidencia que o país passou a

representar, simultaneamente, uma oportunidade econômica e um modelo político-ideológico. Dessa forma, os acontecimentos posteriores ao período analisado não contradizem as conclusões a pesquisa desenvolvida há quase uma década; ao contrário, reforçam a interpretação de que a mudança de enquadramento editorial acompanha a convergência entre o projeto ideológico de *Veja* e as transformações econômicas e políticas ocorridas no Paraguai.

Referências

ALBUQUERQUE, J. L. C. **Fronteiras em movimento e identidades nacionais. A imigração brasileira no Paraguai**. Fortaleza, 2005. Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Ceará, 2005.

AMORIM, P. H. **O quarto poder** – uma outra história. São Paulo: Hedra, 2015.

AVARES, V. 'Somos oprimidos no Brasil': a onda de brasileiros rumo ao Paraguai em busca de 'sonho de direita'. **BBC News Brasil**, 16 abr. 2026. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/articles/cwyw7696n1zo. Acesso em: 1 jun. 2026.

FIGUEIRA SOBRINHO, N. **Da "meca do contrabando" ao "tigre guarani" – o novo Paraguai nas páginas de *Veja***: mudança de enfoque ou defesa da hegemonia? 2019. 177 f. Dissertação (Mestrado em Sociedade, Cultura e Fronteiras) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE *campus* Foz do Iguaçu, 2019.

FIGUEIRA SOBRINHO, N.; MORAES, D. R. da S. "1.300 quilômetros abertos ao tráfico": a fronteira Brasil -Paraguai sob a ótica de *Veja* adotada no caderno especial "Crime". **Fronteiras:** Revista de História, Dourados, v. 21, n. 37, p. 104-125, jan./jun. 2019. Disponível em: https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/FRONTEIRAS/article/view/10137. Acesso em: 8 jun. 2026.

FOLETTO, R. **De bispo a presidente: a trilha de Fernando Lugo em espaços públicos e midiáticos**. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), São Leopoldo, 2011. Disponível em: http://www.processocom.org/wp-content/uploads/2017/03/Rafael-FolettoMestrado-Mestrado.pdf> Acesso em: 10 out. 2018.

GINZBURG, C. **Mitos, emblemas, sinais**: morfologia e história. São Paulo: Cia. Das Letras, 2007a. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/82454/mod_resource/content/1/Ginzburg_carlo.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2018.

GINZBURG, C. **O fio e os rastros:** verdadeiro, falso, fictício. São Paulo: Companhia das Letras, 2007b.

GUIMARÃES, I. P. *et al*. A crise energética brasileira na cobertura jornalística de *Veja*. *In*: SILVEIRA, A. C. M. da; GUIMARÃES, I. P. (org.). **Conexões (trans)fronteiriças:** mídia, noticiabilidade e ambivalência. Foz do Iguaçu: EDUNILA, 2016. Disponível em: <https://www.unila.edu.br/sites/default/files/files/livro_conexoes_transfronteiricas.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2018.

LOPES, M. I. V. de. **Pesquisa em comunicação**. São Paulo: Edições Loyola, 2003.

MARTÍN-BARBERO, J. **Dos meios às mediações:** comunicação, cultura e hegemonia. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.

MARTÍN-BARBERO, J. **Ofício de cartógrafo***:* Travessias latino-americanas da comunicação na cultura. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

MOREIRA, R. H. S. Indiciarismo e História Oral: ferramentas metodológicas interdisciplinares entre a História e o Jornalismo. *In*: Congresso de Ciências da Comunicação na região Sudeste, 15, 2010, Vitória (ES). **Anais**... Vitória, 2010. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/regionais/sudeste2010/resumos/R19-0764-1.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2018.

NASCIMENTO, P. C. **Jornalismo em revistas no Brasil** – um estudo construções discursivas *Veja* e Manchete. São Paulo: Annablume, 2002.

OLIVEIRA, G. B. de. Uma discussão sobre o conceito de desenvolvimento. **Revista da FAE**, Curitiba, v. 5, n. 2, p. 37-48, maio/ago. 2002.

SILVA, Carla Luciana. ***Veja*****:** o indispensável partido neoliberal (1968-2002). Tese (Doutorado). Universidade Federal Fluminense, Unioeste. Niterói (RJ), 2005.

SILVEIRA, A. C. M. da. Ambivalência e cobertura jornalística de periferias. *In*: SILVEIRA, A. C. M. da; GUIMARÃES, I. P. (org.). **Conexões (trans)fronteiriças**: mídia, noticiabilidade e ambivalência. Foz do Iguaçu: EDUNILA, 2016. Disponível em: <https://www .unila.edu.br/sites/default/files/files/livro_conexoes_transfronteiricas. pdf>. Acesso em: 31 jul. 2018.

THOMPSON, J. B. **A mídia e a modernidade***:* uma teoria social da mídia. Petrópolis (RJ): Vozes, 2011.

VELASQUEZ, M. C. C.; KUSHNIR, B. ***Veja***. Fundação Getúlio Vargas. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CDPOC), Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/*Veja*>. Acesso em: 25 jul. 2018.

VILAS BOAS, S. **O estilo magazine***:* o texto em revista. São Paulo: Summus, 1996.

CABRAL, O. De volta à brincadeira. ***Veja***, São Paulo, jun. 2014. Disponível em: <https://acervo.*Veja*.abril.com.br/#/edition/32095? page=14&section=1>. Acesso em: 10 jan. 2019.

CIVITA, V. Nos dez anos de *Veja*, uma reafirmação de princípios. ***Veja***, São Paulo, n. 523, p. 18-19, set. 1978.

COUTINHO, L. Cabeça a prêmio. ***Veja***, São Paulo, set. 2016. Disponível em: <https://acervo.*Veja*.abril.com.br/#/edition/39325?page=66&section=1>. Acesso em 13 jan. 2019.

EDWARD, J. A meca do contrabando. ***Veja***, São Paulo, n. 1990, p. 72-73, 10 jan. 2007a.

EDWARD, J. 1.300 quilômetros abertos ao tráfico. ***Veja***, São Paulo, n. 1990, p. 70-72, jan. 2007b.

FISCH, T. Mais um baile em Assunção. ***Veja***, São Paulo, maio 2013. Disponível em: <https://acervo.*Veja*.abril.com.br/#/edition/32152?page=82&section=1>. Acesso em: 5 jan. 2019.

JARDIM, L. Um cigarro presidencial. ***Veja***, São Paulo, nov. 2013. Disponível em: <https://acervo.*Veja*.abril.com.br/#/edition/32124?page=62&section=1>. Acesso em: 10 jan. 2019.

OS BOICOTADOS. ***Veja***, São Paulo, dez. 2013. Disponível em: <https://acervo.*Veja*.abril.com.br/#/edition/32121?page=88&section=1>. Acesso em: 10 jan. 2019.

SAKATE, M. O Tigre Guarani. ***Veja***, São Paulo, n. 2512, p. 78-81, 11 jan. 2017.

SCHELP, D. O foro dos dinossauros. ***Veja***, São Paulo, jun. 2008a. Disponível em <https://acervo.*Veja*.abril.com.br/#/edition/32417?page=136&sectioN =1>. Acesso em: 10 dez. 2018.

TEIXEIRA, D. Onde é perigoso ser brasileiro. ***Veja***, São Paulo, abr. 2008c. Disponível em: <https://acervo.*Veja*.abril.com.br/#/edition/32388?page=106&section=1>. Acesso em 10 dez. 2018.

TOLEDO, R. P. de. Recuerdos de Ypacaraí. ***Veja***, São Paulo, abr. 2008. Disponível em: <https://acervo.*Veja*.abril.com.br/#/edition/32423page=142&section=1&word=Paraguai>. Acesso em: 10 dez. 2018.

CONTRIBUIÇÕES PARA OS ESTUDOS SOBRE LÍNGUAS EM CONTATO EM REGIÃO DE FRONTEIRA TRINACIONAL: O *JOPARÁ* EM FOCO

Luciano Marcos dos Santos
E-mail: luciano.santos@ifpr.edu.br
ORCID: 0000-0002-2991 0214

Resumo

Este capítulo discute o *jopará* como fenômeno linguístico, social e cultural resultante do contato histórico entre o guarani e o espanhol no Paraguai. Com base em uma revisão analítica de pesquisas anteriores, o estudo examina diferentes perspectivas teóricas acerca do *jopará*, destacando seu papel na construção de identidades, nas práticas comunicativas e nos contextos de fronteira. Os resultados evidenciam que o *jopará* não pode ser compreendido apenas como uma mistura linguística, mas como uma prática social dinâmica, marcada pelas línguas em contato e pela negociação de sentidos. Além disso, a pesquisa demonstra que sua presença em espaços como a imprensa popular e a escola revela processos de legitimação e estigmatização linguística. Conclui-se que os estudos sobre o *jopará* contribuem para ampliar a compreensão das relações entre linguagem, identidade, fronteira e diversidade cultural.

Palavras-chave: Jopará; Línguas em contato; Fronteira.

Introdução

Este capítulo tem como objetivo apresentar algumas discussões que envolvem o jopará enquanto fenômeno linguístico, social e cultural cuja complexidade desafia concepções tradicionais sobre

língua, bilinguismo e identidade. Longe de constituir uma simples combinação ocasional entre espanhol e guarani, o jopará revelou-se uma prática de linguagem profundamente relacionada às experiências históricas e sociais dos sujeitos que vivem em contextos de contato linguístico, especialmente em territórios fronteiriços. Nesse sentido, pautados pelos resultados de outras pesquisas realizadas (Santos, 2012, 2019) permitem afirmar a necessidade de ampliar os referenciais teóricos utilizados para compreender fenômenos linguísticos híbridos, superando abordagens fundamentadas em concepções puristas ou essencialistas de língua.

"O que é *jopará*? Por que pesquisar isso? Por que o interesse por esse tipo de jornal?" Estes foram alguns questionamentos relativos ao tema de estudos realizados pelo autor entre os anos 2012 e 2029, segundo os mesmos, nota-se o estranhamento gerado, tanto em brasileiros, muitos desconhecedores do panorama linguístico paraguaio, bem como entre os paraguaios, que, entre risos nervosos e incrédulos, se mostraram, em muitas ocasiões, espantados quanto ao interesse por essa forma de expressão e pelo jornal.

Essa perplexa dúvida, quanto aos motivos de haver uma investigação que abordaria a construção da imagem popular de um jornal conectada à redação em língua *jopará* das notícias policiais (Santos, 2012; 2019) pode estar interligada aos conceitos sobre esses temas, formados coletivamente no Paraguai, cujas negações e cargas classificatórias distintivas atam-nos a suas camisas de força sociais, aprisionando, dessa forma, suas relevâncias aos interesses corriqueiros de comunicação informal, o que denota que se tratam de expressões inerentes à demarcação das fronteiras entre grupos sociais.

Sequencialmente, apresentamos a definição conceitual do jopará, a qual mostrou-se fundamental para a interpretação e a compreensão do fenômeno, uma vez que permitiu estabelecer critérios teóricos e metodológicos mais precisos para a identificação de suas manifestações nos diferentes contextos investigados. Nesse sentido, a delimitação do conceito contribuiu para evitar ambiguidades interpretativas e possibilitou uma análise mais

consistente dos fenômenos linguísticos observados, constituindo um elemento indispensável para a compreensão e o alcance dos resultados obtidos nesta pesquisa.

Fundamentação Teórica

O panorama linguístico do Paraguai caracteriza-se pela convivência histórica entre o guarani e o espanhol, cuja interação deu origem a diferentes formas de contato linguístico. Entre essas manifestações destaca-se o jopará, frequentemente compreendido como uma mescla entre as duas línguas. A literatura especializada apresenta distintas interpretações acerca desse fenômeno, ora considerando-o uma variedade linguística, ora entendendo-o como possível terceira língua do país, resultado do processo histórico, cultural e social paraguaio.

De acordo com Meliá (1992), o jopará não deve ser entendido como espanhol influenciado pelo guarani, mas sim como guarani permeado por elementos do castelhano. Esse processo remonta ao período colonial e passou a integrar a identidade cultural paraguaia. O autor argumenta ainda que o guarani contemporâneo difere significativamente daquele utilizado pelos povos indígenas no passado, bem como do guarani empregado nas missões jesuíticas. Dessa forma, a língua atualmente falada pela população apresenta transformações decorrentes do contato prolongado com o espanhol.

Nesse sentido, Krivoshein de Canese (1993) afirma que o guarani paraguaio atual tem origem na tribo kari'o e se desenvolveu historicamente em interação com o castelhano. Tal variedade linguística consolidou-se como língua oficial devido a certa uniformidade observada em seu uso. Entretanto, a autora destaca que as influências entre guarani e espanhol sempre ocorreram, tornando a ideia de um guarani "puro" uma concepção abstrata. Na prática cotidiana, os paraguaios demonstram habilidade em alternar entre o espanhol, o guarani ou o jopará, conforme o contexto comunicativo, tanto na oralidade quanto na escrita.

Apesar de reconhecer a presença de interferências linguísticas entre os idiomas, Krivoshein de Canese (1993) não considera o jopará uma terceira língua, pois o guarani e o castelhano continuam sendo amplamente utilizados. Para a autora, a mistura entre as línguas pode representar um problema no âmbito educacional, uma vez que o ensino formal prioriza o espanhol. Tal situação gera dificuldades no processo de alfabetização, sobretudo, porque grande parte dos estudantes tem o guarani como língua materna. Diante disso, a pesquisadora defende a implementação de políticas educacionais bilíngues mais eficientes, capazes de minimizar conflitos linguísticos no processo de ensino-aprendizagem.

Em perspectiva semelhante, Lustig (2012) descreve o jopará como uma forma híbrida de comunicação, resultante da combinação entre espanhol e guarani e amplamente utilizada no cotidiano da população paraguaia. Para o autor, essa prática linguística apresenta grande flexibilidade expressiva, o que dificulta sua classificação em categorias linguísticas rígidas. Em determinadas situações, observa-se predominância do guarani; em outras, do espanhol. Ainda assim, o estudioso ressalta que o jopará possui menor prestígio social quando comparado às línguas consideradas "puras".

No campo literário, essa percepção também se manifesta. O escritor Augusto Roa Bastos, em sua obra *El Fiscal*, caracteriza o jopará de forma negativa, descrevendo-o como um dialeto associado à fala confusa ou desordenada. Essa representação evidencia a existência de preconceito linguístico em relação à variedade, mesmo que grande parte da população a utilize em situações informais de comunicação.

Sob outra perspectiva, Gynan (2003) destaca que, apesar da influência do espanhol, o guarani contemporâneo preserva aspectos fonológicos importantes. Ao mesmo tempo, observa-se interação entre as línguas nos níveis morfossintático, lexical e comunicativo. Segundo o autor, os falantes conseguem distinguir claramente o espanhol do guarani, utilizando a mistura linguística

de maneira estratégica em diferentes contextos sociais, explorando os recursos disponíveis em ambos os sistemas linguísticos.

Baz (2006), por sua vez, interpreta o jopará como uma variante do guarani que incorpora elementos do espanhol e, em alguns casos, do português. Em suas pesquisas baseadas em entrevistas orais, a autora analisa narrativas de mulheres sobre a Guerra do Paraguai e identifica a presença de marcadores discursivos característicos dessa forma de comunicação, evidenciando sua relevância nas interações cotidianas.

De acordo com Kallfell (2016), o jopará pode ser comparado a outras situações de contato linguístico, como o portunhol ou o chamado catanhol. Entretanto, diferentemente desses fenômenos, o jopará não está limitado a regiões de fronteira. Trata-se de um produto do desenvolvimento histórico e social do Paraguai, difundido em todo o território nacional. O autor questiona, contudo, se essa forma de expressão pode ser considerada efetivamente uma língua, pois se apresenta como um continuum linguístico pouco normatizado, composto por múltiplas possibilidades de combinação entre os dois idiomas.

A pesquisadora Zajícová (2009) também ressalta que o jopará possui raízes históricas profundas. Relatos de missionários jesuítas já registravam a existência de uma variedade de guarani influenciada pelo castelhano, considerada na época uma adulteração do modelo linguístico utilizado nas missões. A autora observa que o termo jopará, que significa "mistura" em guarani, refere-se a diferentes fenômenos linguísticos, incluindo empréstimos lexicais, calques, alternância de códigos e outras formas de contato entre as línguas. Dessa maneira, o fenômeno deve ser compreendido como um processo contínuo de interação linguística.

No âmbito educacional, Gasparin (2016) analisa os conflitos linguísticos decorrentes do contato entre guarani e espanhol nas escolas paraguaias. Com base em entrevistas com professores, o autor argumenta que a ideia de Paraguai como país plenamente bilíngue pode ser considerada, em certa medida idealizada. Embora o guarani seja amplamente utilizado na comunicação cotidiana, o

espanhol possui maior prestígio social e predomina nas atividades formais, especialmente na escrita e nas instituições educacionais.

Pesquisas baseadas em relatos de estudantes paraguaios indicam percepções variadas sobre o jopará. Segundo Santos e Oliveira (2018), alguns entrevistados o reconhecem como uma língua em transformação ao longo do tempo, enquanto outros o classificam apenas como linguagem popular ou variedade informal. Apesar dessas divergências, muitos relatam dificuldade em utilizar o guarani em sua forma considerada "pura", o que evidencia a forte presença do contato linguístico na prática cotidiana.

Diante desse contexto, pode-se compreender o jopará como resultado de processos históricos associados à colonização e às relações socioculturais estabelecidas no Paraguai. A partir da conquista espanhola, diversas manifestações da cultura guarani passaram a ocupar posições socialmente subordinadas, o que contribuiu para que práticas linguísticas de origem indígena fossem frequentemente associadas a espaços informais ou familiares.

Assim, embora alguns estudiosos não reconheçam o jopará como língua autônoma, sua presença e uso são amplamente constatados na sociedade paraguaia. Trata-se de uma prática comunicativa dinâmica, marcada pela criatividade linguística e pela combinação de recursos provenientes tanto do guarani quanto do espanhol. Essa característica evidencia a capacidade dos falantes de negociar sentidos e adaptar a linguagem conforme os contextos sociais de interação.

Nesse sentido, o jopará pode ser interpretado como uma língua intermediária, formada pela utilização simultânea e flexível dos dois sistemas linguísticos que compõem o cenário sociolinguístico do Paraguai. Em vez de apresentar fronteiras rígidas entre guarani e espanhol, essa forma de expressão revela um espaço de convergência entre as línguas, no qual os recursos linguísticos são mobilizados de acordo com as necessidades comunicativas dos falantes e com os diferentes contextos de circulação, inclusive na imprensa escrita.

Contexto sociolinguístico do Paraguai e o *jopará*

O Paraguai apresenta uma realidade linguística singular na América Latina, marcada pela convivência histórica entre o espanhol e o guarani. Diferentemente de outros países da região, o guarani permanece amplamente utilizado pela população.

Nesse cenário sociolinguístico emerge o jopará, variedade híbrida resultante da combinação de elementos das duas línguas. O termo, que significa "mistura", refere-se à alternância e à integração de estruturas lexicais e sintáticas do espanhol e do guarani. Embora amplamente difundido no cotidiano, o jopará muitas vezes é associado a contextos informais e a grupos sociais populares. Essa associação revela relações de poder simbólico que atravessam as práticas linguísticas e que influenciam a forma como determinadas variedades são avaliadas socialmente.

Pesquisas realizadas pelos autores que formam parte de nosso referencial teórico demonstram que o jopará também se faz presente em contextos educacionais, tanto no Paraguai quanto no município de Foz do Iguaçu, região marcada pela intensa circulação de pessoas, culturas e línguas. Nesses espaços, o jopará emerge como recurso de interação, construção de sentidos e negociação identitária, refletindo práticas linguísticas que ultrapassam fronteiras geográficas e institucionais.

A presença do jopará em diferentes esferas da vida social evidencia sua relevância como prática discursiva amplamente legitimada pelos falantes. Embora sua ocorrência seja particularmente visível em jornais populares, nos quais a utilização de recursos linguísticos híbridos contribui para aproximar o discurso jornalístico das formas de expressão cotidianas do público, seu uso não se restringe ao campo midiático.

A recorrência de elementos do jopará em ambientes tão distintos quanto a imprensa popular e a escola evidencia seu papel como manifestação linguística e cultural dinâmica, associada às experiências cotidianas dos falantes. Mais do que uma simples combinação de línguas, o jopará configura-se como uma prática

social que expressa pertencimentos, saberes e formas de interação características de comunidades inseridas em contextos de contato linguístico e cultural.

Após a delimitação teórica do conceito de jopará e a discussão dos aspectos sociolinguísticos que fundamentam esta investigação, torna-se necessário apresentar os procedimentos metodológicos que orientaram o desenvolvimento da pesquisa. A metodologia adotada caracteriza-se como uma pesquisa de natureza analítica e bibliográfica, fundamentada na sistematização, apresentação e discussão de resultados obtidos em estudos anteriores desenvolvidos pelo próprio autor. Em vez da realização de uma nova coleta de dados, o trabalho concentra-se na revisão crítica e na articulação dos achados produzidos em diferentes investigações, buscando identificar convergências, complementaridades e contribuições para a compreensão do fenômeno em análise. A seção seguinte apresenta os procedimentos metodológicos empregados na seleção, organização e interpretação desses resultados, bem como os critérios utilizados para sua discussão à luz do referencial teórico adotado.

Percurso Metodológico

A presente pesquisa adota uma abordagem qualitativa de caráter interpretativo e consiste em uma revisão analítica de resultados obtidos em investigações anteriores desenvolvidas pelo próprio autor. Em vez de realizar uma nova coleta de dados, o estudo reúne, sistematiza e reexamina evidências produzidas em pesquisas já concluídas, buscando identificar convergências, recorrências e tendências observadas ao longo das análises.

O material examinado é constituído por dados, interpretações e conclusões oriundos de pesquisas anteriores desenvolvidas pelo autor acerca da presença e dos usos do jopará em diferentes contextos comunicativos. A partir desse conjunto de estudos, foram selecionados resultados que evidenciam a relevância do jopará como prática linguística amplamente difundida na sociedade

paraguaia, bem como seu papel na expressão de identidades culturais, na construção de sentidos e na mediação das relações sociais. A sistematização desses achados permite reunir evidências que contribuem para ampliar o conhecimento sobre o fenômeno e para valorizar sua importância no cenário sociolinguístico e cultural do Paraguai.

A análise concentra-se na articulação entre os dados previamente obtidos, promovendo um diálogo entre diferentes momentos investigativos. Dessa forma, o estudo busca oferecer uma visão panorâmica das principais constatações alcançadas ao longo da trajetória de pesquisa do autor, evidenciando como determinados recursos linguísticos e discursivos contribuem para as pesquisas que se debruçam sobre a cultura paraguaia e a interculturalidade trinacional na região de Foz do Iguaçu.

Análise e Discussão

Historicamente, as pesquisas linguísticas foram fortemente influenciadas pela ideia de que as línguas constituem sistemas autônomos, delimitados e relativamente homogêneos. Tal perspectiva contribuiu para a consolidação de modelos analíticos que privilegiam variedades consideradas legítimas e normatizadas, relegando ao segundo plano, práticas linguísticas que emergem em situações de contato. No caso do Paraguai, essa lógica produziu um cenário em que o espanhol e o guarani foram frequentemente concebidos como entidades separadas, enquanto o jopará passou a ocupar uma posição marginal nas representações sociais e nos discursos institucionais sobre a língua.

Entretanto, os resultados discutidos por meio dos estudos realizados, em 2012 e 2019, indicam que essa interpretação é insuficiente para explicar a dinâmica efetiva das práticas comunicativas observadas na sociedade paraguaia. Conforme argumenta Santos (2019), o jopará não pode ser reduzido a uma forma linguística imperfeita ou a uma variedade derivada de duas línguas consideradas puras. Ao contrário, trata-se de uma prática

socialmente construída, resultante da mobilização de repertórios linguísticos diversos por sujeitos que vivem cotidianamente experiências de bilinguismo e contato cultural. Sob essa perspectiva, o jopará constitui uma expressão legítima das formas de interação produzidas em contextos multilíngues.

Tal perspectiva adquire especial relevância quando observada a partir do conceito de fronteira. Tradicionalmente associada a limites territoriais definidos pelos Estados nacionais, a fronteira tem sido reinterpretada por diferentes campos do conhecimento como um espaço de circulação, negociação e produção de sentidos. Mais do que uma linha divisória, a fronteira constitui um espaço social no qual identidades, culturas e práticas linguísticas são constantemente reconfiguradas. Em contextos fronteiriços, as relações entre as línguas tornam-se ainda mais complexas, uma vez que os sujeitos transitam entre diferentes sistemas simbólicos e desenvolvem estratégias comunicativas capazes de responder às exigências de ambientes marcados pela diversidade.

Nesse contexto, o jopará emerge como uma prática linguística particularmente relevante para os estudos de fronteira. Sua existência demonstra que os limites tradicionalmente estabelecidos entre espanhol e guarani tornam-se permeáveis quando observados a partir das práticas efetivas dos falantes. Em vez de reproduzirem rigidamente as fronteiras linguísticas instituídas pelos discursos oficiais, os sujeitos constroem formas híbridas de comunicação que refletem suas experiências históricas, culturais e sociais. O jopará, portanto, evidencia que as fronteiras linguísticas são construções sociais e ideológicas, continuamente negociadas nas interações cotidianas.

Além disso, a análise do jopará permite compreender como as relações de poder influenciam os processos de legitimação e marginalização das práticas linguísticas. Conforme discutido por Bourdieu (2008), as línguas não possuem valor social intrínseco. Seu prestígio decorre das posições ocupadas pelos grupos que as utilizam e das relações de força que estruturam determinado campo social. Sob essa perspectiva, a estigmatização do jopará não

pode ser explicada por características linguísticas específicas, mas pelas representações sociais que historicamente associaram essa prática de linguagem a grupos socialmente menos prestigiados.

Essa constatação se torna particularmente importante para os estudos sociolinguísticos contemporâneos, uma vez que evidencia a necessidade de deslocar o foco analítico das estruturas linguísticas para os processos sociais que condicionam sua valorização ou desvalorização. O jopará, nesse sentido, constitui um exemplo emblemático de como determinadas práticas de linguagem podem ser simultaneamente amplamente utilizadas pela população e, ainda assim, ocupar posições periféricas nos discursos institucionais e acadêmicos.

Ao mesmo tempo, a permanência e a vitalidade do jopará demonstram a capacidade dos falantes de resistirem às tentativas de homogeneização linguística. Mesmo diante de discursos que privilegiam formas consideradas legítimas de espanhol ou guarani, os sujeitos continuam mobilizando repertórios híbridos para construir sentidos, estabelecer vínculos sociais e expressar identidades. Essa resistência revela que a linguagem não pode ser compreendida apenas como um sistema normativo, mas como uma prática social permeada por disputas simbólicas e processos de negociação cultural.

As reflexões apresentadas também apontam para a necessidade de reconsiderar as políticas linguísticas voltadas aos contextos bilíngues e multilíngues. Frequentemente fundamentadas em concepções monolíngues de língua, tais políticas tendem a ignorar a complexidade das práticas efetivamente utilizadas pelas comunidades. O reconhecimento do jopará como língua pode contribuir para a formulação de políticas mais inclusivas, capazes de contemplar a diversidade linguística existente nos espaços de contato e de valorizar formas de expressão historicamente marginalizadas.

Do ponto de vista metodológico, este estudo reforça a importância de abordagens interdisciplinares para a compreensão dos fenômenos linguísticos contemporâneos. A articulação entre sociolinguística, análise do discurso, estudos de fronteira e teorias

da translinguagem mostrou-se particularmente produtiva para a interpretação do objeto investigado. Tal articulação permitiu compreender o jopará não apenas como fenômeno linguístico, mas como prática social inserida em processos históricos, culturais e políticos mais amplos.

As contribuições aqui apresentadas podem servir de base para futuras investigações sobre práticas linguísticas em outras regiões fronteiriças da América do Sul. Contextos como a fronteira Brasil–Paraguai, Brasil–Uruguai e Brasil–Argentina apresentam dinâmicas linguísticas igualmente complexas, marcadas por intensos processos de circulação cultural e contato entre línguas. A análise dessas realidades pode ampliar a compreensão sobre os mecanismos de construção de repertórios híbridos e sobre os modos pelos quais os sujeitos negociam identidades em contextos multilíngues.

Por fim, considera-se que o jopará representa um objeto privilegiado para a compreensão das transformações que caracterizam os cenários linguísticos contemporâneos. Sua análise permite observar, simultaneamente, processos de contato linguístico, construção identitária, negociação cultural e disputa simbólica. Mais do que um fenômeno restrito ao contexto paraguaio, o jopará constitui uma expressão das dinâmicas sociais que atravessam diferentes espaços fronteiriços da América Latina, evidenciando a necessidade de modelos teóricos capazes de compreender a linguagem em sua complexidade, fluidez e historicidade.

Dessa forma, conclui-se que os estudos sobre o jopará podem contribuir significativamente para o avanço das pesquisas sobre contato linguístico e fronteira, oferecendo subsídios para uma compreensão mais ampla das formas pelas quais os sujeitos mobilizam recursos linguísticos diversos para produzir sentidos em sociedades marcadas pela pluralidade cultural. Ao reconhecer a legitimidade dessas práticas, amplia-se não apenas o campo dos estudos linguísticos, mas também as possibilidades de construção de perspectivas mais inclusivas sobre a diversidade linguística presente nos espaços fronteiriços contemporâneos.

Considerações finais

Nossos resultados poderão contribuir para área de linguística, quanto aos estudos que envolvem práticas de linguagem em contextos bilingues, como o fenômeno, por nós estudado, especialmente, os que investiguem, também, sua dimensão sociológica, que, dessa maneira, remetam aos trabalhos de Pierre Bourdieu.

Ainda nos parece pertinente, nesse contexto, nosso posicionamento teórico e crítico, de caracterizarmos o *jopará*, resultado do hibridismo (guarani e espanhol), como fruto da translinguagem, indicando que se trata de um recurso e uma prática de linguagem complexos, em nada errados ou inferiores, havendo correlação com estudos que envolvem Políticas Linguísticas.

As reflexões apresentadas poderão interessar às investigações científicas que envolvam teorias Pragmáticas e Semânticas, em que não haja uma limitação disciplinar entre ambas e desde que acompanhem nossos preceitos ou argumentem em função de negá-los.

Referências

AMARAL, M. F. **Jornalismo Popular**. São Paulo: Contexto, 2005.

BERTRAND, D. **Parler pour convaincre**. Paris: Gallimard, 1999.

BORSTEL, C. N. von. Sistema de língua base marcado do *code switching* sobre o *brasildeutsch.* **Línguas & Letras**, Unioeste, Cascavel, vol. 2, n 2, p. 20-30. 2001

BOURDIEU, P. **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. 2ª ed. Trad. Fernando Thomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998

BOURDIEU, P. Espíritos de Estado. Gênese e estrutura do campo burocrático. *In*: **Razões Práticas:** sobre a teoria da ação. Campinas: Papirus, 1996.

BOURDIEU, P. **A economia das trocas linguísticas**. São Paulo: Edusp, 2008.

CALVET, L-J. **Sociolinguística:** uma introdução crítica. São Paulo: Parábola, 2004.

CALVET, L. J. **As Políticas Linguísticas**. São Paulo: Parábola, 2007.

CANAGARAJAH, S. Navigating language politics: a story of critical praxis. *In*: NICOLAIDES, C. *et al*. **Política e políticas linguísticas**. Campinas: Pontes, 2013.

CAVALCANTI, M. C. Estudos sobre educação bilíngue e escolarização em contextos de minorias linguísticas no Brasil. **DELTA**, São Paulo, v.15, n. especial, p. 385-417, 1999.

CAVALCANTI, M. C.; MAHER, T. de J. M; **Diferentes Diferenças:** desafios interculturais na sala de aula. Ed. CEFIEL/IEL/ UNICAMP/ MEC, vol. 1, p. 54, 2009.

CAVALCANTI, M. C. Educação linguística na formação de professores de línguas: intercompreensão e práticas translíngues. *In*: LOPES, L. M. (org.). **Linguística Aplicada na Modernidade Recente** - Festschrift para Antonieta Celani. São Paulo: Parábola/Cultura Inglesa, 2013, p 211-226.

CÉSAR, A.; CAVALCANTI, M. C. **Do singular para o multifacetado:** o conceito de língua como caleidoscópio. Transculturalidade. Linguagem e educação. Campinas: Mercado de Letras, 2007.

DIAS, A. R. F. **O discurso da violência:** as marcas da oralidade no jornalismo popular. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

FOUCAULT, M. **Vigiar e puni**r. Petrópolis: Vozes, 2003.

FOUCAULT, M. **Em defesa da sociedade**: curso no Collège de France. São Paulo: Martins Fontes, 2005

GOOGLE. Google guarani. Disponível em: google.com/intl/gn . Acesso em: 13 dez. 2025.

GROSJEAN, F. **Life With Two Langauges:** An introduction to Bilingualism. Cambridge: Hardward University Press, 1982.

GYNAN, N. S. **El Bilingüismo paraguayo aspectos sociolingüísticos**. 2ª ed. Paraguay: Ed. Etigraf, 2003.

GUIMARÃES, E. Enunciação e política de línguas no Brasil. Revista **Letras - Espaços de Circulação da Linguagem**, n. 27, jul./dez. 2006.

GUASH, A. S. J.; ORTIZ, S. J. **Diccionario castellano - guaraní/ guarani - castellano. Sintáctico, fraseológico, ideológico. Grafía actualizada**. CEPAG: Asunción, 1991.

HOLLIDAY, A. **Intercultural communication and ideology**. Londres: Sage, 2011.

KALLFELL, G. **¿Cómo hablan los paraguayos con dos lenguas? Gramática del *jopara*.** 2016. Disponível em: http:// www.etnolinguistica.org/biblio:kallfell-2016-jopara. Acesso em: 10 de dezembro de 2016.

KERN, A. A. **Missões:** uma utopia política. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1982.

KRIVOSHEIN, C. N. **Apuntes de lingüística general y aplicada**. Assunção: Paraguay, [S. n.], 1996.

KRIVOSHEIN, C. N. **Variedad de guaraní que se usaria en Ia educación**. Nemity: Asunción, n. 26, p. 14-18, 1993.

LUSTING, W. **Mba´eichapa oiko la guarani? Guaraní y jopara en el Paraguay.** Disponível em: <http://www.etnolinguistica.org/ artigo:lusting-1996>. Acesso em 23 dez. 2019.

MAHER, T. M. Do casulo ao movimento: a suspensão das certezas na educação bilíngue e intercultural. *In*: BORTONI-RICARDO, S.

M.; CAVALCANTI, M. C. (org.) **Transculturalidade, Linguagem e Educação**. Campinas: Mercado de Letras, 2007.

MELIÀ. **El Guaraní conquistado y reducido**. Asunción: Universidad Catolica, 1986.

MELIÀ. **La lengua Guarani Del Paraguay:** Historia, sociedad y Literatura. Madrid, España: Ed. Mafre, 1992.

MELIÀ. **El Guaraní conquistado y reducido.** Asunción: Universidad Catolica, 1997.

MELIÀ. B. **Una Nación dos Culturas**. Asunción: Salesiana, 1998.

OLIVEIRA, L. P. Escolhas pedagógicas do educador e identidade cultural dos aprendizes. **Linguagem e Ensino**, vol. 3, n° 2, p. 49-59, 2000.

ORLANDI, E. **A linguagem e seu funcionamento**. Campinas: Pontes, 1987.

PENNER, H. Jopará: Representaciones, Hechos y Análisis. *In*: **Interculturalizaciones. Transiciones, mediaciones y conflictos em lenguas, comunidades y educación escolar**. Universidad Autónoma Metropolitana – Iztapalapa, México, 2107, p 91-110.

PERES, S. Avañe'ê, Ñe'ê Tavy, Karai Ñe'e: escolarização do guarani e diglossia no Paraguai. *In*: **História da Educação**. ASPHE/FaE/UFPel, Pelotas, v. 9, n. 39 – 85, abril, 2001.

RODRIGUEZ, Z. C. M. **Língua, nação e nacionalismo:** um estudo sobre o guarani no Paraguai. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2000.

SANTOS, L. M. dos. **Ñande rekó/nosso modo de ser: o jopara no *Jornal Díario Popular***, Foz do Iguaçu, 2012.

SANTOS, L. M. **O processo de construção do *ethos* do *Jornal Diario Popular*:** A imagem de si e do outro no discurso. Uma análise do jopará nas páginas policiais. Tese (Doutorado em

Sociedade, Cultura e Fronteiras) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Unioeste, 2019.

SERRA, A. A. **O desvio nosso de cada dia:** a representação do cotidiano num *Jornal popular*. Rio de Janeiro: Achiamé, 1980.

ZAJÍCOVA, L. Diferentes formas del jopara. *In*: Escobar, A. M.; Wölck, W. (org.). **Contacto lingüístico y la emergencia de variantes y variedades lingüísticas**. Madrid: Vervuert-Iberoamericana, 2009, p 23-38.

O ADOLESCENTE EM CONFLITO COM A LEI NA MÍDIA TELEVISÃO: DIÁLOGOS INTERDISCIPLINARES

Laura Duarte Marinoski
E-mail: laura.marinoski@ifpr.edu.br
ORCID: 0000-0003-3093-3330

Resumo

Este capítulo analisa a influência da mídia televisão na construção da identidade do adolescente em conflito com a lei, tomando como referência os debates sobre a redução da maioridade penal. Fundamentado nos Direitos Humanos e nos Estudos Culturais, parte da compreensão de que as identidades são construídas em contextos históricos, culturais e institucionais específicos, sendo atravessadas por relações de poder e processos de representação. O objetivo da pesquisa consistiu em compreender de que maneira a mídia televisão influencia na construção da identidade do adolescente em conflito com a lei. Metodologicamente, adotou-se uma abordagem qualitativa, articulando revisão bibliográfica, modos de endereçamento e teoria da recepção. O *corpus* foi constituído pelos programas *SBT Brasil*, *Brasil Urgente* e *Encontro com Fátima Bernardes*, selecionados em razão da abordagem da temática da redução da maioridade penal. As análises evidenciaram a recorrência de representações que associam o adolescente à criminalidade, à violência e à impunidade, contribuindo para processos de marginalização. Ao mesmo tempo, identificaram-se disputas de significados e possibilidades de negociação e resistência por parte dos sujeitos receptores. O estudo contribui para a compreensão crítica das relações entre mídia, identidade e direitos humanos, articulando cultura, poder e produção de significados na sociedade contemporânea.

Palavras-chave: Identidade; Estudos Culturais; Direitos Humanos.

Introdução

A contemporaneidade é marcada pela crescente influência dos meios de comunicação na produção e circulação de significados sociais. Nesse contexto, a televisão ocupa posição de destaque como importante difusora de cultura simbólica (Gerlin, 2022), participando da construção de representações e identidades que influenciam modos de pensar e agir. Conforme assinala Certeau (1993, p. 50), "a comunicação é filtrada pelas censuras sociais", evidenciando que os discursos midiáticos não são neutros, mas constituídos por relações de poder e disputas de sentido. O desenvolvimento das tecnologias da comunicação ampliou significativamente o alcance dos meios de comunicação e suas possibilidades de intervenção na vida cotidiana. O diálogo, antes restrito à oralidade e aos registros escritos, passou a ocorrer também por meio de diferentes dispositivos tecnológicos, permitindo a circulação ampliada de informações, valores e modos de vida, nesse cenário, a televisão se caracteriza como um instrumento de fabricação de teias de significação, capaz de influenciar a construção de percepções sobre distintos grupos sociais. Entre esses grupos, destacam-se os adolescentes em conflito com a lei. Embora a Constituição Federal de 1988, o Estatuto da Criança e do Adolescente (1990), a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), a Declaração Universal dos Direitos da Criança (1959), a Convenção Internacional dos Direitos da Criança (1989) e o Pacto de São José da Costa Rica (1992), reconheçam como sujeitos de direitos, suas representações na mídia frequentemente os vinculam a processos de marginalização e exclusão social.

Problematizar a influência da mídia na construção da identidade do adolescente em conflito com a lei torna-se particularmente relevante diante dos debates sociais acerca da violência e da redução da maioridade penal. Como afirma Hall (2003, p. 109), as identidades são produzidas em contextos

históricos e institucionais específicos, no interior de práticas discursivas que contribuem para sua constituição. Nessa perspectiva, compreender a representação midiática desses adolescentes implica analisar os processos culturais que produzem e legitimam determinadas formas de interpretação da realidade.

Desenvolvida no âmbito do Programa Interdisciplinar de Pós-Graduação em Sociedade, Cultura e Fronteiras (PPGSCF), esta pesquisa insere-se nas discussões que compreendem a cultura como espaço de disputas simbólicas e produção de identidades. A investigação dialoga com a perspectiva interdisciplinar característica do Programa ao examinar as fronteiras sociais e discursivas que delimitam a representação do adolescente em conflito com a lei nos meios de comunicação. A pesquisa toma como objeto a cultura da mídia televisiva e sua participação na construção da identidade do adolescente em conflito com a lei. O interesse pela temática surgiu a partir da atuação junto ao Núcleo de Estudos e Defesa dos Direitos da Infância e da Juventude (NEDDIJ), vinculado à Universidade Estadual do Oeste do Paraná, *campus* de Foz do Iguaçu. A experiência possibilitou aproximações interdisciplinares entre as áreas do Direito e da Pedagogia, além do envolvimento com a defesa dos direitos de crianças e adolescentes da região de tríplice fronteira internacional. Essa aproximação permitiu refletir sobre a condição desses sujeitos, frequentemente compreendidos como responsáveis pela violência social, mas que podem ser entendidos, conforme Freire (1987), como resultado de processos históricos e sociais marcados pela exclusão e pela desumanização. Ao utilizar a expressão "ser menos", o autor contribui para compreender situações em que adolescentes têm sua potencialidade de "ser mais" limitada por condições de opressão, reduzidos à marginalidade e remetidos como "marginais", nesse sentido, podemos depreender seu significado material e simbólico.

A investigação fundamenta-se nos princípios axiológicos dos Direitos Humanos e compreende a interculturalidade como elemento central para a construção de relações sociais mais humanas. Nessa perspectiva, reconhece-se que a valorização das

humanidades exige não apenas a garantia formal de direitos, mas também a problematização dos discursos e representações que contribuem para a produção das desigualdades. Ao mesmo tempo, o estudo reconhece que a mídia não deve ser compreendida exclusivamente como instrumento de alienação. Embora esteja inserida em disputas simbólicas atravessadas por interesses econômicos e políticos, ela também pode constituir espaço de resistência, interpretação crítica e construção de leituras emancipatórias da realidade. O desvelamento de seus discursos pode contribuir para a problematização da realidade social e para a construção de novos saberes. Para compreender essas questões, adotamos como referencial teórico os Estudos Culturais, campo que compreende a cultura como espaço de disputa, produção de significados e exercício do poder. Interessa-nos especialmente analisar as relações entre cultura e poder presentes na cultura midiática, bem como seus processos de reprodução social e resistência. Nesse sentido, investigamos a cultura propagada pela televisão e sua relação com as representações do adolescente em conflito com a lei.

Diante dessas considerações, esta pesquisa buscou responder à seguinte questão: de que maneira a mídia televisão influencia na construção da identidade do adolescente em conflito com a lei? Para responder a essa indagação, analisamos programas televisivos de ampla repercussão social, buscando compreender como a cultura da mídia contribui para disseminar e construir identidades que legitimam determinados posicionamentos sociais. Como metodologia, adotamos uma abordagem qualitativa, articulando revisão bibliográfica, modos de endereçamento (Ellsworth, 2001) e estudos da recepção (Hall, 2003; Martín-Barbero, 2003), com o objetivo de compreender a influência da televisão na construção da identidade do adolescente em conflito com a lei e sua relação com a legitimação da redução da maioridade penal.

O Adolescente em Conflito com a Lei na Televisão: Contribuições dos Direitos Humanos e dos Estudos Culturais

> *Aos esfarrapados do mundo e aos que neles se descobrem e, assim se descobrindo, com eles sofrem, mas, sobretudo, com eles luta* (Freire, 1987, p. 12).

Iniciamos esta reflexão com as palavras de Paulo Freire (1987), por compreender que a discussão acerca do adolescente em conflito com a lei exige um posicionamento ético e político diante das formas de exclusão que marcam a vida de crianças e adolescentes na contemporaneidade. Trata-se de sujeitos que, muitas vezes, vivenciam os efeitos da fome, da miséria, da violência e da negação de direitos, em uma sociedade ainda caracterizada por profundas desigualdades sociais. Nesse contexto, a teoria dos Direitos Humanos constitui importante fundamento para a compreensão da dignidade humana, da liberdade, da igualdade, da pluralidade e da democracia como valores essenciais à construção de uma sociedade mais justa.

A história dos Direitos Humanos é marcada por avanços, recuos e descontinuidades (Santos, 2013). Embora a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão de 1789 represente um marco importante, sua formulação esteve vinculada aos interesses da burguesia ascendente e à consolidação de uma nova ordem social. Por essa razão, compreendemos a Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), adotada pela Organização das Nações Unidas em 1948, como um momento fundamental na consolidação de um horizonte mais amplo de humanização, especialmente diante das violações produzidas pelas guerras e pelos regimes totalitários. A DUDH estabeleceu princípios relacionados à fraternidade, à liberdade, ao respeito às diferenças, à segurança, à educação, ao trabalho e à dignidade humana. Ainda que não tenha alterado as bases estruturais da sociedade capitalista, representou importante instrumento de luta pelo reconhecimento e proteção de diferentes grupos sociais.

No campo específico da infância e da adolescência, em território brasileiro, destacam-se a Declaração Universal dos Direitos da Criança (1959), a Convenção dos Direitos da Criança (1989), a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 - CF/88 e o Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA (1990). Esses documentos consolidam o entendimento de que crianças e adolescentes são sujeitos de direitos e merecem proteção especial em razão de sua condição peculiar de desenvolvimento.

Nesse sentido, a Constituição Federal estabelece que é dever da família, da sociedade e do Estado assegurar, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, ao lazer, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária. Da mesma forma, o Estatuto da Criança e do Adolescente rompe com a doutrina da situação irregular e adota a doutrina da proteção integral, reconhecendo crianças e adolescentes como sujeitos plenos de direitos. A proteção integral pressupõe compreender a infância e a adolescência em sua totalidade. Conforme o Artigo 6º do ECA, deve-se considerar "os fins sociais a que ela se dirige, as exigências do bem comum, os direitos e deveres individuais e coletivos, e a condição peculiar da criança e do adolescente como pessoas em desenvolvimento". Trata-se de reconhecer que esses sujeitos possuem os mesmos direitos fundamentais assegurados aos adultos, acrescidos daqueles decorrentes de sua condição específica de desenvolvimento.

Essa perspectiva se torna especialmente relevante quando discutimos o adolescente em conflito com a lei. A prática de atos infracionais não pode ser compreendida de forma isolada das condições sociais, econômicas e culturais que atravessam a vida desses sujeitos. Conforme argumenta Freire (1987), a desumanização não constitui vocação humana, mas resultado de relações históricas de opressão. Nessa direção, a análise da violência juvenil exige considerar os processos sociais que limitam as possibilidades de desenvolvimento humano e produzem diferentes formas de exclusão. Kramer *et al.* (2011, p. 276) alertam

que crianças e adolescentes convivem cotidianamente com diferentes expressões de violência, discriminação e negação de direitos. Os autores destacam que esses sujeitos crescem em uma realidade marcada por guerras, desigualdades sociais, preconceitos e diferentes formas de agressão, aprendendo desde cedo a conviver com imagens de exclusão e sofrimento. Diante desse cenário, torna-se necessário questionar: o adolescente é criador ou criatura da violência presente na sociedade contemporânea?

A questão ganha novos contornos quando observamos a atuação dos meios de comunicação. Conforme Bourdieu (1997, p. 65), proliferam "pequenos diretores de consciência" que passam a definir quais são os problemas sociais relevantes e quais interpretações devem prevalecer sobre eles. A televisão ocupa posição privilegiada nesse processo, contribuindo para a circulação de discursos, imagens e representações que influenciam a forma como determinados grupos sociais são percebidos. Assim, problematizar a influência da mídia televisiva na construção da identidade do adolescente em conflito com a lei constitui uma tarefa fundamental; mais do que discutir um tema jurídico, trata-se de compreender um fenômeno social, cultural e político que exige uma abordagem interdisciplinar. É precisamente nesse ponto que os Estudos Culturais oferecem contribuições para analisar as relações entre mídia, cultura, poder e produção de identidades. A problematização da influência da mídia televisiva na construção da identidade do adolescente em conflito com a lei demanda instrumentos teóricos capazes de compreender as relações entre cultura, comunicação e poder. Nesse sentido, os Estudos Culturais constituem importante referencial para esta investigação, especialmente por permitirem analisar a cultura como espaço de disputas simbólicas, produção de significados e constituição de identidades.

Ao discutir a influência dos meios de comunicação na contemporaneidade, Fischer *apud* Rocha (2005, p. 33) afirma que "sons, imagens, textos – atingem tão amplas camadas da população e tão diferenciados públicos ao mesmo tempo que, cada vez mais,

falam diretamente à intimidade das pessoas, traz novos problemas para os pesquisadores da cultura e da educação". Tal reflexão torna-se particularmente relevante em uma sociedade marcada pela convergência entre globalização, tecnologia e comunicação, em que os meios de comunicação participam intensamente da construção de referências culturais, modos de vida e formas de interpretação da realidade. Conforme destaca Fischer (2007), os códigos culturais transmitidos pelos meios de comunicação constituem, pautam, normalizam e normatizam vivências em diferentes espaços sociais. A mídia, constituída especialmente a partir do século XX, tornou-se uma importante produtora de narrativas, influenciando modos de pensar, agir e construir identidades. Nesse sentido, os meios de comunicação não se limitam à transmissão de informações, mas atuam como produtores de significados sociais.

Os Estudos Culturais surgem na Inglaterra, em meados da década de 1950, a partir das contribuições de Richard Hoggart, E. P. Thompson, Raymond Williams e Stuart Hall. Conforme afirmam Nelson, Treichler e Grossberg (1995, p. 11), esses autores "partilham um compromisso de examinar práticas culturais do ponto de vista de seu envolvimento com, e no interior de relações de poder". Tal perspectiva rompe com concepções restritas de cultura e passa a compreendê-la como um fenômeno inseparável das relações sociais e políticas. As discussões acerca da cultura ganham novos contornos especialmente com Raymond Williams, para quem a cultura deixa de ser compreendida como patrimônio exclusivo de grupos privilegiados e passa a ser entendida como modo de vida (Williams *apud* Cevasco, 2003). Trata-se de uma mudança significativa, pois desloca a análise das manifestações consideradas legítimas para o conjunto das práticas, representações e experiências vividas pelos sujeitos em seu cotidiano. Hall *apud* Nelson, Treichler e Grossberg (1995, p. 15) define cultura como "o terreno real, sólido, das práticas, representações, línguas e costumes de qualquer sociedade histórica específica, bem como as formas contraditórias de senso comum que

se enraizaram e moldaram a vida popular". Tal definição permite compreender a cultura não como um conjunto estático de valores, mas como um espaço dinâmico de disputas, negociações e conflitos. Nessa direção, os Estudos Culturais recusam a hierarquização entre formas culturais consideradas superiores e inferiores. Conforme destaca Cevasco (2003), a cultura não pode ser reduzida aos valores de um grupo específico, tampouco utilizada como mecanismo de reprodução de privilégios. Ao contrário, deve possibilitar que diferentes sujeitos sejam produtores e difusores de cultura, e não apenas consumidores passivos de conteúdos previamente selecionados.

Essa preocupação esteve presente desde a origem dos Estudos Culturais. Hoggart, Thompson e Williams atuaram junto à Workers' Educational Association (WEA), instituição comprometida com uma educação pública e democrática voltada à classe trabalhadora, cujo objetivo era construir uma cultura comum, fundamentada na participação, na troca de saberes e no reconhecimento da capacidade intelectual dos grupos historicamente marginalizados. Como observa Hall (1990), os Estudos Culturais nasceram de uma tradição marginal em relação aos centros acadêmicos ingleses. Seu desenvolvimento esteve associado à necessidade de compreender as mudanças culturais em curso e suas consequências sociais. Por essa razão, a cultura passa a ser entendida como uma arena de lutas, marcada pela produção histórica de significados e pela circulação de valores atravessados por relações de classe.

Segundo Cevasco (2003, p. 95), para os intelectuais vinculados à New Left, "a cultura não é uma esfera da consciência separada do ser social, mas designa um processo central e uma arena de luta". Essa compreensão possui implicações importantes para a presente investigação, pois permite analisar a televisão não apenas como meio de comunicação, mas como espaço de disputa simbólica, no qual diferentes representações e interesses sociais entram em confronto. Tal perspectiva torna-se particularmente relevante quando observamos o papel assumido pelos meios de comunicação

na sociedade contemporânea. Conforme destaca a mesma autora (p. 96), os meios de comunicação de massa constituem instituições políticas com poder para "selecionar, enfatizar e excluir temas de acordo com interesses particulares". Isso significa reconhecer que a produção midiática não ocorre de maneira neutra, mas envolve escolhas, enquadramentos e disputas em torno dos significados que serão difundidos socialmente.

Ao refletir sobre a televisão, Kellner (2001, p. 11) argumenta que a cultura midiática passou a ocupar posição central na vida cotidiana: "A cultura, em seu sentido amplo, é uma forma de atividade que implica alto grau de participação, em que pessoas criam sociedades e identidades. A cultura da mídia participa igualmente desses processos, mas também é algo novo na aventura humana." A expansão dos meios de comunicação possibilitou que produtos culturais, valores e modelos de vida circulassem em escala global. Contudo, conforme alerta Kellner (2001), esse processo também pode contribuir para formas de homogeneização cultural, reduzindo possibilidades de participação, criatividade e autonomia dos sujeitos. Por essa razão, os Estudos Culturais compreendem a sociedade como um terreno simultâneo de dominação e resistência; as produções culturais podem reiterar relações de poder, além de fornecer recursos para sua contestação (Setton, 2011, p. 27), a análise da mídia exige, portanto, compreender tanto os mecanismos de produção da hegemonia quanto as possibilidades de leitura crítica e transformação social.

É nesse horizonte teórico que se insere a presente pesquisa, posto que a televisão é entendida como espaço privilegiado de circulação cultural, capaz de influenciar percepções sobre juventude, violência, cidadania e direitos humanos. Essa perspectiva se torna ainda mais relevante quando articulada à noção de interdisciplinaridade, condição necessária para compreender a complexidade dos fenômenos sociais contemporâneos e as múltiplas determinações envolvidas na construção da identidade do adolescente em conflito com a lei. Ao reconhecer que os meios de comunicação participam da formação

de modos de pensar, agir e interpretar a realidade, torna-se necessário investigar não apenas os conteúdos transmitidos pela televisão, mas também os mecanismos pelos quais tais conteúdos procuram estabelecer vínculos com seus públicos. Como destaca Cevasco (2003, p. 96), os meios de comunicação possuem o poder de "selecionar, enfatizar e excluir temas de acordo com interesses particulares", enquanto Kellner (2001) ressalta a centralidade da cultura da mídia na constituição das experiências contemporâneas. Nessa direção, compreender a representação do adolescente em conflito com a lei exige analisar como os discursos televisivos produzem sentidos, interpelam seus receptores e buscam legitimar determinadas leituras da realidade. É precisamente nesse ponto que os modos de endereçamento se tornam uma importante ferramenta analítica, pois permitem investigar a relação estabelecida entre os programas televisivos e seus telespectadores, bem como as formas pelas quais imagens, linguagens e narrativas constroem expectativas acerca de quem é o público e de como este deve interpretar as mensagens transmitidas (Ellsworth, 2001).

Modos de Endereçamento da Televisão

A compreensão da mídia televisiva como espaço de produção de significados, identidades e relações de poder exige instrumentos analíticos capazes de investigar não apenas aquilo que é transmitido, mas também a forma como os programas se relacionam com seus públicos. Nessa perspectiva, esta pesquisa utiliza os modos de endereçamento como referência metodológica para analisar a influência da televisão na construção da identidade do adolescente em conflito com a lei.

Inicialmente desenvolvido nos estudos de cinema, o conceito de modo de endereçamento surge da preocupação em compreender a relação entre a mensagem produzida e as formas de recepção dos sujeitos que ocupam o lugar de espectadores. Conforme Ellsworth (2001), os estudos sobre modos de endereçamento procuram compreender as estratégias pelas quais

filmes e programas constroem imagens de seus públicos e procuram interpelá-los. A autora sintetiza essa preocupação por meio da seguinte questão: "Quem este filme/programa pensa que você é?" (Ellsworth, 2001, p. 11). Nessa investigação, utilizamos o modo de endereçamento à luz dos Estudos Culturais e das contribuições de Bourdieu (1997), Debord (1997), Foucault (2000), Hall (2003, 2014), Kellner (2001), Martín-Barbero (2003), Thompson (2009, 2011) e Freire (1987), buscando compreender como os programas televisivos se relacionam com seus telespectadores e participam da legitimação de uma identidade marginal do adolescente em conflito com a lei. O método permite analisar as práticas de recepção solicitadas pelos programas e compreender a interdependência entre emissores e receptores na construção dos sentidos televisivos.

Ellsworth (2001, p. 16) destaca que "os produtores fazem suposições sobre o tipo de pessoa para qual seu filme é endereçado e sobre as posições e identidades sociais que seu público deve ocupar". Essas expectativas deixam marcas nos textos televisivos e orientam a construção das imagens, narrativas e linguagens utilizadas. O modo de endereçamento está, portanto, intrinsecamente relacionado ao receptor da mensagem, uma vez que busca produzir identificação, mobilizar emoções e criar a sensação de compartilhamento de uma mesma realidade.

Kellner (2001) observa que a cultura da mídia frequentemente utiliza o espetáculo como estratégia para seduzir os públicos e conduzi-los à identificação com determinados sentimentos, disposições e opiniões. Em perspectiva semelhante, Debord (1997) compreende o espetáculo como expressão de uma forma de organização social marcada pela unilateralidade da comunicação, na qual poucos falam para muitos, contribuindo para a manutenção das relações existentes de poder. O modo de endereçamento, no gênero televisivo, está diretamente relacionado à busca pela audiência. Para atrair espectadores, os programas elaboram estratégias que procuram tornar seus conteúdos familiares, prazerosos e significativos para a vida cotidiana dos

receptores. Nesse processo, produtores e apresentadores constroem determinadas imagens de seus públicos, imaginando quem são, o que desejam, quais medos possuem e quais interpretações estão mais propensos a aceitar. Essa discussão se aproxima das reflexões de Bourdieu (1997), para quem a audiência se converte em importante mecanismo de legitimação da produção televisiva, embora frequentemente apresentada como expressão da liberdade de escolha dos sujeitos, a audiência também se relaciona a interesses econômicos e comerciais que influenciam a definição dos conteúdos veiculados. Nesse sentido, a televisão constitui um campo atravessado por disputas em torno da produção e circulação de significados.

A partir dessas considerações, os modos de endereçamento oferecem instrumentos importantes para compreender como a televisão participa da construção de representações sociais. Mais do que analisar conteúdos isolados, interessa investigar as formas pelas quais os programas procuram interpelar seus espectadores, produzir identificações e orientar determinadas leituras da realidade; é nesse horizonte que se insere a análise dos programas selecionados para esta pesquisa.

O *Corpus* da Pesquisa

> *Você queria que eu lesse de uma determinada forma, mas eu não leio desse jeito* (Hall, 2003, p. 351).

Para a investigação, selecionamos uma programação que abordou a redução da maioridade penal no contexto de 2015. Não analisamos os programas em sua totalidade, mas o enfoque dado à temática, por compreendermos que ela oferece elementos para refletir sobre a construção da identidade do adolescente em conflito com a lei na televisão. A seleção dos programas investigados teve como critérios iniciais a transmissão em canal aberto — possibilitando acesso gratuito às programações veiculadas por concessões públicas — e a abordagem da temática da redução da

maioridade penal. Outro critério considerado foram os índices de audiência, compreendidos como importante mecanismo de legitimação da programação televisiva. Conforme discutido, a audiência representa, para os dirigentes dos meios de comunicação, uma medida de adesão do público ao conteúdo transmitido, ao mesmo tempo em que se constitui como elemento central na lógica comercial da televisão.

Condição que nos impele a refletir sobre a responsabilidade da mídia TV na formação política e ideológica da sociedade. Conforme evidenciado pelos Estudos Culturais e pelos autores mobilizados nesta investigação, existe uma intencionalidade na codificação das mensagens proferidas pelos programas televisivos, aspecto que convida à desconstrução dos discursos e à análise dos processos de codificação e decodificação. Como afirma Bourdieu (1997), a televisão constitui um campo fortemente condicionado pelos índices de audiência, o que influencia a produção e circulação de informações e representações. Assim, o corpus metodológico desta pesquisa é composto por dois telejornais — SBT Brasil e Brasil Urgente — e pelo programa Encontro com Fátima Bernardes. Embora este último não corresponda ao formato tradicional de telejornal, sua inclusão justifica-se pela abordagem da temática da redução da maioridade penal e pela presença de posicionamentos distintos sobre o assunto, possibilitando a manifestação de sujeitos que ocupam diferentes espaços sociais.

O primeiro programa analisado é o telejornal SBT Brasil, apresentado por Rachel Sheherazade. Trata-se de um programa amplamente conhecido pelos posicionamentos assumidos por sua âncora, especialmente em temas relacionados à violência e à segurança pública. Conforme pesquisa divulgada pelo UOL (2015a), "a audiência do SBT Brasil cresceu 68% após Rachel Sheherazade ter virado notícia por compreender "justiceiros" terem deixado um jovem de 16 anos, acusado de roubo, preso nu a um poste no Rio de Janeiro". No site da emissora, o programa é apresentado como comprometido com a "liberdade editorial e credibilidade", reunindo profissionais capacitados para oferecer

"análise profunda dos fatos" e informações complementares aos telespectadores (SBT, 2015). Entretanto, diante dessa autodefinição, torna-se necessário refletir sobre a pretensa neutralidade do discurso jornalístico, conforme aponta Brandão (2013), a neutralidade pode constituir característica de uma educação opressora. Nesse sentido, interessa compreender quem esse programa pensa que seu telespectador é e o que pretende que ele pense a partir das formas pelas quais as notícias são apresentadas, como propõem os Estudos Culturais, a ocupação do espaço televisivo exige leituras críticas da cultura midiática e dos discursos que nela circulam.

O segundo programa selecionado é o telejornal Brasil Urgente, apresentado por José Luiz Datena e transmitido pela TV Bandeirantes. Reconhecido por seus elevados índices de audiência, o programa foi descrito como responsável por levar a emissora ao segundo lugar no Ibope em diferentes momentos de sua trajetória (ÁREAVIP, 2015). No perfil divulgado pela própria emissora, Datena é apresentado como um dos comunicadores mais influentes do país, destacando-se por seu estilo polêmico e pela forte identificação com o público. Observamos, nesse caso, o reconhecimento institucional de características que contribuem para a construção de um modo específico de relacionamento com os telespectadores, marcado pela opinião, pela proximidade e pela intervenção constante sobre os acontecimentos narrados.

O terceiro programa analisado é o Encontro com Fátima Bernardes. Diferentemente dos demais, trata-se de um programa de entretenimento que incorpora debates sobre temas sociais, recebendo profissionais de diferentes áreas e convidados com posições diversas acerca dos assuntos discutidos. Embora não apresente o formato tradicional de telejornal, sua inclusão no *corpus* justifica-se pela abordagem da redução da maioridade penal e pela possibilidade de observação de diferentes posicionamentos acerca da temática. No programa selecionado para análise, verificou-se a presença de jornalistas e representantes de diferentes segmentos

sociais, favorecendo a circulação de perspectivas diversas sobre o tema em debate.

A escolha desses programas dialoga diretamente com os pressupostos dos Estudos Culturais pois, ao defenderem a análise das representações públicas e dos processos de produção de significados, permitem compreender como interesses hegemônicos podem ser reproduzidos nos meios de comunicação, mas também como emergem possibilidades de negociação, resistência e contestação. Nesse sentido, os programas selecionados constituem espaços privilegiados para investigar a construção televisiva da identidade do adolescente em conflito com a lei.

A partir desse *corpus*, os modos de endereçamento contribuem para analisar a forma como os programas constroem imagens de seus telespectadores, mobilizam emoções, organizam discursos e produzem interpretações acerca da juventude, da violência e da redução da maioridade penal. Mais do que identificar posicionamentos explícitos, interessa compreender como a cultura midiática participa da produção de representações sociais e da legitimação de determinadas formas de compreender o adolescente em conflito com a lei.

Com as imagens e os discursos proferidos pela mídia TV vemos o mundo de uma maneira determinada; o mundo social é representado de forma particular e intencional, produzindo significados sociais que nem sempre correspondem à complexidade da realidade. Diferentes significados são produzidos por sistemas simbólicos, podendo ser apropriados, negociados, contestados e transformados. É nesse movimento que se insere a presente análise, cujo objetivo consiste em compreender de que maneira a mídia TV influencia na construção da identidade do adolescente em conflito com a lei, tomando como referência os modos de endereçamento e a teoria da recepção. Partimos do entendimento de que as representações afirmam identidades na relação com a diferença e com os grupos que possuem o poder de representar, como afirma Hall (2014, p. 110), "as identidades são construídas por meio da diferença, e não fora dela", sendo que,

conforme Laclau apud Hall (2014, p. 110), "a constituição de uma identidade social é um ato de poder". Nessa perspectiva, a identidade não é compreendida como essência fixa ou natural, mas como construção histórica, discursiva e cambiante, vinculada "não daquilo que nós somos, mas daquilo no qual nos tornamos" (Hall, 2014, p. 109).

Ao analisar os programas selecionados, buscamos compreender como o adolescente em conflito com a lei é representado, quais significados lhe são atribuídos e quais leituras preferenciais são sugeridas aos telespectadores. Interessa-nos identificar como determinados discursos produzem sentidos sobre violência, punição, impunidade, cidadania e direitos, bem como os mecanismos pelos quais essas representações procuram se legitimar socialmente. Conforme observa Bourdieu (1997), a televisão constitui um espaço social estruturado, atravessado por relações de poder e por interesses econômicos nem sempre visíveis aos seus receptores. Nesse contexto, torna-se necessário problematizar as ausências, os silenciamentos e os enquadramentos presentes nos discursos midiáticos, buscando compreender como está sendo endereçado o conteúdo televisivo e quais posições de sujeito são oferecidas aos telespectadores. Afinal, ao mesmo tempo em que a televisão produz representações sobre o adolescente em conflito com a lei, também produz representações sobre aqueles que a assistem.

A análise do *corpus* evidencia a recorrência de alguns elementos centrais: a associação entre adolescência e criminalidade; a construção do adolescente como ameaça à ordem social; a defesa da punição como resposta privilegiada à violência; a utilização da opinião pública como mecanismo de legitimação dos posicionamentos apresentados; e a reduzida problematização das condições sociais, históricas e culturais que atravessam a vida dos adolescentes. Ao mesmo tempo, observam-se tensões, disputas e diferentes formas de compreender a relação entre violência, responsabilização, direitos e políticas públicas.

O Adolescente Infrator no *SBT BRASIL*

A análise do programa permite observar como a mídia televisiva participa da construção de sentidos sobre o adolescente em conflito com a lei. A partir da notícia referente à rejeição da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que propunha a redução da maioridade penal para crimes hediondos, o jornalista não apenas informa um acontecimento político, mas produz uma interpretação específica acerca dele, articulando a figura do adolescente à criminalidade, à impunidade e à ameaça social.

A jornalista inicia sua argumentação afirmando que "muitos desses criminosos que se exibem sem vergonha nas redes sociais são menores de idade" (SBT Brasil). Ao referir-se ao adolescente autor de ato infracional, são utilizados termos que constroem uma identidade marcada pelo desprezo e pela desqualificação social. As expressões "criminosos", "sem vergonha" e "menor" não aparecem como escolhas neutras, mas como práticas de significação que produzem sentidos específicos sobre esses sujeitos. Conforme Woodward (2014), as representações envolvem relações de poder, uma vez que determinados significados são privilegiados em detrimento de outros, o programa jornalístico, ao selecionar determinados vocábulos para informar a ocorrência de adolescentes cometendo ato infracional, desempenha o que Bourdieu (1996) denomina de "ocultar mostrando", construindo um cenário que adquire um sentido que não corresponde necessariamente à complexidade da realidade social. A expressão "sem vergonha", quando trazida para a oralidade, remete a uma forma pejorativa de referir-se ao outro. Nesse caso, o adolescente em conflito com a lei deixa de ser compreendido como sujeito inserido em determinações sócio-históricas, socioculturais, socioeconômicas e sociopolíticas, passando a ser reduzido à conduta apresentada pelo programa.

Ao utilizar o termo "menor", em substituição à designação adotada pelo ECA, a jornalista contribui para um cenário de desumanização. A representação construída desloca o adolescente

da condição de sujeito em desenvolvimento para a condição de ameaça social. Como destaca Woodward (2014), os sistemas de representação possuem o poder de incluir e excluir sujeitos, definindo quem pode falar, quem pode ser reconhecido e quais identidades serão legitimadas.

Após apresentar a notícia, a jornalista desloca a discussão para a redução da maioridade penal, afirmando que "90% dos brasileiros são a favor" da medida e questionando a atuação dos senadores que votaram contra a proposta, o movimento discursivo sugere que os interesses defendidos pela apresentadora coincidem com os interesses da população, produzindo um efeito de representação coletiva. Kellner (2001) destaca que a cultura da mídia atua de maneira semelhante aos discursos políticos, produzindo representações capazes de induzir anuência a determinadas posições ideológicas. Nesse caso, a opinião pública aparece como mecanismo de legitimação de uma leitura específica da realidade, reforçando a ideia de que a redução da maioridade penal corresponde aos anseios da sociedade brasileira.

Ao defender que "pena é castigo" e que sua função consiste em responder ao crime cometido, o programa recupera uma compreensão da punição próxima àquela discutida por Foucault (2000). A pena surge como instrumento de restauração da autoridade do Estado, reafirmando a necessidade de demonstrar que a violação da norma não permanecerá sem resposta. Entretanto, ao enfatizar a punição como solução privilegiada, o discurso televisivo deixa de problematizar as condições sociais que atravessam a vida dos adolescentes, como afirma Freire (1987), a compreensão da violência exige considerar as relações de opressão que estruturam a sociedade, ao reduzir a discussão ao ato cometido, o programa invisibiliza as condições que produzem vulnerabilidades e desigualdades.

Ao longo de toda a apresentação, a jornalista procura construir uma relação de proximidade com seus telespectadores, convidando-os a compartilhar sua interpretação dos acontecimentos. Tal estratégia remete à questão proposta por

Ellsworth: "Quem este programa pensa que eu sou?". A análise sugere que o programa projeta um telespectador favorável à redução da maioridade penal, indignado com a atuação do Estado e disposto a compreender a punição como principal resposta à violência. Contudo, conforme Hall (2006), os processos de recepção não são automáticos; ainda que a mídia procure oferecer leituras preferenciais, os sujeitos podem negociar, resistir ou subverter os significados produzidos. Assim, compreender criticamente os discursos televisivos significa ampliar as possibilidades de leitura e contestação das representações que procuram se apresentar como naturais ou consensuais.

O Adolescente Infrator no *Brasil Urgente*

No *Brasil Urgente*, a construção da identidade do adolescente em conflito com a lei ocorre por meio de um diálogo marcado pela concordância entre o jornalista e o senador entrevistado. Desde o início, o programa estabelece uma relação de proximidade entre os interlocutores, convidando o entrevistado a "falar rasgado", "sem meio termo", sobre a decisão do Senado de não acatar a redução da maioridade penal; a entrevista, portanto, não se organiza como espaço de confronto entre posições distintas, mas como confirmação de uma leitura previamente compartilhada.

Assim, problematizamos quantos de nós, espectadores, temos o espaço que o senador entrevistado pôde usufruir para defender seus interesses políticos, utilizando-se do argumento de que está agindo em prol da sociedade brasileira. É notório, no diálogo entre o jornalista e o político, a concordância nas ideias, em momento algum são contrariados por alguém que assuma propostas diferentes, tampouco por algum adolescente que possa ter voz no assunto, embora seja o sujeito ao qual estão se referindo e cuja identidade está sendo construída. Esse movimento revela o que Bourdieu (1997, p. 50) afirma sobre os convidados televisivos: "São pessoas que se pode convidar, sabe-se que serão conciliadoras, que não vão criar dificuldades, causar embaraços e, além disso, falam abundantemente, sem problemas". A televisão, nesse

sentido, apresenta-se como espaço de falsa liberdade de opinião, embora aparente espontaneidade e abertura ao debate, constitui-se como instrumento de comunicação pouco autônomo, atravessado por restrições e cumplicidades objetivas baseadas em interesses ligados à posição ocupada no campo de produção simbólica. O discurso produzido no programa associa reiteradamente o adolescente à violência extrema; as expressões "menor matando", "menor estuprando", "menor sendo traficante", "menor sendo chefe de quadrilha" e "homens travestidos de crianças" contribuem para construir uma identidade marcada pela periculosidade. Ao nos determos na linguagem utilizada pelo jornalista e pelo senador, observamos que a identidade do adolescente é apresentada como a do criador da violência, sem questionamentos sobre a origem dessa violência.

Outro fato a ser percebido no discurso de quem defende a redução da maioridade penal é a evocação reiterada dos mesmos acontecimentos, como o caso praticado pelo adolescente conhecido como "Champinha". A repetição desses casos produz a percepção de que a violência possui a mesma cotidianidade da notícia apresentada, como expressa Debord (1997, p. 15), "[...] a realidade surge no espetáculo, e o espetáculo é real. Essa alienação recíproca é a essência e a base da sociedade". Nessa compreensão, o espetáculo passa a codificar como a sociedade deve ser vista, mutilando a realidade concreta e fazendo parecer que a representação espetacular corresponde à totalidade do real.

A comparação entre a realidade brasileira e a realidade da Inglaterra também indica uma tentativa de hierarquização cultural. Ao sugerir que outros países enfrentariam a questão de forma mais adequada, o programa localiza novamente o Brasil como um país que protege a criminalidade, especialmente quando se trata de infrações cometidas por adolescentes. Tal leitura aproxima-se daquilo que havia sido observado no *SBT Brasil*: a mídia televisão constrói a ideia de que a legislação brasileira estaria a serviço da impunidade. Com esta linha de pensamento, citamos Martín-Barbero (2003), ao evidenciar a tentativa dos meios de comunicação de subordinar a sociedade de massa. Os porta-vozes dos

programas de televisão vislumbram a mídia como possibilidade de direção cultural, uma classe que, com a eficácia da tecnologia, intenciona orientar a maneira como seu público deve se posicionar sobre determinados assuntos e os objetivos que devem aspirar. Neste panorama inculcador de ideias hegemônicas, em que as pautas jornalísticas intencionam determinar verdadeiros códigos de conduta de um grupo, destacamos as palavras de Freire (1987) sobre a opressão:

> É que a realidade opressora, ao constituir-se como um quase mecanismo de absorção nos que nela se encontram, funciona como uma força de imersão das consciências. Neste sentido, em si mesma, esta realidade é funcionalmente domesticadora. Libertar-se de sua força exige, indiscutivelmente, a emersão dela, a volta sobre ela (Freire, 1987, p. 21).

Para esta libertação, que nesta pesquisa se configura na noção de que é preciso questionar e aprofundar a maneira como vamos decodificar os códigos midiáticos, é necessário um trabalho crítico sobre a codificação e a decodificação, como ato de desconstrução. Ao recebermos as informações e ampliarmos suas possibilidades de análise, abrimos o texto para uma variedade de significados que não foram intencionados no momento de sua codificação. Em vez de absorver com passividade e conformismo as ideias expostas no programa, desconsiderando todo o processo de formação e vulnerabilidade que caracteriza a fase infantojuvenil, expandir o diálogo pode ser uma saída para a leitura do conhecimento científico sobre a criança e o adolescente nos âmbitos psicológico, social, genético e biológico. Possivelmente, isso contribui para compreender as condições e influências que facilitam ou prejudicam o desenvolvimento humano e, consequentemente, as implicações que isso gera na sociedade.

Em relação ao diálogo entre o jornalista e o senador, ficamos com a sensação de impunidade pelo fato de o adolescente em conflito com a lei responder pelo ato praticado de maneira distinta ao adulto. Contudo, ao observarmos com atenção o ECA, verificamos amplas possibilidades de alternativas de reparação e

mediação, que indicam uma tendência à adoção de um modelo alternativo ao da penalização.

Quanto à condução do jornalista no debate que envolve o adolescente com direitos violados, vemos novamente, como no programa anterior, a opinião do povo sustentando e referendando as posições defendidas tanto pelo apresentador quanto pelo entrevistado, configura-se, assim, a sensação de representação, mas também o desejo de vingar-se daqueles que se opõem, por meio de transgressões, à ordem vigente. Essa representação endereçada nos faz entender a televisão como instrumento de unificação dos interesses, sem nos darmos conta de que, na atual sociedade de classes, o fato de estarmos em campos sociais distintos já indica a possibilidade de falsa consciência, como diz Debord (1997, p. 14), "a unificação que realiza é tão somente a linguagem oficial da separação generalizada". A identidade desse adolescente em conflito com a lei é construída por meio de uma formação discursiva e de uma estrutura de falso reconhecimento, como se o sujeito adolescente apresentado fosse a fonte dos significados, quando, na verdade, ele é o efeito. É nesse momento que percebemos o campo ideológico, que nega as interrogações para que seus telespectadores não alcancem a força motriz de toda a violência sentida, pois isso afetaria o *status quo* do campo midiático, conforme assevera Bourdieu (1997), em última instância, o que se exerce sobre a televisão é a pressão econômica.

Os que se constituem como opressores, ao negar as vulnerabilidades que podem cercar a criança e/ou o adolescente, endereçam um posicionamento de vítima, na tentativa de representar aqueles telespectadores que já foram alvo de transgressões cometidas por adolescentes, chamados de subversivos, violentos, bárbaros, malvados. Para que um programa televisivo funcione e atinja determinado público, obtendo êxito na decodificação pretendida, é preciso que ocorra uma relação particular com a notícia, o conteúdo precisa fazer sentido ao telespectador, fazê-lo rir, chorar ou identificar-se com o formato transmitido, é assim que os pressupostos do programa são

construídos sobre quem é o seu público. Então, novamente questionamos: "Quem este programa pensa que eu sou?". Questionar é, de alguma maneira, interferir na comunicação, pois quanto mais desvelamos a realidade objetiva sobre a qual devemos incidir nossa ação transformadora, maior a possibilidade de ocuparmos espaços que revelem e desvelem essa realidade.

O Adolescente no Programa *Encontro com Fátima Bernardes*

Diferentemente dos programas anteriormente analisados, o *Encontro com Fátima Bernardes* organiza sua discussão por meio de uma pluralidade de vozes que disputam significados acerca da redução da maioridade penal e da identidade do adolescente em conflito com a lei. Embora o programa também parta de um episódio de grande repercussão — o assassinato do estudante Victor por um adolescente de dezessete anos —, sua estrutura permite o confronto entre diferentes perspectivas sobre o tema. O caso é inicialmente apresentado a partir da dor da família da vítima; os relatos dos pais de Victor enfatizam sua trajetória de vida, seus projetos e expectativas interrompidas pela violência, antes mesmo que o debate jurídico e político seja iniciado, o telespectador é conduzido a uma identificação emocional com a vítima e seus familiares; a organização narrativa do programa produz, assim, determinadas condições de leitura para os argumentos que serão posteriormente apresentados.

A defesa da redução da maioridade penal aparece vinculada ao entendimento de que adolescentes possuem discernimento suficiente para compreender a gravidade de seus atos, essa posição é sustentada pelos familiares da vítima e, posteriormente, pelo promotor entrevistado. Em contrapartida, outras vozes presentes no debate problematizam a ideia de impunidade e questionam a eficácia da redução como estratégia de enfrentamento da violência. O antropólogo Paulo Malvasi chama atenção para a necessidade de distinguir impunidade e responsabilização; segundo sua argumentação, o adolescente não deixa de ser punido quando

comete ato infracional; o que existe é uma forma diferenciada de responsabilização, fundamentada na compreensão de que se trata de sujeitos em desenvolvimento. A professora Janaína Paschoal reforça esse argumento ao demonstrar que o sistema socioeducativo não constitui ausência de punição, mas uma modalidade específica de sanção prevista pela legislação brasileira.

Nesse ponto, o debate desloca-se da pergunta sobre a existência ou não de punição para uma questão mais ampla: qual modelo de responsabilização produz melhores condições de reinserção social? A discussão deixa evidente que o conflito não se limita à oposição entre ser favorável ou contrário à redução da maioridade penal, mas envolve diferentes concepções sobre justiça, punição, educação e proteção social. Entretanto, o momento mais significativo da análise ocorre com a participação de Roberto Carlos Ramos, ao narrar sua trajetória na antiga FEBEM, o pedagogo desloca a discussão do campo estritamente penal para o campo da experiência humana, sua narrativa evidencia processos de despersonalização, invisibilidade e perda da identidade. Ao afirmar que era conhecido apenas pelo número "374", descreve um processo de negação da condição de sujeito que ultrapassa a discussão sobre crime e punição. A experiência relatada por Roberto Carlos Ramos aproxima-se da compreensão de Hall (2014), acerca da identidade como construção histórica e discursiva. O adolescente não aparece como portador de uma essência criminosa, mas como sujeito produzido em determinadas relações sociais. Sua trajetória demonstra que a identidade é constituída por processos de representação e que diferentes formas de reconhecimento podem produzir distintos percursos de vida. Ao relatar que sua transformação ocorreu quando alguém passou a olhá-lo como pessoa e não como caso perdido, sua narrativa também dialoga com Freire (1987), para quem a humanização depende do reconhecimento da condição de sujeito daqueles historicamente silenciados. A possibilidade de reconstrução de sua trajetória não decorreu da punição em si, mas da experiência de acolhimento, educação e oportunidade.

Assim, diferentemente dos programas anteriormente analisados, o *Encontro* não produz uma representação única do adolescente alvo do projeto político de redução da maioridade penal, o que se observa é uma disputa simbólica em torno dessa identidade. Se alguns discursos enfatizam a responsabilização individual e a necessidade de ampliação da punição, outros chamam atenção para processos de exclusão, vulnerabilidade e ausência de oportunidades; a identidade do adolescente em conflito com a lei emerge, portanto, como objeto de disputa entre diferentes formas de significar a violência, a justiça e os direitos humanos.

Considerações finais

Ao visualizarmos os programas de televisão que compõem o *corpus* da pesquisa, identificamos um processo recorrente de marginalização da identidade do adolescente em conflito com a lei, produzido pelo modo como as mensagens são endereçadas e pelos sentidos que são reiteradamente associados a esses sujeitos. A televisão se caracteriza, na contemporaneidade, como um importante instrumento de fabricação de teias de significação. O desenvolvimento dos meios de comunicação provocou uma reelaboração do caráter simbólico da vida social, contribuindo para a constituição de inclinações, posicionamentos e formas de compreensão da realidade.

Nessa direção, a investigação permitiu evidenciar que a representação do adolescente em conflito com a lei não ocorre de forma neutra. Como discutido ao longo do referencial teórico, as representações afirmam identidades na relação com a diferença e com os grupos que possuem o poder de representar. Hall (2014, p. 110) afirma que "as identidades são construídas por meio da diferença, e não fora dela", enquanto Laclau, citado por Hall (2014, p. 110), ressalta que "a constituição de uma identidade social é um ato de poder". A identidade, portanto, não foi assumida nesta pesquisa como essência fixa ou atributo natural, mas como construção histórica, discursiva e posicional, vinculada não àquilo

que somos, mas àquilo que nos tornamos por meio das relações sociais e dos processos de representação.

Ao analisar os programas selecionados, observamos que o endereçamento não se limita à apresentação de informações sobre a redução da maioridade penal. Ele envolve a produção de posições de sujeito para os telespectadores, convidando-os a compartilhar determinadas compreensões acerca da violência, da punição, da justiça e do adolescente em conflito com a lei. Em muitos momentos, a audiência é convocada a ocupar o lugar daquele que teme a violência e que identifica na ampliação da punição uma possível resposta para os problemas sociais apresentados. O espetáculo, conforme discutido por Debord (1997), aparece como importante recurso para mobilizar emoções e produzir adesão às interpretações sugeridas pelos programas.

Entretanto, compreender a influência da mídia não significa assumir uma perspectiva determinista, os Estudos Culturais possibilitam reconhecer que a recepção constitui momento fundamental do processo comunicativo. Conforme Hall (2006), circulação e recepção não se apresentam como instâncias externas à produção, mas como momentos constitutivos do próprio processo de construção dos discursos, isso significa que os telespectadores não são receptores passivos das mensagens transmitidas, eles podem negociar, reinterpretar, resistir e produzir novos significados a partir dos conteúdos recebidos. Essa possibilidade de resistência esteve presente desde o início desta investigação. Ao analisar a mídia televisão a contrapelo, procuramos evidenciar que os sujeitos podem construir campos próprios de leitura, recusando a naturalização dos discursos hegemônicos. Como destacado ao longo do texto, compreender a mídia como instrumento que pode servir a diferentes interesses implica também apropriar-se dela para leituras emancipatórias e para a construção de novos saberes. Nessa perspectiva, a televisão não é compreendida exclusivamente como instrumento de alienação, mas como espaço contraditório, atravessado simultaneamente por processos de dominação e possibilidades de resistência (Moraes, 2013; Kellner, 2001).

Por fim, os resultados obtidos evidenciam uma lacuna que continua relevante, embora a televisão ocupe posição central na produção e circulação de significados sociais e embora a temática da redução da maioridade penal tenha sido amplamente debatida nos meios de comunicação, ainda são reduzidas as investigações que articulam Estudos Culturais, modos de endereçamento, recepção, Direitos Humanos e construção da identidade do adolescente em conflito com a lei. Grande parte das discussões concentra-se nos aspectos jurídicos, criminais ou políticos da questão, enquanto permanecem menos explorados os processos pelos quais a cultura midiática participa da produção e legitimação de determinadas representações sobre esses sujeitos. É nesse espaço que esta pesquisa se insere, buscando contribuir para a compreensão crítica da relação entre mídia TV, identidade, cultura e direitos humanos, bem como para o fortalecimento de análises que tomem a recepção, a resistência e a produção de significados como dimensões centrais na compreensão da realidade social.

Referências

ÁREAVIP. **"Brasil Urgente" alcança segundo lugar no Ibope no último dia de 2014.** Disponível em: http://www.areavip.com.br/ibope/brasil-urgente-alcanca-segundo-lugar-no-ibope-no-ultimo-dia-de-2014.html/. Acesso em: 24 jul. 2014.

GERLIN, M. N. M. A mediação informativa em ambientes de (ciber) cultura e (in)formação: estudo exploratório no campo da informação, educação e cultura. Revista **Fontes Documentais**, v. 5, n. ed. esp., p. 81–98, 2022. Disponível em: https://revbaianaenferm.ufba.br/index.php/RFD/article/ view/57968/30597. Acesso em: 15 jun. 2025.

BAND. **Brasil Urgente com José Luiz Datena.** Disponível em: http://noticias.band.uol.com.br/brasilurgente/datena.asp/. Acesso em: 24 jul. 2015.

BOURDIEU, P. **Sobre a televisão.** Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

BRANDÃO, C. R. **O que é Método Paulo Freire**. São Paulo: Brasiliense, 2013.

CEVASCO, M. E. **Dez lições sobre os Estudos Culturais.** São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.

CERTEAU, M. De. **A Cultura no Plural.** 7. ed. Campinas, SP: Papirus, 1993.

DEBORD, G. **A sociedade do espetáculo.** Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

ELLSWORTH, E. Modos de endereçamento: uma coisa de cinema; uma coisa de educação também. *In*: SILVA, T. T. da (org.). **Nunca fomos humanos:** nos rastros do sujeito. Trad. Tomaz Tadeu da Silva. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

FOUCAULT, M. **Em defesa da sociedade.** Trad. Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

FISCHER, R. M. B. Mídia, máquinas de imagens e práticas pedagógicas. **Revista Brasileira de Educação**, v. 12, n. 35. mai/ago. 2007, p. 290-299.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido.** 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

HALL, S. **Da Diáspora.** Identidades e Mediações Culturais. Trad. Adelaine La Guardia Resende. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

HALL, S.; WOODWARD, K.; SILVA, T. T. da (org.). **Identidade e Diferença.** 14. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

KELLNER, D. **A Cultura da Mídia.** Bauru, SP: EDUSC, 2001.

MARTÍN-BARBERO, J. **Dos meios às mediações**: comunicação, cultura e hegemonia. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2003.

MORAES, D. R. da Si. **O Programa de Mídias na Educação e na Formação de Professores/as:** limites e possibilidades. 2013. Tese

(Doutorado em Educação) – Departamento de Educação, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, Paraná, 2013.

NELSON, C.; TREICHLER, P. A.; GROSSBERG, L. Estudos Culturais: Uma Introdução. *In*: SILVA, T. T. da (org.) **Alienígenas na sala de aula:** Uma Introdução aos estudos culturais em educação. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

UOL. Após polêmica de Sheherazade audiência de SBT Brasil dispara. **UOL**. Disponível em: http://noticiasdatv.uol.com.br/noticia/televisao/apos-polemica-de-sheherazade-audiencia-do-sbt-brasil-dispara-3632/. Acesso em: 24 jul. 2015a.

UOL. Ibope de Encontro. **UOL.** Disponível em: http://celebridades.uol.com.br/ooops/ultimas-noticias/2015/01/20/ibope-de-encontro-bomba-sem-fatima-bernardes.htm Acesso em: 24 jul. 2015b.

SBT. Jornalismo, SBT Brasil. **SBT.** Disponível em: http://www.sbt.com.br/jornalismo/sbtbrasil/ Acesso em: 24 jul. 2015.

SETTON, M. da G. **Mídia e Educação**. São Paulo: Contexto, 2011.

SILVA, T. T. da *et al.* (org.). **Identidade e Diferença:** a perspectiva dos Estudos Culturais. 14. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

THOMPSON, J. B. **Ideologia e cultura moderna:** teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa. 8. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

THOMPSON, J. B. **A mídia e a modernidade**: uma teoria social da mídia. 12. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

WILLIAMS, R. Um vocabulário de cultura e sociedade. São Paulo: Boitempo, 2007.

WOODWARD, K. Identidade e Diferença: uma introdução teórica e conceitual. *In*: SILVA, T. T. da *et al*. (org.). **Identidade e Diferença:** a perspectiva dos Estudos Culturais. 14. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

PARTE II

FRONTEIRAS QUETRANSBORDAM: EXPERIÊNCIAS E NARRATIVAS

> *A cultura é algo comum. Ela pertence a todos e é construída nas experiências cotidianas, nas relações sociais e nas formas pelas quais os sujeitos atribuem significado ao mundo* (Williams, 2007).

Se, na primeira parte, as fronteiras são discutidas sobretudo como categorias de produção de sentidos, nesta segunda elas emergem como experiências vividas em sua dimensão humana, social e institucional. As fronteiras deixam de ser apenas objeto de reflexão para se manifestarem nas trajetórias dos sujeitos, nas práticas educativas, nas narrativas, nas instituições e nos próprios limites entre diferentes campos do conhecimento.

Os estudos aqui reunidos evidenciam que as fronteiras também se manifestam nos processos formativos, nas trajetórias migratórias, nas práticas de escuta, nas relações de alteridade, nas discussões jurídicas e nos diálogos estabelecidos entre diferentes áreas do saber.

Os capítulos apresentam pesquisas que, embora distintas em seus referenciais teóricos e metodológicos, compartilham o interesse por compreender como diferentes experiências humanas produzem deslocamentos, encontros e novos modos de interpretar a realidade. Nesse percurso, as narrativas, a formação docente, a migração, a privação de liberdade, o direito internacional e a moda aparecem como campos de investigação que tensionam limites disciplinares e reafirmam a potência da interdisciplinaridade.

Ao encerrar a coletânea, esta parte reafirma que as fronteiras, compreendidas em sua complexidade simbólica, social, cultural e epistemológica, não apenas delimitam territórios, mas conectam experiências, atravessam saberes e impulsionam novas formas de produzir conhecimento.

OS CURSOS DE LICENCIATURA DA UNIOESTE, *CAMPUS* DE FOZ DO IGUAÇU: AÇÕES DE INTEGRAÇÃO E DIÁLOGO ENTRE UNIVERSIDADE E ESCOLA PÚBLICA EM CONTEXTO DE FRONTEIRA

Berenice Lurdes Borssoi
E-mail: bereborssoi@gmail.com
ORCID: 0000-0001-7002-5738

Resumo

Os cursos de licenciatura da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, *campus* de Foz do Iguaçu, têm por objetivo formar professores(as) para atuarem na Educação Básica, a exercerem a profissão na docência em diversas áreas do conhecimento ou na gestão escolar e educacional como é o caso do curso de Pedagogia. Esses cursos enfrentam desafios e possibilidade significativas no processo formativo já que estão localizados em contexto de fronteira, entre a Argentina, o Brasil e o Paraguai. O objetivo deste texto é apresentar os cursos e sistematizar ações que buscam integrar as licenciaturas e fortalecer o dialogar entre universidade e escola pública. A metodologia adotada é a pesquisa bibliográfica e documental de perspectiva crítico-dialética. As principais ações, o Núcleo de Formação Docente e Prática de Ensino – Nufope, o Fórum das Licenciaturas da Unioeste, o Encontro de Licenciaturas da Unioeste campus de Foz do Iguaçu - ELUFI, e a Jornada Pedagógica de Foz do Iguaçu - Jopefoz. Espera-se que este ensaio teórico-prático possa contribuir para pensar nos desafios enfrentados pelos cursos de licenciaturas e na defesa da valorização dos profissionais docentes.

Palavras-chave: Cursos de Licenciatura; Unioeste; Diálogo-Integração; Universidade Pública; Escola Pública.

Introdução

Este texto tem por objetivo apresentar os cursos de licenciatura da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, com foco no *campus* de Foz do Iguaçu (Enfermagem, Letras Português-Espanhol, Letras Português-Inglês, Matemática e Pedagogia), e sistematizar ações que buscam integrá-los, a fim de fortalecer o diálogo entre esses cursos, entre as licenciaturas dos demais *campi* e entre a universidade e a escola pública em contexto de fronteira. O estudo está vinculado ao Grupo de Pesquisa denominado "*Políticas de ação educativa, avaliações, mídias e formação de professores*", da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste), campus de Foz do Iguaçu, Paraná.

O município de Foz do Iguaçu resguarda uma contradição interessante, de um lado, é considerado uma cidade do interior do estado do Paraná, de outro lado, está situada na fronteira entre Argentina, Brasil e Paraguai, constituindo-se como espaço sociopolítico e geográfico marcado pela intensa circulação de pessoas, línguas e culturas. A cidade destaca-se como uma potência turística e é reconhecida por seu caráter cosmopolita, abrigando diferentes grupos étnicos, o que configura uma realidade social complexa e cotidianamente desafiadora.

Essa realidade impacta na educação pública do município, desde a educação básica à educação superior, constituindo-se em uma das provocações e possibilidades para os cursos de licenciatura da Unioeste, *campus* de Foz do Iguaçu, no contexto de trabalho dos profissionais da educação.

O texto está organizado em três seções. Na primeira, apresenta-se o aporte teórico que fundamenta este estudo; na segunda, são discutidos os aspectos metodológicos; e, na terceira, realiza-se a análise e a discussão do tema, contemplando uma apresentação da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste) e de seus cursos de licenciatura, bem como das ações desenvolvidas no *campus* de Foz do Iguaçu que buscam promover

a integração entre universidade e escola pública, entre os cursos de licenciatura da Unioeste e entre as licenciaturas desse *campus*.

Fundamentação Teórica

Para a discussão teórica da temática apresentada neste texto, busca-se apresentar alguns conceitos fundamentais para a análise das ações de integração entre os cursos de licenciatura da Unioeste, *campus* de Foz do Iguaçu, e do diálogo entre a universidade e a escola pública mediante a Secretaria Municipal de Educação (SEMED) e Núcleo Regional de Educação de Foz do Iguaçu (NRE). Tais conceitos teóricos perpassam pelo entendimento de sociedade, fronteira, cultura, universidade e interdisciplinariedade.

Na perspectiva marxista, a sociedade é entendida como o conjunto das relações sociais historicamente produzidas pelos seres humanos no processo de produção e reprodução da vida material. Nessa compreensão, os indivíduos não existem isoladamente, mas constituem-se nas relações sociais que estabelecem em determinadas condições históricas. Conforme argumenta Viana (2018), o conceito de sociedade em Marx está vinculado à totalidade das relações sociais concretas, ultrapassando concepções abstratas ou naturalizadas da vida social.

Assim, o conceito de sociedade é compreendido como o conjunto das relações sociais que constituem a totalidade da vida social, abrangendo tanto os modos de produção quanto as diferentes formas de organização social (Viana, 2018), inclusive os aspectos culturais.

Ao longo do tempo, as sociedades se modificaram e incorporaram novos elementos de análise do desenvolvimento social, político, econômico e cultural. Isto impulsionou o avançou dos estudos sobre as fronteiras, ocupando um lugar importante na geografia, com destaque na geografia política, e posteriormente "objeto de estudo dentro de uma perspectiva da geografia humana social e cultural, particularmente nas integrações econômicas regionais" (Ferrari, 2014, p. 3).

Para Ferrari (2014), fronteira deve ser compreendida como um espaço dinâmico, histórico e socialmente construído, e que para além do limite político entre Estados, constitui um espaço de interação, trocas, conflitos, identidades e integração entre diferentes territórios e sociedades.

Outro conceito importante, que perpassa a análise da Educação Básica e Superior no município de Foz do Iguaçu e das ações de integração das licenciaturas, é o de cultura. Segundo Viana (2018, p. 14-15), na perspectiva marxista, "a cultura é o conjunto das formas de produção intelectual de uma determinada sociedade"

> Nesse sentido, cultura é um conceito universal, ou seja, existente em todas as sociedades humanas. Porém, assume distintas formas em sociedades diferentes. Em cada sociedade, há um modo de produção dominante específico e uma forma de cultura específica. A sociedade feudal possui o modo de produção feudal e a cultura feudal que lhe corresponde, bem como a sociedade escravista possui uma cultura escravista e a sociedade moderna uma cultura capitalista. Essa constatação nos remete para a discussão da relação entre sociedade e cultura [...] (Viana, 2018, p. 16).

A cultura, portanto, não só corresponde a determinado modo de produção como também o reproduz e reforça. "A cultura tem um papel regularizador das relações sociais", mas que sendo um conjunto das formas de produção intelectual de uma sociedade ela também está entrelaçada de contradições, que nascem do modo de produção dominante e da divisão social do trabalho (Viana, 2018, p. 16).

Desse modo, a relação entre os dois elementos constitutivos da realidade (modo de produção e cultura), são complexos e necessitam de análises da especificidade histórica de cada sociedade em particular.

> A cultura na sociedade capitalista ganha uma enorme complexidade, pois não apenas se expande e se vê envolvida por meios tecnológicos de comunicação e instituições educacionais, como também se torna submetida à divisão social do trabalho e ao seu produto derivado que é a divisão do trabalho intelectual. A divisão social do trabalho no capitalismo gera um conjunto de classes sociais e entre elas, a classe intelectual, especializada na

> produção intelectual (Viana, 2018). Além da classe intelectual, ela gera uma divisão do trabalho intelectual e está produz diversas esferas sociais voltadas para a produção intelectual. A esfera artística, a esfera científica, a esfera jurídica, entre outras, produzem ideologias, representações etc. que, cada uma, de acordo com suas especificidades, buscam a reprodução da sociedade capitalista e da própria esfera, através de autovaloração e autolegitimação (Viana, 2018, p. 17).

Desse modo, a partir do materialismo histórico-dialético, a cultura está vinculada às condições materiais de existência e às relações sociais de produção. Ou seja, o modo de produção tende a produzir uma cultura correspondente aos interesses e às necessidades das classes sociais que exercem hegemonia sobre a sociedade. Na sociedade capitalista, por exemplo, a cultura expressa as contradições desse sistema, podendo tanto reproduzir a dominação quanto favorecer processos de crítica e transformação social. Nessa perspectiva, a cultura é entendida como um campo de disputas e contradições, no qual diferentes grupos sociais produzem significados, valores e práticas. Portanto, ela não é algo estático ou neutro, mas um fenômeno dinâmico, histórico, social, e marcado pelas lutas sociais (Viana, 2018).

Em síntese, a cultura, na perspectiva crítico-dialética, é o conjunto das produções materiais e simbólicas construídas historicamente pelos seres humanos nas relações sociais, expressando as contradições, os conflitos e as possibilidades de transformação.

Considerando que a cultura é um conjunto de produções humanas constituídas historicamente no processo de transformação da natureza e da vida social, resultante do trabalho humano e das relações sociais, ela não se restringe apenas aos costumes e as artes, mas engloba tantos os bens materiais (instrumentos, técnicas, tecnologias e objetos produzidos pelo trabalho humano) quanto os bens imateriais (linguagem, ciência, filosofia, arte, conhecimentos, valores e ideias) produzidos pela humanidade.

Nesse sentido, cabe às escolas e às universidades públicas o papel social de socializar tais conhecimentos (bens materiais e imateriais), garantindo que os estudantes tenham acesso, forma sistematizada, à cultura erudita e ao patrimônio histórico-cultural produzido pela humanidade. Este é um dos desafios para os cursos de licenciatura situados em contexto de fronteira, pensar numa educação que viabilize o acesso à cultura dos diferentes povos e às manifestações culturas e linguísticas, bem como a uma cultura letrada e ao saber sistematizado, conforme defende Saviani, (2016).

Nessa direção, a universidade é uma instituição social cuja função consiste em produzir e socializar conhecimentos, promover a formação humana e crítica dos estudantes e contribuir para a democratização da cultura e do saber. Sua legitimidade decorre do compromisso com o ensino, a pesquisa, a criação e a crítica social, não podendo ser reduzida à lógica mercadológica da produtividade e da prestação de serviços (Chauí, 1999).

A qualificada formação universitária só encontra legitimação no compromisso com a educação, na efetiva emancipação e constituição da cidadania, que faz valer todo o investimento teórico e prático. Porém, a formação na universidade não pode se fundar apenas pelas dimensões científica, profissional e técnica, mas também pela ético-política, que significa considerar os homens sujeitos conscientes e participantes do processo social e histórico. Pela dimensão ética "a educação deve se conceber e se realizar como investimento intencional sistematizado na consolidação construtiva das mediações existenciais dos homens", e política no sentido de "expressar sensibilidade às condições histórico-sociais da existência dos sujeitos envolvidos na educação" (Severino, 2007, p. 15).

Deste modo, "o conhecimento não pode ser entendido isoladamente em relação à prática política dos homens", consiste na "práxis humana, a ação histórica e social", com finalidade de transformação das condições de existência da sociedade e do humano (Severino, 2007, p. 116). Ou seja, "o conhecimento é a ferramenta fundamental de que o homem dispõe para dar

referências à condição de sua existência histórica" (*idem*, 2006, p. 292). Os homens enquanto sujeitos histórico-sociais e políticos podem criar, reinventar e renovar o conhecimento, fator primordial de sua condição humana.

Diante da pluralidade cultural e do papel das instituições educativas, escolas e universidades públicas, na transmissão dos conhecimentos produzidos historicamente pela humanidade, torna-se fundamental o diálogo em uma perspectiva de interdisciplinariedade, entendida como é uma forma de pensar a condição fragmentada das ciências e como caminho para superação dessa fragmentação, em direção à construção de um saber unificado e integrado (Pombo, 2005).

A interdisciplinaridade não se reduz à simples junção de disciplinas ou à realização de trabalhos em conjunto entre diferentes áreas do conhecimento, mas trata-se de uma postura teórico-metodológica fundamentada na compreensão da realidade como uma totalidade complexa, histórica e contraditória (Frigotto, 2008).

> A necessidade da interdisciplinaridade na produção do conhecimento funda-se no caráter dialético da realidade social que é, ao mesmo tempo, una e diversa e na natureza intersubjetiva de sua apreensão, caráter uno e diverso da realidade social nos impõe distinguir os limites reais dos sujeitos que investigam dos limites do objeto investigado. Delimitar um objeto para a investigação não é fragmentá-lo, ou limitá-lo arbitrariamente. Ou seja, se o processo de conhecimento nos impõe a delimitação de determinado problema isto não significa que tenhamos que abandonar as múltiplas determinações que o constituem. É neste sentido que mesmo delimitado um fato teima em não perder o tecido da totalidade de que faz parte indissociável (Frigotto, 2008, p. 43-44).

Assim, a interdisciplinaridade surge da necessidade de apreender os múltiplos determinantes que constituem a realidade concreta, articulando diferentes campos do conhecimento para superar visões parciais e reducionistas. No campo da educação, a interdisciplinaridade contribui para a formação integral, permitindo que os conteúdos sejam compreendidos em suas

relações com a realidade social, evitando abordagens isoladas e descontextualizadas (Frigotto, 2008).

Entende-se que os conceitos mobilizados neste estudo perpassam a análise das ações desenvolvidas pelos cursos de licenciatura em seus respectivos *campi*, com o objetivo de refletir sobre o processo de formação de professores na universidade e o processo educativo na Educação Básica.

Percurso Metodológico

A metodologia adotada neste estudo fundamenta-se na perspectiva crítico-dialética e na abordagem qualitativa, tendo como procedimentos a pesquisa bibliográfica e documental. A investigação crítico-dialética possibilita a leitura e análise crítica da realidade social e da formação de professores na universidade, pois considera o homem como um ser social que se constitui no conjunto das relações sociais e um ser histórico com capacidade de participação, de consciência crítica e de transformação. Ainda, compreende a educação como fenômeno histórico e transformador. Portanto, optar pela base crítico-dialética é considerar que sujeito e objetivo de estudo estão em contínua e dialética formação (Sanches Gamboa, 2000).

A pesquisa bibliográfica concentrou-se no levantamento e análise de livros, capítulos, artigos científicos e demais produções acadêmicas relacionadas à formação de professores, às licenciaturas e à universidade pública. Já a pesquisa documental teve como foco a análise de documentos institucionais, especialmente o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), além de outros documentos oficiais que possibilitaram compreender as ações desenvolvidas no âmbito das licenciaturas e os processos de integração entre universidade e escola pública.

Os dados obtidos foram organizados e analisados por temas, buscando estabelecer discussões produzidas no campo da formação de professores na Unioeste, campus de Foz do Iguaçu. A

análise orientou-se pela perspectiva crítico-dialética, compreendendo os fenômenos educacionais em sua historicidade e nas múltiplas determinações que constituem a realidade social e educativa. Conforme essa perspectiva, o conhecimento é construído por meio da análise crítica da realidade concreta, articulando teoria e prática. E ainda, possibilita uma leitura crítica da realidade da formação de professores nos cursos de licenciatura, contribuindo para a produção de conhecimentos comprometidos com a transformação social e a qualidade da formação docente.

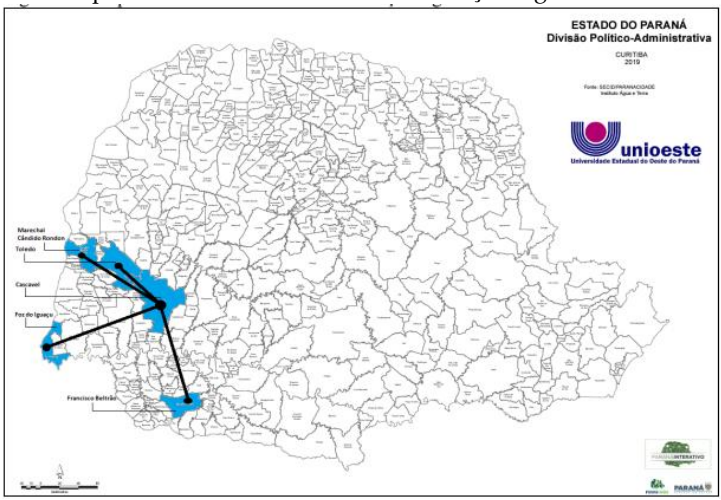
Análise e Discussão

A universidade pública e as licenciaturas

A Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste) foi criada no final da década de 1960 e início da década de 1970, em Cascavel, a partir do movimento de professores, funcionários e acadêmicos que reivindicavam por uma universidade para a região Oeste do estado. Essa demanda surge diante a necessidade de formação de docentes para a rede pública de ensino municipais e estaduais, além de atender o interesse de egressos da Educação Básica que desejavam prosseguir sua trajetória educacional no Ensino Superior (Unioeste-PDI, 2024).

A Unioeste cresceu, é uma instituição pública multicampi, com *campi* localizados nas cidades de Cascavel, Foz do Iguaçu, Francisco Beltrão e Toledo. Em Cascavel, a universidade conta com o Hospital Universitário do Oeste do Paraná (HUOP). Ela está localizada nas regiões Oeste e Sudoeste do estado do Paraná (ver Figura 1), que se destaca pela agricultura e pecuária, ocupando uma área de 22.864,702 km2, que significa 11,5% da área total do estado. O município de Foz do Iguaçu é de renome internacional, devido ao seu potencial turístico (Unioeste-PDI, 2024).

Figura 1: Mapa do Estado do Paraná com a inserção regional da UNIOESTE



Fonte: Mapa Político-Administrativo – SEDU/PARANACIDADE INTERATIVO. UNIOESTE-PDI (2024).

A Unioeste, como instituição pública multicampi, tem por objetivo "produzir, sistematizar e socializar o conhecimento, contribuir com o desenvolvimento humano, científico, tecnológico e regional, e se comprometer com a justiça, a democracia, a cidadania e a responsabilidade social" (Unioeste-PDI, 2024, p. 2). Em consonância com essa missão, reafirma seu compromisso com a formação de professores(as), ofertando atualmente 29 cursos presenciais de licenciatura (Quadro 1).

Quadro 1: Relação dos Cursos de Licenciatura presenciais na UNIOESTE

Cursos de Licenciatura	
Campus Cascavel	**Turno**
Ciências Biológicas	Noturno
Enfermagem	Integral
História	Noturno
Letras Português/Espanhol	Matutino
Letras Português/Inglês	Matutino
Letras Português/Italiano	Matutino
Matemática	Noturno
Pedagogia	Matutino
Pedagogia	Noturno

Pedagogia para Educadores do Campo	-
Licenciatura para Educadores do Campo, com ênfase em Ciências Agrárias e Ciências da Natureza e Matemática	-
Campus Toledo	Turno
Ciências Sociais	Noturno
Filosofia	Matutino
Filosofia	Noturno
Química	Noturno
Campus M. C. Rondon	Turno
Educação Física	Integral
Geografia	Noturno
História	Noturno
Letras Português/Alemão	Noturno
Letras Português/Espanhol	Noturno
Letras Português/Inglês	Noturno
Campus Foz do Iguaçu	Turno
Enfermagem	Integral
Letras Português/Espanhol	Noturno
Letras Português/Inglês	Noturno
Matemática	Noturno
Pedagogia	Noturno
Campus Francisco Beltrão	**Turno**
Geografia	Noturno
Pedagogia	Matutino
Pedagogia	Noturno
Total de cursos	**29**

Fonte: Unioeste, (2024)[1]. Elaborado por Borssoi (2026).

A Unioeste, *campus* de Foz do Iguaçu, está localizada na região da Tríplice Fronteira, entre Brasil, Paraguai e Argentina. Sua origem remonta à criação da Fundação Educacional de Foz do Iguaçu (FUNEFI), em 15 de dezembro de 1978, responsável pela implantação da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Foz do Iguaçu (FACISA), que funcionou sob sua mantença entre agosto de 1979 e abril de 1987.

[1] Disponível em: https://www.unioeste.br/portal/nufope/cursos-de-licenciatura-da-unioeste. Acesso em: 06 jun., 2026.

No período de abril a dezembro de 1987, a FACISA passou a ser mantida pela Fundação Federação de Instituições de Ensino Superior do Oeste do Paraná, conforme estabelecido pela Lei nº 8.464/1987. Com a criação da Unioeste, em 1994, a FACISA foi incorporada à estrutura da universidade, constituindo o atual *campus* de Foz do Iguaçu.

Atualmente, o *campus* é composto por quatro centros: o Centro de Educação e Letras (CEL); o Centro de Ciências da Saúde (CCS); o Centro de Engenharia e Ciências Exatas (CECE); e o Centro de Ciências Sociais Aplicadas (CCSA).

De acordo com os dados do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) - 2025-2029, no mês de abril de 2024, havia 1.825 acadêmicos matriculados na graduação presencial e 367 acadêmicos na Pós-Graduação Lato e Stricto Sensu. Com relação ao corpo da carreira técnica universitária e docentes, foram registrados: 205 docentes (155 efetivos e 50 CRES[2]), 85 agentes universitários (60 efetivos e 25 CRES), 03 menores aprendizes, 20 estagiários e 15 funcionários terceirizados. (Unioeste-PDI, 2024).

Na Unioeste, *campus* de Foz do Iguaçu, são ofertados 14 cursos de graduação presencial, sendo 5 cursos de licenciatura: Enfermagem (1998), Letras - Português (1985), a especialização em Espanhol (1997), Letras - Português (1985), a especialização em Inglês (2003), e Pedagogia (1999), conforme exposto no quadro acima.

A necessidade e preocupação com a formação de professores amplia-se com a expansão da Educação Básica brasileira na década de 1970, a partir da universalização do Ensino Fundamental, a permanência no Ensino Médio e o desafio do acesso à educação infantil. Aspectos estes que estiveram atrelados a oferta de uma educação em condições de qualidade conforme revê a Constituição Federal e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) (Schneider; Silveira; Alves, 2023).

[2] Contrato em Regime Especial é uma modalidade de contratação temporária por meio do Processo Seletivo Simplificado (PSS).

Segundo esses autores,

> a formação dos profissionais da educação escolar básica é definida pela LDB (BRASIL, 1996, art. 61) tendo como requisito mínimo licenciatura, admitida a formação de nível médio na modalidade normal para a educação infantil e anos iniciais do EF. O PNE de 2014 estabeleceu como meta formar todos os professores da educação básica em nível superior e garantir que as disciplinas sejam ministradas por docentes com formação adequada, ou seja, na área da disciplina (Schneider; Silveira; Alves, 2023, p. 3).

Dessa forma, a necessidade de formação de professores para a Educação Básica e a oferta de formação de nível superior constituem elementos fundamentais para a discussão da qualidade da educação, e que exige diálogo permanente entre universidade e escola pública e, no caso de uma universidade multicampi, do diálogo entre os diferentes *campi*.

Nesse sentido, apresenta-se na sequência, o Núcleo de Formação Docente e Prática de Ensino – Nufope, e o Fórum das Licenciaturas, que suscitam um debate constante e permanente entre as licenciaturas da Unioeste, pois embora tenham suas particularidades, apresentam elementos comuns de discussões e desafios relacionadas as atividades de ensino, pesquisa e extensão, e com um caráter interdisciplinar da formação docente e universitária. Ainda, expõe-se outras ações desenvolvidas no *campus* de Foz do Iguaçu que buscam a integração universidade e escola pública, e as licenciaturas deste *campus*.

O Núcleo de Formação Docente e Prática de Ensino – Nufope e o Fórum das Licenciaturas: aproximação das licenciaturas na Unioeste

O *Núcleo de Formação Docente e Prática de Ensino – Nufope* foi criado em 2009, na Unioeste, com objetivo de discutir, promover e articular atividades universitárias relacionadas às licenciaturas e a discussão de temas que tratam da formação de professores e da relação teoria-prática. O reconhecimento institucional do Nufope

ocorreu em 09 de julho de 2010, com a aprovação da Resolução Nº 085/2010-COU.

O Nufope "se configura como um avanço pedagógico institucional, na medida em que tem por finalidade integrar os cursos de licenciatura bem como fomentar atividades e programas para a formação de professores em articulação com a Educação Básica" (Unioeste-PDI, 2018, p. 47).

O objetivo da integração das licenciaturas pelo Nufope é com a finalidade de:

> I - articular as diferentes licenciaturas da Unioeste, considerando seu caráter multicampi;
> II - promover ações articuladas entre os cursos de licenciatura da Unioeste, os Núcleos Regionais e Secretarias Municipais de Educação das regiões Oeste e Sudoeste do Paraná;
> III - incentivar, implementar e promover atividades de pesquisa e extensão, de caráter interdisciplinar, na formação dos docentes e discentes dos cursos de licenciaturas da Unioeste;
> IV - consolidar o espaço institucional de formulação de diretrizes político-pedagógicas comuns, que devem orientar as atividades de ensino, pesquisa e extensão dos cursos de licenciaturas;
> V - fomentar atividades e ações que articulem as pesquisas desenvolvidas nos cursos de licenciaturas da Unioeste, às práticas pedagógicas escolares, respeitando as singularidades de cada instância educativa;
> VI - organizar estudos, encontros, fóruns, ciclos de debates, oficinas e capacitação junto aos professores das licenciaturas, e da Educação Básica, articulando os diversos saberes específicos com a prática de ensino;
> VII - realizar atividades em parceria com outras IES, no âmbito da formação docente, e na prática de ensino (Unioeste, Resolução nº 085/2010, Art. 2º).

Entende-se que o Nufope busca garantir não somente a integração entre as licenciaturas da Unioeste, mas também a interlocução a Educação Básica, de modo a criar mecanismos que promovam um diálogo permanente entre estas instituições na busca de subsídios de análise e reflexão processo de formação de professores, estabelecendo vínculos entre a formação inicial e continuada de formação de professores no Ensino Superior (Borssoi, 2012).

O Nufope é composto por um coordenador geral e por colegiado setorial, contendo um coordenador local e suplente em cada *campi*, e representantes docentes de cada curso de licenciaturas. O coletivo do Nufope-Local, em alinhamento com as diretrizes anunciadas pelo Nufope, coordenação geral, articula discussões e ações que potencializem a prática docente (tanto no seu processo formativo nas Licenciaturas como no fortalecimento e apoio à sua prática – no Ensino Superior e na Educação Básica). (Unioeste, 2026).

A institucionalização do Nufope surge da necessidade e posicionamento dos cursos de licenciatura frente as reformas educacionais que impactaram na formação inicial e continuada de professores e na atuação profissional. Nesse sentido, se fortaleceu internamente na Unioeste a importância de promover discussões sobre as políticas públicas educacionais, as diretrizes curriculares nacionais de formação de professores, as condições de trabalho e o acesso à educação. Desde então, as licenciaturas da universidade se organizam e se mobilizam com ações institucionais em defesa de seus cursos, propondo discussões sobre as políticas públicas de formação docente, o exercício da profissão em condições de trabalho justas e na defesa pela valorização da docência (Borssoi, 2012).

Atendendo a Resolução nº 085 (Unioeste, 2010), inciso primeiro do Artigo 2, "articular as diferentes licenciaturas da Unioeste, considerando seu caráter multicampi", dentre as ações, tem-se a realização do *Fórum das Licenciaturas da Unioeste*, um evento anual e de espaço coletivo organizado pelo Núcleo de Formação Docente e Prática de Ensino – Nufope e Pró-Reitoria de Graduação (Prograd). O evento busca reunir professores, gestores e estudantes dos cinco *campi* da Unioeste, além de redes de Educação Básica e comunidade acadêmica. Seu objetivo é promover debates, palestras e grupos de trabalho sobre a formação de professores, políticas públicas, desafios e possibilidades dos cursos e valorização docente.

As últimas edições do Fórum das Licenciaturas ocorreram nos seguintes *campi:* em 2025 a XVI Edição foi realizada no *campus* de

Cascavel, com foco na *valorização e permanência docente*; em 2024 a XV Edição ocorreu no *campus* de Toledo, com "Mostra das Licenciaturas" e teve como discussão a *presença e o papel das licenciaturas na Conferência Nacional de Educação - Conae (2024) e no Plano Nacional de Educação (PNE 2024-2034)*; em 2023 a XIV Edição foi realizada nos no *campus* de Marechal Cândido Rondon, com o tema *Políticas públicas de formação docente.*

Outra ação que busca integrar as licenciaturas em seus *campi* e com objetivo de fomentar as atividades que articulem as pesquisas desenvolvidas nos cursos e nas práticas pedagógicas escolares, respeitando as singularidades é o *Encontro de Licenciaturas da Unioeste campus de Foz do Iguaçu*, que será apresentado na sequência.

Encontro de Licenciaturas da Unioeste campus de Foz do Iguaçu (ELUFI)

Os cursos de Licenciatura da Unioeste, *campus* de Foz do Iguaçu (Enfermagem, Letras, Matemática e Pedagogia) preparam os graduandos para o exercício da profissão docente em diversas áreas do conhecimento da Educação Básica, desde a Educação Infantil até o Ensino Médio. Os estágios curriculares obrigatórios possibilitam a relação teoria e prática nesse processo de formação e oferecem experiências relacionadas ao ser docente/professor, com discussões da realidade do campo educacional.

A Unioeste, *campus* de Foz do Iguaçu, ciente de sua função e responsabilidade na formação de professores, coloca-se à frente dessas discussões ao promover eventos destinados a professores da educação superior e a estudantes de graduação (licenciaturas) e de pós-graduação, comprometidos com a formação humana. Além disso, busca fortalecer o Nufope enquanto núcleo que discute a educação, os rumos das licenciaturas, o campo da formação docente e os estágios.

Os eventos denominados "*Encontro de Licenciaturas da Unioeste campus de Foz do Iguaçu (ELUFI)"*, da Unioeste *campus* de Foz do Iguaçu, constituem uma ação de integração e diálogo entre as

licenciaturas. O objetivo do encontro entre as Licenciaturas do *campus* (Enfermagem, Matemática, Letras e Pedagogia), é "refletir sobre os avanços e os desafios da formação docente em um município de tríplice fronteira" (Klaus *et al*., 2019, p. 5).

O *I Encontro de Licenciaturas da Unioeste, campus Foz do Iguaçu*[3], aconteceu em 2017, coordenado pela professora Elis Maria Teixeira Palma Priotto do curso de Licenciatura em Enfermagem, e com o apoio do Núcleo de Formação Docente e Prática de Ensino – NUFOPE – local, congregou estudantes e professores dos cursos de licenciatura e da pós-graduação da Unioeste/Foz e profissionais do Ensino Superior e da Educação Básica (Klaus *et al.*, 2019). O evento teve como objetivo "relatar as experiências e os trabalhos realizados nas Práticas de Ensino dos cursos de Licenciatura, propondo a reflexão sobre os avanços e os desafios da formação docente em um município de tríplice fronteira" (Klaus *et al.*, 2019, p. 5).

O encontro contemplou uma Conferência de abertura com convidados externos, mesa redonda com convidados internos e externos, apresentações culturais, sessões de comunicações orais (resumo completo, simples e relato de experiências) e Painéis, pelos discentes e profissionais das Licenciaturas, sobre as experiências adquiridas nas práticas docentes, além de mostra de materiais didáticos confeccionados e utilizados nas regências (Klaus *et al.*, 2019).

Os acadêmicos dos cursos, estudantes de pós-graduação, docentes e entre participantes, "apresentaram práticas educativas, resultados de pesquisas em Ensino, discutiram problemas e possíveis encaminhamentos acerca do processo de produção e socialização do conhecimento presente nas escolas dos ensinos básico e profissionalizante" (Klaus *et al*., 2019, p. 5).

Para as autoras,

> Um dos destaques do evento foi tentar propiciar aos licenciandos e formandos a importância de perceber que a prática docente está para além dos ensinamentos de conteúdo, e que o exercício de sua formação está a serviço da transformação social. Ou seja, que os novos docentes estejam

[3] Ver: https://midas.unioeste.br/sgev/eventos/elufi.

> preparados para os desafios da sala de aula, considerando-se a diversidade cultural, estrutural e socioeconômica. Pimenta (1999, p. 18) menciona que a profissão de professor "[...] emerge em um dado contexto e momento históricos, como resposta a necessidades que estão postas pelas sociedades [...]". Observamos que as discussões sobre a formação de professores vêm aumentando e trazendo aos docentes dos dias atuais a busca de um perfil de formação reflexiva por meio de uma aprendizagem contínua, tendo como objetivo a construção de saberes docentes ao longo do seu crescimento profissional (Klaus *et al*., 2019, p. 6).

Portanto, apesar das particularidades de cada licenciatura, o evento é significativo na integração entre os cursos, pois objetiva discutir desafios e possibilidades da formação universitária, e "relevante para a construção de uma comunidade escolar forte e unificada, para a busca do bem comum da região de Foz do Iguaçu, a educação de qualidade" (*idem*).

O *II Encontro de Licenciaturas da Unioeste, campus Foz do Iguaçu*[4], aconteceu em 2019, coordenado pela professora Janaina Aparecida de Mattos Almeida do curso de Licenciatura em Pedagogia, e com o apoio do Núcleo de Formação Docente e Prática de Ensino – NUFOPE – local. O evento acadêmico e científico teve por objetivo promover o encontro entre pesquisadores e docentes das Licenciaturas da Unioeste e de outras Instituições de Ensino Superior, além de profissionais da Educação, a fim de refletir e dialogar sobre as questões presentes no campo de formação de professores. A necessidade do evento se refere ao compromisso social e político da Universidade, ciente de sua função e responsabilidade na formação professores, que possibilitou um tempo e espaço de discussões ao promover o evento destinado aos professores da Educação Superior e da Educação Básica, estudantes da graduação e da pós-graduação, e demais profissionais que estão comprometidos com a formação humana.

O evento contou com uma cerimônia de abertura que tratou dos desafios e possibilidades das Licenciatura, uma mesa redonda sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de

[4] Ver: https://midas.unioeste.br/sgev/eventos/elufi2019.

Licenciaturas, seminário, mostra de trabalhos, mostra de materiais didáticos, feira, roda de conversa, relatos de experiencia, entre outras atividades.

O *III Encontro de Licenciaturas da Unioeste, campus Foz do Iguaçu*[5], aconteceu em 2024, coordenado pela professora Berenice Borssoi do curso de Licenciatura em Pedagogia, e com o apoio do Núcleo de Formação Docente e Prática de Ensino – NUFOPE – local. O evento acadêmico e científico teve por objetivo: i) desenvolver uma ação integradora entre as licenciaturas da Unioeste de Foz do Iguaçu; ii) fortalecer o Núcleo de Formação Docente e Prática de Ensino – Nufope, ano que comemorou 15 anos e promover debates sobre temas da formação de professores; e iii) promover o encontro entre pesquisadores e docentes das licenciaturas da Unioeste - Campus de Foz do Iguaçu e do Programa de Pós-graduação em Ensino - PPGEn.

O evento contou com a conferência de abertura abordando uma breve história e Ações do NUFOPE em defesa das licenciaturas e estágios, com uma palestra sobre "Marxismo e Pedagogia Histórico crítica na Formação de Professores", Oficinas (Contação de histórias e técnica de reescrita por margarida; Literatura e infância: um diálogo sobre sentimentos; Matemática - momento de aprender e divertir; e Revisão e reescrita textual-interativa no Ensino Fundamental I) e com Mostra de Pôster e Material Didático.

A realização desses eventos como uma ação integrada dos cursos de Licenciatura do campus representa um momento de análise e reflexão do processo de formação inicial de professores no Ensino Superior e de diálogo com a escola púbica, em prol de uma educação de qualidade e de valorização dos profissionais.

Nesse sentido, as autoras acreditam que a efetivação de um evento como o ELUFI favorece "um ambiente de discussões e reflexões entre discentes e docentes das Licenciaturas para a

[5] Ver: https://server2.midas.unioeste.br/sgev/eventos/elufi2024.

construção de sujeitos capazes de transformar a sociedade" (Klaus *et al.*, 2019, p. 6).

Outra ação que merece destaque é a *Jornada Pedagógica de Foz do Iguaçu – Jopefoz*, que busca promover ações articuladas entre os cursos de licenciatura da Unioeste e Secretarias Municipais de Educação do município.

Jornada Pedagógica de Foz do Iguaçu – Jopefoz

No intuito de atender um dos princípios do Nufope, a *Jornada pedagógica de Foz do Iguaçu - JOPEFOZ*, é uma ação extensionista realizada em parceria entre a Unioeste, *campus* de Foz do Iguaçu e a Prefeitura de Foz do Iguaçu mediante Secretaria Municipal de Educação (SMED). Tem por finalidade dialogar com as diferentes licenciaturas mediado pelo apoio do Núcleo de Formação Docente e Prática de Ensino – NUFOPE – local, docentes dos cursos de licenciaturas e com a Secretaria de Educação do município, a fim de ofertar a formação continuada para os professores da Educação Básica – Educação Infantil, anos iniciais do Ensino Fundamental e profissionais da gestão/coordenação pedagógica.

No ano de 2024, a JOPEFOZ teve como tema principal a Educação Especial e inclusiva, a fim de qualificar o trabalho docente e escolar no atendimento de alunos com deficiência, transtorno globais do desenvolvimento e altas habilidades.

Em 2025, o tema da JOPEFOZ foi a importância da Política Nacional de Equidade, Educação para as Relações Étnico-Raciais e Educação Escolar Quilombola (Pneerq), que tem por objetivo implementar ações e programas educacionais voltados à superação das desigualdades étnico-raciais e do racismo nos ambientes de ensino, assim como promover a política educacional para a população quilombola.

Considera-se que universidade e escola são espaços de formação, responsáveis pelo desenvolvimento profissional dos professores, podendo contribuir com a Educação Básica por meio de práticas pedagógicas que promovam o diálogo entre docentes

das universidades e das escolas. Nesse sentido, a interlocução entre as escolas e as instituições formadoras oferece aos professores em exercício um espaço de análise sobre os desafios da docência, fortalecendo a importância da formação contínua e a valorização dos profissionais da educação.

Considerações finais

O intuito deste texto foi apresentar e analisar algumas ações integradoras entre as licenciaturas da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Unioeste, com foco no *campus* de Foz do Iguaçu. As principais ações que buscam integrar as licenciaturas entre os *campi* e em cada *campus*, são: o Núcleo de Formação Docente e Prática de Ensino – Nufope, o Fórum das Licenciaturas da Unioeste, o Encontro de Licenciaturas da Unioeste *campus* de Foz do Iguaçu - ELUFI, e a Jornada Pedagógica de Foz do Iguaçu - Jopefoz.

Tais ações buscam fortalecer o diálogo entre a universidade e a Educação Básica, contribuindo para o enfrentamento dos desafios educacionais e para os processos de formação inicial e continuada de professores. Nesse sentido, pretendeu-se evidenciar iniciativas que possam colaborar para a qualificação dos cursos de licenciatura e da Educação Básica, valorizando a formação docente e reconhecendo a relevância social dos profissionais do magistério, tanto da Educação Superior quanto da Educação Básica.

Referências

BORSSOI, B. L. **Tensões e possibilidades do estágio curricular supervisionado como potencializador da formação e da perspectiva política do pedagogo**: um estudo de caso na UNIOESTE, Francisco Beltrão/PR. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS. Porto Alegre/RS, 2012.

CHAUÍ, M. A universidade operacional. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 9 maio 1999.

FERRARI, M. As noções de fronteira em geografia. **Revista perspectiva geográfica**, Unioeste, v. 09, n. 10, 2014. Disponível em: https://e-revista.unioeste.br/index.php/pgeografica/pt_BR/article/view/10161/7550. Acesso em: 13 jun., 2026.

FRIGOTTO, G. A interdisciplinaridade como necessidade e como problema nas ciências sociais. **Revista Ideação**, v. 10, n. 1, 2008.

KLAUS, V. L. C. de A. *et.al.* Encontro das licenciaturas: um caminho possível para a integração dos cursos de formação docente da universidade. **Temas & Matizes**, Cascavel, v. 12, n. 22, p. 3 – 13, jan./jun. 2018. Disponível em: https://e-revista.unioeste.br/index.php/temasematizes/pt_BR/article/view/19961/13050. Acesso em: 10 maio., 2026.

KOSIK, K. **Dialética do Concreto**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

MARX, K.; ENGELS, F. **A Ideologia Alemã**. Trad. Álvaro Pina. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

SANCHES GAMBOA, S. A. A dialética na pesquisa em educação: elementos de contexto. *In*: FAZENDA, I. (org.). **Metodologia da pesquisa educacional**. São Paulo: Cortez, 2000.

SAVIANI, D. Educação escolar, currículo e sociedade: o problema da base nacional comum curricular. **Revista Movimento de Educação**, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro – RJ, n. 4, 2016.

SCHNEIDER, G.; SILVEIRA, A. A. D.; ALVES, T. Mapeamento da formação de docentes no Paraná: um olhar para o indicador de adequação. **Jornal de Políticas Educacionais**, vol. 17, 90095e. Abril de 2023. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/pdf/jpe/v17/1981-1969-jpe-17-e90095.pdf. Acesso em: 10 jun., 2026.

UNIOESTE. **NUFOPE -** Núcleo de Formação Docente e Prática de Ensino. Disponível em: https://www.unioeste.br/portal/nufope. Acesso em: 10 jun., 2026.

UNIOESTE. **Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) - 2019-2023**. Disponível em: https://www.unioeste.br/portal/arq/files/PROPLAN/DesenvolvimentoInstitucional/PDI_2021.pdf. Acesso em: 06 jun., 2026.

UNIOESTE. **Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) - 2025-2029**. Disponível em: https://www.unioeste.br/portal/arq/files/PROPLAN/PDI_-_VERS%C3%83O_PDF.pdf. Acesso em: 06 jun., 2026.

UNIOESTE. **Resolução CEPE nº 085/2010**. Regulamento do Núcleo de Formação Docente e Prática.

UNIOESTE. **Resolução CEPE nº 385, 2008**. Regulamento das Diretrizes Gerais para os Estágios Supervisionados dos cursos de Graduação da Unioeste.

VIANA, N. Marxismo e Cultura. **Revista Práxis Comunal**, Belo Horizonte, v.1, n.1, p. 13-31 jan./dez. 2018. Disponível em: file:///C:/Users/berenice/Downloads/praxiscomunal,+Gerente+da+revista,+04_MARXISMO+E+CULTURA_praxis_comunal_v1_n1.pdf. Acesso em: 06 jun., 2026.

A VIDA COMO NARRATIVA: HISTÓRIA DE UMA IMIGRANTE CHINESA NA TRÍPLICE FRONTEIRA

Julia Dalbosco
E-mail: julia.dalbosco@unioeste.br
ORCID: 0000-0002-0683-8432

Denise Rosana da Silva Moraes
E-mail: denisepedagoga@gmail.com
ORCID: 0000-0002-2991-0214

Resumo

Esta pesquisa, em andamento, analisa a trajetória de vida de Cristina, integrante da diáspora chinesa em Foz do Iguaçu, a partir de seu relato pessoal em diálogo com os contextos econômicos, sociais e culturais que atravessaram sua experiência migratória[1]. A pesquisa adota uma abordagem qualitativa, utilizando a memória como método de investigação, e é realizada através de entrevistas biográficas. A análise será organizada em diferentes períodos da trajetória da entrevistada, buscando identificar de que modo as estruturas sociais, as relações de poder e os contextos culturais influenciaram suas escolhas pessoais em cada período; especialmente em sua decisão de imigrar e mais tarde de se estabelecer como professora de mandarim em Foz do Iguaçu. Busco com esta pesquisa contribuir para o avanço dos Estudos Culturais no Brasil e para os estudos da memória e das narrativas de vida; além de registrar e valorizar a história da comunidade chinesa na

[1] Esta pesquisa é desenvolvida dentro do Programa de Pós-Graduação em Sociedade, Cultura e Fronteiras da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE) – Foz do Iguaçu, com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), por meio do Programa de Demanda Social (DS).

cidade de Foz do Iguaçu, ampliando sua representatividade no campo acadêmico.

Palavras-chave: Diáspora; China; Tríplice Fronteira; Sociedade; Cultura.

Introdução

O interesse por compreender as relações sociais e a cultura surge muito cedo na vida de seres humanos que vivem em sociedade, quando criança frequentemente questionamos coisas que os pais respondem com um mero "Porque sim!", na busca de abreviar uma resposta mais complexa. As respostas a essas perguntas, muitas vezes, estão enraizadas em questões históricas culturais. "Porque a cor verde se chama verde, e não vermelho?"; "Porque comemos com garfos e facas?"; "Porque não tem mais carro colorido na rua?"; "Porque eu preciso chamar o pão de pão, e a água de água para me entenderem?".

Com o passar do tempo passamos a aceitar respostas simples e definitivas como o "Porque sim! Porque sempre foi assim", e aceitamos que não vale a pena nos questionarmos sobre essas coisas "triviais". Seguimos então para outras perguntas, assuntos mais interessantes, questionamentos mais úteis.

Minha jornada até os Estudos Culturais no doutorado é reflexo de um inquietamento não respondido na trajetória anterior da vida acadêmica. Ainda enquanto adolescente tive a oportunidade de viajar ao outro lado do mundo e mergulhar em outra cultura. Por um ano residi em Taiwan, residi com duas diferentes famílias do país e estudei em uma escola pública na cidade que me acolheu. As diferenças culturais me proporcionaram experiências positivas e esclarecedoras, mas também me colocaram em conflitos, especialmente no contexto familiar. Foram estes conflitos que orientaram a minha primeira escolha acadêmica: cursar Relações Internacionais.

Queria ser mediadora de duas culturas, conseguir explicar o porquê de um hábito cultural para aqueles que não faziam parte de tal cultura, ser uma ponte entre uma cultura e outra, resolver conflitos. Talvez, por carregar um interesse na política e no jornalismo, naquele período imaginei que a diplomacia me ofereceria tal caminho; ou que ao compreender o funcionamento de Estados Nações, suas escolhas no cenário internacional e suas relações com outros Estados seria suficiente para explicar o funcionamento do mundo, das sociedades e de suas culturas.

Foi durante a pós-graduação, no mestrado também em Relações Internacionais, que compreendi que as teorias das relações internacionais já não eram suficientes para explicar alguns casos que me interessavam. Muitos desses casos estavam mais relacionados com questões socioculturais, enraizadas nas sociedades dos Estados Nacionais e não apenas em suas instâncias decisórias. Assim compreendi que era necessário falar de cultura e sociedade, se desejasse apresentar uma visão fidedigna das dinâmicas e estruturas sociais dos diferentes Estados-Nação.

Durante o mestrado estudei as relações econômicas da República da China e de Taiwan com o Paraguai. Por esse motivo retomei os estudos do mandarim, que havia iniciado brevemente durante meu ano de residência em Taiwan, me reaproximei da cultura chinesa e conheci mais profundamente a comunidade chinesa da Tríplice Fronteira.

A partir de então surgiram outras perguntas distintas daquelas que havia feito durante a minha, até então, trajetória acadêmica. Quais as origens da diversidade cultural de certo local? O que orienta o deslocamento de um grupo étnico ou racial? Qual o espaço que ocupam em uma sociedade e território no qual são minoria? Qual a relação e integração com a população e instituições locais e que tipo de tratamento recebem como um grupo minoritário? São apenas algumas das questões que passaram a me incomodar. A partir de então comecei a desenvolver a pesquisa que será apresentada neste capítulo.

O palco desta pesquisa é Foz do Iguaçu e sua protagonista faz parte da comunidade chinesa presente na região da Tríplice Fronteira, que além de Foz do Iguaçu, no Brasil, inclui as cidades de *Puerto Iguazú* na Argentina, e *Ciudad del Este* no Paraguai. A cidade brasileira é popularmente conhecida por abrigar as Cataratas do Iguaçu, destino turístico que inclusive foi eleito por escolha popular como uma das 7 Maravilhas Naturais do Mundo e hospeda uma diversidade étnica e cultural de grandes proporções. Atualmente, a cidade conta com aproximadamente 95 nacionalidades e aproximadamente 14.500 imigrantes (Mendonça, 2023), esses números são resultantes da sua localização geográfica, tendo em vista seu caráter fronteiriço e sua localização central na América do Sul para migrações terrestres, e da presença da UNILA – Universidade Federal da Integração Latino-Americana, que recebe estudantes de todos os países da América Latina, além de refugiados de outras regiões.

Para caracterizar a comunidade chinesa na em Foz do Iguaçu-PR, utilizo conceitos clássicos dos estudos das diásporas, especialmente o de *trade diáspora,* cunhado por Cohen, ele nos ajuda a compreender superficialmente o contexto histórico de chegada e estabelecimento dessa comunidade em Foz do Iguaçu. Para Cohen (2008), a diáspora chinesa possui as características de uma *trade diáspora,* ou seja, uma diáspora historicamente orientada ao desenvolvimento comercial e econômico em seu país de destino, geralmente atrelada a seu país de origem por diferentes laços (como esferas familiares, econômicas e políticas), que permitem o seu sucesso e permanência no país destino (Cohen, 2008). Esta característica e alguns contextos históricos são responsáveis por moldar a diáspora chinesa na fronteira.

A partir dos anos 80 ocorre o que a literatura sobre as diásporas reconhece como uma segunda onda de imigração chinesa. Nesse período, há uma maior dispersão de imigrantes ao redor do planeta, inclusive em países industrializados; além disso o perfil dos imigrantes também se diversifica, essa onda conta com estudantes que se tornaram migrantes, profissionais emigrados,

migrantes em cadeia e imigrantes ilegais. Ao mesmo tempo, no fim da década de 80, há uma importante transformação econômica na Tríplice Fronteira. Com o fim do governo de Alfredo Stroessner (1954-1989), o novo presidente Andrés Rodriguez (1989-1993) desenvolveu inúmeras reformas em busca de desenvolvimento econômico e quebra do isolamento internacional. Seu desenvolvimento econômico se deu principalmente pela utilização do processo produtivo de maquila, que criou as condições para que o Paraguai passasse a ser alvo de investimentos estrangeiros, e pudesse contar com mais relevância no cenário internacional. Com o avanço da industrialização há também um aumento na urbanização, e esse processo teve importante impacto em Alto Paraná, região em que se localiza Ciudad del Este.

Nesse período Ciudad del Este já se transformava no centro comercial popularmente conhecido durante os anos 90 e início dos anos 2000. Ocorria uma grande movimentação de mercadorias por brasileiros que atravessavam a Ponte da Amizade em busca de bens de consumo baratos, resultado das diversas políticas econômicas do Paraguai, para serem revendidas no Brasil. Estas pessoas se hospedavam em Foz do Iguaçu, movimentando o setor turístico para além das Cataratas do Iguaçu. Para os chineses, esse período correspondia à conclusão da abertura chinesa ao cenário internacional, que incluía a entrada na Organização Mundial de Comércio e o incentivo ao capital chinês para alcançar mercados estrangeiros.

A maioria dos imigrantes chineses que se estabeleceram inicialmente na região da Tríplice Fronteira foram proprietários de algum estabelecimento econômico, e grande parte dessa comunidade mantém até hoje essa característica. Em Foz do Iguaçu os restaurantes eram originalmente o comércio principal dessa diáspora; entretanto nos últimos anos houve um aumento representativo de lojas que vendem diferentes itens para consumo, desde eletrônicos até cosméticos. Apesar desse contexto, a personagem principal desta pesquisa, Cristina Zhang, escolheu seguir outro caminho, após se estabelecer no Brasil, tornou-se

professora de mandarim e para além da sala de aula construiu uma comunidade de brasileiros e chineses-brasileiros interessados na cultura e história chinesa.

Meu contato com Cristina começou em 2019, quando iniciei minhas aulas de mandarim em uma escola de idiomas privada. Concluindo o curso neste estabelecimento, Cristina se tornou minha professora particular de mandarim, e desde então dividimos nossas quintas-feiras há mais de 5 anos. Esta pesquisa é resultado de diversas horas de diálogo que compartilhamos, em sala de aula e fora dela, em conversas particulares e em grupo, sobre assuntos que vão desde nossas comidas favoritas até crenças sobre relacionamentos amorosos e dinheiro. No decorrer das nossas conversas surgiam frequentemente breves recortes de sua vida pessoal para além do momento presente, o que sempre me despertou diversas indagações sobre suas escolhas e sua trajetória de vida. Munida destas indagações e do reconhecimento de Cristina como parte importante de minha vida, decidi registrar nesta pesquisa sua história de vida; e a partir deste registro teorizar sobre os impactos da história, da sociedade e da cultura chinesa e brasileira em sua trajetória pessoal.

Fundamentação Teórica

A partir de nossas diversas conversas, antes mesmo de iniciarmos entrevistas formais para esta pesquisa, foi possível conectar alguns períodos de sua vida com diferentes autores dos Estudos Culturais. Por isso, esta pesquisa se insere no campo amplo dos Estudos Culturais, porém se utiliza de diversos autores com diferentes enfoques para realizar sua análise. Esta escolha teórica decorre de minha compreensão de que os desafios que protagonizaram a vida de Cristina se desenrolaram em distintas áreas.

O enfoque das entrevistas e análise será dividido em três períodos: o período em que considera imigrar até a sua chegada ao Brasil; o período de chegada ao Brasil, sua inserção na comunidade

brasileira e seu estabelecimento na cidade de Foz do Iguaçu; e por fim, sua formação e atuação como professora na cidade.

O conceito de cultura será explicado e analisado a partir dos escritos de Raymond Williams, dando especial atenção ao seu papel social e sua importância na formação de cada indivíduo. Para analisar o primeiro período da história de Cristina, o momento em que surge o desejo de imigrar, utilizo os trabalhos de Arjun Appadurai, com foco nas diferentes *scapes of globalization*, e o papel da imaginação na construção de outras realidades possíveis. Em seguida, sua chegada e adaptação no Brasil, analiso a partir dos escritos de Stuart Hall e Homi Bhabha; a partir de Hall, a construção de uma identidade cultural em constante transformação, e de Bhabha, a questão da identidade híbrida e a vivência entre duas culturas distintas. Por fim, analiso a partir de bell hooks, a atuação como professora a partir de uma pedagogia engajada e a construção de comunidade através de seu trabalho. A seguir realizo uma breve retomada dos argumentos pertinentes à cada autor.

Raymond Williams (1958/2014) é considerado um dos fundadores dos Estudos Culturais, ele argumenta que "*Culture is ordinary"*, a cultura não seria apenas propriedade das elites, mas seria produzida e reproduzida no dia a dia, no viver também da classe trabalhadora. A cultura é resultado da experiência vivida, uma maneira de construir e modificar a realidade. Para o autor ela opera em três níveis: o ideal, o documental e o social. No nível ideal, a cultura é responsável por orientar os objetivos de uma sociedade, uma espécie de valores e costumes considerados "ideias". Em seu nível documental, Williams coloca as artes, a literatura e a mídia, esses campos oferecem os registros históricos de certo período, é possível através deles conhecer a "experiência de vida" do período que retratam. No nível social, o autor defende a cultura como um modo de vida específico, que expressa certos significados e valores também nas instituições e no comportamento cotidiano. Williams retoma que a cultura é social, mas também individual, e que há uma constante relação do indivíduo com a

cultura em sua experiência cotidiana; a partir dessa relação e da atuação em seus três diferentes níveis há significativa influência da cultura —mesmo que inconsciente – naquilo que desejamos, acreditamos e escolhemos.

A partir de Arjun Appadurai (1996/2005), analisamos as mudanças resultantes do processo de globalização e do papel da imaginação no desejo de migrar e de imaginar outras vidas possíveis. Appadurai afirma que a imaginação se transformou em uma prática social após o avanço da globalização. Ela deixou de ser um escape da realidade ou apenas uma contemplação e passou a ser um espaço de negociação entre locais de agência (indivíduos) e campos de possibilidade. Ou seja, a imaginação agora carrega a possibilidade de tornar-se realidade (Appadurai, 1996/2005). Para o autor, imaginar-se em outro local, em outra vida e cultura é possível como resultado de diferentes fluxos culturais que possuem relação dialética com a imaginação. Appadurai nomeia esses fluxos de "paisagens" (*scapes): ethnoscape,* o fluxo de pessoas, entre elas turistas, imigrantes, trabalhadores e refugiados*; mediascape*, o fluxo de conteúdo midiático, imagens e narrativas*; technoscape*, o fluxo de tecnologia, e infraestrutura de informação*; financescape*, o fluxo de dinheiro e capital*; ideoscape*, o fluxo ideias, ideologias e conceitos políticos. Compreendo então que é necessário dar atenção ao contexto global destas *scapes* ao analisar o período inicial da história de Cristina, seu desejo de imigrar e sua eventual partida para o Brasil.

Para analisar o período em que Cristina se estabelece no Brasil sua adaptação e integração na comunidade local utilizo dois autores clássicos dos Estudos Culturais e da diáspora, Stuart Hall e Homi Bhabha. Destes autores retomo as análises sobre identidade e pertencimento em um novo país. Cristina ao se estabelecer no Brasil é inicialmente percebida pelos brasileiros como "outro", tanto pelo seu sotaque quanto pelo seu fenótipo distinto da maioria dos brasileiros. Nesse sentido, acredito que são inevitáveis as reflexões sobre a sua própria identidade e pertencimento, inclusive após viver anos imersa em uma cultura diferente.

A partir de Stuart Hall (1990), retomo o conceito de identidade cultural, e o argumento de que a identidade está sempre em movimento, em construção. Estudos anteriores da diáspora, muitas vezes, definiam membros destes movimentos como possuidores de uma mesma essência, uma identidade proveniente de traumas e histórias compartilhadas, com uma indiscutível ligação com sua "terra natal", sendo esta física ou imaginária. Hall traz outra visão de identidade pertinente às diásporas; a identidade seria em realidade um processo, sempre em construção, formado através da história, representação midiática e de narrativas; para ele, identidade seria aquilo que "estamos nos tornando" e não "quem somos". Hall também compreende que as diferenças culturais são produtivas, e não um problema a ser solucionado, ele advoga por diversidade, sem a expectativa de identidades homogêneas.

Para Homi Bhabha (1994,2004), os membros da diáspora vivem em um espaço "entre culturas" (*in-between)*, um reflexo do seu conceito de Terceiro Espaço. Esses sujeitos não se encaixam completamente em sua nova cultura, e não abandonam completamente a sua cultura de origem, nesse sentido, vivem em uma "lacuna" entre duas culturas. Para o autor isto não seria uma posição negativa, mas apenas uma estrutura da experiência diaspórica, um local de produção de novos sentidos e representações, onde a linguagem, a alimentação, a cultura e religião sofrem um processo de hibridização. Bhabha compreende essa hibridização como um processo decolonial, pois desafia a ideia de uma cultura pura e dominante, o que desconstrói a relação binária de colonizador/colonizado que se apoia em tal conceito.

Para conclusão, converso sobre o período em que Cristina se formou em Pedagogia e tornou-se professora de mandarim e a comunidade de alunos, colegas e amigos que construiu, a partir do ensino da cultura e da língua de seu país de origem. Na análise, utilizo os escritos de bell hooks sobre uma pedagogia engajada, que vai além do simples apresentar e transferir informações e advoga por uma comunidade onde há espaços de trocas no processo de aprendizagem.

Influenciada por Paulo Freire, bell hooks (1994/2024) defende que a sala de aula precisa ser um espaço de construção coletiva, de participação ativa de professores e alunos. Para ela, aqueles professores que compreendem sua profissão como uma vocação que auxilia no crescimento intelectual e espiritual dos seus alunos, teriam mais facilidade em desenvolver uma pedagogia engajada. Segundo a autora é necessário compreender que há ligação entre as práticas de vida, os hábitos de ser e o papel do professor; que os conhecimentos aprendidos em sala devem influenciar e enriquecer aluno e professor. hooks também defende a necessidade de os professores levarem sua própria experiência em sala, tornarem-se também vulneráveis no processo de trocas pedagógicas, dessa forma, os professores não atuariam como inquisidores oniscientes e silenciosos (hooks, 1994/2024).

Percurso Metodológico

Como é característico dos estudos culturais, esta pesquisa possui um caráter qualitativo e sua principal fonte de dados é o relato de um período de vida de Cristina Zhang. O período pertinente à análise inclui desde o momento em que há o desejo de emigrar da China para o Brasil até seu estabelecimento como professora autônoma de mandarim na cidade de Foz do Iguaçu. A memória e a narrativa de vida serão utilizadas como método de pesquisa, ou seja, o conteúdo que é relembrado e relatado será analisado em conjunto com o contexto socioeconômico do período em que ocorreram originalmente os fatos relatados.

O aporte teórico dos Estudos Culturais se interessa pelas diversas formas de interação entre cultura e a sociedade, o estudo da memória é pertinente a este aporte pois como Keightley retoma em seu artigo, "Engaging with Memory", a memória "*speaks to more than personal experience, implicating the everyday operations of social and cultural relationships which are performed in the creation of memory narratives*" (Keightley, 2008, p176). Ou seja, a memória mais do que uma expressão da consciência individual, ela é construída

socialmente e culturalmente. Halbwachs (1995) também enfatiza o papel social da memória ao afirmar que a memória não apenas retoma o passado como foi vivenciado, ela também é resultado da intersecção de influências coletivas, desde convenções familiares até as normas culturais da sociedade à qual um indivíduo pertence.

Ao compreender a memória como uma representação construída também é necessário pensar nas condições de sua criação; para os estudos culturais isso significa considerar, em sua formação, questões como ideologia e as relações de poder. As condições da experiência original, as condições em que essa experiência é relembrada e o papel da memória no presente são pontos importantes para análise nos estudos culturais. O estudo da memória também nos permite observar as vicissitudes e os silêncios da história, e explorar as relações de poder envolvidas na sua construção. O recontar é em si um processo de construção de sentido que permite examinar como a experiência e os significados atribuídos a ela são influenciados pelas estruturas sociais e culturais da vida quotidiana, passadas e presentes. Dentro dos estudos culturais, a memória, assim como a experiência, é vista como a ligação entre o social e o individual; pode-se então a partir dela teorizar sobre a relação entre as estruturas, forças e relações-públicas e a vida privada.

As narrativas de vida permitem estudar as ações durante seu curso, trazem uma perspectiva diacrônica que permite perceber às logicas de ações e escolhas no seu desenvolvimento biográfico e as configurações de relações sociais em seu desenvolvimento histórico. Na narrativa de vida, segundo Daniel Bertaux (2005/2010), conhecemos *narrativas de prática em situação,* para a autor através das práticas é possível reconhecer os contextos sociais nos quais elas se inscrevem e que contribuem para reproduzir ou transformar. Através da compreensão das práticas compreenderíamos também o nível semântico das crenças, representações, valores e projetos que, conectados a situações objetivas inspiram lógicas de ação dos atores das narrativas de vida (Bertaux, 2005, 2010).

A coleta de dados, ou seja, a maneira que será recuperado o relato a ser analisado ocorre através de entrevistas biográficas. A técnica de entrevistas biográficas facilita o recordar por meio de um processo de referência cruzada; o entrevistado transita *back and forth*, sem a necessidade de seguir uma ordem cronológica, e faz ligações entre os diferentes eventos e momentos de sua vida. A perspectiva biográfica se encontra no meio do caminho entre a estrutura social e o indivíduo como ator social. Essa perspectiva trata da interação entre o ator e sua estrutura social, como o indivíduo escolheu e negociou seu caminho em uma estrutura social em constante transformação (Miller, 2000).

As entrevistas são realizadas com Cristina de maneira online, pois durante o decorrer da pesquisa, Cristina está em Pequim, sua cidade natal e onde residem seus familiares. Para as entrevistas online são utilizadas as gravações do próprio aplicativo de videochamada. Há uma estrutura previamente planejada para as entrevistas, em que constam perguntas orientadoras a serem realizadas durante a entrevista; estas perguntas podem ser realizadas integralmente como constam no roteiro ou como comentários durante a entrevista. Nestas conversas o objetivo é ouvir a sua história de vida, da maneira como ela deseja contá-la. A partir desta compreensão, procuro realizar pouco, ou se possível nenhum, direcionamento, deixando Cristina decidir o que considera mais importante e relevante em sua trajetória.

Não foi definido uma quantidade de encontros para a realização das entrevistas, a definição de quantos encontros serão suficientes para a coleta de dados é definida no decorrer das entrevistas. Também não foi pré-limitada a duração das entrevistas, pois compreendo que alguns tópicos podem demandar mais ou menos tempo para serem contados. A duração pode ser afetada por fatores externos, questões pessoais de Cristina, entre outras variáveis como acesso à internet nas sessões remotas ou falta de energia.

Após a coleta de dados, através das entrevistas, realizo o processamento dos dados. As gravações de áudio das entrevistas

serão transcritas para texto. As transcrições serão armazenadas online em nuvem e em meu computador pessoal. As notas de campo realizadas durante as entrevistas também serão organizadas de maneira textual em um ou mais arquivos de textos, que serão armazenados junto às transcrições.

Em seguida, acontece a análise dos dados; durante a análise a "pergunta", que será orientadora desta etapa, está relacionada à influência do contexto sociocultural na trajetória pessoal de Cristina. Ou seja, me interessa teorizar como o contexto sociocultural em que esteve inserida influenciou as escolhas de sua trajetória pessoal. Em uma etapa inicial da análise identifico pedaços de texto das transcrições através de códigos, que remetem às áreas de análise, a partir do marco teórico dos estudos culturais.

Estes códigos não serão constantes durante o decorrer da análise, pois utilizo de diferentes autores pertinentes aos Estudos Culturais para analisar diferentes períodos da trajetória de vida de Cristina. A princípio, a análise está dividida em três períodos. A primeira análise será do período que ocorre a escolha de emigrar para o Brasil até sua chegada no Brasil; em um segundo momento, analiso sua chegada e adaptação ao Brasil, condizente com os primeiros anos de moradia em território brasileiro; em seguida e, por fim, a análise do momento que engloba a escolha de se tornar professora de mandarim no Brasil até seu estabelecimento como profissional na cidade.

Para inferir sobre a possível influência do contexto sociocultural nas escolhas pessoais da trajetória de Cristina, coloco em diálogo os seus relatos pessoais com o contexto histórico econômico e sociocultural em que ocorrem e nas localidades em que ocorrem. Há aqui uma espécie de triangulação de dados, pois o relato de Cristina será também apoiado de um contexto histórico do período e território que cita; esses contextos são estudados a partir de análises bibliográficas de fontes primárias, e secundárias, documentos históricos, mídias impressas e audiovisuais entre outras fontes.

Para o relatório final apresento um *data display*, onde serão organizados os principais fragmentos das transcrições com seus códigos atribuídos a eles. Miles e Huberman (1994) afirmam que análises de dados qualitativos se apoiam centralmente nos displays que reduzem e organizam os dados, o que permite desenhar conclusões coerentes, enquanto se defendem da sobrecarga e de um potencial viés que pode surgir quando tentamos analisar um texto não reduzido. Como Krathwohl (1991) argumenta, um *data display* permite que o leitor possa reconstruir como o analista desenvolveu a análise, checar a fidelidade de tradução dos contextos e a validade da construção lógica das conclusões.

Análise e Considerações Finais

Até a conclusão deste capítulo, as entrevistas com Cristina não foram iniciadas, entretanto compartilhei diversas conversas em sala de aula e fora dela sobre a sua trajetória de vida e sua atuação como professora. Sei que inicialmente seu desejo de migrar possuía um viés econômico, pois vem para a Tríplice Fronteira, inicialmente, para trabalhar em Ciudad del Este, no Paraguai, na fronteira de Foz do Iguaçu e depois transfere sua residência para o Brasil. Constantemente, durante nossa aulas, Cristina compartilhou sobre suas experiências de diferença cultural, que envolvem a formação da língua portuguesa; e especialmente os costumes brasileiros como por exemplo, o atraso normalizado para se chegar à eventos não formais, como um churrasco, ou um encontro de amigos. Também conversamos sobre hábitos alimentares, como ela prefere o feijão brasileiro que é cozido de forma salgada, enquanto o feijão é frequentemente preparado doce na China e em outras regiões da Ásia. Cristina mantém sua predileção pelos chás e não lembro de tê-la visto tomando café em todo tempo que nos conhecemos, mas é fã do chimarrão. Frequentemente cozinha comida chinesa em casa, e faz pratos como chipaguaçu de origem paraguaia; pratos esses que

carinhosamente compartilha uma porção comigo sempre que possível.

Seus pais foram professores, e o professor ocupa um papel totalmente distinto na sociedade chinesa do qual estamos acostumados no Brasil, há um respeito e reconhecimento por sua atuação como produtores de conhecimento que auxiliam no desenvolvimento intelectual de todos aqueles que formam e coordenam a sociedade. Acredito que isto pode ter influenciado sua decisão de ser professora, mas ainda não realizei esta pergunta a ela.

Quando conheci os escritos de bell hooks sobre o que ela denomina de pedagogia engajada, reconheci muito de seu argumento na maneira como Cristina ensina e mantém suas aulas de mandarim. Apesar da maioria de seus alunos a procurarem em busca de aprender um conteúdo que não é sua obrigação curricular, nem sempre esse desejo está desconectado de outras "obrigações" resultantes da vida. Muitas vezes, aprender o mandarim está ligado a novas oportunidades de trabalho, como no meu caso, aos estudos, ou simplesmente como uma maneira de se destacar e conquistar novas oportunidades em outra carreira; dessa forma frequentar essas aulas também carregam um peso de obrigatoriedade. Cristina compreende que a educação realmente transformadora só é possível se estamos de mente e corpo presente. Muitas vezes, quando apareci cansada nas aulas, sem conseguir revisar aquilo que foi estudado nos últimos encontros, ela me perguntou se eu não gostaria de dar uma pausa, voltar quando eu estivesse completamente disponível para aprender, mudar os horários e frequências das aulas, mesmo que aquilo resultasse em uma perda financeira para ela.

Ela também sempre soube ouvir e acolher em sala de aula, muitas vezes, quando o conteúdo nos permitia um debate mais profundo sobre assuntos como amor, amizade, família e essas coisas que parecem tão "pessoais", ela se interessou em saber da minha história e de meu ponto de vista. Sempre compartilhou o ponto de vista dela, e sua experiência de vida. Muitas vezes,

discordamos, outras vezes repensamos aquilo que compartilhamos, e assim aprendemos juntas, além da língua.

Para além da sala de aula, também, sempre esteve presente e compartilhou de sua cultura e suas experiências. Nas datas comemorativas da cultura chinesa que envolvem família e amigos, sempre que foi possível ofereceu eventos com comidas típicas onde juntou seus alunos, com seus familiares e amigos para celebrarmos juntos e conhecermos sua própria cultura; jantares e almoços nos quais ela cozinhou com seus filhos cada um dos pratos que foram servidos. Assim entendi que jamais se posicionou como uma detentora de conhecimento superior aos seus alunos, ou tratou a educação como apenas uma questão financeira, sempre esteve presente de corpo e de alma, disponível para aprender e crescer com seus alunos de forma recíproca.

Acredito que esta pesquisa irá produzir um registro importante para a comunidade chinesa de Foz do Iguaçu, contribuindo para sua representatividade na Tríplice Fronteira. Também acredito que irá contribuir para história da Tríplice Fronteira, destacando o papel de diferentes figuras de distintas culturas que marcaram a região, e contribuindo para seu reconhecimento como uma cidade multicultural. Espero registrar a história de Cristina, seu amor pelo Brasil, pela educação, e seu papel importante em minha vida e na de tantas outras pessoas; que este registro seja inspiração para que educadores possam ir mais além, mesmo quando sua atuação pareça limitada ou não importante.

Esta pesquisa também é uma forma de incentivar que outros trabalhos sejam desenvolvidos relativos à comunidade chinesa em Foz do Iguaçu, e da Tríplice Fronteira em geral. Essa comunidade apresenta números expressivos na região, tendo sua importância reconhecida por órgãos oficiais como a Prefeitura de Foz do Iguaçu, que realiza eventos para celebrações chinesas, a exemplo das festividades do Ano Novo Chinês e do Festival da Lua, porém ainda recebe pouca atenção no nível acadêmico. Há ainda muito a ser compreendido, compartilhado e registrado sobre a história

dessa comunidade, seus personagens, a cultura chinesa e como ela transforma a Tríplice Fronteira.

Referências

APPADURAI, A. **Modernity at Large**: Cultural Dimensions of Globalization. University of Minnesota Press, 2005.

BERTAUX, D. **Narrativas de vida**: a pesquisa e seus métodos. Trad. Zuleirde Alves Cardoso Cavalcante *et al*. Natal, RN: EDUFRN, São Paulo: Paulus, 2010.

BHABHA, H. K. **The Location of Culture**. 1994. New York, Routledge, 2004.

BHANDARI, N. B. Diaspora and Cultural Identity: A conceptual Review. **Journal of Political Science**, vol. 21. 100-108, 2021.

BLISS, J.; MONK, M.; OGBORN, J. **Qualitative data analysis for educational research**: A guide to uses of systemic networks. London: Croom Helm, 1983.

COHEN, R. **Global Diasporas**: An Introduction. 2nd Edition, New York, Routledge, 2008.

DALBOSCO, J. **Entre o Tigre e o Dragão**: Paraguai e suas relações com Taiwan e a China no início do Século XXI. Dissertação (Mestre em Relações Internacionais) - Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA). Foz do Iguaçu, 2022.

HALBWACHS, M. **On Collective Memory, Chicago and London**: University of Chicago Press, 1995.

HALL, S. Cultural Identity and Diaspora. *In*: J. Rutherford (Ed.). **Identity**: Community, Culture, Difference. London: Lawrence & Wishart, 1990, p. 222-237.

hooks, b. **Ensinando a transgredir**: a educação como prática da liberdade. Trad. Marcelo Brandão. Cipolla. 3. ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2024.

KEIGHTLEY, E. Engaging with Memory. *In*: PICKERING, M. (ed.). **Research Methods for Cultural Studies**. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2008.

KRATHWOHL, D. **Methods of educational and social science research**: An integrated approach. New York: Longman, 1991.

LIU, H. An Emerging China and Diasporic Chinese: historicity, state, and international relations**. Journal of Contemporary**, China, 20(72), November, p. 813–832, 2011.

MENDONÇA, O. (org.). **1º Relatório Yglota de Nacionalidades e Etnias da Região Trinacional do Iguaçu**. Foz do Iguaçu, Instituto Yglota, 2023.

MILES, M. B.; HUBERMAN, M. A. **Qualitative Data Analysis**: an expanded sourcebook (2nd) SAGE Publications, Inc, 1994.

MILLER, R. L. **Researching Life Stories and Family Histories**. Sage Publications, 2000.

PICKERING, M. (ed.) **Research Methods for Cultural Studies**. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2008.

PINHEIRO, R. M. **Made in China**: produção e circulação de mercadorias no circuito China-Paraguai-Brasil. Tese (Doutorado em Antropologia). IFCH – UFRGS, Porto Alegre, 2009.

REITER, B. Theory and methodology of exploratory social science research. **International Journal of Science & Research Methodology**, 5(4), 129-150, 2017.

WILLIAMS, R. Culture is ordinary. [1958]. *In*: MCGUIGAN J. (Ed.). **Raymon Williams on Culture and Society**: Essential Writings. SAGE Publications Ltd, p.1-18, 2014.

TRAVESSIAS DA ESCUTA: ÉTICA, ALTERIDADE E NARRATIVAS NO CÁRCERE DE MULHERES FRENTE AO APAGAMENTO E À INVISIBILIDADE

Carla Giselle Duenha de Souza
E-mail: cduenha@gmail.com
ORCID: 0000-0001-5377-8498

Layra Fabian Borba Rodrigues
E-mail: lfb.rodrigues.2018@aluno.unila.edu.br
ORCID: 0000-0001-5422-0197

Regiane Cristina Tonatto
E-mail: regiane.tonatto@unila.edu.br
ORCID: 0000-0002-5728-5284

Resumo

Este estudo propõe uma análise comparativa de pesquisas realizadas na Penitenciária Feminina de Foz do Iguaçu, tomando como campo de análise produções acadêmicas que investigam experiências de mulheres privadas de liberdade. O objetivo é compreender como se constituem as relações no cárcere e problematizar a dimensão ética e a alteridade no processo de pesquisa, especialmente no que se refere à escuta das narrativas dessas mulheres. Fundamentado em Michel Foucault, Emmanuel Levinas, Paulo Freire, Stuart Hall e Marisa Vorraber Costa, o estudo analisa como a produção de conhecimento pode reproduzir ou tensionar processos de invisibilização e silenciamento presentes no contexto prisional. O diálogo entre as pesquisas evidencia deslocamentos nas formas de escutar, narrar e representar as experiências de mulheres encarceradas, revelando as narrativas (auto)biográficas como práticas de resistência e produção de si.

Conclui-se que pesquisar sob vigilância implica reconhecer responsabilidades éticas e assumir a escuta como prática política e a produção científica como espaço de visibilização de vidas historicamente marginalizadas. O estudo fundamenta-se em uma abordagem crítica e interdisciplinar, compreendendo a fronteira e a cultura como categorias analíticas e espaços de produção de sentidos e experiências sociais.

Palavras-chave: cárcere feminino; alteridade; narrativas; fronteiras; Estudos Culturais.

Introdução

Ela era incapaz de sentir-se plenamente viva
(Lispector, 1977).

A proposição de Clarice Lispector, em *A hora da estrela*, de Clarice Lispector (1977), convoca pensar existências marcadas por processos de silenciamento e invisibilização, deslocando o olhar para vidas que, embora presentes, são produzidas como marginais nos regimes de representação. No contexto das mulheres privadas de liberdade, essa condição não se limita à restrição física, mas se inscreve em dinâmicas discursivas e sociais que produzem apagamentos simbólicos e restringem possibilidades de enunciação.

Nesse sentido, compreender o cárcere implica deslocar o olhar para além de sua materialidade, reconhecendo-o como um espaço constituído por relações que regulam corpos, discursos e modos de existir. Como problematiza Michel Foucault (1987), trata-se de um contexto em que mecanismos de disciplina e controle se fazem presentes de maneira difusa, operando não apenas por meio de normas institucionais, mas também nas tramas do cotidiano. Em diálogo com os Estudos Culturais, especialmente a partir de Stuart Hall (2001), torna-se possível compreender que essas relações também produzem regimes de representação que definem quem

pode ser visto, ouvido e reconhecido. Nessa direção, as contribuições de Marisa Vorraber Costa (2002) tensionam o próprio fazer da pesquisa, ao nos convocar a reconhecer que toda investigação resulta de escolhas que delimitam o que pode ser visto, dito e reconhecido, assim como aquilo que permanece à margem da visibilidade.

O presente estudo insere-se em uma abordagem crítica e interdisciplinar que compreende a fronteira e a cultura como categorias analíticas e espaços de produção de sentidos e experiências sociais. Mais do que delimitações geográficas ou conjuntos de práticas simbólicas, tais categorias constituem dispositivos políticos e epistemológicos que possibilitam problematizar relações de poder, processos de invisibilização e as formas pelas quais determinados sujeitos são produzidos às margens dos regimes de reconhecimento e representação.

A pesquisa não se apresenta como exercício neutro, mas como espaço de encontro. Pensar a produção de conhecimento nesse contexto exige reconhecer a centralidade da alteridade e da responsabilidade ética diante do outro, tal como propõe Emmanuel Levinas (2015), para quem a relação com o outro antecede qualquer possibilidade de compreensão. Trata-se, portanto, de deslocar práticas investigativas que historicamente falaram sobre sujeitos em situação de vulnerabilidade, para construir possibilidades de escuta com essas mulheres. Em diálogo com Paulo Freire (1996), a escuta é aqui compreendida como prática dialógica e política, que se faz na abertura ao outro e na disposição de ser afetada por suas narrativas.

Diante disso, este estudo propõe uma análise comparativa de pesquisas realizadas na Penitenciária Feminina de Foz do Iguaçu, tomando como campo de análise produções acadêmicas que se aproximam das experiências de mulheres privadas de liberdade. Mais do que identificar resultados, interessa compreender como essas pesquisas se constituem, que relações produzem e quais deslocamentos possibilitam no modo de escutar, narrar e representar essas experiências.

As pesquisas analisadas foram desenvolvidas pelas autoras deste capítulo em diferentes momentos e a partir de perspectivas teórico-metodológicas distintas. O exercício comparativo aqui proposto assume essa condição de implicação como parte constitutiva da análise, compreendendo-a não como obstáculo à produção do conhecimento, mas como possibilidade de reflexão sobre percursos investigativos realizados em um mesmo contexto institucional.

O diálogo entre diferentes estudos desenvolvidos no mesmo espaço institucional pode revelar aproximações, tensões e implicações que configuram a produção científica, compreendendo a pesquisa como prática ética, relacional e comprometida com o enfrentamento do apagamento e da invisibilidade de mulheres encarceradas.

Cárcere: Lugar, Relações e Vínculos

Ao nos aproximarmos das relações que se tecem no interior do cárcere, torna-se necessário deslocar o olhar para além daquilo que se impõe como norma, atentando também para o que se produz nas brechas do cotidiano. Como evidencia Layra Fabian Borba Rodrigues (2022, p. 48), trata-se de "relações que ora provocam violência, dores e rupturas, ora amizade, companheirismo e esperança", revelando tramas que não se deixam reduzir às formas mais visíveis de controle. É nesse entremeio, tenso e ambivalente, que o cotidiano se constitui como espaço de negociação e produção de vínculos, no qual as mulheres elaboram estratégias de convivência e permanência, produzindo sentidos que escapam às leituras homogêneas sobre o cárcere.

Tal trama tensiona leituras homogêneas sobre o cárcere, deslocando compreensões que o reduzem a um espaço exclusivamente de controle e permitindo reconhecê-lo também como lugar de produção de sentidos. Como em *A hora da estrela*, de Clarice Lispector, emergem existências que parecem não ocupar lugar nos regimes de visibilidade, mas que, ainda assim, persistem,

não apesar de sua invisibilização, mas justamente a partir dela, afirmando modos de existir que resistem à indiferença social que insiste em não as reconhecer.

Contudo, se a prisão opera por meio de mecanismos que buscam ordenar corpos e regular comportamentos, ela não elimina a condição humana daqueles que a habitam. As mulheres encarceradas seguem produzindo relações, elaborando memórias, compartilhando experiências e construindo sentidos para suas vidas. É justamente essa dimensão que emerge na pesquisa de Rodrigues (2022), ao evidenciar que as relações estabelecidas no cárcere são atravessadas por ambiguidades que escapam às representações simplificadas, frequentemente, associadas ao universo prisional. Ao lado das dores provocadas pelo encarceramento, aparecem gestos de solidariedade, companheirismo, amizade e cuidado. Ao lado das rupturas, persistem vínculos que permitem enfrentar a dureza do cotidiano.

A autora propõe compreender essas experiências a partir das categorias dos "nós" e dos "laços", metáfora que revela a coexistência de forças aparentemente contraditórias. Os nós remetem aos sofrimentos produzidos pela privação de liberdade, às marcas do estigma, às ausências, às saudades e às múltiplas formas de violência que atravessam o cotidiano prisional. Os laços, por sua vez, remetem às conexões construídas entre aquelas que compartilham o mesmo espaço, às formas de apoio mútuo, às relações de amizade e às estratégias coletivas de enfrentamento das dificuldades. Mais do que categorias opostas, nós e laços coexistem, constituindo a complexidade das experiências humanas produzidas no interior do cárcere.

Essa compreensão desafia leituras que tomam a prisão apenas como espaço de disciplinamento. Embora as análises de Foucault (1987) sejam fundamentais para compreender os mecanismos de vigilância e controle presentes nas instituições prisionais, a experiência cotidiana revela que os sujeitos não se limitam a reproduzir as lógicas institucionais que os marcam. Há sempre algo que resiste, que se reinventa e que produz fissuras nos dispositivos

de poder. As relações construídas entre as mulheres privadas de liberdade constituem parte dessas fissuras, permitindo a emergência de formas de existência que não podem ser completamente capturadas pelos mecanismos disciplinares.

Os vínculos produzidos no cárcere assumem importância particular. Não se trata apenas de relações circunstanciais estabelecidas para suportar as condições da prisão. Muitas vezes, são relações que possibilitam acolhimento, pertencimento e elaboração coletiva das experiências vividas. Em um espaço marcado pela ruptura de laços familiares, pela distância dos filhos, pela fragilização das redes de apoio e pelo estigma social, as relações construídas entre as próprias mulheres tornam-se formas de reconstrução da vida cotidiana. Compartilhar uma refeição, ouvir uma história, oferecer apoio diante de uma notícia difícil ou simplesmente reconhecer a dor da outra são gestos que reafirmam a humanidade em contextos onde ela frequentemente é negada.

É precisamente nesse ponto que a alteridade se torna uma categoria fundamental para compreender as relações no cárcere. Emmanuel Levinas (2015) nos lembra que o outro jamais pode ser reduzido às categorias pelas quais tentamos compreendê-lo. Há sempre uma dimensão da alteridade que escapa às classificações e que nos interpela eticamente. No contexto prisional, essa reflexão adquire especial relevância, uma vez que as mulheres encarceradas são frequentemente reduzidas à condição de "presas", como se essa categoria fosse suficiente para explicar suas existências. Entretanto, as narrativas produzidas nas pesquisas realizadas na Penitenciária Feminina de Foz do Iguaçu revelam justamente o contrário: por trás dos muros existem histórias marcadas por perdas, afetos, maternidades, sonhos interrompidos, estratégias de sobrevivência e projetos de futuro.

Reconhecer essas mulheres como sujeitos de narrativas, e não apenas como objetos de investigação, desloca os próprios fundamentos éticos e epistemológicos da pesquisa. Mais do que observar, trata-se de encontrar-se com o outro. Como propõe Paulo Freire (1996), a escuta constitui uma condição fundamental para o

diálogo e para a construção compartilhada do conhecimento. Escutar, nesse contexto, não significa apenas recolher informações, mas reconhecer a legitimidade da experiência narrada e abrir-se à possibilidade de ser afetado por ela.

Diante disso, as pesquisas realizadas nesse contexto assumem uma responsabilidade que ultrapassa a simples produção de dados. Tornam-se oportunidades de visibilização de trajetórias que historicamente permaneceram à margem dos discursos legitimados. Não porque a pesquisa tenha o poder de "dar voz" a essas mulheres, mas porque pode criar condições para que suas narrativas circulem em sua complexidade. Trata-se de um movimento que exige cautela, sensibilidade e responsabilidade ética, uma vez que narrar o outro implica sempre lidar com os limites da representação.

O estudo de Rodrigues (2022) permite compreender que, mesmo em contextos marcados pela vigilância permanente e pela privação de liberdade, persistem relações, afetos, conflitos, solidariedades e formas de resistência que desafiam leituras reducionistas sobre o cárcere. Ao deslocar o foco da instituição para as experiências vividas pelas mulheres e demais pessoas privadas de liberdade, a autora nos convida a reconhecer a complexidade das relações humanas produzidas nesse espaço, bem como a potência das narrativas na construção de sentidos sobre si e sobre o mundo.

Nesse movimento, a pesquisa não apenas produz conhecimento sobre o cárcere, mas também problematiza os próprios modos de conhecer. Ao tornar visíveis histórias de vida frequentemente silenciadas, ela nos lembra que toda investigação é igualmente um encontro com a alteridade e uma oportunidade de questionar os regimes de visibilidade que definem quais vidas merecem ser narradas, escutadas e reconhecidas. Essas reflexões nos conduzem à pesquisa seguinte, cujas análises ampliam, tensionam e deslocam os debates sobre ética, escuta, invisibilidade e produção de conhecimento no cárcere feminino.

A Ética do Encontro na Pesquisa com Mulheres Encarceradas

A pesquisa com mulheres privadas de liberdade convoca a um deslocamento ético que não se esgota em procedimentos metodológicos, mas se inscreve na forma como nos colocamos diante do outro. Em diálogo com Emmanuel Levinas (2015), compreender a alteridade implica reconhecer que a outra não pode ser reduzida a objeto de conhecimento, mas se apresenta como presença que interpela e exige responsabilidade. No trabalho de Regiane Cristina Tonatto (2021), o acolhimento emerge como possibilidade de construção de um espaço de escuta que se faz na abertura, na disponibilidade e na implicação. Nesse sentido, a pesquisa deixa de ser um lugar de captura de narrativas para se constituir como experiência de encontro, em que escutar é também se deixar afetar, tensionando certezas e deslocando posições previamente estabelecidas.

Essa compreensão mobiliza a pesquisa desenvolvida por Tonatto (2021), cuja preocupação central não se volta apenas para aquilo que as mulheres encarceradas narram, mas para os efeitos produzidos pelo encontro com elas. Ao investigar os sentidos atribuídos ao acolhimento por mediadoras que participaram dos Círculos em Movimento na Penitenciária Feminina de Foz do Iguaçu, a autora evidencia que o reconhecimento da outra, na privação de liberdade, está relacionado à capacidade de acolher sua presença sem assimilá-la, exigindo vulnerabilidade diante do rosto, compromisso com o diálogo e abertura para a transformação de si. Nessa perspectiva, o acolhimento não se reduz a um gesto de recepção ou empatia, mas constitui uma prática ética fundada na responsabilidade perante a outra e na construção de relações orientadas pela justiça, pelo pertencimento e pelo reconhecimento da diferença (Tonatto, 2021).

Como sintetiza Tonatto (2021, p. 11), os elementos que possibilitam esse acolhimento são: "o desejo metafísico pela Outra; a vulnerabilidade diante do Rosto; a linguagem do encontro face-

a-face; a visão do acolhimento como compromisso, ensinamento e justiça; a importância do diálogo emancipador, libertador e justo".

Ao deslocar o foco da mulher encarcerada para a pessoa que se dispõe a acolhê-la, a pesquisa evidencia que a alteridade não acontece de forma espontânea. Ela exige um movimento de saída de si, um abandono das certezas previamente construídas e uma abertura para aquilo que não pode ser completamente conhecido ou compreendido. Em Levinas (2015), o rosto da outra não é apenas uma face visível, mas a manifestação de uma humanidade que escapa às categorias por meio das quais tentamos explicar o mundo. O rosto interrompe a lógica da totalidade e convoca o eu à responsabilidade. Dessa forma, o encontro com a mulher privada de liberdade não produz apenas conhecimento sobre ela, mas produz deslocamentos naquele que se permite escutá-la.

Essa reflexão é especialmente importante quando pensamos o cárcere feminino. Historicamente, as mulheres encarceradas foram narradas por discursos jurídicos, médicos, religiosos e midiáticos que frequentemente falam sobre elas sem lhes permitir falar. Suas vivências foram transformadas em diagnósticos, estatísticas ou exemplos de transgressão moral. A prisão, nesse sentido, não opera apenas pela restrição da liberdade física, mas também pela produção de narrativas que silenciam as vozes daqueles que nela vivem. Pesquisar nesse contexto implica reconhecer que o conhecimento não é neutro e que toda produção discursiva produz efeitos sobre os sujeitos que representa.

Os Círculos em Movimento, em sua pesquisa, constituíram espaços em que o diálogo permitiu a construção de pertencimento, conscientização, justiça e não violência, produzindo condições para que mulheres historicamente esquecidas pelo sistema pudessem compartilhar suas histórias de vida e refletir sobre suas trajetórias. Mais do que uma metodologia de intervenção, os círculos tornaram-se espaços de encontro humano, nos quais a palavra circulava não como instrumento de controle, mas como possibilidade de reconhecimento mútuo.

Essa compreensão se aproxima das reflexões de Paulo Freire (1996), para quem o diálogo não constitui apenas uma técnica de comunicação, mas uma exigência ontológica da condição humana. Dialogar implica reconhecer o outro como sujeito capaz de produzir conhecimento sobre si e sobre o mundo. A escuta, nesse contexto, não significa concordar ou validar todas as histórias narradas, mas reconhecer a legitimidade da palavra do outro e sua capacidade de construir sentidos sobre a própria existência. Quando mulheres privadas de liberdade narram suas trajetórias, não estão apenas relatando acontecimentos passados; estão reinterpretando vivências, elaborando sofrimentos, reconstruindo memórias e reivindicando a valorização das experiências.

Em *A hora da estrela*, a personagem Macabéa habita um lugar de invisibilidade que parece negar sua própria existência social. De modo semelhante, muitas mulheres que habitam o contexto prisional têm suas trajetórias reduzidas aos discursos que as associam ao crime e à punição. Seus afetos e memórias permanecem frequentemente silenciados. Nesse contexto, a pesquisa pode constituir-se como espaço de escuta e reconhecimento, tensionando processos de apagamento e produzindo visibilidade para histórias que insistem em existir apesar da marginalização.

Ao aproximar-se dessas mulheres por meio da escuta, a pesquisa produz uma ruptura, ainda que parcial, com os processos de invisibilização. Não porque a investigação tenha o poder de reparar as violências históricas ou institucionais que marcam suas trajetórias, mas porque cria condições para que suas narrativas ocupem espaços dos quais foram sistematicamente excluídas. Nesse sentido, o pesquisar no cárcere assume uma dimensão política. Produzir conhecimento sobre mulheres encarceradas implica disputar regimes de representação e questionar quais vidas são consideradas dignas de serem escutadas, narradas e reconhecidas.

Contudo, esse movimento exige cautela. Como alertam os Estudos Culturais, toda representação envolve relações de poder.

Stuart Hall (2001) nos lembra que representar não significa simplesmente reproduzir a realidade, mas participar ativamente da produção de sentidos sobre ela. Ao narrar trajetórias de vida de mulheres privadas de liberdade, pesquisadoras e pesquisadores também produzem versões dessas experiências. Por isso, a reflexão ética não pode ser dissociada da reflexão epistemológica. É necessário interrogar continuamente quem fala, a partir de onde fala e quais efeitos produz ao falar.

Na pesquisa de Tonatto (2021), essa preocupação aparece de forma recorrente ao problematizar os limites do acolhimento e da própria relação entre pesquisadora e participantes. O acolhimento não é apresentado como uma prática de salvação ou redenção da outra, mas como um compromisso ético com sua humanidade. Não se trata de ocupar o lugar da mulher encarcerada, interpretar sua trajetória em seu lugar ou atribuir significados definitivos às suas narrativas. Trata-se, antes, de construir condições para que o encontro aconteça de forma respeitosa, reconhecendo a singularidade da outra e a impossibilidade de reduzi-la às categorias produzidas pelo eu.

Essa perspectiva desloca significativamente o modo como compreendemos a pesquisa em contextos de privação de liberdade. Em vez de um processo centrado na coleta de informações, a investigação passa a ser compreendida como uma experiência relacional. O conhecimento deixa de ser algo extraído das participantes e passa a ser produzido no interior de encontros marcados pela escuta, pelo diálogo e pela responsabilidade ética. A pesquisa torna-se, assim, um espaço de aprendizagem recíproca, no qual todas as pessoas envolvidas são potencialmente transformadas.

Ao refletir sobre as experiências vivenciadas nos Círculos em Movimento, Tonatto (2021) conclui que o acolhimento da outra está relacionado à vulnerabilidade diante do rosto, à importância do diálogo emancipador, à reflexão crítica sobre a ação e à abertura à transcendência. Tais elementos revelam que a alteridade não se reduz a um conceito filosófico abstrato, mas se manifesta nas

relações concretas estabelecidas entre pessoas que se encontram e se reconhecem mutuamente em sua humanidade.

Desse modo, a pesquisa realizada na Penitenciária Feminina de Foz do Iguaçu amplia os debates sobre ética, escuta e invisibilidade ao evidenciar que o encontro com mulheres que habitam o contexto prisional exige mais do que instrumentos metodológicos adequados. Exige disposição para ser afetado, para rever convicções e para reconhecer que o outro sempre excede aquilo que dele podemos conhecer. É justamente nessa abertura ao inesperado, ao inacabado e ao humano que a pesquisa encontra sua dimensão ética mais profunda. O próximo estudo amplia esse debate ao tensionar os modos de narrar, representar e produzir conhecimento sobre mulheres historicamente situadas às margens dos regimes de visibilidade.

Narrativas (Auto)Biográficas e Justiça Social: Resistências e Produção de Si no Cárcere

As narrativas (auto)biográficas, tal como mobilizadas por Carla Giselle Duenha de Souza (2026), evidenciam a potência da palavra como forma de resistência em contextos marcados pelo apagamento. Em diálogo com Paulo Freire (1996), narrar-se pode ser compreendido como um ato de produção de si e de inscrição no mundo, ainda que em condições adversas. Ao compartilharem suas histórias, as participantes não apenas relatam vivências mas elaboram sentidos sobre suas trajetórias, tensionando discursos que as reduzem à condição de sujeitas silenciadas. Nesse sentido, as narrativas se constituem como espaços de reexistência, em que dizer de si é também reivindicar reconhecimento e afirmar a própria humanidade frente a contextos que insistem em negá-la.

As narrativas analisadas por Souza (2026) inserem-se nesse movimento ao tomar as histórias de vida de mulheres privadas de liberdade como possibilidade de compreender não apenas os impactos do encarceramento, mas também os processos pelos quais essas mulheres atribuem sentido às próprias experiências.

Fundamentada no método (auto)biográfico, a investigação parte da compreensão de que narrar não corresponde à simples recordação de acontecimentos passados. Ao contrário, a narrativa constitui um processo de reflexão sobre a própria trajetória, por meio do qual o sujeito reorganiza memórias, interpreta acontecimentos e projeta possibilidades futuras.

Ao analisar as histórias de vida das participantes, a autora evidencia que o encarceramento feminino é permeado por experiências de abandono, invisibilidade e silenciamento, produzindo contextos nos quais as mulheres frequentemente têm suas trajetórias reduzidas à condição prisional. Nesse cenário, a narrativa emerge como possibilidade de romper com formas de apagamento social, permitindo que trajetórias historicamente marginalizadas sejam ressignificadas e compartilhadas (Souza, 2026). Essas histórias revelam percursos marcados por vulnerabilidades sociais, violências de gênero, precarização das condições de vida e sucessivas experiências de exclusão. O cárcere, nesse sentido, não aparece como um acontecimento isolado, mas como parte de trajetórias constituídas por desigualdades estruturais que antecedem a privação de liberdade. Conforme afirma Souza (2026, p. 9), "a realidade do encarceramento feminino é atravessada por uma tríade de abandono, invisibilidade e silenciamento".

Essa perspectiva desloca interpretações moralizantes frequentemente associadas ao encarceramento feminino. Em vez de buscar explicações centradas exclusivamente em escolhas individuais, a pesquisa evidencia a presença de processos sociais mais amplos que essas mulheres vivenciaram. Para Bertaux (2010), as narrativas tornam visíveis aspectos da experiência humana que dificilmente seriam captados por estatísticas ou documentos institucionais, permitindo compreender como os sujeitos elaboram sentidos sobre as condições concretas de suas existências.

Entretanto, a potência das narrativas não reside apenas na possibilidade de revelar desigualdades. Em diálogo com Josso (2004, 2010), Souza (2026) compreende a narrativa como

experiência formadora. Ao narrar, as participantes não apenas descrevem acontecimentos, mas realizam um exercício de reflexividade que lhes permite compreender criticamente suas trajetórias. A narrativa transforma vivências dispersas em experiência elaborada, produzindo movimentos de autoformação e reconstrução de si. Nesse processo, recordar deixa de significar apenas revisitar o passado para tornar-se oportunidade de reinterpretar a própria história e produzir novos significados para experiências anteriormente naturalizadas.

Tal compreensão aproxima-se da perspectiva freireana, segundo a qual a tomada de consciência ocorre quando os sujeitos passam a perceber criticamente as condições históricas que moldam suas existências. Em diálogo com Freire, Souza (2026) argumenta que o ato de narrar favorece movimentos de reflexão crítica sobre a própria trajetória. Ao revisitarem suas histórias, as participantes não apenas organizam memórias, mas desenvolvem leituras mais amplas acerca das condições sociais que atravessaram suas vidas, produzindo deslocamentos da consciência ingênua para formas mais críticas de compreensão da realidade. A partir dessa compreensão, a autora conclui que "o ato de narrar promove a transição da consciência ingênua para a crítica, permitindo o vislumbre do inédito viável por meio de projetos de vida que desafiam o determinismo carcerário rumo à emancipação humana" (Souza, 2026, p. 9).

A centralidade da palavra nesse processo remete novamente à obra de Clarice Lispector. Em *A hora da estrela*, Macabéa é apresentada como alguém que possui enorme dificuldade de nomear a si mesma e de compreender a própria condição. Sua existência parece acontecer sem que ela disponha das palavras necessárias para interpretar o mundo que a cerca. As mulheres participantes da pesquisa de Souza (2026), por sua vez, encontram na narrativa uma possibilidade de romper, ainda que parcialmente, com esse silenciamento. Ao contar suas histórias, transformam experiências muitas vezes marcadas pela dor, pela exclusão e pela

invisibilidade em narrativas que produzem compreensão, memória e reconhecimento.

Não se trata de afirmar que a narrativa elimina os efeitos das desigualdades sociais ou das violências produzidas pelo encarceramento. Contudo, ao possibilitar a elaboração crítica da experiência, ela cria condições para que as participantes se reconheçam para além das identidades produzidas pelo sistema prisional. Conforme argumenta Souza (2026), a narrativa não se limita à reconstrução do passado. Ao produzir sentidos sobre as experiências vividas, as mulheres elaboram projetos de vida e vislumbram possibilidades de transformação que desafiam os limites impostos pelo encarceramento. Nesse processo, a palavra torna-se instrumento de emancipação, permitindo a construção do que Freire denomina de "inédito viável", isto é, horizontes de existência capazes de romper com o determinismo social e carcerário.

Nesse movimento, as narrativas (auto)biográficas assumem uma dimensão profundamente relacionada à justiça social. Ao tornarem visíveis experiências historicamente marginalizadas, questionam discursos que naturalizam desigualdades e silenciam determinados grupos sociais. Mais do que fontes de informação, constituem práticas de resistência ao apagamento, permitindo que mulheres que habitam o contexto prisional afirmem suas existências para além dos rótulos que lhes foram impostos. Narrar-se torna-se, assim, um gesto político de reivindicação de humanidade.

Sob a perspectiva de Hall (2001), essas narrativas também participam da disputa pelos significados atribuídos às mulheres privadas de liberdade, tensionando representações historicamente associadas ao crime, ao estigma e à punição. Ao produzirem outras formas de narrar o encarceramento, ampliam as possibilidades de reconhecimento dessas mulheres e desafiam leituras que reduzem suas trajetórias à condição prisional.

A Pesquisa como Travessia: Escuta, Reconhecimento e Resistência

Quando colocadas em diálogo, as três pesquisas permitem perceber que a experiência do cárcere feminino não pode ser compreendida exclusivamente a partir das lógicas institucionais que organizam a prisão. Embora a vigilância, a disciplina e o controle constituam dimensões centrais da vida prisional, elas não esgotam os sentidos produzidos nesse contexto. As experiências analisadas evidenciam que o cárcere também é atravessado por relações, memórias, afetos e narrativas que desafiam leituras homogêneas sobre o encarceramento.

O que emerge das investigações não é apenas uma compreensão mais ampla da realidade prisional, mas uma reflexão sobre os próprios modos de elaborar conhecimento nesse contexto. Ao deslocarem o olhar da instituição para as experiências vividas, as pesquisas problematizam formas tradicionais de representação e colocam em evidência sujeitos que historicamente permaneceram à margem dos discursos legitimados.

À luz de Stuart Hall (2001), torna-se possível compreender que a disputa por reconhecimento também é uma disputa por representação. Narrar, escutar e construir sentidos sobre mulheres em situação de privação de liberdade não constitui um gesto neutro. As formas pelas quais essas experiências são representadas participam da construção dos sentidos atribuídos ao cárcere e às pessoas que nele vivem. Não está em jogo apenas a descrição de uma realidade social, mas a possibilidade de questionar narrativas que historicamente produziram invisibilidades e silenciamentos.

Marisa Vorraber Costa (2002) contribui para ampliar essa reflexão ao compreender a pesquisa como prática constituída por escolhas éticas, políticas e epistemológicas. Produzir conhecimento implica definir perspectivas, estabelecer recortes e construir formas de interpretação que influenciam aquilo que se torna visível e aquilo que permanece à margem. Nesse sentido, a investigação não

apenas descreve o mundo, mas participa ativamente da produção de significados sobre ele.

Ao colocar em diálogo os trabalhos de Layra Fabian Borba Rodrigues (2022), Regiane Cristina Tonatto (2021) e Carla Giselle Duenha de Souza (2026), desenvolvidos pelas próprias autoras deste capítulo, em diferentes momentos e a partir de perspectivas distintas, tornou-se possível identificar aproximações que ultrapassam os objetivos específicos de cada pesquisa e apontam para questões mais amplas relacionadas à alteridade, à escuta e à produção de conhecimento em contextos marcados pela vigilância e pela invisibilidade.

Lidas em conjunto, as pesquisas analisadas sugerem que a principal questão não é apenas produzir conhecimento sobre o cárcere, mas interrogar as condições sob as quais esse conhecimento se torna possível. Mais do que responder perguntas sobre o encarceramento feminino, elas convidam a questionar os modos pelos quais determinadas vidas se tornam visíveis, narráveis e reconhecíveis. O que se vê, o que se escuta e o que se torna narrável depende das relações construídas no encontro entre pesquisadora e participantes, bem como das escolhas que orientam o processo investigativo.

Entre o que se diz e o que ainda não pode ser dito, entre a visibilidade e o apagamento, entre a escuta e o silêncio, a pesquisa se constitui como travessia. Não como percurso linear ou neutro, mas como experiência que exige abertura ao encontro, disponibilidade para o diálogo e disposição para ser afetado pelo outro. Pesquisar mulheres privadas de liberdade implica reconhecer que suas histórias excedem as categorias que procuram defini-las e desafiam interpretações que reduzem suas existências à condição prisional.

A pesquisa emerge, assim, como espaço de produção de conhecimento e de responsabilidade ética. Não porque possa falar pelo outro ou eliminar as desigualdades que estruturam a experiência do encarceramento, mas porque pode criar condições para que histórias frequentemente silenciadas sejam escutadas em

sua complexidade. É nesse movimento que a escuta deixa de constituir apenas um procedimento metodológico e passa a configurar uma prática ética e política de reconhecimento.

Considerações finais

Este estudo teve como objetivo compreender como se constituem as relações no cárcere feminino e problematizar as dimensões éticas da pesquisa realizada com mulheres privadas de liberdade, tomando como campo de análise três investigações desenvolvidas na Penitenciária Feminina de Foz do Iguaçu. Ao colocar em diálogo os trabalhos de Layra Fabian Borba Rodrigues (2022), Regiane Cristina Tonatto (2021) e Carla Giselle Duenha de Souza (2026), tornou-se possível identificar aproximações que ultrapassam os objetivos específicos de cada pesquisa e apontam para questões mais amplas relacionadas à alteridade, à escuta e à produção de conhecimento em contextos marcados pela vigilância e pela invisibilidade.

As análises realizadas evidenciaram que o cárcere não pode ser compreendido exclusivamente como espaço de punição e controle. Embora os mecanismos de vigilância e disciplinamento constituam elementos centrais da experiência prisional, as pesquisas revelam a existência de relações, afetos, narrativas e práticas de resistência que produzem sentidos e possibilitam formas de reexistência. As mulheres privadas de liberdade não aparecem apenas como destinatárias de políticas ou sujeitas submetidas a estruturas de poder, mas como protagonistas de experiências que desafiam os modos hegemônicos de compreender o encarceramento.

Ao mesmo tempo, os estudos analisados demonstram que pesquisar no cárcere exige reconhecer os limites e as responsabilidades implicadas na produção do conhecimento. Em diálogo com Levinas (2015), compreendemos que a relação com o outro não se reduz à observação ou à interpretação. Ela implica responsabilidade, abertura e disposição para reconhecer a

singularidade de vidas que não podem ser totalmente apreendidas pelas categorias analíticas da pesquisa. Nesse sentido, a escuta emerge como prática ética e política, capaz de tensionar processos de apagamento e construir formas de reconhecimento.

Este estudo permite compreender que a pesquisa realizada com mulheres privadas de liberdade possui potencial para contribuir não apenas com a compreensão da realidade prisional, mas também com a construção de perspectivas mais comprometidas com a justiça social e a dignidade humana.

Por fim, compreendemos que pesquisar sob vigilância significa habitar um espaço de permanente tensão entre conhecer e representar, entre escutar e interpretar, entre visibilizar e evitar novas formas de silenciamento. Trata-se de um exercício que exige rigor teórico e metodológico, mas, sobretudo, compromisso ético com aqueles e aquelas que confiam suas histórias à pesquisa. Nesse horizonte, a produção do conhecimento deixa de ser apenas um processo acadêmico para constituir-se como possibilidade de encontro, reconhecimento e afirmação da humanidade em contextos onde ela é frequentemente negada.

Talvez, seja justamente nesse ponto que a figura de Macabéa retorne. Ao longo de *A hora da estrela*, Clarice Lispector nos apresenta uma personagem cuja existência parece escapar aos olhares do mundo. Macabéa vive entre silêncios, ausências e invisibilidades, como tantas outras vidas que não costumam ocupar os espaços centrais das narrativas sociais. Entretanto, ao ser narrada, sua existência deixa de ser apenas ausência e passa a interpelar aqueles que a encontram. De forma semelhante, às mulheres privadas de liberdade que estruturam as pesquisas aqui analisadas nos convocam a olhar para aquilo que frequentemente permanece oculto: suas histórias, afetos, sofrimentos, sonhos e formas de resistência. Mais do que elaborar compreensões sobre o cárcere, as pesquisas realizadas na Penitenciária Feminina de Foz do Iguaçu revelam a potência ética da escuta diante de vidas historicamente marcadas pelo apagamento. Se Macabéa nos lembra que existem existências que parecem não encontrar lugar nos

regimes de visibilidade do mundo, as narrativas produzidas por essas mulheres reafirmam que toda vida carrega uma história que merece ser escutada.

Talvez pesquisar sob vigilância seja, em última instância, recusar o silêncio que insiste em cercar determinadas existências e sustentar, por meio da escuta, a possibilidade de que elas continuem sendo contadas. Não para falar por elas, mas para que sua presença siga interrogando nossas certezas e ampliando nossa compreensão sobre o humano.

Porque, no cárcere, assim como na literatura de Clarice Lispector, o que está em jogo não é apenas a história de uma pessoa, mas a possibilidade de reconhecer humanidade onde o olhar social muitas vezes insiste em não ver. E talvez seja essa uma das tarefas mais éticas da pesquisa: aproximar-se das vidas que habitam as margens, não para ocupar seus lugares ou traduzir definitivamente suas experiências, mas para criar condições de escuta que interrompam, ainda que por instantes, os processos de apagamento que historicamente as marcam. Entre vozes, silêncios e escutas, permanece a travessia. E nela, a possibilidade de que histórias por muito tempo invisibilizadas continuem encontrando caminhos para existir, ser narradas e, sobretudo, serem reconhecidas.

Referências

BERTAUX, D. **Narrativas de vida:** a pesquisa e seus métodos. 2. ed. Natal: EDUFRN; São Paulo: Paulus, 2010.

COSTA, M. V. (org.). **Caminhos investigativos II:** outros modos de pensar e fazer pesquisa em educação. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir:** nascimento da prisão. Trad. Raquel Ramalhete. Petrópolis: Vozes, 1987.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia:** saberes necessários à prática educativa. 25. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996. (Coleção Leitura).

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade.** Trad. Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. 6. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

JOSSO, M-C. **Experiências de vida e formação.** São Paulo: Cortez, 2004.

JOSSO, M-C. **Caminhar para si.** Porto Alegre: EDIPUCRS, 2010.

LEVINAS, E. **Totalidade e infinito.** Trad. José Pinto Ribeiro. Revisão de Artur Morão. 3. ed. Lisboa: Edições 70, 2015.

LISPECTOR, C. **A hora da estrela.** Rio de Janeiro: Rocco, 1977.

RODRIGUES, L. F. B. **Nós e laços**: relações e sentimentos entre pessoas privadas de liberdade nas penitenciárias de Foz do Iguaçu. 2022. 73 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciência Política e Sociologia – Sociedade, Estado e Política na América Latina) - Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Foz do Iguaçu, 2022.

TONATTO, R. C. **O vento no seu rosto traz histórias para contar**: acolhimento na privação de liberdade a partir dos círculos em movimento. 2021. 259 f. Tese (Doutorado em Sociedade, Cultura e Fronteiras) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Foz do Iguaçu, 2021.

SOUZA, C. G. D. de. **Narrativas (auto)biográficas de mulheres privadas de liberdade**: conscientização, justiça social e inédito viável. 2026. 208 f. Tese (Doutorado em Sociedade, Cultura e Fronteiras) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Foz do Iguaçu, 2026.

O FILME "OS VINGADORES" E AS FRONTEIRAS INTERNACIONAIS: JURISDIÇÃO DA ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS CONTRA AMEAÇAS GLOBAIS

Arthur Varlei Toller
E-mail: arthur.toller@unioeste.br

Tiago Luiz Biazussi
E-mail: tiago.biazussi@unioeste.br

Daniele Prates Pereira
E-mail: daniele.pereira@unioeste.br
ORCID: 0000-0002-9860-4667

Resumo

Trata-se de um ensaio que explora a interação entre a ficção e as fronteiras demarcadas pelas disposições do Direito Internacional, centrando-se no filme *Capitão América:* Guerra Civil (2016). A análise dialoga com a trama, que por sua vez, discute temas como a soberania dos estados e o papel da Organização das Nações Unidas (ONU) diante de ameaças globais, incluindo organizações terroristas. Na trama, o Tratado de Sokovia visa regular as atividades dos Vingadores, colocando-os sob a supervisão da ONU, o que provoca um desentendimento interno entre os membros da equipe. A partir dessa narrativa, o texto analisa os dilemas concretos que a ONU enfrenta ao lidar com entidades não estatais e os obstáculos na aplicação de tratados internacionais. A análise ressalta as limitações práticas da jurisdição internacional, as tensões existentes entre a autonomia estatal e a segurança global, além das questões éticas relacionadas à ação de grupos como os Vingadores. O debate qualitativo utiliza a técnica de pesquisa bibliográfica e a abordagem teórica baseia-se

nas perspectivas jurídicas e sociológicas contemporâneas sobre a temática. Conclui-se que, assim como no mundo da ficção, encontrar um equilíbrio entre controle internacional e soberania continua sendo um desafio no contexto real. A pesquisa contribui para o campo do conhecimento sobre a sociedade, a cultura e as fronteiras, considerando que o universo multicultural é o princípio das relações políticas estabelecidas nos organismos internacionais. Contribui também com o debate relacionado aos limites da soberania dos estados, sendo este o foco desta pesquisa.

Palavras-chave: Direito Internacional; Soberania; ONU; Terrorismo; "Vingadores".

Introdução

De modo geral, a cultura *pop*, em suas diversas formas de expressão, constitui-se como uma alternativa significativa para compreender aspectos jurídicos, sociais e políticos de uma sociedade, seja ela retratada de forma realista ou meramente fictícia. Nesse contexto, muitos criadores idealizam narrativas e cenários fictícios, como os do universo dos super-heróis, para abordar questões complexas da realidade, entreter o público e estimular o senso crítico e reflexivo, especialmente entre os jovens.

A saga *Os Vingadores* (do título original *The Avengers*), um dos maiores sucessos do Universo Cinematográfico da Marvel, conquistou milhões de fãs ao redor do mundo por reunir ação, ficção e personagens cativantes em histórias que vão além do entretenimento. Tendo uma narrativa repleta de batalhas épicas e dilemas éticos, os filmes abordam questões sociais, políticas, econômicas e morais, muitas vezes refletindo os desafios do mundo real. O enredo acompanha heróis como Homem de Ferro, Capitão América e Viúva Negra, cujas trajetórias pessoais e coletivas revelam sacrifícios e as complexidades da luta por um bem maior em um universo marcado por desigualdades e conflitos globais.

Um dos filmes mais marcantes do Universo Cinematográfico da Marvel (UCM) e objeto de análise desse capítulo é *Capitão América: Guerra Civil*. O filme, produzido em 2016, retrata o grupo dos Vingadores após a ameaça de Ultron (robô Supervilão inimigo dos Vingadores) e os incidentes na capital da Sokovia, país fictício do UCM destruído por Ultron em uma batalha contra os Vingadores. A partir disso, frente ao alto número de civis vítimas das batalhas, a Organização das Nações Unidas (ONU), cria um tratado, aprovado por 117 países-membros para regulamentar a atividade do grupo, decidindo quando eles deveriam agir ou não, visando à garantia de segurança dos civis.

Frente a isso, uma divisão dos Vingadores ficou evidente. Dois grupos de opiniões distintas à imposição dos Estados. Um, liderado pelo Homem de Ferro que, sentindo-se culpado pelos acontecimentos em Sokovia, apoia o acordo. Já o outro grupo, liderado pelo Capitão América, discorda que esse seja o melhor para a equipe. Forma-se então um conflito entre o grupo, uma "Guerra Civil" de interesses que resulta na dissolução temporária dos Vingadores. Assim, o objetivo deste texto, no formato ensaio, é analisar a relação entre a ficção e o Direito Internacional, explorando como o filme *Capitão América: Guerra Civil* (2016) e os Vingadores em si abordam questões de soberania estatal e a atuação da ONU, tanto na ficção, quanto na realidade. Sendo a Organização das Nações Unidas crucial, em sua missão de manter a paz e a segurança internacional, no combate às ameaças globais, incluindo grupos terroristas.

Embora o filme apresente um cenário fictício, ele reflete dilemas reais enfrentados pela ONU ao lidar com ameaças transnacionais, como organizações terroristas e grupos não estatais. A atuação da ONU, com base em resoluções e instruções militares autorizadas, é central para o debate sobre a legitimidade e eficácia de ações internacionais, tanto em contextos de crise global, como na história ficcional apresentada na saga *Os Vingadores.*

Os Vingadores e o Universo Cinematográfico da Marvel

"Os super-heróis mais poderosos da Terra". Essa frase é usada para descrever os Vingadores, um grupo de heróis criados pelo ícone da cultura *pop*, o escritor e editor Stan Lee (1922-2018), em conjunto com o renomado desenhista Jack Kirby (1917-1994). Publicado pela *Marvel Comics* em 1963, a edição de quadrinhos inaugural do grupo de heróis, intitulada *The Avengers #1*, reúne alguns dos super-heróis já consolidados nos quadrinhos em uma batalha contra Loki, o astuto deus da trapaça na mitologia nórdica e irmão de Thor (deus do trovão na mesma mitologia), integrante do grupo de heróis. Entretanto, não havia um grupo de heróis formalizado, cada um agia sozinho e, após a épica batalha, os heróis percebem que trabalhar juntos foi essencial para o sucesso. Assim, eles decidem formar uma equipe permanente para enfrentar ameaças que nenhum deles poderia enfrentar sozinho, surgindo, então, Os *Vingadores*:

> E aconteceu um dia, um dia diferente de qualquer outro, quando os heróis mais poderosos da Terra se encontraram unidos contra uma ameaça comum! Naquele dia, os Vingadores nasceram, para lutar contra os inimigos que nenhum super-herói poderia suportar! (The Avengers, 1963, p. 1).

Com o enorme sucesso dos quadrinhos e como uma visão de longo prazo da *Marvel Entertainment* surge, no final da década de 1990, a *Marvel Studios* (originalmente chamada de *Marvel Films*), subsidiária responsável pela licença de sua propriedade intelectual e adaptação dos quadrinhos ao cinema, culminando no lançamento de *Homem de Ferro* (2008), dirigido por Jon Favreau e estrelado por Robert Downey Jr., sendo esse filme até hoje reconhecido pelo estrondoso sucesso e que deu início ao Universo Cinematográfico da Marvel (UCM).

Após o retorno positivo de *Homem de Ferro* (2008), a *Marvel Studios* introduziu a ideia de um universo compartilhado, planejando filmes solo dos principais membros dos Vingadores dos

quadrinhos e culminado na efetiva formação da equipe e no lançamento de *Os Vingadores* em 2012. Assim o UCM se consolida como uma das franquias mais bem-sucedidas da história do cinema.

A partir da formação original do grupo em *Os Vingadores* de 2012 (composto por Homem de Ferro, Capitão América, Hulk, Thor, Viúva Negra e Gavião Arqueiro), muitas mudanças ocorreram. Nas sequências *Vingadores:* Era de Ultron (2015), *Vingadores:* Guerra Infinita (2018) e *Vingadores:* Ultimato (2019), percebe-se a adição de novos membros, assim como a saída de outros. Além das sequências diretas da saga *Os Vingadores*, também foram introduzidos ao UCM, filmes solo de outros heróis e outros grupos de heróis, abordando não só mais o planeta Terra, mas sim todo o universo, e até mesmo o Multiverso (conceito que descreve a possibilidade de existirem múltiplos universos, além do nosso).

Os filmes do UCM se destacam por suas narrativas complexas que unem ação e aventura com desafios éticos e dilemas globais. Ao longo de suas produções, o UCM cria um universo conectando heróis e vilões não só a batalhas físicas épicas, mas também a dilemas morais profundos. Muitas vezes, os personagens se veem divididos entre a busca por justiça e a consequência de suas ações em um cenário global, como dito pelo Homem de Ferro ao Capitão América no filme *Capitão América:* Guerra Civil (2016): "Eu vejo um limite. Não podemos continuar assim. Quantas vezes podemos errar antes que alguém nos pare?".

Todos esses dilemas enfrentados pelo grupo têm enfoque em um contexto de desafios globais e ameaças a ordem mundial. No entanto, é no filme *Capitão América:* Guerra Civil (2016), que essas questões de tornam ainda mais evidentes, especialmente com a introdução do Tratado de Sokovia, que busca a regulação das ações dos Vingadores, refletindo os conflitos sobre autonomia e autoridade inerentes ao grupo.

Capitão América: Guerra Civil e o Tratado de Sokovia

O filme *Capitão América:* Guerra Civil (2016), com direção de Anthony Russo e Joe Russo, foi sucesso de bilheteria desde o seu lançamento em 28 de abril de 2016. Reunindo novamente os super-heróis mais conhecidos do mundo depois dos eventos de *Vingadores:* Era de Ultron (2015), que culminaram na destruição total da capital da Sokovia (país fictício da Marvel que ficava na Europa Central, limitado pela Eslováquia e pela República Tcheca), deixando 177 civis mortos.

O filme inicia em uma batalha entre os Vingadores e Brock Rumlow (supervilão conhecido como Ossos Cruzados), cujo objetivo era roubar uma arma biológica em Lagos, na Nigéria. Derrotado pela equipe, o vilão, visando a própria morte e a de todos os civis por perto, aciona uma bomba acoplada no próprio corpo. Rapidamente Wanda, a Feiticeira Escarlate, usa seus poderes para levitar o vilão, o que acaba por ocasionar uma explosão em um prédio cheio de civis, incluindo um grupo diplomático da nação de Wakanda (país fictício da Marvel localizado na África subsaariana). O incidente tem repercussão mundial negativa para os Vingadores, desestabilizando a equipe.

Após os eventos em Lagos, numa apresentação no Instituto de Tecnologia de Massachusetts (MIT), o Homem de Ferro (Tony Stark) é abordado por uma agente do governo cujo filho morreu na batalha em Sokovia:

> Meu filho era Charlie Spencer. Ele era um estudante brilhante. Ele queria construir casas acessíveis para pessoas necessitadas. Ele morreu. Ele morreu em Sokovia. Você acha que sabe o que é certo e o que é errado. Mas você não sabe. Não sabe o que perdeu. Você acha que luta pelas pessoas, mas está lutando por si mesmo. Quem paga o preço são as famílias como a minha (*Capitão América*: Guerra Civil, 2016, 18 min 18 s).

No quartel general dos Vingadores, o Secretário de Estado Thunderbolt Ross informa ao grupo que a Organização das Nações Unidas (ONU) estava planejando e desenvolvendo um tratado que

regulamentaria as ações dos super-heróis. O "Tratado de Sokovia", aprovado por 117 países, estabelece que, seria criado um painel da ONU responsável por decidir quando os heróis deveriam agir ou não. O Secretário de Estado americano expressa sua opinião e a dos países que aprovaram o tratado em relação aos Vingadores:

> Como chamaria um grupo de aprimorados, residentes americanos que, rotineiramente, ignoram as fronteiras internacionais e forçam a sua vontade onde quer que vão e que, francamente, parecem despreocupados com o que deixam para trás (*Capitão América*: Guerra Civil, 2016, 21 min 40 s).

Após a notícia da imposição do tratado aos Vingadores, a equipe se divide: Stark, carregando a culpa pelos acontecimentos em Sokovia, apoia o acordo, juntamente com Viúva Negra, Visão e Máquina de Combate. Já Steve Rogers, o Capitão América, juntamente com o Gavião Arqueiro, Falcão e a Feiticeira Escarlate discordam totalmente do tratado e defendem a liberdade e autonomia do grupo. Em uma breve reunião com o grupo Stark afirma: "Nós precisamos ser controlados. Se não podemos aceitar limites, somos tão ruins quanto os vilões que combatemos" (*Capitão América*: Guerra Civil, 2016, 30 min 6 s). Já Rogers contesta a fala do amigo: "Esses órgãos (ONU) são comandados por pessoas com ideais, e ideais se alteram. [...] Se assinarmos esse acordo estaremos cedendo o nosso direito de escolher" (*Capitão América*: Guerra Civil, 2016, 30 min 30 s).

Agravando ainda mais a tensão entre o grupo, durante a conferência da ONU em Viena, onde o Tratado de Sokovia estava prestes a ser ratificado, uma imensa explosão no prédio causa a morte do Rei T'Chaka, de Wakanda. Em uma gravação de câmeras de segurança do local, mostram que o responsável pelo atentado foi o temido vilão Soldado Invernal (vilão criado e manipulado pela Hydra para destruir os Vingadores). Entretanto, Capitão América e sua equipe descobrem que as imagens foram manipuladas e vão em busca do Soldado Invernal com intuito de defendê-lo. Tornam-se assim, criminosos internacionais.

O Secretário de Estado Ross dá a Stark e seu grupo 36 horas para capturar os renegados, culminado em uma épica, porém indesejável batalha entre os dois grupos. Sem vencedores a batalha termina com a fuga de parte da equipe de Rogers e a prisão dos integrantes que se opuseram ao tratado, bem como na divisão do grupo repleta de magoas pessoais que transcendem as discussões envolvendo o Tratado de Sokovia.

Assim, o filme *Capitão América:* Guerra Civil (2016) ensina que responsabilidade e liberdade devem estar sempre aliadas, porém encontrar esse equilíbrio requer diálogo, empatia e compromisso. Além disso, destaca que os conflitos internos podem ser tão perigosos quanto às ameaças externas, reforçando a importância da união para o fortalecimento do grupo.

A Organização das Nações Unidas e o Terrorismo

A Organização das Nações Unidas (ONU) é uma organização internacional composta por 193 países que se reuniram voluntariamente para trabalhar pela paz e desenvolvimento mundial. Fundada em 1945, com o fim da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), a ONU atua em diversas áreas, como direitos humanos, saúde, meio ambiente e ajuda humanitária. Seu papel é fundamental na busca por um mundo mais estável e justo, e suas ações abrangem desde a mediação de conflitos até a promoção do desenvolvimento sustentável.

A estrutura da ONU é composta por órgãos como Assembleia Geral, a Corte Internacional de Justiça e o Conselho de Segurança, sendo este último o mais relevante para decisões vinculantes em situações de ameaça à paz. O Conselho de Segurança tem presidência dividida por 15 países-membros da ONU, sendo 5 permanentes (Estados Unidos, Rússia, Reino Unido, França e China), e o restante rotativo. Possuí a responsabilidade de aprovar resoluções que tratam de conflitos e ameaças globais, adotando medidas como avaliações econômicas e intervenções militares,

além de promover a cooperação entre Estados para prevenir e combater o financiamento e a atuação de grupos terroristas.

Com ênfase nos grupos terroristas, a Resolução n.º 1373 de 2001 dispõe que:

> O Conselho de Segurança: [...] agindo ao abrigo do Capítulo VII da Carta das Nações Unidas,
> 1. Decide que todos os Estados devem:
> a) Prevenir e reprimir o financiamento de atos terroristas;
> b) Criminalizar o fornecimento ou captação deliberados de fundos por seus nacionais ou em seus territórios, por quaisquer meios, diretos ou indiretos, com a intenção de serem usados ou com o conhecimento de que serão usados para praticar atos terroristas; [...].
> 2. Decide também que todos os Estados devem:
> a) Abster-se de prover qualquer forma de apoio, ativo ou passivo, a entidades ou pessoas envolvidas em atos terroristas, inclusive suprimindo o recrutamento de membros de grupos terroristas e eliminando o fornecimento de armas aos terroristas;
> b) Tomar as medidas necessárias para prevenir o cometimento de atos terroristas, inclusive advertindo tempestivamente outros Estados mediante intercâmbio de informações;
> c) Recusar-se a homiziar aqueles que financiam, planejam, apoiam ou perpetram atos terroristas, bem como aqueles que dão homizio a essas pessoas;
> d) Impedir a utilização de seus respectivos territórios por aqueles que financiam, planejam, facilitam ou perpetram atos terroristas contra outros Estados ou seus cidadãos;
> e) Assegurar que qualquer pessoa que participe do financiamento, planejamento, preparo ou perpetração de atos terroristas ou atue em apoio destes seja levado a julgamento; assegurar que, além de quaisquer outras medidas contra o terrorismo, esses atos terroristas sejam considerados graves delitos criminais pelas legislações e códigos nacionais e que a punição seja adequada à gravidade desses atos;
> f) Auxiliar-se mutuamente, da melhor forma possível, em matéria de investigação criminal ou processos criminais relativos ao financiamento ou apoio a atos terroristas, inclusive na cooperação para o fornecimento de provas que detenha necessárias ao processo;
> g) Impedir a movimentação de terroristas ou grupos terroristas, mediante o efetivo controle de fronteiras e o controle da emissão de documentos de identidade e de viagem, bem como por medidas para evitar a adulteração, a fraude ou o uso fraudulento de documentos de identidade e de viagem (Organização das Nações Unidas, 2001).

O Conselho de Segurança examina situações de conflito e instabilidade com potencial para afetar diversas nações, como crimes transnacionais, crises humanitárias e terrorismo. A partir das análises a ONU adota resoluções (como a citada anteriormente), com o viés de intervenções econômicas, comerciais e, em casos mais graves, militares. Essas intervenções visam proteger os civis e restaurar a ordem desarmando os grupos que representam uma ameaça global (A Força Interina das Nações Unidas no Líbano (FINUL) e a Missão Multidimensional Integrada das Nações Unidas para a Estabilização no Mali (MINUSMA) são exemplos de atuações do Conselho de Segurança contra o terrorismo). Tais medidas expressam o objetivo da ONU em mediar a promover soluções voltadas a pacificidade e a busca de respostas a problemas que transcendem fronteiras, sempre respeitando a soberania dos Estados.

Contudo, a ONU enfrenta diversas limitações práticas ao lidar com atores não estatais, como os grupos terroristas e organizações criminosas transnacionais devido, principalmente, às complexas questões de soberania e à falta de um poder de coerção centralizado. Mesmo o Conselho de Segurança tendo autoridade para adotar resoluções e autorizar intervenções, a implementação dessas medidas é comummente dificultada pela resistência dos Estados soberanos, que podem ou não cooperar, e até mesmo se opor as ações que considerem violação da sua autonomia.

A Organização das Nações Unidas não possui forças militares próprias, dependendo de contribuições voluntárias dos Estados-membros para a realização das missões de paz, causando limitações logísticas e operacionais, prejudicando a sua atuação contra grupos terroristas que, por não haver uma definição clara e universalmente aceita, dificultam a criação de uma resposta rápida e eficaz.

No centro do debate apresentado no filme em análise, o Tratado de Sokovia é uma metáfora para leis internacionais de combate ao terrorismo, como a *Patriot Act* nos EUA, após 11 de

setembro, que limitam liberdades individuais em nome da segurança coletiva. Assim como governos aprovam legislações de exceção, a ONU no filme propõe que os Vingadores atuem apenas com autorização, sob pena de serem considerados ilegais — algo próximo ao enquadramento de grupos não estatais como terroristas.

Mas afinal, o que é terrorismo? Quem são considerados grupos terroristas? A definição mais aceita e utilizada internacionalmente é a da Resolução do Conselho de Segurança da ONU n.º 1566 de 8 de outubro de 2004, que considera "terrorismo" como:

> [...] atos criminosos, inclusive contra civis, cometidos com a intenção de causar a morte ou lesões corporais graves, ou a tomada de reféns, com o propósito de provocar um estado de terror no público em geral ou em um grupo de pessoas ou determinadas pessoas, intimidar uma população ou obrigar um governo ou uma organização internacional a fazer ou a abster-se de fazer qualquer ato, que configure ofensas no âmbito e conforme definido nas convenções e protocolos internacionais relativos ao terrorismo, não são, em circunstância alguma, justificáveis por considerações de natureza política, filosófica, ideológica, racial, étnica, religiosa ou outra natureza semelhante, e apela a todos os Estados para que impeçam tais atos e, se não forem impedidos, assegurem que tais atos sejam punidos com penas compatíveis com a sua natureza grave (Organização das Nações Unidas, 2004).

Entretanto, mesmo com uma definição considerada "universalmente aceita", o terrorismo tem diversas influências políticas, morais, religiosas, filosóficas e sociais que afetam diretamente nessa "universalização" do conceito. Em muitos casos, grupos que são amplamente classificados como terroristas pela comunidade internacional são vistos como heróis ou movimentos de resistência em seus países de origem. Exemplos disso incluem o Hamas, em Gaza, o Hezbollah, no Líbano, e o Talibã, no Afeganistão, que, para uma parte significativa da população desses países, representam a luta contra ocupações estrangeiras ou regimes opressores, sendo considerados defensores de suas terras e culturas.

Ademais, cada Estado possui sua própria interpretação do que constitui terrorismo, com base em suas prioridades de segurança, interesses geopolíticos e contextos internos. A soberania de cada país permite que ele legitime sua própria definição de terrorismo, adaptando-a às suas necessidades e realidades. Isso leva a discrepâncias significativas, como no caso de países que apoiam movimentos considerados terroristas por outros, mas os veem como movimentos de resistência legítima. Assim, o conceito de terrorismo é, muitas vezes, moldado pelas dinâmicas de poder e pelas relações internacionais, refletindo a complexidade de sua definição e, consequentemente, de sua aplicação.

> Sem que se saiba ao certo o conceito que identifique com maior exatidão o traço distintivo capaz de caracterizar uma conduta terrorista, permite-se um alargamento na imputação de modo a qualificar como crime de terrorismo práticas que em essência não possuem uma natureza criminosa, a exemplo dos movimentos políticos de grupos da sociedade civil organizada realidade marcante nos países de capitalismo periférico. Adota-se, com isso, o autoritarismo de um direito penal do autor, onde a pena não busca sancionar um comportamento, mas a conformidade ao estandarte de criminoso (Júnior, 2018 *apud* Roxin, 1997).

Sob o contexto apresentado no filme em análise, *Guerra Civil* pode ser lido como uma metáfora das discussões jurídicas e políticas sobre terrorismo — especialmente quanto ao controle estatal, danos colaterais, liberdade versus segurança, e a dificuldade de definir quem é herói e quem é terrorista, já que isso, muitas vezes, depende da perspectiva.

No início do filme, quando os Vingadores enfrentam Rumlow (Crossbones) em Lagos, a explosão que mata civis inocentes é o ápice para que as Nações Unidas vejam os Vingadores como agentes de risco global, comparáveis a organizações que, ainda que busquem combater o mal, acabam gerando danos colaterais semelhantes aos de atos terroristas. A destruição em Nova York, Sokovia e Lagos levanta a questão da percepção social: para alguns, os heróis são protetores; para outros, são forças armadas sem controle, lembrando a ambiguidade em torno de grupos armados que se justificam como

"libertadores", atuando a partir de vieses políticos, ideológicos e, principalmente religiosos, mas que, na prática, são rotulados como terroristas:

> A imposição do prisma cultural e religioso para explicar o terrorismo é, em suma, contraproducente porque incrementa a desconfiança e obstaculiza ainda mais os processos de integração, já complexos nas sociedades ocidentais. A marginalização social e os obstáculos à integração de gerações ou famílias de imigrantes são fatores que elevam a vulnerabilidade e a propaganda terrorista (Thieux, 2005, p. 17).

Conforme já narrado sobre o filme e a divisão ideológica ocorrida, reitera-se: Homem de Ferro (Stark): defende a regulação, pois teme que sem controle os Vingadores sejam equiparados a terroristas. Capitão América (Steve Rogers): entende que se entregar ao Estado é abrir mão da liberdade moral de agir, lembrando a resistência de alguns grupos que se recusam a se submeter ao rótulo de "terroristas" porque acreditam estar lutando por justiça.

A Soberania dos Estados e sua Legitimidade

A soberania é parte essencial para um Estado que lhe confere total autoridade sobre seu território, população e assuntos internos, também concede independência no cenário internacional. Para Miguel Reale (2002), a soberania é "um poder de organizar-se juridicamente e de fazer valer dentro de seu território a universalidade de suas decisões nos limites dos fins éticos de convivência".

Sob uma perspectiva diversa, Thomas Hobbes compreende a soberania como um poder absoluto e indivisível, concentrado em uma autoridade capaz de decidir sobre todas as questões do Estado, sendo responsável por garantir a ordem e evitar o estado de natureza marcado pela "guerra de todos contra todos", no qual não há segurança nem estabilidade. Conforme destaca o filósofo brasileiro, Renato Janine Ribeiro (1993, p. 102), Hobbes foi:

> filósofo que, senão constituiu, certamente consolidou no pensamento ocidental a ideia de soberania. Com a soberania, deixam de contar os "estados" (états, ordens, estamentos) enquanto sujeitos contratantes da política, para haver o Estado, no qual o poder supremo se aloca a alguém (indivíduo ou assembleia), que se diz soberano na medida exata em que tudo pode decidir e, portanto, não apenas julgar, não só interpretar – mas mudar tudo.

Sob essa ótica, a soberania é o fundamento da ordem jurídica e política de um Estado, sendo grandemente reconhecida no direito internacional. Entretanto, sua legitimidade precisa tanto da aceitação dos cidadãos do Estado quanto pela comunidade internacional, além do exercício de certas obrigações éticas e legais.

Composta por dois elementos, interno e externo, o poder soberano torna-se essencial para que o Estado desempenhe seu papel como unidade soberana no sistema internacional. O aspecto interno refere-se à organização e capacidade do Estado de exercer autoridade dentro de suas fronteiras, enquanto o externo reflete a sua independência em relação as outras nações.

> Preferimos ver, na senda de linha doutrinária significativa, a soberania nos seus aspectos interno e externo. Se de um ponto de vista interno ela é atributo do povo, o qual, gize-se, detém a possibilidade da convocação do poder constituinte, do ponto de vista externo aparece como atributo do Estado, de sua afirmação no cenário internacional, bem como de exercício da denominada cláusula da impenetrabilidade (Beçak, 2013 *apud* Dallari, 2012).

Entretanto, essa referida independência, princípio fundamental do direito público internacional, deve estar aliada com os outros princípios da internacionalidade do direito público.

A legitimidade da soberania está fortemente relacionada à aceitação e reconhecimento da autoridade pela população e pelas instituições que formam o Estado. Ela se baseia em princípios que mudam com o tempo e entre diferentes culturas, como a origem divina, o consentimento dos cidadãos ou a conformidade com as normas legais. O poder soberano, para Jean Bodin (1967, p. 176), "deve se diferenciar dos demais poderes existentes na sociedade

justamente pela posse exclusiva de certos direitos, o que o torna supremo e indivisível no âmbito estatal".

Nesse sentido, o próprio Bodin, inspirado na tradição clássica, sistematiza a distribuição do poder político ao afirmar que "a soberania pertence a um só indivíduo, ou a uma pequena parte dos cidadãos, ou a todos ou pelo menos à maioria dos cidadãos, e nós temos, segundo o caso, uma monarquia, uma aristocracia ou uma democracia" (Bodin, 1967, p. 192).

Assim, embora o poder soberano seja uno, sua expressão concreta pode assumir diferentes formas, a depender de quem o detém e de como é legitimado no interior do Estado. Em sistemas democráticos, a soberania é legitimada pelo voto, que reflete a vontade coletiva, e pelo respeito aos fundamentos do Estado de Direito, assegurando que o poder seja exercido de forma justa e para o bem comum. Quando a soberania carece de legitimidade, seja devido à imposição de regimes autoritários, corrupção ou violação de direitos fundamentais, surgem conflitos que podem ameaçar a estabilidade e a coesão social. Portanto, a legitimidade é crucial para sustentar a autoridade e a boa governança em qualquer contexto político.

No contexto do filme em análise, quando os Vingadores combatem vilões em Lagos (Nigéria) ou Sokovia, eles agem sem autorização local. Para os países afetados, isso equivale a uma violação da soberania — semelhante a ataques preventivos ou operações unilaterais de potências militares no mundo real (ex.: EUA em países do Oriente Médio).

Além dos desafios relacionados à soberania interna e externa, surge também a necessidade de conciliar esses conceitos com a governança global num cenário de cada vez mais independência dos países. Problemas globais como o terrorismo desfiam a autonomia dos Estados exigindo ações coordenadas e acordos internacionais. Nesse contexto, é importante destacar que a própria formação do direito internacional antecede, em certa medida, a consolidação moderna da soberania estatal.

Um exemplo marcante dessas tensões é o Acordo de Paris, que busca reduzir as emissões de gases de efeito estufa, e que, frequentemente, enfrenta resistência de nações que priorizam seus interesses econômicos internos. Assim, a soberania, embora essencial, precisa ser reinterpretada à luz da contemporaneidade nas demandas de colaboração internacional.

No filme em análise, a ONU propõe os Acordos de Sokovia, que criam uma espécie de regulação internacional para controlar os Vingadores. Isso reflete a tensão entre: Soberania estatal absoluta (cada país decide dentro de suas fronteiras); e Soberania limitada ou compartilhada (cooperação internacional que retira poderes dos Estados em nome da segurança global).

Esse dilema é real no mundo jurídico: tratados de combate ao terrorismo, tribunais internacionais e operações da OTAN, por exemplo, limitam a soberania tradicional dos Estados, por meio de acordos coletivos entre os membros.

Por outro lado, a soberania dos Estados também enfrenta entraves relacionados as intervenções humanitárias e sanções de órgãos internacionais, como as do Conselho de Segurança da ONU. Tais ações, apesar de terem propósito de manter a paz e a segurança mundiais, muitas vezes geram críticas por afetarem assuntos internos dos Estados. O consenso internacional e o equilíbrio entre autonomia estatal e proteção das populações vulneráveis é essencial para a legitimação dessas intervenções.

Assim, o que podemos visualizar analisando o filme, é que a guerra civil dos Vingadores contrapõe a liberdade de ação/autonomia (Capitão América) → agir acima da soberania estatal se isso significar salvar vidas e o controle internacional (Homem de Ferro/ONU) → submeter-se às regras coletivas para respeitar a soberania dos Estados. Tal conflito ecoa discussões reais sobre a ONU e o Conselho de Segurança, sobre até que ponto uma organização internacional pode intervir em nome da humanidade, mesmo contra a vontade de um Estado soberano.

O filme é uma demonstração sobre a relativização da soberania, que não é mais absoluta: um Estado não consegue se

proteger sozinho de ameaças transnacionais (terrorismo, armas nucleares, mudanças climáticas) e surge a necessidade de compartilhar lutas e responsabilidades com tratados internacionais — o que gera resistência e conflitos, assim como ocorre entre os heróis.

Resultados e Considerações Finais

Como mostrado anteriormente, o fictício Tratado de Sokovia, apresentado no filme, *Capitão América: Guerra Civil* (2016), surge como uma resposta às consequências catastróficas das ações dos Vingadores. Ele estabelece um marco regulatório que submete os heróis à supervisão da Organização das Nações Unidas, buscando evitar danos colaterais e responsabilizar os envolvidos.

No contexto real e com base no Direito Internacional, a viabilidade do Tratado de Sokovia encontra diversos dilemas. A imposição de um tratado, mesmo que com aprovação majoritária do Estados-membros da ONU, afeta diretamente a soberania de todos os países, sendo esta, princípio fundamental desse ramo do direito. Esse conflito entre a necessidade de orientação global e a autonomia de cada Estado está refletido em desafios enfrentados em assuntos reais (como o Acordo de Paris sobre as mudanças climáticas), onde a adesão voluntária e o cumprimento dos acordos dependem exclusivamente da cooperação dos Estados.

Além disso, a falta de consenso entre os países-membros, uma característica frequentemente presente na formalização de acordos internacionais, dificulta a execução de ações que restringem a vasta liberdade mundial. Exemplos como o acordo para o desarmamento nuclear enfrentam frequentemente oposições de nações que se sentem ameaçadas sem essas armas, mostrando que as mesmas questões que envolvem a segurança global entram em conflito com interesses nacionais.

No caso de um tratado, como o de Sokovia, as limitações práticas teriam ainda mais evidência devido à unicidade da natureza dos indivíduos — super-heróis com habilidades que

superam o controle do Estado. Para a criação de mecanismos capazes de monitorar e coordenar ações de indivíduos como os Vingadores, seria necessária uma estrutura internacional robusta, e até mesmo inovadora, capaz de lidar com desafios sem precedentes, como a atuação dos Vingadores.

No que diz respeito à legitimidade e ao impacto de um tratado internacional para gerenciar grupos como os Vingadores, existem várias questões que precisam ser analisadas. A ausência de uma instituição global com total autoridade sobre agentes não estatais prejudica a implementação desses acordos. Ademais, a oposição de países que valorizam sua autonomia e segurança interna dificultaria alcançar um consenso necessário para a eficácia de um tratado desse tipo.

A classificação dos Vingadores como terroristas é outro ponto de debate relevante. A partir das diversas análises e definições de "terrorismo", poderiam os Vingadores serem considerados um grupo terrorista? Apesar de suas ações serem motivadas por intenções altruístas, os danos colaterais e a ausência de uma autoridade supervisora podem enquadrá-los como agentes não estatais que ameaçam a segurança global.

Assim como o terrorismo instrumentaliza o medo para moldar políticas, o vilão Zemo manipula o trauma da Sokovia e o medo global para colocar os heróis uns contra os outros. A opinião pública, alimentada pelo pânico, pressiona os governos a agir — e isso ecoa como os Estados reagem após ataques terroristas, muitas vezes acelerando medidas de exceção.

O filme questiona: quem responde pelas vítimas civis? Os Vingadores, enquanto "força privada global", podem ser vistos como equivalentes a atores não estatais armados, passíveis de serem classificados como terroristas quando suas ações fogem ao controle.

No entanto, considerando a definição "mais aceita", da Resolução n.º 1566 da ONU, a atuação dos Vingadores não seria considerada terrorista, visto que suas intervenções frequentemente evitam crises maiores e protegem populações vulneráveis.

Porém, como mencionado anteriormente, as diversas definições e influências políticas, morais, religiosas, filosóficas e sociais, além da ocidentalização da definição "mais aceita" de terrorismo, dificultam ainda mais o debate da atuação de grupos armados que, teoricamente, defendem o mundo das ameaças globais.

Para que a ONU, com sua estrutura atual, supervisionasse ou até integrasse grupos como os Vingadores em operações conjuntas, exigir-se-iam adaptações significativas em seus mecanismos de decisão e a criação de diretrizes específicas para lidar com intervenções de indivíduos superpoderosos. Contudo, tais mudanças enfrentariam resistências políticas e operacionais, especialmente, em um cenário de rivalidades entre Estados-membros.

Por fim, conclui-se que a ONU teria sim jurisdição, porém limitada, para implementar medidas semelhantes ao Tratado de Sokovia. A eficácia dos resultados dependeria amplamente da cooperação dos Estados-membros e da disposição desses em ceder parte de sua soberania em prol da segurança global. Assim, o equilíbrio entre controle internacional e autonomia estatal permanece um desafio central, tanto no universo fictício quanto no real.

Referências

10 ANOS DE OS VINGADORES: 3 pontos-chave para entender os filmes e a importância da saga. **Disney**, 2022. Disponível em: https://www.disney.com.br/novidades/10-anos-de-os- vingadores-3-pontos-chave-para-entender-os-filmes-e-a-importancia-da-saga. Acesso em: 05 de jan. 2025.

ACORDO DE PARIS. **Ministério do Meio Ambiente**. Disponível em: https://antigo.mma.gov.br/clima/convencao-das-nacoes-unidas/acordo-de-paris.html. Acesso em: 08 de jan. 2025.

ANVERSA, L. Unifil: o que é a Força Interina das Nações Unidas no Líbano. **Exame**, 2024. Disponível em: https://exame.com/mundo/unifil-o-que-e-a-forca-interina-das-nacoes-unidas-no- libano/. Acesso em: 07 de jan. 2025.

BEÇAK, R. A soberania, o Estado e sua conceituação. **Revista da Faculdade de Direito**, Universidade de São Paulo, São Paulo, v. 108, p. 343-351, jan./dez. 2013.

BODIN, J. **Methodus ad Facilem Historiarum Cognitionem**. Reimpr. da edição Ravesteiny. Amsterdam, 1650. Scientia Verlag Aalen 1967.

CAPITÃO AMÉRICA: Guerra Civil. Direção: Anthony Russo, Joe Russo. Los Angeles: Marvel Studios, Walt Disney Studios Motion Pictures, 2016. Filme (147 min), som, dublado, colorido.

CAPITÃO AMÉRICA: Guerra Civil. *In:* Wikipédia, 2024. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Capit%C3%A3o_Am%C3%A9rica:_Guerra_Civil. Acesso em: 05 de jan. de 2025.

DE SIMONE, D. Mali: missão de paz da ONU termina após uma década. **BBC Notícias**, 2023. Disponível em: https://www.bbc.com/news/world-africa-67851525. Acesso em: 07 de jan. 2025.

DEFININDO TERRORISMO. **Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crimes (UNODC)**, 2018. Disponível em: https://www.unodc.org/e4j/pt/terrorism/module-4/key-issues/defining-terrorism.html. Acesso em: 08 de jan. 2025.

GATENO, D. Conselho de Segurança da ONU: o que é e como funciona? Entenda. **Estadão**, 2023. Disponível em: https://www.estadao.com.br/internacional/conselho-de-seguranca-da-onu-o-que-e-e- como-funciona-entenda-nprei/Acesso em: 07 de jan. 2025.

MACHADO JÚNIOR, E. A. de S. **Uma Análise Jurídico-Penal do Processo de Criminalização do Terrorismo Internacional**: Obstáculos Dogmáticos à Tipificação do Fenômeno e Novas

Perspectivas de Enfrentamento. Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão, 2018.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **As Nações Unidas no Brasil**. 2025. Disponível em: https://brasil.un.org/pt-br/279573-sobre-onu. Acesso em: 07 de jan. 2025.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Carta das Nações Unidas**. São Francisco, 1945. Disponível em: https://www.un.org/en/about-us/un-charter. Acesso em: 07 jan. 2025.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Conselho de Segurança**. Resolução 1373, sobre medidas paracombatedo terrorismo. 28deset.2001.Disponívelem: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2001/decreto-3976-18-outubro-2001-408533-anexo1- pe.doc. Acesso em: 07 de jan. 2025.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Conselho de Segurança**. Resolução 1566, sobre combate ao terrorismo. 08 de out. 2004. Disponível em: https://bo.io.gov.mo/bo/ii/2016/36/aviso60.asp#ptg. Acesso em: 08 de jan. 2025.

REALE, M. **Teoria do direito e do estado**. São Paulo: Saraiva, 2002.

RIBEIRO, R. J. **Ao leitor sem medo**: Hobbes escrevendo contra seu tempo. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

SARKAR, P. The History of Marvel Studios. **Vocal Media**, 2019. Disponível em: https://vocal.media/geeks/the-history-of-marvel-studios. Acesso em: 06 de jan. 2025.

SOARES, J.QuantadestruiçãofoicausadapelosVingadoresnocinema? **Superinteressante**, 2016. Disponível em: https://super.abril.com.br/cultura/quanta-destruicao- foi-causada-pelos-vingadores-no- cinema#:~:text=Mesmo%20para%20quem%20%C3%A9%20%23TimeCapit%C3%A3o,as%20m%C3%A1quinas%20e%20d%C3%A1%20nome. Acesso em: 05 de jan. 2025.

STINGHEN, J. R. Definição, classificação, direitos e deveres dos Estados no plano internacional. **JusBrasil**, 2019.Disponível em: https://www.jusbrasil.com.br/artigos/definicao-classificacao-direitos-e-deveres-dos-estados- no-plano-internacional/659605975. Acesso em: 07 de jan. 2025.

THE AVENGERS. Nova York: Marvel Comics, n. 1, set. 1963.

THIEUX, L. **El terrorismo internacional:** causas e implicaciones estratégicas. Madrid: Centro de Investigación para la Paz, 2005.

TRATADO DE SOKOVIA. *In:* Fandom, 2024. Disponível em: https://universocinematograficomarvel.fandom.com/pt-br/wiki/ Tratado_de_Sokovia. Acesso em: 06 de jan. de 2025.

TRINDADE, A. A. C. **Princípios do Direito Internacional Contemporâneo**. Brasília, 2017.

VINGADORES (Terra-616). *In:* Fandom, 2023. Disponível em: https://marvel.fandom.com/pt- br/wiki/Vingadores_(Terra-616). Acesso em: 05 de jan. de 2025.

O CAMPO DA MODA: ENTRE ONTOLOGIA E ESTÉTICA

Ana Carolina Acom
E-mail: ana.acom@unioeste.br
ORCID: 0000-0002-7106-0401

Resumo

Este capítulo sintetiza a pesquisa que define o Campo da Moda como território acadêmico transdisciplinar, situado entre a ontologia e a estética. O texto apresenta o conceito de "Ser da Moda", caracterizado pela relação entre o corpo humano e o artefato vestível, manifestando-se tanto na presença quanto na ausência de um desses elementos. Este Ser, como ser social vestido ou adornado, traduz modos de vida na cultura material. Ainda que existam diversas culturas, a relação de um corpo com as vestes ou tecnologias que o completam é uma constante nas diferentes ordens humanas. Adotando a "moulage-Frankenstein" como método de transcriação e experimentação, costura-se áreas e autores da Filosofia, Antropologia e História da Arte, fundindo diferentes perspectivas teóricas. A investigação fundamenta uma epistemologia estética, na qual o conhecimento da Moda é precedido pelo juízo sensível, aproximando o Campo da estrutura do Gabinete de Curiosidades. Nesse sentido, exploram-se as categorias do belo, do sublime e do grotesco como constituintes da experiência estética nas práticas do vestir, despir e colecionar artefatos. O Ser da Moda constitui-se em uma dimensão metafísica e existencial da materialidade humana, instituindo a estética da presença como modo de aparecer no mundo.

Palavras-chave: Campo da Moda; Ser da Moda; Ontologia; Epistemologia Estética.

Alinhavando

Este capítulo aborda o tema da tese de doutorado: "A Moda se diz de muitos modos: O Campo da Moda entre Ontologia e Estética", defendida no ano de 2021. A tese costura uma definição do Campo da Moda como campo acadêmico. A proposta se originou de uma insatisfação própria do ponto de vista da filosofia, que busca a criação de conceitos (Deleuze, 2016) ou a perseguição ao ser último das coisas pelo aspecto metafísico (Aristóteles, 2014). Um dos problemas de pesquisa era o próprio termo "moda"[1]. Este termo está bastante arraigado à sua concepção de fenômeno de consumo e mudanças (Lipovetsky, 2009), e quando tratamos de roupa-arte, indumentária histórica ou figurino, é usual dizer que não é "moda". Dessa forma, foi necessário tratar o termo "moda" como homônimo: a moda é dita de muitos modos, e todos possuem algo em comum, que faz com que aquilo que é compreendido como "não-moda", também seja relacionado a um corpo vestido, sem vestes ou vestes sem corpos. Assim, o campo de pesquisa da Moda pensa a roupa ou sua ausência.

A roupa ou adorno como forma inicial de qualquer abordagem apresenta uma concepção material da existência, em singularidade estética e potencializada por muitas camadas simbólicas e de significações. A roupa como motor epistemológico caracteriza um campo de pesquisa tangido por diferentes áreas de conhecimento. A Moda, como campo de estudo, parece estar em constante desenvolvimento e construção; abordada por pesquisadores de áreas distintas, pode ser legitimada como interdisciplinar pela

[1] O termo "moda", com a grafia iniciada em letra minúscula se refere ao seu sentido usual de mudanças nas roupas, ciclos e tendências, iniciada a partir do Renascimento; e "Moda", iniciado por letra maiúscula, se refere ao Campo da Moda, que envolve todo tipo de indumentária e artefato vestível. Assim, mantem-se a homonímia, afim de esgotá-la em suas múltiplas acepções e abrangências. Para fins de centrar o termo no aspecto mais geral, de corpo e artefato, a tese exclui o sentido do termo "moda" como voga de objetos de decoração, músicas, comidas ou lugares, o sentido aqui abordado é o vestir ou despir humano.

complexidade de temas e perspectivas que a invocam. A pesquisa partiu de experiências junto ao Grupo de Pesquisa em História da Arte e Cultura de Moda (CNPq), na participação em eventos acadêmicos na área[2] e na atuação como docente em cursos de Design de Moda. Estas experiências de ensino e pesquisa provocam um pensamento sobre a Moda como território trans e interdisciplinar, por sempre serem construídas em conjunção com pesquisadores oriundos de campos como Antropologia, Artes Visuais, História da Arte, Comunicação Social, Cinema, Design, Educação, História, Letras, Psicologia, Sociologia e Filosofia.

Desta maneira, a condição de pesquisa transdisciplinar pareceu o único modo possível de transpor minha teoria, que nasce durante a graduação em Filosofia, porém, foi costurada na docência, nas práticas da moda, e também como bolsista do Projeto Escrileituras[3], durante o Mestrado em Educação na UFRGS, na Linha de Filosofias da Diferença. Contudo, é ao ingressar no Programa de Pós-graduação em Sociedade, Cultura e Fronteiras da Unioeste, interdisciplinar por excelência, que a tese adquire forma em um percurso que transborda fronteiras do saber. Além de muita pesquisa, um período sanduíche em Montpellier, França, no *Laboratoire d'Études Interdisciplinaires sur le Réel et les Imaginaires Sociaux*, na Université Paul-Valéry[4], o doutorado foi repleto de afetos, que permitiram uma "vida acadêmica feliz", como dizia

[2] Colóquio de Moda, Cimode (Congresso Internacional de Moda), Moda Documenta e participação como membro associada da ABEPEM (Associação Brasileira de Estudos e Pesquisas em Moda).

[3] "Projeto Escrileituras: um modo de ler-escrever em meio à vida": destinado ao desenvolvimento dos estudos em ensino, escrita e leitura; sempre em procedimentos criadores de didáticas artistas da tradução e em transcriações (Corazza *et al.,* 2014). Projeto integrante do Observatório da Educação CAPES/ INEP (2011 – 2014), articulando professores de Educação Básica, estudantes de Iniciação Científica, Mestrado, Doutorado e pesquisadores participantes, radicados em quatro núcleos, nas seguintes universidades: UFRGS, UFPel, UFMT e UNIOESTE/PR.

[4] Estágio Doutorado-sanduíche, bolsista Capes, orientado pelo professor Dr. Fabio La Rocca.

minha orientadora, Denise Rosana da Silva Moraes. O encontro com a orientação foi decisivo para pesquisa, amizade e cumplicidade teórica, assim, aproveito essa introdução para agradecer à Denise, desde meu ingresso na Unioeste; e à Joana Bosak (coorientadora), professora do curso de História da Arte na UFRGS, e hoje, com quem divido a liderança do Grupo de Pesquisa[5].

A seguir, apresento os passos que constituíram a tese, posteriormente, originando um livro (Acom, 2023), e que continua rendendo debates, apresentações e o contato com pesquisadores que se interessam pelo olhar da moda junto à filosofia e ao transbordamento interdisciplinar que cerca este tema.

Moulage-Frankenstein: Uma Transcriação-Corazziana

Costuma-se definir um campo do saber ou ciência pelo objeto que ele trata. Logo, encontrei o Ser da Moda como objeto que perpassa as pesquisas e criações do Campo. Essa abordagem está vinculada à filosofia da Moda, que investiga seu princípio primeiro, isto é, o que faz algo pertencer ao Campo da Moda. Para essa investigação, precisei fabular o conceito de "Ser da Moda". Essa fabulação é provocada pela teoria de Sandra Mara Corazza (2013), que toma o professor e o pesquisador como alguém que cria teoria, prática e método. O professor-pesquisador cria algo ao traduzir ciência, arte e filosofia. "Desde os estudos das traduções (trans)criadoras de Walter Benjamin, Jacques Derrida e Haroldo de Campos, consideramos a tradução como a estrutura ou a operadora central da docência" (Corazza, 2018, s/p). A tradução criativa, "transcriação" na concepção de Haroldo de Campos, vai além da tradução de uma língua à outra, mas pode se referir a tradução entre signos, e de formas diversas como do roteiro ao filme, do

[5] Grupo de Pesquisa em História da Arte e Cultura de Moda (CNPq/UFRGS). Ver: instagram.com/arteemodaufrgs

croqui ao figurino ou da função de pesquisar autores e os transformar em aulas ou em outras obras (Acom, 2015).

Dessa forma, o disparo de escrita segue de modo indisciplinar a "Metodosofia" proposta por Corazza, sobre como pensar métodos de transcriação na pesquisa (Corazza, 2020). O procedimento de composição tradutório, adotado na tese, não segue os processos de verificação das ciências empírico-formais exatas e consubstancia-se em processo de experimentação. "Experimentar ao que se está disposto em um território é ser sensível aos seus devires, deixar afetar-se" (Zordan, 2015, p. 536), diferente do experimento científico, segundo Paola Zordan (2015), a experimentação é um processo de criação.

Ao criar um método de escrita antropofágico, que devora autores e os regurgita em forma de uma pesquisa, de uma tese; o pesquisador-tradutor "arma a sua pesquisa com espaços vazios, flutuantes, tempos lacunares, incidentes, *punctuns*, que não são verazes, no mesmo grau em que também não são totalmente imaginários" (Corazza, 2020, p. 16).

Para expor a experimentação do método de composição desta tese, pensemos no processo de *moulage*, gênero de modelagem das roupas. Modelagem é a ação ou o efeito de modelar, se refere à arte de fazer moldes. Na confecção de vestuário cria-se um molde como peça piloto em tecido ou matriz em papel para a reprodução da roupa final e de suas cópias. A *moulage* é uma técnica de modelagem tridimensional em que o tecido é montado, ajustando-se, normalmente pelo uso de alfinetes, diretamente no corpo, manequim ou busto.

Assim, a composição da tese foi articulada como a costura do vestido, primeiramente alfinetando os tecidos, para depois serem costurados como peça única. A tese é costurada como uma roupa-Frankenstein, de partes de autores e teorias, a perna de um, cabeça e braço de outros. *Moulage* não significa apenas um instrumento na construção e desenvolvimento de vestuários, mas um processo que envolve pensamento e intuição, aliado ao fazer sistemático. Se nos perguntarmos: o que a *Moulage* traduz? A resposta poderia ser:

traduz um croqui previamente desenhado em uma forma têxtil vestível, ou ainda, que a *moulage* traduz a própria criação em processo, fluindo enquanto obra. Nessa técnica, o tecido é como a massa ou gesso esculpido em um corpo base. O processo de escrita desta tese toma a existência do Campo da Moda para definir sua forma e o modelar por meio de autores. O recortar e alfinetar de teorias buscam dar forma ao todo.

A escolha da *moulage* como um processo que dá forma ao todo, refere-se diretamente ao "Ser da Moda" conceituado na tese. Um tecido que se relaciona a um corpo, passa pela representação do corpo humano (manequim) para potencialmente se tornar veste e vestir corpos reais. Ou seja, a tradução de uma ideia é materializada em uma forma antropomórfica vestível, do mesmo modo que a costura das teorias veste uma ideia nova, dá corpo à tese.

O Ser da Moda

O Campo da Moda é definido pela abrangência de estudos que tangem o Ser da Moda: objeto que encontramos em comum às mais distintas relações de pesquisa, na antropologia, história, design, artes, entre outras. A saber, o Ser da Moda é entendido como a relação de um corpo vestido ou adornado, na ausência de vestes ou nas vestes sem corpos. Ou seja, um Ser composto pelo aspecto natural de um corpo humano, revestido pela artificialidade de roupas, adornos ou utensílios. Investigar o Ser da Moda é investigar a relação entre corpo e artefatos vestíveis. Sendo o corpo o modo existencial de presença humana e seus equipamentos algo fabricado pelo próprio homem em sua condição intrínseca de artífice.

Moda como artifício

O humano é um ser que produz e veste artefatos, e essa atividade do fazer o define como criador de si mesmo (Sennet, 2009). Este autor retoma o conceito de *homo faber* exposto pela

filósofa Hannah Arendt (2003), em *A Condição Humana*, "o *homo faber* que 'faz' e literalmente 'trabalha sobre' os materiais [...] fabrica a infinita variedade de coisas cuja soma total constitui o artifício humano" (Arendt, 2003, p. 149).

Para Arendt (2003, p. 15), o trabalho é a atividade correspondente ao artificialismo da existência humana. "O trabalho produz um mundo 'artificial' de coisas, nitidamente diferente de qualquer ambiente natural [...] A condição humana do trabalho é a mundanidade". O artificialismo das roupas e adornos não é o agente da efemeridade, como definido pelo "sistema da moda" (Barthes, 2009), estes objetos destinados ao vestir são dotados de durabilidade. Arendt (2003) afirma que os artefatos utilizados não desaparecem, eles emprestam ao artifício humano estabilidade e solidez, diante da fragilidade da criatura mortal e instável que é o homem.

> É esta durabilidade que empresta às coisas do mundo sua relativa independência dos homens que as produziram e as utilizam, a "objetividade" que as faz resistir, "obstar" e suportar, pelo menos durante algum tempo, as vorazes necessidades de seus fabricantes e usuários. Deste ponto de vista, as coisas do mundo têm a função de estabilizar a vida humana; sua objetividade reside no fato de que – contrariando Heráclito, que disse que o mesmo homem jamais pode cruzar o mesmo rio – os homens, a despeito de sua contínua mutação, podem reaver sua invariabilidade, isto é, sua identidade no contato com objetos que não variam, como a mesma cadeira e a mesma mesa. Em outras palavras, contra a subjetividade dos homens ergue-se a objetividade do mundo feito pelo homem (Arendt, 2003, p. 150).

Em grande parte das vezes, o produto sobrevive ao seu uso, passa pelo mais íntimo contato entre corpo e objeto. Essa é a natureza dos objetos de uso, como as roupas que vestimos, que são lentamente consumidas pelo tempo e desgastadas; ou que permanecem como herança familiar ou museográfica, portando outras identidades e informações. "Ao pensar nas roupas como modas passageiras, nós expressamos apenas uma meia-verdade.

Os corpos vêm e vão: as roupas que receberam esses corpos sobrevivem" (Stallybrass, 2008, p. 10).

De acordo com Patrícia Anawalt (2005), muitas vezes, o clima e as próprias práticas culturais impossibilitam a conservação de roupas. A maior parte dos restos materiais orgânicos são perecíveis. As coisas feitas em "madeira, couro, lã, linho, vegetais, cabelo ou materiais semelhantes [...] se decompõe, desaparecendo em anos ou séculos, a não ser em condições excepcionais" (Childe, 1961, p. 10). Para reconstruir indumentárias, as quais guardam chaves para a compreensão das sociedades e culturas em que foram criadas (Williams, 1992), é necessário recorrer às representações em materiais arqueológicos e a manuscritos. É o caso das indumentárias do México Antigo, a partir de esculturas, escritos e imagens encontradas, forma-se um inventário dos trajes: suas estampas, cores, e até mesmo os materiais com que foram fabricados; refletindo uma visão de mundo e sua complexa estrutura social, além da tecnologia de cada época (Anawalt, 2005).

Outro exemplo que fundamenta a importância do estudo arqueológico no Campo da Moda é a descoberta de agulhas de costura em cavernas paleolíticas. James Laver (2005) considera a invenção da agulha de mão como um dos maiores avanços tecnológicos da humanidade. Ele compara sua importância à invenção da roda e descoberta do fogo. "Grande quantidade dessas agulhas, feitas de marfim de mamute, de ossos de rena e de presas de leão-marinho foram encontradas em cavernas paleolíticas, onde foram depositadas há 40 mil anos" (Laver, 2005, p. 10). Algumas dessas agulhas encontradas são primorosamente trabalhadas e ricas em detalhes: uma invenção que atesta a tecnologia da costura de pedaços de pele moldados ao corpo humano, base da indumentária *Inuit* ainda hoje.

Em 2018, pesquisadores catalogaram uma grande quantidade de agulhas pré-históricas coletadas em todo o mundo, oriundas de locais como Birmânia, China e Sibéria, entre outras regiões da América e Europa. De acordo com o estudo, os autores acreditam que o ato de costurar pode oferecer uma chave cognitiva para o

estudo da tecnologia e modo de vida do período Paleolítico Superior (de 50.000 a 10.000 anos atrás) (Pagano, 2019). Muitas vezes, as roupas não chegam até nós, mas as agulhas de costura e outras ferramentas que atestam sua confecção testemunham essa produção. A diversificação de tamanhos e detalhes das agulhas sugerem também funções além da proteção, como bordados e ornamentos. Os autores deste estudo apontam o uso e fabricação de roupas como um caminho na investigação do que possibilitou os hominídeos colonizarem regiões inóspitas e não adequadas às suas fisiologias térmicas (D'Errico et al, 2018). Assim, as agulhas de costura, além de revelarem as raízes da Moda, assinalam outras importantes características da pré-história humana: a capacidade de percorrer longas distâncias e a capacidade do pensamento complexo.

A descoberta dos artefatos arqueológicos demonstra a evolução da humanidade pelo trabalho, isto é, mediante ao uso de equipamento extracorporal. Childe (1977) refere-se ao primeiro capítulo da história humana como "selvageria paleolítica", período diretamente entrelaçado com a História Natural. A partir dessas pesquisas tomamos conhecimento do uso de peles animais, primitivas formas têxteis e ferramentas de toda ordem. Estudamos assim, a evolução física do homem, suas modificações corporais e interferências dos artifícios em sua natureza. Ao estudo das vestes e dos adornos pertence a investigação desta antropomorfização da matéria-prima em objetos de utilização extracorporal.

Em uma sociedade da roupa, a veste legitima as condições humanas da materialidade social (Stallybrass, 2008). O percurso da roupa passa por transformações, tramando uma rede de significações e de pessoas, desde seu artífice até o portador, passando pelo descarte ou lembrança material preservada. "A roupa é um tipo de memória. Quando a pessoa está ausente ou morre, a roupa absorve sua presença ausente" (Stallybrass, 2008, p.13).

Refletir sobre as roupas separadas do corpo é efetivar uma presença desaparecida, por meio de uma arqueologia das relações humanas, tecidas pela relação entre panos e corpos ausentes (Didi-

Huberman, 2016). As roupas velhas, rotas e amassadas, deixadas de lado ou descartadas, possuem marcas humanas. O antropomorfismo destes pedaços de pano, quando amontoados, esquecidos, tornam-se informes, perdem o sentido sem a forma humana. Pilhas de roupas e de sapatos abandonadas em Auschwitz e descobertas muitos anos depois tornaram-se referências diretas e signos de uma barbárie funesta. Estas pilhas de roupas abandonados são objetos que ainda têm algo de humano, poderiam ser úteis, mas estão deslocados, fora de suas funções e já não servem a ninguém. Ainda são coisas determinadas, mas matéria indeterminada; na ausência da forma humana, portam a morte como forma. A roupa separada do corpo, nestes casos, representa uma ausência que evoca uma presença extinguida.

Em janeiro de 2018, o Centro Comunitário Marítimo em Bruxelas, na Bélgica, lançou a exposição: "O que você estava vestindo?" – A mostra apresentava ao público as roupas que vítimas de estupro usavam quando foram atacadas, como um modo de crítica a infame pergunta feita às vítimas e título da exposição. Entre as peças expostas havia todo o tipo de vestes, desde pijamas, uniformes, roupas infantis entre outras. A visualidade da exposição não remete a qualquer ênfase de sexualização através das roupas, mas ao desalento de corpos submetidos à violência, que sofreram com extirpação de suas liberdades (Colling; Acom, 2019). São vestes sem corpos, cujo signo remete à violência física referida por Vigarello (2003); da violação do princípio íntimo de propriedade que é meu corpo. Além de exporem a insensata e absurda ideia da culpabilidade das vítimas pela escolha de suas vestes.

A ausência do corpo em roupas é um elemento habitual em museus, que documentam essa passagem dos homens por peças que se tornam testemunhas, não apenas da história da moda, mas da história da humanidade. Atualmente, exposições de grandes estilistas figuram nas agendas dos principais museus de arte no mundo inteiro. Assim como o caso de artistas, cujas obras dialogam com a moda, e também apresentam roupas expostas e sem corpos.

A artista Helena Kanaan (2016) produz "roupas sem corpos", feitas em látex e materiais orgânicos, são roupas propostas no campo da arte, em uma dimensão anterior a de mercadoria, elas produzem significados outros ao não serem vestidas. Essas vestes sem corpos efetivam o Ser da Moda, justamente, por estarem em um entrelugar do fazer roupa, mas que fica na iminência de um corpo que ela não recebe. Entre muitos outros exemplos de moda sem corpos, podemos citar o estilista belga, Martin Margiela, em 1997, ele convidou uma microbiologista para cultivar mofo em roupas de coleções anteriores, erguendo vestidos, literalmente vivos, no Museu Boijmans, em Roterdã. As roupas foram exibidas em manequins inanimados, onde cresciam fungos e bactérias. Não havia corpos, no entanto, as roupas ganhavam vida na forma de leveduras, bolores e bactérias ao mesmo tempo que se desintegravam.

Corpo como dimensão existencial da Moda

O corpo humano é o espaço de efetivação do Ser da Moda, pois este se constitui do artefato acoplado ao corpo. O artefato segue existindo sem a presença do corpo, mas se definirá em função de sua ausência. Do mesmo modo, o corpo sem seu prolongamento artificial se definirá como desnudo de seus apetrechos materiais. A relação de veste e corpo parece nunca se esgotar, pois seus objetos se constituem em uma relação de interdependência. A marca da Moda é "sugerir um corpo que jamais conhecerá a nudez total" (Benjamin, 2009, p. 106).

Georg Simmel (2008, p. 70) afirma que o "adorno produz o alargamento do Eu". E, embora o autor se refira ao plano subjetivo da personalidade, ele também pensa o adorno como irradiação do humano, que não termina nos limites geográficos do seu corpo, mas amplia-o, sendo uma emanação de si. Neste plano corporal, de prolongamento humano pelo uso de artefatos, podemos aproximar o pensamento de Merleau-Ponty (1999, p. 199), "Habituar-se a um chapéu, a um automóvel ou a uma bengala é instalar-se neles ou,

inversamente, fazê-los participar do caráter volumoso de nosso corpo próprio". O uso destes utensílios, portanto, exprime a potência, intrínseca ao humano como seu produtor, de dilatar nosso ser no mundo, efetivando nossa existência ao anexar novos instrumentos. As roupas, para Merleau-Ponty, são um apêndice do corpo, uma extensão em sua síntese corporal.

Para Le Breton (2007), a condição corporal humana é tecida em uma trama de vida cotidiana, cujo inventário serve ao entendimento de lógicas culturais. No corpo se propagam significações que fundamentam a existência individual e coletiva, as quais tomam forma através da combinação de fisiologia e materialidade. O autor considera os estudos dos hábitos de vivenciar o corpo como componente fundamental na cognição das culturas. As inscrições e interferências corporais estão presentes em diferentes culturas, na maior parte das vezes inseridas na pele, como exemplos de materializações que variam em significados e funções a cada sociedade.

A tatuagem é um exemplo de manipulação corporal, que redesenha o corpo, imputando a ele tinta e marcas ao expandir a pele (Cidreira, 2015). Originariamente primitiva e tribal, a tatuagem passou pelo estatuto de antimoda, ao ser exposta como movimento aberrante de seus adeptos no século XIX, no mundo ocidental. "[...] exibição da tatuagem como um espetáculo exótico. Em 1830 havia pessoas tatuadas que, para ganhar a vida, exibiam-se como atração em circos" (Calanca, 2005, p. 198). Na contemporaneidade, ela é sinônimo de moda como tendência, figurando em celebridades, jovens e adultos como parte da cultura *pop* e adorno, hoje usual.

Desta maneira, o corpo composto por vestes ou ferramentas se apresenta ao mundo como estética existencial, uma estética da presença. O corpo vestido vai além de mediador entre o nexo "físico e o social, contribuindo para a configuração da nossa inscrição social numa determinada cultura" (Cidreira, 2000, p. 82). Pois, a composição do Ser da Moda, de veste e corpo, é instituída para além da relação social, ele é um ser da cultura, mas antes disso

é o modo de aparecer no mundo, sua instituição estético-existencial humana.

O Ser da Moda se institui nesta relação que não é somente uma roupa ou sua produção, mas uma roupa que veste, vestirá ou vestiu um corpo. O corpo como artefato de presença, nunca é um corpo vazio, ele é adornado ou despido de seu adorno. Ao Campo da Moda também diz respeito o corpo nu, pois ele é assim compreendido pela ausência de algo. Os Europeus qualificaram como desnudas as "tribos selvagens do Novo Mundo", mas estas desconheciam a cobertura total do corpo, no entanto, era-lhes natural o adorno. No mundo ocidental contemporâneo, podemos pensar o corpo nu em performances artísticas realizadas em locais públicos. Como nos trabalhos de artistas mulheres, como Carina Sehn e Berna Reale (Colling; Acom, 2019), suas performances, ao exibirem o corpo feminino desnudo, seja pela ausência de representação como acontecimento em si mesmo, ou como modo de manifesto, constituem atos transgressivos. Independentemente de sua intenção, a ação é por si só transgressora de um sistema que institui o corpo feminino e toda a carga simbólica que ele carrega como fardo ao longo de uma história de violências e memórias. Em nossa sociedade, o corpo feminino nu, se não estiver exposto como objeto de erotismo, é tido como transgressor. Como ele foi tão coberto durante séculos, a ausência das vestes provoca a vergonha e infâmia. Durante as performances, o corpo é notado como falta. Ele é artefato de presença incompleto, existindo na ausência de vestimenta.

De acordo com Anne Hollander (1980), a significação do corpo nu é sempre vista em consideração ao corpo vestido, sobretudo, na história da arte. "Quanto mais significativo for o vestuário, mais significado se vinculará à sua ausência, e mais consciência é gerada sobre qualquer relação entre os dois estados" (Hollander, 1980, p. 83). Os padrões de beleza das formas de desenho do corpo e das vestes são ressonantes entre si e podem ser observados em obras da pintura do século XIX. "Todos os nus na arte, desde o começo da moda moderna, vestem os espectros de roupas ausentes –

algumas vezes, espectros altamente visíveis" (Hollander, 1980, p. 86), como em representações de nudez feminina que enxergamos mentalmente o espartilho que moldou aquele corpo.

O corpo adornado ou vestido estabelece o Ser da Moda como relação: ser impregnado de dois elementos, mesmo quando se apresentam separados. O corpo é o "artefato de presença", que nunca é absolutamente nu, sua nudez só existe pela falta de seu complemento vestível. E a veste vazia só existe porque possui a forma e intenção deste corpo. O movimento que reveste o corpo, fabrica artefatos e costura indumentárias, fundamenta a estética da presença, da qual o Ser da Moda é imanente. Entre a naturalidade do corpo, dimensão existencial da presença humana, reside a artificialidade de sua produção material.

Epistemologia Estética ou a Poética dos Gabinetes de Curiosidades

A tese foi dividida em dois tomos, a primeira parte definiu o objeto do qual se ocupa o Campo da Moda, isto é, investigou o que é o Ser da Moda – a relação composta de artefato e corpo. A segunda parte apresenta a concepção que deu origem ao pensamento sobre o Campo: a ideia de que o conhecimento da Moda é estético e, para isso, foi necessário fabular o seu Ser.

Quando os objetos de estudos das mais diferentes áreas tangem o Ser da Moda, partem de alguma relação com o fabricar ornamentos e roupas, adornar-se, vestir-se ou despir-se; eles compõem o Campo e parecem atravessar uma epistemologia estética ao serem lidos. Um primeiro momento de "juízo estético" (Kant, 2012) antes de serem pensados pela área de conhecimento no qual o estudo ou observador estaria vinculado. Isto é, antes de o compreendermos como objeto de estudo, independente da perspectiva, esse artefato da cultura material provoca o juízo sobre a beleza, o qual se refere ao feio e ao grotesco também. Há uma provocação dos sentidos a partir de seu contato. "Só um tolo não julga pelas aparências", é o aforismo do personagem lorde Henry

no romance *O retrato de Dorian Gray*, de Oscar Wilde (2012). O que à primeira vista parece uma futilidade, não deve ser encarado como juízo de valor. Na realidade, é o primeiro juízo que podemos emitir, o primeiro a que temos acesso. Os dados dos sentidos são a primeira forma de conhecimento que nos chegam. Julgar o mundo através das vestes é pensar o mundo material atravessado pela Moda – as comunidades desnudas e seus acessórios, os desfiles de moda, as pessoas nas ruas e nas sociedades, assim como a nudez nas performances artísticas.

A epistemologia estética surge como princípio no contato com o Ser da Moda, isto é, a experiência estética contígua ao estudo das relações entre corpos e artefatos. Nesse sentido, encontrei um conceito situado na junção entre ciência e experiência estética, trazendo elementos da *naturalia* e *articialia* – o Gabinete de Curiosidades. O Gabinete, antepassado dos museus de ciências e história natural, possui uma estrutura de microcosmo multidisciplinar. Esses espaços servem de metáfora para o Campo da Moda e como chave entre conhecimento científico e experiência estética: caracterizando o Campo como espaço epistemológico inter e transdisciplinar, envolvendo criação, arte, design, antropologia, história, educação e muito mais.

Os Gabinetes de Curiosidades ou *Wunderkammern* (o termo alemão muito utilizado para o gabinete de artes e prodígios) surgem entre os séculos XVI e XVII oriundos do interesse pelas coisas extraordinárias (Acom, 2024). Essas câmaras das maravilhas reuniam sistematicamente tudo o que deveríamos conhecer: pedras, animais conservados, cocares, esqueletos de sereias, canoas ou arpões; "tendia-se a colecionar tudo aquilo que soasse extraordinário e inaudito, inclusive objetos bizarros ou relíquias estupefacientes, como um chifre de unicórnio ou um crocodilo empalhado" (Eco, 2008, p. 243).

O Campo da Moda, como Gabinete de Curiosidades, é o local do burlesco, definido por provocar o assombro fazendo uso de contrastes entre artefatos, raridades fabuladas e formas exóticas. Vinculados à estética, aos sentimentos do belo e do horror, assim

como à ciência e aos "descobrimentos", os Gabinetes escreveram a história dos museus. Seus objetos são provocativos do prazer estético e, ainda assim, exercem funções dadas ao conhecimento. Assim como os artefatos da ordem do vestível, quando pesquisados, necessariamente passam pelo juízo de gosto, faculdade natural ao homem (Kant, 2012).

De acordo com Edmund Burke (1993, p. 41), um dos primeiros filósofos a propor as origens de nossas ideias sobre o belo e o sublime, a curiosidade "é a primeira e mais elementar emoção que encontramos no espírito humano. Por curiosidade entendo qualquer desejo nosso pela novidade ou qualquer prazer dela obtido". Não me cabe julgar o grau de intensidade das experiências estéticas em distintos momentos, eu afirmo a sua existência intrigante, mas não quando ela ocorrerá. A admiração de um gabinete de curiosidades, hoje, por meio de imagens ou via reconstituições, é certamente distinta do momento de sua concepção e do período de suas visitas. Assim como o maravilhamento com um museu de arte, de antiguidades ou um desfile de moda, pode despertar sensações distintas em seus espectadores.

Sobre os graus da experiência estética e o que há de comum nessa sensação do contato com a Moda e com o Gabinete de Curiosidades, podemos operar o sentimento do sublime. Kant (2012, p. 89) faz uma distinção entre o sentimento do belo e do sublime, "enquanto o belo comporta diretamente um sentimento de promoção da vida [...] o sentimento do sublime é um prazer que surge [...] de uma momentânea inibição das forças vitais". Entretanto, quando me refiro à experiência da beleza, penso em uma associação com ambos os sentimentos (do belo e do sublime) e também com o do horror, como modos ou graus da experiência estética.

De fato, existe uma afinidade entre estes sentimentos, raramente abordada pelos autores da filosofia da arte (Rosenfield, 2006). Da mesma forma, Kant (2012) relaciona o sublime ao sentimento provocado diante de elementos da natureza e sua

grandiosidade ilimitada, diferente do belo que se referiria ao limitado da arte. Mas, como mencionei, utilizo os conceitos para pensar a experiência estética da beleza de um modo geral. Percepções que podem ser provocadas por objetos do cotidiano, naturais, artísticos e, sobretudo, relacionados ao vestir. Com isso, junto a De Duve (1996), podemos refletir sobre a estética contemporânea e as mudanças de estatuto de obras e objetos. Seguindo essa senda da atualização do juízo de gosto kantiano, adoto o proposto por Jean-François Lyotard (1993), que apresenta o sentimento do sublime para refletir sobre a arte moderna e contemporânea – transformações estatutárias provocadas pelas vanguardas.

Thierry de Duve (1996), que escreveu o livro "Kant depois de Duchamp", propõe a leitura da arte de vanguarda pela crítica da faculdade de juízo de Immanuel Kant, que ao concebê-la em 1790, não se deparou com objetos como uma Pá de Neve ou um Urinol nos museus de arte. Dessa forma, De Duve contribuiu para a reflexão sobre as mudanças operadas pelas vanguardas da moda. No entanto, o autor não chegou a explorar o sublime em suas teorias, para ele: "O sublime sempre me parece perigosamente próximo demais de uma estética do efeito, e a estética do efeito, do *kitsch*" (De Duve, 2009, p. 48). Todavia, considero que o sublime nos permite lidar com o bizarro e o grotesco, justamente por sua aproximação a estética do efeito e ao *kitsch*. Schopenhauer (1991, p. 12) confirma: "Do sublime ao ridículo não há mais do que um passo". Esse sentimento é provocado na mudança de estatuto dos artefatos antigos em um ambiente, como o de um museu ou em muitas coleções de moda contemporânea. Nessas ocasiões, estamos diante de um estranhamento em seu ápice: o que pode ser pensado a partir de Burke (1993, p. 48), "tudo que seja de alguma maneira terrível ou relacionado a objetos terríveis ou atua de um modo análogo ao terror constitui uma fonte do sublime". O filósofo refere-se, até mesmo, a animais capazes de suscitar ideias do sublime: serpentes, monstros ou outros animais venenosos são objetos de terror, mas alvos de atração. O mesmo que já apontava

Aristóteles (1991, p. 203) sobre a experiência de conhecer animais repulsivos: "nós contemplamos com prazer as imagens mais exatas daquelas mesmas coisas que olhamos com repugnância, por exemplo, [as representações de] animais ferozes e [de] cadáveres".

A Moda como parte do processo histórico de transformação social e cultural surge na indumentária de sociedades tribais, em artefatos arqueológico e, igualmente, em sua forma de fenômeno nas transformações sazonais das vestes, que culminam em um "sistema da moda" (Barthes, 2009). Desse modo, pelo exotismo e multiplicidade nas possibilidades do vestir, podemos colocar o Campo da Moda como Gabinete de Curiosidades, como corroboram exposições que trouxeram esse formato: "Fashioning Wonder: A Cabinet of Curiosities" em 2025, no Museum at Fit em Nova York; "Savage Beauty" (2011), retrospectiva das coleções do estilista Alexander McQueen no Metropolitan Museum; e "Fashioned from Nature" no Museu de História Natural da Dinamarca, em 2019. Será na moda contemporânea, sobretudo, a partir dos anos 1990, que o exotismo, formas bizarras e elementos para chocar o público vão surgir como práticas do vestir e estilos de fotografia. Essas imagens, ao mesmo tempo que utilizavam temas obscuros relacionados à morte, tortura e choque, como crítica às estéticas dominantes, acabam por alimentar outros distúrbios sociais e instituir uma "cultura do trauma" (Evans, 2012). A moda, nesta década, alimenta uma selvageria em estética da abjeção e retira a beleza da sedução repulsiva.

A história da arte mostra que a arte de vanguarda e modernista coloca suas convenções em questão. O que era estranho e incômodo, nas propostas de artistas, passava por uma trajetória: a repugnância em primeiro momento, impondo uma rejeição, e depois a aceitação do trabalho. Do mesmo modo que Duchamp expõe o Urinol como objeto deslocado do banheiro para galeria de arte, Jean-Paul Gaultier vira ícone da alta costura francesa, criando um cinto com correntinha de descarga. Diana Crane (2011), ao examinar o conceito de vanguarda vinculado pela arte na criação

de estilistas contemporâneos, sinaliza as possibilidades de pensarmos as mudanças de estatuto estético das roupas.

O conteúdo estético dos objetos de arte pode redefinir convenções da criação artística, muitas vezes, serão percebidas como transgressores, chocantes ou ofensivas (Crane, 2011). De modo semelhante, os objetos vestíveis, que pertencem a acervos de museus ou coleções, podem nascer como algo utilitário, nem sempre produzido com uma intenção estética. Um elmo cretense do século VII a.C. ou uma bolsa de utensílios da Idade do Ferro, ao se localizarem em uma exposição, alvo de visitantes, tornam-se objetos provocadores da experiência estética. Seja por sua forma, pela potência criativa de seu artífice pertencente a um tempo remoto, ou pela própria percepção do tempo humano por meio de um artefato.

"A plena autonomia da experiência estética aparece na Crítica do juízo de Kant" (Rosenfield, 2006, p. 5). O filósofo, ao refletir sobre o juízo de gosto, afirma a capacidade da imaginação nas atividades cognitivas, não desprezando os dados da experiência sensível. A experiência estética da beleza pode ser provocada pela natureza, ou pela arte como produto do fazer humano. No entanto, nem sempre o que o mundo da arte considera obra de arte é produto de uma intenção artística consciente (Oliveras, 2007). Algumas múmias presentes no Metropolitan Museum ou no British Museum possuem intrincados desenhos de rostos femininos com detalhes de adereços e vestes, contudo, foram concebidas como parte de um ritual e tradição. Os artefatos rituais ou esculturas rupestres fazem parte do patrimônio de museus, mesmo sem a intenção artística originária ou concebidos antes da definição de "arte" a partir da Renascença, como apresentada pelo historiador Peter Burke (2010).

Ao contemplar algo que nos provoque uma "experiência estética", o isolamos momentaneamente, a sensação do belo provoca uma ruptura, inibição momentânea das forças vitais (Lyotard, 1993). Esta é a experiência do belo, da arte ou do Ser da Moda; antes de pensá-los como objetos de estudo eu os isolo de

suas vinculações de origem. "Deixamos que ela se exiba em todo seu esplendor" (Oliveras, 2007, p. 70). Assim, na medida que essas múmias se desprendem do estímulo que lhes criou, da tradição e religiosidade ritualística de suas concepções, todo aparato pintado à mão que as envolve pode se converter em obra de arte.

A investigação sobre os objetos da arte primitiva é indissociável de seus aspectos utilitários e místicos, "em todos os domínios — da construção do espaço urbano à vestimenta, dos hábitos culinários [...] da magia, da religião e dos rituais; esculturas, armas ou joias" (Rosenfield, 2006, p. 6). A função social e estética se confunde e poderíamos relacionar seus estudos com uma arqueologia poética, que mapeia e organiza artefatos neste estranho Gabinete.

A epistemologia estética do Ser da Moda, acaba aproximando o entendimento entre Moda e arte como produção artefatual humana. Essa aproximação se manifesta no espanto, pelo que seduz o olhar, no agradável, prazeroso ou no que provoca estranhamento e desconforto.

> Quando admiramos nos museus as preciosas relíquias de antigos estilos de vestuários preservados graças à habilidade e ao zelo amoroso de colecionadores –, nosso interesse é despertado por algo que vai além das formas, das cores e dos tecidos. Qual terá sido a impressão causada por esse ou aquele traje ao ser usado pela primeira vez? De que modo essas roupas eram cortadas e confeccionadas de modo a satisfazer a forma ideal que predominava na época e que nelas encontrava expressão? (Sichart, 2001, p. 5).

A mudança no estatuto estético dos artefatos, seja nos aparatos utilitários da indumentária, no rompimento dos cânones da beleza artística ou nas temáticas abjetas da moda; é fundamental para o entendimento dessa epistemologia estética vinculada ao Ser da Moda. Pois, o Campo da Moda não desvincula o estudo de seus objetos do espanto associado ao seu conhecimento. Materializando a tese de filósofos como Platão, Aristóteles e Francis Bacon; de que todo conhecimento começa com o assombro ou admiração.

A aparição de estilistas japoneses do minimalismo ou a moda *punk*, nos anos 1980, atraíram olhares e corromperam o conceito estético de moda como sedução, harmonia e equilíbrio. No caso de indumentárias conservadas, como as de Ötzi[6] ou da garota de Egtved[7]; ou ainda, na aquarela de Jean-Baptiste Debret (1989), de pessoas escravizados vestindo uma capa de chuva em palha no período colonial: temos uma experiência estética, não necessariamente associada aos movimentos de arte, mas na instituição de um efeito esteticamente vertiginoso. Dessa forma, assim como os *ready-mades* que passam de impensáveis obras de arte para história da arte, e da subversão da ideia de moda para nomes consagrados de sua indústria; teremos os artefatos vestíveis que passam por um sentido cotidiano utilitário para exercerem um fascínio histórico e artístico. São artefatos humanos cuja experiência estética é provocada, sobretudo, pela mudança de estatuto.

A relação com a beleza na cognição dos objetos do Campo da Moda encontra-se com o estranho. O exótico que provoca a sensação do belo nas vestes do museu ou na passarela, ou no contato com culturas de outrora. Isso ocorre quando observamos artefatos antigos e estilos surpreendentes tão distintos dos ideais de beleza em que estavam inseridos. Esses objetos podem sofrer uma aproximação com a arte quando contemplados como

---

[6] "Homem do gelo" descoberto em 1991, nos Alpes entre a Itália e a Áustria. Ötzi, como foi chamado, teria vivido cerca de 5300 anos atrás e foi considerado uma das múmias mais bem conservados da Idade do Bronze. Ele portava roupas de couro costuradas, uma bolsa, um machado de bronze e uma faca na cintura. Em suas botas os pesquisadores encontraram palha, usada como um eficiente impermeabilizante. Ötzi, "o homem do gelo", está exposto em um museu dedicado à sua descoberta, na cidade de Bolzano, no Norte da Itália. Ver: http://www.iceman.it

[7] The Egtved Girl é o nome dado a uma menina nórdica da Idade do Bronze (1390–1370 a.C.) cujos restos foram descobertos na Dinamarca em 1921. Ela tinha entre 16 a 18 anos de idade, e suas vestes são conhecidas como algumas das mais antigas e bem preservadas já encontradas. Ela usava uma túnica curta com mangas e uma saia na altura do joelho feita de cordas, tinha pulseiras de bronze e um cinto de lã com um grande disco decorado com espirais. Com ela também foram encontrados, alfinetes, um pente de chifre e uma rede de cabelo. Ver: https://natmus.dk.

testemunhas do passado. As indumentárias e outros utensílios, ao chegarem em um museu, sofrem uma mudança de estatuto estético e ontológico, transformando suas funções e identidades. Um objeto, como uma roupa ou ferramenta, ao ingressar no museu, substitui seu valor de uso "pela capacidade de proporcionar prazer estético a quem a contempla" (Azzi, 2010, p. 850). A materialização histórica do passado, através dos artefatos, ou dos registros em obras de arte e documentos narrativos, testemunham modos de vida, culturas e ideais estéticos. A análise material, que pode partir da história e arqueologia, é provocativa da faculdade de imaginação, causando uma experiência estética que abala a "dicotomia clássica entre sensível e inteligível, conduzindo à limitação da faculdade da imaginação" (Leenhardt, 2001, p.115).

Desse modo, o sentimento da beleza, isto é, a experiência estética provocada no pensamento de Moda, não está, necessariamente, relacionada a padrões de beleza e convenções artísticas, mas, sobretudo, na transgressão ou transformação destes princípios. A experiência estética é a experiência da beleza pura, que por sua vez pode se referir ao estranho, grotesco, agradável, prazeroso ou desprazeroso; ela é provocada por um olhar, que não é meramente cognitivo, mas da ordem da subjetividade estética. Essa subjetividade de sentimento e o processo epistemológico se interconectam em uma teoria do conhecimento estética, própria do Campo da Moda. Assim como, o estudo do sentimento de sublime no processo cognitivo. A experiência da beleza, ao encontrar o grotesco e o estranho, parece atingir seu grau máximo no desregramento das faculdades provocado pelo sublime. Essas sensações deambulam entre estética e ciência, provocas pela prática do vestir e aqui pensadas como teorias filosóficas, fabulações, artes, colecionismos e modas.

Costuras Finais

Repensar a trajetória da tese junto a uma publicação que celebra dez anos do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar

em Sociedade, Cultura e Fronteiras, legitima o sentimento de pertencimento a um lugar, que fomenta e desenvolve a pesquisa no transbordamento de áreas e fronteiras do conhecimento. Tudo isso em uma universidade que me acolheu e na qual, hoje, também sou docente, lecionando Filosofia para múltiplas carreiras em formação.

Pesquisar Moda, em suas muitas formas, é um desafio e um trabalho de resistência. Buscar legitimidade naquilo que é interpretado como fútil, conduzido como efêmero e avassalador no sistema capitalista, parece evidente, mas é, muitas vezes, desvalorizado.

A tese apresenta aquilo que em Moda não é o que passa, mas o que permanece, o que define existencial e culturalmente o humano, o mundo artificial e material que o cerca e o designa. Uma pesquisa que se inicia no pensamento em estética e filosofia da arte, acaba por se tornar metafísica, conduzindo a uma dimensão do existencialismo antropológico.

Neste capítulo, sintetizei a pesquisa da tese, concebida em quatro anos, mas que carrega minha trajetória individual, no contato com moda, filosofia, educação, prática docente e muito mais. A leitura do vestir e despir, como ato que define o Ser da Moda, é intrinsecamente estética. A epistemologia das Modas leva, primeiramente, a uma experiência estética, mas há toda uma compreensão dos modos de vidas e existências, que transbordam fronteiras e traduzem culturas e sociedades.

Referências

ACOM, A. C. **Didática cinemática:** escrileituras em meio à filosofia-educação. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2015.

ACOM, A. C. Gabinete de curiosidades: entre ciência e experiência estética. **Alamedas**, *[S. l.]*, v. 12, n. 3, p. 42–49, 2024. Disponível em:< https://e-revista.unioeste.br/index.php/alamedas /article/view/33101>. Acesso em: 5 jun. 2026.

ACOM, A. C. **O Ser e a Moda:** a metafísica do vestir. São Paulo: Estação das Letras e Cores, 2023.

ANAWALT, P. R. Atuendos del México Antiguo. *In*: VELA, E. **Arqueología Mexicana (edición especial**): Textiles del México de ayer y hoy. México: Editorial Raíces. Instituto Nacional de Antropología e Historia, Jun. 2005.

ARENDT, H. **A Condição Humana**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003.

ARISTÓTELES. **Metafísica**. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

ARISTÓTELES. **Poética**. São Paulo: Nova Cultural, 1991. (Os Pensadores, v. 2).

AZZI, C. F. **Vitrines e coleções:** quando a moda encontra o museu. Rio de Janeiro: Memória Visual, 2010.

BARTHES, R. **O Sistema da Moda**. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

BENJAMIN, W. **Passagens**. Belo Horizonte: UFMG, 2009.

BURKE, E. **Uma investigação filosófica sobre a origem de nossas ideias –** Do sublime e do belo. Campinas: Papirus, 1993.

BURKE, P. **O Renascimento Italiano**. São Paulo: Nova Alexandria, 2010.

CALANCA, D. **História Social da Moda**. São Paulo: Editora Senac, 2005.

CHILDE, V. G. **Introdução à arqueologia**. Lisboa: Publicações Europa-América, 1961.

CHILDE, V. G. **O que aconteceu na História**. Rio de Janeiro: Zahar, 1977.

CIDREIRA, R. P. Corpo, moda e existência. *In*: PIRES, B. F. *et al.* (org.). **Moda, Vestimenta, Corpo**. São Paulo: Estação das Letras e Cores, 2015.

CIDREIRA, R. P. Vestuário encena: a dimensão espetacular da indumentária. *In:* CABEDA, S. *et al*. **O corpo ainda é pouco:** seminário sobre a contemporaneidade. Feira de Santana: NUC/UEFS, 2000.

COLLING, A. M.; ACOM, A. C. Corpo feminino, corpo político: de fustigado à devorador do instituído. **Revista Prâksis**, Novo Hamburgo, ano 16, nº. 2, mai./ago. 2019.

CORAZZA, S. M. Entrevista com Sandra Mara Corazza. *In*: **Anped - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação**. Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: <https://anped.org.br/1312-news/>. Acesso em: jun./2026.

CORAZZA, S. M. Metodosofia: Contrato de Traduçao. In: CORAZZA, S. M. (org.). **Métodos de transcrição:** pesquisa em educação da diferença. São Leopoldo: Oikos, 2020

CORAZZA, S. M. **O Que Se Transcria em Educação?** Porto Alegre: Supernova Editora, 2013.

CORAZZA, S. M. *et al*. Escrileituras: um modo de ler-escrever em meio à vida. **Educação e Pesquisa.** São Paulo, v. 40, n. 4, p. 1029-1044, out./dez. 2014.

CRANE, D. **Ensaios sobre Moda, Arte e Globalização Cultural**. São Paulo: Editora Senac, 2011.

DEBRET, J-B. **Viagem Pitoresca e História ao Brasil.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1989. (Col. Reconquista do Brasil. 3. Série; v.7).

DE DUVE, T. Cinco reflexões sobre o julgamento estético. **Revista Porto Arte**, Porto Alegre, V. 16, Nº 27, nov./2009.

DE DUVE, T. **Kant after Duchamp**. Massachusetts/London: The MIT Press, 1996.

DELEUZE, G. **Dois regimes de loucos**. São Paulo: Editora 34, 2016.

D'ERRICO, F. *et al*. The origin and evolution of sewing technologies in Eurasia and North America. **Journal of Human Evolution**. vol. 125, dez. 2018, p. 71-86.

DIDI-HUBERMAN, G. **Ninfa Moderna:** Ensaio sobre o panejamento caído. Lisboa: KKYM, 2016.

ECO, U. **História da Feiura**. Rio de Janeiro: Record, 2008.

EVANS, C. **Fashion at the edge**: spetacle, modernity & deathliness. Yale University Press/New Haven and London, 2012.

HOLLANDER, A. **Seeing Trough Clothes**. New York: Penguin Books, 1980.

KANAAN, H. A. R. Roupas sem Corpos: Espessuras de Subjetividade. *In*: **Proceedings do 3º Congresso Internacional de Moda e Design – CIMODE**, Buenos Aires, 2016. Disponível em: <www.design.uminho.pt/cimode/pt>. Acesso em: jun./2026.

KANT, I. **Crítica da Faculdade do Juízo**. Rio de Janeiro; Forense Universitária, 2012.

LAVER, J. **A Roupa e a Moda:** uma história concisa. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

LE BRETON, D. **A sociologia do corpo**. Petrópolis: Vozes, 2007.

LEENHARDT, J. O crítico de arte em obra.**Tempo Social**; Rev. Sociol. USP, S. Paulo, 13(2): 115-120, novembro de 2001.

LIPOVETSKY, G. **O império do efêmero:** a moda e seu destino nas sociedades modernas. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

LYOTARD, J-F. **Lições Sobre a Analítica do Sublime.** Campinas: Papirus, 1993.

MERLEAU-PONTY, M. **Fenomenologia da percepção.** São Paulo: Martins Fontes, 1999.

OLIVERAS, E. **Estética – La Cuestión Del Arte**. Buenos Aires; Emecé Editores, 2007.

PAGANO, J. Sewing Needles Reveal the Roots of Fashion. **Sapiens:** Antropolog. Everything Human. Califórnia, jan. 2019. Disponível em: <https://www.sapiens.org/archaeology/fashion-history-sewing-needles/> Acesso em: jun./2026.

ROSENFIELD, K. H. **Estética**. Porto Alegre: Zahar, 2006.

SENNET, R. **O Artífice.** Rio de Janeiro: Record, 2009.

SIMMEL, G. **Filosofia da Moda e outros escritos**. Lisboa: Texto & Grafia, 2008.

SICHART, E. von. Prefácio. *In*: KÖHLER, C. **História do vestuário**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

STALLYBRASS, P. **O Casaco de Marx:** roupas, memória, dor. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

SCHOPENHAUER, A. **O mundo como vontade e representação:** Livro III. São Paulo: Nova Cultural, 1991. (Col. Os pensadores, v. 5.).

WILDE, O. **O retrato de Dorian Gray.** São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

WILLIAMS, R. **Cultura**. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

VIGARELLO, G. A história e os modelos do corpo. **Proposições,** v. 14, n. 2 (41), maio/ago. 2003.

ZORDAN, P. Movimentos e Matérias da Iniciação à Docência. **Educação & Realidade.** Porto Alegre, v. 40, n. 2, Jun./2015.

NOTA DE TRANSPARÊNCIA

Alguns(mas) autores(as) desta coletânea declaram que a ferramenta de inteligência artificial generativa (ChatGPT, OpenAI) foi utilizada unicamente para apoio à revisão textual e organização sintática de partes do texto. A concepção da pesquisa, a reflexão empreendida e as conclusões apresentadas são de sua inteira e exclusiva responsabilidade.

SOBRE AS AUTORAS E OS AUTORES

Ana Carolina Acom
Doutora em Sociedade, Cultura e Fronteiras pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), com período de pesquisa Doutorado-Sanduíche, bolsista Capes, no Laboratoire d'Études Interdisciplinaires sur le Réel et les Imaginaires Sociaux em Montpellier, na Université Paul-Valéry, Montpellier III. Mestre em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), na Linha de Pesquisa Filosofias da Diferença e Educação. Graduada em Filosofia também pela UFRGS, Especialista em Ensino, História e América Latina (EHAL/UNILA) e em Moda, Criatividade e Inovação (SENAC/RS). Integrante dos grupos de pesquisa (CNPq): História da Arte e Cultura de Moda – em que é colíder (UFRGS), Escrileituras da Diferença em Filosofia-Educação (UFRGS) e Diferença e repetição: genéticas e cartografia (UNILA). Realizou pesquisas pós-doutoral nos PPGs Sociedade, Cultura e Fronteiras da UNIOESTE e no Programa Interdisciplinar em Estudos Latino-Americanos da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (PPGIELA/UNILA), com estudo intitulado: "Fronteiras e Estéticas no Cinema Latino-Americano: Entre Personagens, Traduções e Culturas". Atualmente é docente nas disciplinas de Filosofia da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), *campus* de Foz do Iguaçu.

Angelo Pires Tavares
Graduado em Gestão Pública (2020) e graduando em Educação Física pelo Centro Universitário União das Américas Descomplica – UniAmérica (2026). Possui interesse em pesquisas interdisciplinares em Saúde Coletiva, Salutogênese e Medicina do Estilo de Vida, com foco no contexto transfronteiriço entre Brasil, Paraguai e Argentina. Investiga o exercício físico como estratégia de promoção do bem-estar e fortalecimento de fatores protetores.

Adota a perspectiva do esporte não apenas como prática competitiva, mas como elemento de integração, sociabilidade, pertencimento e negociação de identidades na fronteira, pautando-se em metodologias inovadoras e descolonais.

Arthur Varlei Toller
Acadêmico do Curso de Direito da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste), Campus de Francisco Beltrão-PR.

Berenice Lurdes Borssoi
Doutora em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP, 2023); Docente Adjunta da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE, *campus* de Foz do Iguaçu), vice-líder dos grupos de pesquisa: Políticas de ação educativa, avaliações, mídias e formação de professores – PAMFOR/UNIOESTE, *campus* de Foz do Iguaçu e Educação Superior, Formação e Trabalho Docente – GESFORT/UNIOESTE, *campus* de Francisco Beltrão, Paraná, Brasil.

Carla Giselle Duenha de Souza
Doutora e Mestra no Programa de Pós-Graduação em Sociedade, Cultura e Fronteiras pela UNIOESTE, *campus* de Foz do Iguaçu. Graduada em Direito pelo Centro Universitário Dinâmica das Cataratas e em Letras Português/Inglês pela Universidade Estadual de Maringá. Professora Universitária, Advogada, Mediadora, Conciliadora Judicial e Facilitadora de Círculos de Construção de Paz no Tribunal de Justiça do Estado do Paraná. Conselheira no Conselho da Comunidade na Execução da Pena de Foz do Iguaçu.

Cláudia Maria Serino Lacerda
Doutora em Sociedade, Cultura e Fronteiras (2024) e Mestra em Sociedade, Cultura e Fronteiras (2017), pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE; Pós-graduada em Elaboração, Avaliação e Gerenciamento de Projetos (2013), pelo Centro Universitário Dinâmica das Cataratas; Graduada em Secretariado

Executivo (2009), pela Universidade Estadual do Centro-Oeste – UNICENTRO. É secretária-executiva da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA), exercendo suas atividades na Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-graduação. Foi membro titular da Comissão Superior de Pesquisa da UNILA (Portaria UNILA nº 679/2018) e membro suplente do Comitê Local de Iniciação Científica CLIC (Portaria PRPPG nº 20/2018). É pesquisadora associada do Grupo de Pesquisa "Descolonizando as Relações Internacionais" (na América Latina), na linha de pesquisa "Integração Contra-Hegemônica", com interesse nas seguintes temáticas interdisciplinares: comunicação, circulação de ideias, imaginários sociais, discurso, discurso institucional, discurso de integração regional, discurso de fronteira(s), argumentação, retórica, retórica e alteridade, retórica e (de)colonialidade, Cooperação Sul-Sul, Epistemologias do Sul e Giro Decolonial.

Daniele Prates Pereira
Docente efetiva do curso de Direito e Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Educação, na Universidade Estadual do Oeste do Paraná, UNIOESTE, *campus* de Francisco Beltrão-PR. Pesquisadora com projeto individual "Gêneros, educação e direitos", coordena o projeto de extensão Laços – direitos sexuais, reprodutivos e proteção integral da maternidade e o Programa pró-PET Inter-PET Direito.

Denise Rosana da Silva Moraes
Doutorado em Educação pela Universidade Estadual de Maringá (2013), Estágio de Doutorado Sanduich na Universidade Católica Portuguesa UCP/Lisboa/Portugal, (2012); Mestrado em Educação pela Universidade Estadual de Maringá (2006); Graduação em Pedagogia pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (1991). É Docente Sênior do Programa de Mestrado e Doutorado Acadêmico Interdisciplinar em Sociedade, Cultura e Fronteiras. Atuou como Diretora do Centro de Educação e Letras da Unioeste. Tem experiência nas áreas de Educação, Mídias; Formação inicial e continuada de professores/as. Coordenou o Programa de Pós-

Graduação Interdisciplinar Mestrado e Doutorado em Sociedade, Cultura e Fronteiras (PPGSCF) da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, UNIOESTE, *campus* de Foz do Iguaçu (2016-2019). Membro do Conselho Acadêmico da Escola Latino-Americana de Altos Estudos em Cultura - ELACult do Centro Latino Americano de Estudos em Cultura, 2018. Autora de livros, capítulos e artigos sobre formação de professores(as); interdisciplinaridade, Estudos Culturais e Mídias. Orcid: 0000-0002-2991-0214.

Julia Dalbosco
Graduada em Relações Internacionais e Mestre em Relações Internacionais pela Universidade Federal da Integração Latino-Americana – UNILA, Foz do Iguaçu; Doutoranda no Programa de Pós-graduação em Sociedade, Cultura e Fronteiras da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, UNIOESTE, Foz do Iguaçu. É membro do GIEPTALC - Grupo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisa sobre Capitais Transnacionais, Estado, Classes e Conflitividade na América Latina e Caribe. Durante o Mestrado se dedicou ao triangulo de relacionamento entre China, Paraguai e Taiwan na área da economia política e das relações internacionais. No Doutorado, desenvolve pesquisas e escreve a partir dos Estudos Culturais, com um olhar mais aprofundado sobre o efeito da cultura e da linguagem na sociedade e, consequentemente, na economia e nas relações internacionais. Na tese trabalha com a diáspora chinesa na Tríplice Fronteira (Brasil, Paraguai e Argentina); também escreve sobre gênero e cultura de massa.

Laura Duarte Marinoski
Doutora e Mestre em Sociedade, Cultura e Fronteiras pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), e graduada em Pedagogia pela mesma instituição. Atua como professora do Colegiado de Pedagogia do Instituto Federal do Paraná (IFPR), *campus* Palmas. Integra pesquisas voltadas às relações entre educação, cultura e sociedade, com enfoque interdisciplinar.

Luciano Marcos dos Santos
Professor do Instituto Federal do Paraná (IFPR/PR). Graduado em Letras, com habilitação em Língua Espanhola, Mestre e Doutor em Sociedade, Cultura e Fronteiras pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná, UNIOESTE, *campus* de Foz do Iguaçu – Paraná.

Layra Fabian Borba Rodrigues
Mestranda no Programa de Pós-graduação em Educação, da Universidade Federal da Integração Latino-americana (UNILA). Secretária escolar no município de Foz do Iguaçu. Formada no curso de Ciência Política e Sociologia - Sociedade, Estado e Política na América Latina, pela UNILA. Integrante do Observatório de Gênero, Diversidade e Educação na América Latina e Caribe. Integrante do Grupo de Pesquisa Despatriarcalizar América Latina - GPDAL, na linha de pesquisa Violência de Gênero; Violência contra Mulheres; Mulheres em contextos de guerras e conflitos na América Latina.

Nelson Figueira Sobrinho
Graduado em Comunicação Social, com habilitação em Jornalismo, Mestre em Sociedade, Cultura e Fronteiras pela Unioeste, *campus* de Foz do Iguaçu e Doutor em Letras pela Unioeste, *campus* de Cascavel. Desenvolve pesquisas, tendo como perspectivas teórico-metodológicas a Análise de Discurso franco-brasileira e os Estudos Culturais, com ênfase no discurso da/sobre a mídia. Atuou no jornalismo diário (mídia impressa e telejornalismo) na Tríplice Fronteira Brasil-Paraguai-Argentina. É editor de publicações na Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA) em Foz do Iguaçu (PR).

Regiane Cristina Tonatto
Doutora e Mestra em Sociedade, Cultura e Fronteiras pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), *campus* de Foz do Iguaçu-PR. Atua como Técnica em Assuntos Educacionais na Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA), junto à Assessoria Pedagógica Universitária (APU), onde também exerce a função de Coordenadora Adjunta do Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos. É Docente Colaboradora no Programa de Pós-Graduação Profissional em Educação (PPGEDU). Especialista em Educação (2012), graduada em Pedagogia (2010) e em Tecnologia em Alimentos (2006). É vice-líder do Grupo de Pesquisa Observatório de Gênero, Diversidade e Educação na América Latina e Caribe.

Tiago Luiz Biazussi
Acadêmico do Curso de Direito da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste), *campus* de Francisco Beltrão-PR.

ENTRE FRONTEIRAS E SABERES

Dez Anos de Investigação Interdisciplinar

Entre Fronteiras e Saberes: Dez Anos de Investigação Interdisciplinar reúne pesquisas desenvolvidas ao longo de uma década por pesquisadores vinculados ao Programa de Pós-Graduação em Sociedade, Cultura e Fronteiras da UNIOESTE. A obra evidencia a riqueza das investigações realizadas em contextos fronteiriços, marcados pela diversidade cultural, social, econômica e política.

Os autores, em sua maioria egressos do Programa, encontram-se hoje inseridos em diferentes espaços profissionais e acadêmicos, contribuindo para a produção de conhecimento e para a transformação da sociedade. Os capítulos aqui reunidos expressam o compromisso com uma ciência crítica, interdisciplinar e socialmente comprometida, capaz de compreender os desafios contemporâneos e propor caminhos para a construção de uma realidade mais justa, inclusiva e democrática.

Ao registrar uma década de produção científica, esta coletânea reafirma o papel da universidade como espaço de diálogo entre saberes, formação de pesquisadores e fortalecimento das reflexões sobre as múltiplas fronteiras que atravessam a sociedade contemporânea.

Programa de Pós-Graduação em Sociedade, Cultura e Fronteiras
Mestrado e Doutorado

Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE
Campus de Foz do Iguaçu – Paraná – Brasil

unioeste | PPGSCF Programa de Pós-Graduação em Sociedade, Cultura e Fronteiras | CAPES | PPGSCF Programa de Pós-Graduação em Sociedade, Cultura e Fronteiras

Esta obra foi financiada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES.